



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Terine Husek Coelho

“Medindo Forças”: a vitimização policial em perspectiva

Rio de Janeiro

2017

Terine Husek Coelho

“Medindo Forças”: a vitimização policial em perspectiva



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. José Ignacio Cano Gestoso

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

C672 Coelho, Terine Husek.
“Medindo Forças”: a vitimização policial em perspectiva / Terine Husek
Coelho. – 2017.
227 f.

Orientador: José Ignácio Cano Gestoso.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.

1. Policiais - Estresse ocupacional - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 2. Trabalho - Aspectos psicológicos - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 3. Saúde mental - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 4. Violência urbana - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. I. Gestoso, José Ignácio Cano. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

CDU 351.741-057.36

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Terine Husek Coelho

“Medindo Forças”: a vitimização policial em perspectiva

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em 29 de agosto de 2017.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Ignacio Cano Gestoso (Orientador)
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof. Dr. Doriam Borges
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Profa. Dra. Josbelk González
Universidad Católica Andrés Bello

Rio de Janeiro

2017

Para Nina, por me mostrar
que a vida se renova.

AGRADECIMENTOS

O processo de produção de uma dissertação é reconhecidamente solitário, no qual passam-se dias em frente ao computador e envoltos a livros tentando tirar coisas da cabeça colocar em uma tela de computador. Entretanto, sem o apoio e o auxílio de inúmeras pessoas, essa tarefa torna-se impossível, por isso só tenho a agradecer.

Aos meus pais, Suzana e José, em primeiro lugar, pelo apoio em todas as minhas jornadas de estudo ao longo da vida, pela paciência com que receberam minhas ausências ao longo de dois anos e meio com a desculpa de que o mestrado tomava meu tempo, assim como pela presença física na reta final do processo, me ajudando a cuidar do restante das tarefas diárias para que sobrasse tempo para o computador.

Aos meus irmãos de sangue e de alma, Lidiane e Bruno, por também aceitarem minhas ausências e por serem sempre meus portos seguros, aqueles que mesmo não dividindo mais a rotina diária, ainda são os que me fazem acreditar que nunca estarei sozinha.

À Nina, por ter me acompanhando em todo o processo e não ter me deixado viver isso sozinha nem sequer por um minuto. Durante o campo, ainda na barriga, ouvindo todas as entrevistas, acompanhando meus medos e se remexendo sempre para me lembrar que no meio de tantas histórias de mortes, haviam vidas a serem cuidadas. Em seguida, depois de nascer, estando ao meu lado na produção de escrita, não deixando enlouquecer demais com essa tarefa.

À Ignácio Cano, meu orientador, que aceitou o tema proposto, que aperfeiçoou absurdamente a primeira ideia e que disponibilizou muitas tardes para me ensinar a olhar todos os dados e elementos envoltos na análise proposta com a seriedade que o tema pedia. Além disso, o agradeço imensamente por não ter desanimado quando contei da minha gravidez, pelo contrário por continuar se empolgando com cada descoberta e por se adaptar ao novo cenário, se oferecendo a seguir as orientações na minha casa após o nascimento da Nina. Se mais pessoas estivessem dispostas a inserir as mães nos tantos processos da academia, não haveria tantas mulheres precisando escolher entre ser mãe ou ser pesquisadora, mas seria possível conciliar os dois. Acredito que este é um dos caminhos para um mundo mais justo e igualitário.

À Cristina Gross Villanova por ser uma chefe sem igual, não apenas me permitindo estar ausente quando foi necessário cursar as disciplinas obrigatórias, mas também reconhecendo que os estudos não concorrem com o trabalho, mas o fortalecem de modo que possibilitar que as políticas públicas sejam pensadas de forma mais técnica. Tenho certeza que sem ela como

superintendente, não seria possível conciliar trabalho e mestrado com a mesma leveza. Foram dois anos de apoio que geraram uma imensa admiração e amizade.

À Fernanda Campos por me resgatar do caos institucional me trazendo de volta a alegria do trabalho, por me abrir portas sempre que necessário e por me fazer refletir sobre muitas questões que envolvem a segurança pública no estado, além é claro de ser a mais amável das criaturas, me fazendo acreditar diariamente em um mundo melhor.

À Marcio e Cleyde por dividir a rotina na Secretaria de Estado de Segurança por longos anos e por me ajudarem a sobreviver com sanidade mental ao descaso com que muitas vezes foram tratadas questões importantíssimas, me ajudando a refletir sobre questões rotineiras que dificultam qualquer mudança proposta para o cenário.

À Elizabete Albernaz, por me colocar no mundo da Segurança Pública e das instituições policiais, assim como por insistir em trazer para o Rio de Janeiro.

À Fernando e Gabriel por me ouvirem falar dessa dissertação e por me ajudar a encontrar policiais que estivessem dispostos a conversarem comigo.

Aos policiais que aceitaram conversar comigo sobre este tema, muitas vezes tão difícil e que se disponibilizaram reviver histórias doloridas. Um agradecimento especial aqueles que me ajudaram a encontrar outros colegas que topassem a mesma tarefa.

À Monique Carvalho por aceitar ler o trabalho em fase de construção e por me mostrar pontos a serem melhorados.

À Marília Ortiz, por sempre perguntar sobre o andamento do trabalho, por se empolgar pelas descobertas aqui apresentadas, assim como por dividi-las com outras pessoas com a mesma empolgação.

À Bruno e Cleyde (novamente) por se oferecerem para ser baba da Nina, me permitindo alguns minutos livres para me dedicar apenas para o computador.

Ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) pelo acolhimento.

Aos amigos da turma de mestrado de 2015 e a todas as cervejas e pizzas das gloriosas quintas-feira.

A todos os amigos próximos por me ouvirem falar incansavelmente da dissertação sempre que havia uma brecha, por terem paciência e por fazerem cara de interessados quando eu me mostrava muito empolgada. Tenho certeza que a troca de ideia é responsável por amadurecer muito o tema.

Por fim, à Thales Monteiro e Vieira, por uma infinidade de motivos: por ter me convencido a ficar no Rio de Janeiro, por ter me incentivado a estudar mais, por ter dividido as angustias envoltas no mestrado desde o ingresso até a conclusão da dissertação. Agradeço por sua auto-estima sem limites, que o permitiu se auto intitular meu co-orientador e, assim, por ter tido a maior paciência do mundo para discutir comigo cada ponto, por ter ouvido minhas angustias sobre o campo e por ter sido o contraponto me incentivando a andar, quando minha vontade era parar e por me fazer parar, quando eu estava andando demais. Agradeço por estar presente em todos os momentos. Te amo!

RESUMO

COELHO, Terine. **“Medindo Forças”**: a vitimização policial em perspectiva. 2017. 227 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

O presente trabalho tem por objetivo principal desenvolver uma análise sobre as consequências da vitimização do policial militar tanto para os profissionais que continuam atuando na corporação, quanto para o modo de atuar do policial. Para isso, foram analisados os números de mortes de policiais e o número de mortes de pessoas em decorrência de intervenção policial e verificou-se que a morte de um policial aumenta em 125% as chances de um civil ser morto pela polícia na semana seguinte a ocorrência. Para chegar a este resultado, foi realizada uma análise de séries temporais entre o período de janeiro de 2010 a dezembro de 2015, na qual foram observados os números de pessoas mortas nos sete dias consecutivos a morte de um policial. Sabe-se que em áreas violentas, todos são sujeitos a serem vítimas da violência letal, por este motivo, no modelo criado para verificar a relação, ponderou-se o número de homicídios de cada região. Neste sentido, o presente trabalho buscou explicações possíveis para este fenômeno a partir de entrevistas realizadas com 32 policiais que atuam em áreas em que houve a morte de policiais, de forma a levantar informações, principalmente, sobre três situações: 1. Se o fato de um policial ser vítima de homicídio em determinada área, gera medo e estresse na tropa, podendo ocasionar assim o maior número de disparos realizados por estes profissionais nas ocorrências posteriores; 2. Se após a morte de um policial são realizadas operações, que podem acabar por aumentar a possibilidade de confronto entre polícia e possíveis criminosos; 3. Se a morte de um policial gera ações mais violentas por parte da polícia como forma de se vingar daqueles que atentaram contra vida dos policiais. Ao final, foi realizada uma reflexão sobre como a vitimização policial potencializa um discurso bélico presente na corporação policial, sobre os impactos emocionais gerados nos policiais que perderam um colega ou que foram feridos por serem policiais, assim como sobre as ações desencadeadas pela polícia posteriormente as ocorrências de vitimização que aumentam as possibilidades de uma atuação mais letal por parte da polícia.

Palavras-chave: vitimização policial; letalidade policial; homicídios dolosos; política de segurança pública.

ABSTRACT

COELHO, Terine. **“Measuring Forces”**: police victimization in perspective. 2017. 227 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

The main objective of this work is to analyze the consequences of the victimization of the military police both for the professionals who continue to work in the corporation and for the way police work. For this, the numbers of police deaths and the number of people killed because of police intervention were analyzed, and a police officer's death was found to increase by 125% the chances of a civilian being killed by the police the week after the occurrence. To reach this result, a time series analysis was performed between January 2010 and December 2015, in which the numbers of people killed during the seven days following the death of a police officer were observed. It is known that in violent areas, all are subject to being victims of lethal violence, for this reason, in the model created to verify the relation, the number of homicides in each region was considered. In this sense, the present work sought possible explanations for this phenomenon from interviews conducted with 32 police officers who work in areas where policemen were killed, in order to collect information, mainly on three situations: 1. If the fact of a policeman is the victim of homicide in a given area, it generates fear and stress in the troop, and can cause the greatest number of shots fired by these professionals in the subsequent occurrences; 2. If after the death of a police officer operations are carried out, which may end up increasing the possibility of confrontation between police and possible criminals; 3. If the death of a police officer leads to more violent actions by the police as a way to take revenge on those who have attempted against the life of the police. At the end, a reflection was made on how police victimization enhances a military discourse in the police corps, on the emotional impacts generated by police officers who lost a colleague or who were injured because they were policemen, as well as on the actions taken by the police afterwards occurrences of victimization that increase the chances of a more lethal action by the police.

Keywords: police victimization; police lethality; intentional homicides; public security polices.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	Número absoluto de mortes em decorrência de intervenção policial de 2010 a 2015.....	34
Gráfico 2 –	Taxa média de vitimização fatal em serviço por 10 mil policiais nos diferentes governos do estado do rio de janeiro.....	51
Gráfico 3 –	Evolução mensal do número de homicídios dolosos, letalidade policial e vitimização policial de 2010 a 2015.....	54
Gráfico 4 –	Evolução mensal da letalidade policial e vitimização policial de 2010 a 2015.....	54
Gráfico 5 –	Diagrama de dispersão entre letalidade policial e vitimização policial de acordo com local de ocorrência.....	59
Gráfico 6 –	Circunstância da morte do policial.....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Taxa de homicídios e taxa de morte por arma de fogo para cada 100 mil habitantes.....	27
Tabela 2 –	Correlação entre homicídios dolosos, vitimização policial e letalidade policial.....	55
Tabela 3 –	Números absolutos de homicídios, letalidade policial e vitimização policial de acordo com local da ocorrência.....	57
Tabela 4 –	Correlação espacial entre homicídios dolosos, letalidade policial, policiais mortos na AISP, policiais mortos lotados na AISP (2010-2015).....	60
Tabela 5 –	Comparação entre a média de mortes em decorrência de intervenção policial de acordo com o número de morte de policiais na AISP.....	65
Tabela 6 –	Comparação entre a média de mortes em decorrência de intervenção policial em função do número de morte de policiais de acordo com local de lotação.....	65
Tabela 7 –	Número médio de mortes em decorrência de intervenção policial nos dias após a morte de policiais na AISP.....	67
Tabela 8 –	Frequência de dias em que há morte de policiais na AISP.....	68
Tabela 9 –	Frequência de dias em que há morte de policiais lotados na AISP.....	68
Tabela 10 –	Ocorrência de civis mortos pela polícia de acordo com ocorrência de policiais mortos, por dia.....	69
Tabela 11 –	Ocorrência de civis mortos pela polícia, de acordo com ocorrência de policiais mortos lotados na AISP, por dia.....	70
Tabela 12 –	Modelo linear ponderados homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP.....	72
Tabela 13 –	Resultados dos modelos criados a partir das circunstâncias da morte do policial para cada período.....	73
Tabela 14 –	Comparação entre as médias de mortes ocasionadas pela polícia um dia antes e um dia depois a morte de um policial.....	75
Tabela 15 –	Número de mortes pela polícia no dia anterior e posterior a morte de um policial.....	76

Tabela 16 –	Comparação entre as médias de mortes ocasionadas pela polícia no período de cinco dias antes e cinco dias depois a morte de um policial.....	76
Tabela 17 –	Número de mortes pela polícia no período de cinco dias antes e cinco dias depois da morte de um policial.....	77
Tabela 18 –	Comparação entre a média da letalidade policial nos períodos anterior e posterior a morte de policiais na AISP.....	77
Tabela 19 –	Cruzamento entre a porcentagem de dias com letalidade policial na AISP na semana anterior e posterior a morte de policiais na AISP.....	78
Tabela 20 –	Número de mortos pela polícia sete dias antes e sete dias depois da morte de policiais.....	79
Tabela 21 –	Comparação entre a média da letalidade policial nos períodos anterior e posterior a morte de policiais lotados na AISP.....	79
Tabela 22 –	Cruzamento entre a porcentagem de dias com letalidade policial na AISP na semana anterior e na semana posterior a morte de policiais na AISP.....	80
Tabela 23 –	Mortes em decorrência de intervenção policial no período pré e pós nas três circunstâncias analisadas.....	81
Tabela 24 –	Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para o mesmo dia da morte do policial..	155
Tabela 25 –	Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para o mesmo dia da morte do policial por execução.....	159
Tabela 26 –	Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP Para o mesmo dia da morte do policial por roubo.....	163
Tabela 27 –	Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para o mesmo dia da morte do policial em serviço.....	167
Tabela 28 –	Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para um dia após a morte do policial na AISP.....	171
Tabela 29 –	Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para um dia após a morte do policial por execução na AISP.....	175

Tabela 30 –	Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para um dia após a morte do policial por roubo na AISP.....	179
Tabela 31 –	Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para um dia após a morte do policial na AISP no horário de serviço.....	183
Tabela 32 –	Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para cinco dias após a morte do policial na AISP.....	187
Tabela 33 –	Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para cinco dias após a morte do policial por execução na AISP.....	191
Tabela 34 –	Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para cinco dias após a morte por roubo do policial na AISP.....	195
Tabela 35 –	Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para cinco dias após a morte do policial na AISP no horário de serviço.....	199
Tabela 36 –	Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para sete dias após a morte do policial na AISP.....	203
Tabela 37 –	Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para sete dias após a morte do policial por execução na AISP.....	207
Tabela 38 –	Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para sete dias após a morte do policial por roubo na AISP.....	211
Tabela 39 –	Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para sete dias após a morte do policial na AISP no horário de serviço.....	215
Tabela 40 –	Comparação entre as média de mortes ocasionadas pela polícia um dia antes e um dia depois a morte de um policial por execução.....	219
Tabela 41 –	Comparação entre as média de mortes ocasionadas pela polícia cinco dias antes e cinco dias depois a morte de um policial por execução.....	219
Tabela 42 –	Comparação entre as média de mortes ocasionadas pela polícia sete dias antes e sete dias depois a morte de um policial por execução.....	219

Tabela 43 –	Porcentagem de número de mortes pela polícia no dia anterior e posterior a morte de um policial por execução.....	220
Tabela 44 –	Porcentagem de número de mortes pela polícia cinco dias antes e cinco dias depois da morte de um policial por execução.....	220
Tabela 45 –	Porcentagem de número de mortes pela polícia sete dias antes e sete dias depois da morte de um policial por execução.....	221
Tabela 46 –	Comparação entre as média de mortes ocasionadas pela polícia um dia antes e um dia depois a morte de um policial por roubo	221
Tabela 47 –	Comparação entre as média de mortes ocasionadas pela polícia cinco dias antes e cinco dias depois a morte de um policial por roubo	222
Tabela 48 –	Comparação entre as média de mortes ocasionadas pela polícia sete dias antes e sete dias depois a morte de um policial por roubo.....	222
Tabela 49 –	Porcentagem de número de mortes pela polícia no dia anterior e posterior a morte de um policial por roubo.....	223
Tabela 50 –	Porcentagem de número de mortes pela polícia cinco dias antes e cinco dias depois da morte de um policial por roubo.....	223
Tabela 51 –	Porcentagem de número de mortes pela polícia sete dias antes e sete dias depois da morte de um policial por roubo.....	224
Tabela 52 –	Comparação entre as média de mortes ocasionadas pela polícia um dia antes e um dia depois a morte de um policial em serviço.....	224
Tabela 53 –	Comparação entre as média de mortes ocasionadas pela polícia cinco dias antes e cinco dias depois a morte de um policial em serviço.....	225
Tabela 54 –	Comparação entre as média de mortes ocasionadas pela polícia sete dias antes e sete dias depois a morte de um policial em serviço.....	225
Tabela 55 –	Porcentagem de número de mortes pela polícia no dia anterior e posterior a morte de um policial em serviço.....	226
Tabela 56 –	Porcentagem de número de mortes pela polícia cinco dias antes e cinco dias depois da morte de um policial em serviço.....	226
Tabela 57 –	Porcentagem de número de mortes pela polícia sete dias antes e sete dias depois da morte de um policial em serviço.....	227

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO E DELIMITAÇÃO DO OBJETO.....	16
1	VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO.....	24
1.1	Tráfico de drogas.....	27
1.2	Grupos de extermínio.....	29
1.3	Milícias.....	30
1.4	Políticas de segurança pública (os números da violência).....	32
1.5	Relação entre vitimização e letalidade policial: como explicar.....	39
1.5.1	<u>Medo e Estresse na Atividade Policial.....</u>	<u>39</u>
1.5.2	<u>Realização de Operações Policiais.....</u>	<u>41</u>
1.5.3	<u>Retaliação ou Vingança por Parte dos Policiais.....</u>	<u>42</u>
2	VITIMIZAÇÃO E LETALIDADE.....	45
2.1	Uso da força pela polícia.....	45
2.2	Análise de dados.....	52
2.2.1	<u>Relação temporal entre vitimização e letalidade policial.....</u>	<u>53</u>
2.2.2	<u>Relação espacial entre vitimização e letalidade policial.....</u>	<u>56</u>
2.2.3	<u>Circunstância da morte dos policiais.....</u>	<u>61</u>
2.2.4	<u>Impacto da vitimização na letalidade policial.....</u>	<u>64</u>
2.2.4.1	Análise de todo o período.....	68
2.2.4.2	Análise comparativa de um período anterior e um posterior a morte de um policial.....	74
3	A MÉTAFORA DA GUERRA: A ROTINA E O DISCURSO DOS POLICIAIS.....	84
3.1	A rotina dos policiais.....	84
3.2	O comando e o discurso de guerra.....	89
3.3	Policiais como indivíduos matáveis.....	93
4	OS IMPACTOS NA TROPA: O QUE ACONTECE COM QUEM SOBREVIVE?.....	100
4.1	Reações a vitimização policial.....	104
4.1.1	<u>O medo e a sensação de ser a próxima vítima.....</u>	<u>105</u>
4.1.2	<u>Revolta ou raiva de ter perdido um colega.....</u>	<u>107</u>
4.1.3	<u>Apatia gerada pelo excesso de policiais mortos e feridos em seu entorno.....</u>	<u>108</u>
4.1.4	<u>O orgulho.....</u>	<u>110</u>

4.2	Impacto da vitimização fora do horário de serviço.....	111
4.3	Apoio institucional (ou a falta de).....	113
4.3.1	<u>Atendimento Psicológico.....</u>	116
5	MEDINDO FORÇAS: A VITIMIZAÇÃO POLICIAL EM PERSPECTIVA.....	119
5.1	Investigação.....	119
5.2	Resposta por parte da polícia militar.....	122
5.2.1	<u>Vingança.....</u>	129
5.3	Prevenção.....	134
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
	REFERÊNCIAS.....	148
	APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas.....	154
	APÊNDICE B – Análise completa dos dados.....	155

INTRODUÇÃO E DELIMITAÇÃO DO OBJETO

Era final do ano de 2012, mais especificamente, dia 05 de dezembro quando se registrou a 100ª morte de policiais no estado de São Paulo, fenômeno este que desencadeou uma série de operações policiais que geraram mortes de civis. Nessa época eu era coordenadora da área de polícia no Instituto Sou da Paz¹ e era responsável pela realização de pesquisas e projetos que tivessem como foco melhorar a relação entre a polícia e a sociedade. Por este motivo, estava conversando com um coronel da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que na época comandava a região central da cidade de São Paulo e discutíamos o excesso de mortes tanto de policiais como de civis em decorrência de intervenção policial.

O coronel explicou que o medo gerado nos policiais de ser a próxima vítima, assim como uma vontade de fazer algo diante daquele problema, fazia com que o comando da corporação não conseguisse controlar sua própria tropa. Muitas vezes, os policiais acabavam por fazer justiça com as próprias mãos, matando aqueles que foram considerados culpados, mesmo sem informações prévias e fidedignas sobre esta culpa. A realidade dos fatos pouco importava, mas ficava a cargo da sorte (ou azar) de encontrar com policiais no momento em que eles estivessem em ação. O coronel concluiu a conversa calculando que após a morte de um policial, morreriam mais 4 ou 5 pessoas nas ruas. Não havia um estudo científico sobre isto, mas a conclusão era anunciada com base em sua experiência de anos atuando na corporação. Foi desta conversa que surgiu meu interesse em estudar a relação entre os fenômenos da vitimização policial e da letalidade decorrente de intervenção policial.

Em maio de 2006, segundo dados oficiais, período que ficou conhecido pelos ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) contra policiais de São Paulo, ao todo 43 agentes públicos perderam a vida². No mesmo mês, a Polícia estadual registrou em torno de 500 resistências seguidas de mortes³, ou seja, mortes decorrentes de intervenção policial que são

¹ O Instituto Sou da Paz é uma organização não governamental que atua com vistas a contribuir para a efetivação de políticas públicas de segurança e prevenção da violência que sejam eficazes e pautadas pelos valores da democracia, da justiça social e dos direitos humanos. Eu atuei 4 anos e meio no Sou da Paz, sempre vinculada aos projetos ligado as instituições policiais.

² Para mais informações sobre este episódio ver relatório. JUSTIÇA GLOBAL. São Paulo sob Achaque: Corrupção, Crime Organizado e Violência Institucional em maio de 2006.

³ No Rio de Janeiro, estas mortes são popularmente conhecidas como autos de resistência. Em São Paulo o termo utilizado é Resistência Seguida de Morte. Os dois termos utilizados dão a entender que a culpa pela morte é da própria vítima, que atentou contra a vida do policial e, por consequência, o policial não encontrou outra saída a não ser matá-la.

consideradas como ações legítimas e legais. O número de mortes provocadas é equivalente ao que a mesma polícia pratica no período de um ano, o que já é considerado alto por organizações de defesa aos direitos humanos.

Após este episódio, surgiu um movimento de mulheres, que recebe o nome de Mães de Maio, formado pelas mães de pessoas mortas em maio de 2006 pelas mãos da polícia e que cobram investigação dos casos, alegando que muitas dessas mortes foram extrajudiciais. Cobrou-se também das autoridades que se investigue a existência de outras mortes ou pessoas desaparecidas que são vítimas deste fenômeno, mas que não foram incluídas nos números divulgados.

No ano de 2013 fui convidada para trabalhar na Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro e comecei a me interessar em me debruçar mais sobre quais são os efeitos da vitimização policial para a ação policial. Durante os quase quatro anos que estive como coordenadora na SESEG, tive acesso a muitas informações sobre a vitimização de policiais militares no estado que me permitiram refletir mais profundamente sobre esta temática.

Neste sentido, alguns episódios marcaram a história da segurança pública no estado e chamaram minha atenção. No começo dos anos 1990, a chacina de Vigário Geral ficou conhecida como o episódio em que se perdeu o controle das forças policiais do estado, quando após a morte de quatro policiais em uma emboscada gerou uma grande comoção entre a tropa. Como resposta cerca de 40 policiais encapuzados invadiram a comunidade na madrugada seguinte ao crime e mataram 21 pessoas no local.

Além deste caso, outros três me chamaram a atenção no Rio de Janeiro dentro desta mesma temática. O primeiro foi batizado como Chacina do Pan, no qual depois da morte de dois policiais, houve uma mega-operação no Complexo do Alemão que gerou a morte 19 pessoas em uma mesma noite⁴. A “mega-operação” mobilizou cerca de 1200 policiais e foi realizada dias antes do começo dos jogos Pan-americanos, com a intenção de “apaziguar” a referida região da cidade, conhecida pela atuação do tráfico de drogas. A Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal (2007), assim como a Anistia Internacional (2007) elaboraram um relatório sobre a atuação da polícia, apontando fortes indícios de execuções sumárias e arbitrárias.

⁴ Para saber mais, verificar as dissertações: ALVARENGA FILHO, José Rodrigues de. Chacina do Pan: a produção de vidas descartáveis; VIEIRA, Thales Monteiro. Nem Junto e Nem Misturado: uma etnografia da UPP Nova Brasília no Complexo do Alemão.

Outro episódio, foi uma operação realizada no dia 24 de junho de 2013, desencadeada após uma manifestação no Complexo da Maré, no qual a população tentou fechar a Avenida Brasil em protesto a violência policial na área. Vale destacar que essa manifestação foi decorrente de outras mobilizações que também aconteciam na cidade que ficou conhecida como Jornadas de Junho⁵. Entretanto, em um dado momento, houve confronto da polícia com os traficantes locais e um sargento do BOPE foi morto. A consequência desta operação para os moradores foi a morte de mais nove pessoas e o ferimento de pelo menos outras nove em decorrência de intervenção policial⁶.

O mais recente episódio ocorreu no dia 05 de maio de 2016, quando policiais do BOPE fizeram uma operação no Morro da Providência e um sargento da polícia militar foi morto e outras cinco pessoas morreram e quatro ficaram feridas. Em entrevista para o jornal RJ-TV⁷ posterior a este episódio, o Secretário de Segurança Pública à época, José Mariano Beltrame, afirmou que as operações continuariam e ressaltou que “as pessoas que atirarem na polícia, vão levar tiro também”, fortalecendo a ideia de que após ataque à policiais o revide estava autorizado.

Misse (2011) em um estudo sobre os homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro aponta que o estado todo presencia conflitos armados entre policiais e grupos de criminosos, principalmente em áreas em que há a presença de tráfico de drogas. O autor aponta que este fato se dá devido ao modelo repressivo policial, no qual guarnições policiais invadem repentinamente territórios que estão sob jugo do tráfico e ocasionam reações violentas, que desencadeiam em tiroteios e geram mortes.

Sendo assim, a partir do contexto relatado anteriormente, o objetivo desta pesquisa é avaliar quais são as consequências da vitimização policial e como a letalidade em decorrência de intervenção policial se relaciona com a morte de policiais, buscando verificar se a ocorrência da vitimização policial na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro influencia no aumento do número de mortes ocasionadas por policiais da mesma corporação.

⁵ Os protestos que ocorreram no Brasil em junho de 2013, conhecidos como Manifestações de Junho ou Jornadas de Junho, foram compostos por várias manifestações populares por todo o país que inicialmente surgiram para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público e ficaram conhecidos por serem as maiores mobilizações no país desde as manifestações pelo impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello em 1992.

⁶ Informações contidas no site: <http://redesdamare.org.br/blog/noticias/o-luto-da-mare/> acessado em 13 de março de 2017.

⁷ Reportagem contida no site: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/em-enterro-de-pm-beltrame-diz-que-quem-atirar-na-policia-vai-levar-tiro.html> acessado em 08 de abril de 2017.

A relação entre a vitimização e a letalidade policial foi debatida a partir de dados quantitativos e qualitativos. Para a análise quantitativa, foi necessário observar três tipos de ocorrência registradas no estado do Rio de Janeiro no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2015: homicídios dolosos, morte de policiais militares em serviço e em folga e mortes de civis em decorrência de intervenção policial.

Sobre a fonte de dados utilizados destaca-se que os números referentes a homicídios e mortes em decorrência de intervenção policial foram extraídos dos microdados de ocorrências do Instituto de Segurança Pública - ISP, que indicam o dia e a área em que as mortes ocorreram. Já as mortes de policiais foram identificadas a partir de dados do Sumário de Informação - SUMINFO⁸, que é um registro administrativo da PMERJ, sistematizado na Coordenadoria de Inteligência, a partir de informações produzidas e encaminhadas por policiais do serviço reservado (P2) das diferentes unidades da corporação.

Entretanto, não foi possível utilizar os microdados do ISP para as ocorrências de vitimização policial, pois neste registro não está especificado o motivo da morte dos policiais, e sabe-se que no total de mortes também são contabilizadas mortes por causas naturais e mortes por acidente de trânsito, o que prejudicaria a análise em questão. Além disso, o ISP só possui dados de mortes de policiais em serviço, o que restringiria o aprofundamento da análise. Neste sentido, com o objetivo de realizar uma comparação apenas entre mortes de policiais por homicídios, o banco criado para análise desta pesquisa foi elaborado a partir da leitura de todas as ocorrências de morte de policiais de janeiro de 2010 a dezembro de 2015, prestando atenção no motivo de cada morte e selecionando apenas aquelas em que o policial foi morto por agressão ou homicídio, deixando lado morte por causas naturais, acidentes de trânsito ou suicídio.

A hipótese geral deste estudo é que quando um policial é morto por causa da função que exerce, isto se torna um fator desencadeador de mortes em decorrência de intervenção policial, seja devido ao medo ou estresse gerado no policial ou como forma de dar uma resposta a aqueles que atentaram contra a vida daqueles profissionais⁹. Por motivos óbvios, não fazia sentido contabilizar ocorrências em que o policial morreu devido a causas naturais, acidente de trânsito ou suicídio.

⁸ No Sumário de Informações – SUMINFO, produzido pela Polícia Militar, estão contidas ocorrências consideradas de interesse da corporação, geralmente relacionadas à prática de crimes violentos, assim como situações que envolvam a participação de policiais militares em qualquer condição, seja vítima, autor ou outra circunstância. Apesar de ser um dado administrativo, não destinado ao mapeamento da vitimização policial, por falta de uma fonte adequada este banco será utilizado para atingir o fim pretendido.

⁹ As hipóteses serão melhor apresentadas no Capítulo 1.

A análise qualitativa, por sua vez, foi realizada a partir da realização de entrevistas com policiais militares que atuam no estado do Rio de Janeiro. Para realizar as entrevistas, em primeiro lugar foi necessário pedir autorização ao comando da Polícia Militar. A porta de entrada na instituição foi o Centro de Assuntos Estratégicos – CAES, para o qual foi enviado um e-mail para o comandante da unidade com o projeto de pesquisa e, em seguida, fui convocada para uma entrevista sobre a pesquisa na unidade. Além dos objetivos da pesquisa, me pediram para informar quais as unidades que seriam visitadas e quais policiais seriam entrevistados e, ao final, me solicitaram o cronograma e roteiro de entrevistas. Após dois meses de trâmites burocrático, recebi uma autorização por e-mail assinada como subcomandante do EMG para que eu levasse as unidades para agendar as entrevistas. Apesar disso, apesar de ter sido solicitado, não me entregaram nenhuma lista de telefone atualizada das unidades e nem enviaram ofícios para as unidades informar sobre a autorização das entrevistas. Após a entrega da autorização assinada, em dezembro de 2016, não tive mais contato com o comando da PMERJ.

Os policiais que foram visados para entrevista foram comandantes que refletem sobre a vitimização policial dentro da PMERJ, comandantes de unidades com alto número de vitimização policial e policiais que atuam nas ruas (ou que atuaram nas ruas) e que estiveram envolvidos em ocorrência em que algum policial morreu ou foi ferido. Embora não fosse o foco principal, algumas vezes consegui entrevistar policiais que foram feridos, mas que voltaram a atuar nas ruas.

Sendo assim, a dificuldade inicial foi encontrar os telefones corretos das unidades para que eu pudesse agendar as entrevistas, pois a lista de telefones disponibilizadas no site da Polícia Militar contém muitos números errados, além de ter números de telefone que nunca são atendidos por ninguém. Em seguida, foi necessário convencer o comandante de cada unidade que a realização de entrevistas tinha sido autorizada pelo EMG e que, portanto, ele não seria prejudicado institucionalmente caso aceitasse conversar comigo.

O contato com os comandantes de cada unidade foi bastante difícil e recebi alguns “nãos” de unidades em que seriam importantes para pesquisa. Mesmo assim, vale ressaltar que encontrei policiais bastante dispostos a ajudar e interessados em compartilhar suas experiências pessoais dentro da PMERJ, de modo a gerar reflexões e melhorias institucionais.

É importante ressaltar que não existe um protocolo para dar entrevista seguido pelos comandantes, então cada um respondeu ao pedido de entrevista da maneira que considerou mais adequada. Alguns comandantes aceitaram prontamente participar, mesmo sem ter indicações

diretas do comando. Outros se recusaram e pediram autorização encaminhada diretamente pelo EMG, com indicação que aquela unidade poderia fazer parte da pesquisa. Outros ainda nem quiseram ver a autorização. De maneira geral, o que funcionou melhor foi dizer que algum outro policial, de alta patente e de preferência com vínculos pessoais a ele, me indicou para realizar entrevista. Quando eu chegava ao comandante dizendo que um outro comandante me indicou, dificilmente eu recebia um “não” como resposta.

Por este motivo, sempre que possível, ao final de cada entrevista, eu pedia para que o policial me indicasse um colega de farda que já havia participado de uma ocorrência em que algum policial foi morto ou ferido para ser entrevistado. Se o entrevistado fosse um comandante de unidade, eu pedia para ele me indicar um policial da própria unidade nestas condições. Sendo assim, após a primeira entrevista com um subcomandante de Batalhão, que é acadêmico e valoriza pesquisas sobre a polícia de órgãos ou pessoas externas à instituição, pedi encarecidamente que ele me indicasse outros policiais que pudessem falar sobre o tema. Ele me permitiu entrevistar policiais da sua unidade e me passou o telefone de alguns colegas de farda para que eu entrasse em contato. Assim fui conseguindo realizar as entrevistas com os policiais.

Após a realização de 15 entrevistas, o campo começou a fechar novamente e passou a ser difícil encontrar policiais que estivessem dispostos a conversar sobre vitimização policial. Então resolvi acionar o setor de psicologia da PMERJ, explicar o trabalho que estava desenvolvendo e pedir auxílio para agendar novas entrevistas, assim como consegui entrevistar psicólogos da instituição sobre o tema. Além disso, com base nos contatos que fiz atuando durante quase quatro anos na Secretaria de Estado de Segurança, solicitei ajuda para alguns policiais conhecidos para que eles me indicassem outros policiais a serem entrevistados.

Ao final, de janeiro a maio de 2017, entrevistei 32 policiais militares do estado do Rio de Janeiro, sendo 14 oficiais da tropa (três coronéis, seis majores, um capitão, quatro tenentes), dois oficiais psicólogos (um capitão e um tenente) e 16 praças (dois sargentos, três cabos e onze soldados), lotados em 14 unidades diferentes, sendo três unidades de Comandos de Policiamento, seis Batalhões operacionais e cinco Unidades de Polícia Pacificadora - UPP distribuídas pelo estado do Rio de Janeiro. Com objetivo de não permitir a identificação daqueles que me concederam entrevistas, optei por não informar em quais unidades estive presente.

As entrevistas não foram gravadas, porque a maior parte dos policiais não autorizou o registro da voz por medo de serem identificados e sofrerem sanções institucionais. Por isso, foi necessário transcrevê-la no momento da conversa, tentando registrar o maior número de

informação possível, de modo a manter a fidedignidade das falas e permitir que algumas delas pudessem ser reproduzidas no presente trabalho para fortalecer as análises realizadas.

Assim, para apresentar os trechos de entrevista e manter o sigilo quanto a identidade dos policiais, no momento de apresentar as falas, os policiais não são identificados por seus nomes. Ao invés disso, optou-se apenas por destacar seu posto ou graduação verdadeiros, seguidos por uma letra aleatória do alfabeto que foi dada a cada entrevistado e a unidade de lotação (BPM – Batalhão e UPP – Unidade de Polícia Pacificadora). No caso dos psicólogos, como foram poucos entrevistados, seria de fácil identificação se fossem apresentados deste modo, por isso optou-se por não destacar seus cargos, somente seus postos e unidades de lotação.

Todos os materiais recolhidos durante a elaboração desta pesquisa foram organizados em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta um breve histórico sobre a violência letal no Rio de Janeiro e, sem tentar abarcar todas as formas possíveis de violência letal, busca contextualizar a vitimização e a letalidade policial em um contexto mais amplo que envolve quatro fenômenos: tráfico de drogas, milícias, grupos de extermínio e políticas de segurança pública implantadas no Estado. Além disso, constrói-se três hipóteses que possibilitam explicar a relação existente entre as ocorrências de morte de policiais e o possível aumento de mortes em decorrência de intervenção policial, de modo a apontar as ideias que nortearam o trabalho de campo com os policiais.

O segundo capítulo apresenta uma breve explanação sobre o uso da força pela polícia, sobre a metodologia utilizada para desenvolver as análises quantitativas de dados e as análises em si. O resultado encontrado aponta que existe uma relação entre as ocorrências de vitimização policial e de letalidade policial, como também demonstra que a vitimização policial é responsável por um incremento da letalidade policial dias após a morte do policial, mesmo quando se pondera com dados de violência de locais e períodos específicos.

Em seguida, a partir das entrevistas realizadas e utilizando inúmeros trechos de fala de policiais para exemplificar as reflexões obtidas, desenvolve-se mais três capítulos que ajudam a entender as ideias que estão presentes nos discursos policiais que podem apontar como a morte de um policial se torna responsável pelo aumento de mortes em decorrência de intervenção policial nos dias posteriores a ocorrência.

Assim, o terceiro capítulo apresenta um discurso presente durante as entrevistas com policiais, no qual acredita-se que a polícia militar do estado do Rio de Janeiro vive uma guerra e de que modo a vitimização policial acaba por legitimar na fala dos operadores a existência de tal guerra. A intenção deste capítulo não foi discutir o conteúdo do discurso e os valores embutidos neles, mas apresentar como o compartilhamento de tais valores entre os policiais informa sobre a prática cotidiana da polícia.

O quarto capítulo discorre sobre o impacto da vitimização policial sobre os policiais, buscando mostrar os sentimentos apresentados pelos policiais que viram um colega ser morto ou ferido, ou até mesmo o sentimento que gera após ele mesmo ser ferido, trazendo para discussão o medo, a raiva e a apatia e o orgulho a partir da fala dos policiais. Além disso, apresenta-se o cuidado (ou a falta dele) por parte da instituição com os policiais que sobrevivem a uma ocorrência com troca de tiros ou até mesmo com aqueles que comandam uma unidade em que um policial foi morto, apontando para a dificuldade da Polícia Militar e sua tropa lidarem com a morte, mesmo quando estas parece fazer parte da rotina.

Por fim, o quinto e último capítulo, aponta para as consequências da vitimização policial para a ação policial, ou seja, como a morte ou o ferimento de policiais influenciam em seu modo de agir enquanto profissionais. Neste capítulo discute-se a investigação das ocorrências que envolveram a morte de policiais, a resposta institucional dada a partir destas ocorrências e as ações preventivas desenvolvidas para evitar que outros policiais sejam mortos.

Com isso, espera-se possibilitar uma discussão acerca do impacto da vitimização policial para além do número de policiais que perdem a vida todos os anos na corporação, mas apontando também a necessidade de ter um cuidado com aqueles profissionais que sobrevivem e continuam trabalhando nas diferentes unidades da corporação. Além disso, pretende-se chamar atenção para a forma como a instituição responde a mortes de seus profissionais, pois muitas vezes a ação coloca em prática só aumenta o número de mortes de civis pelas mãos da polícia sem que haja, assim, uma resolução efetiva para o problema.

1. VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

O Rio de Janeiro apresenta um histórico de violência que tem visibilidade internacional. O medo e a insegurança são elementos comuns na rotina de um estado que convive por décadas com a presença de grupos armados em confronto. Neste sentido, a violência passou a ser um grande tema debatido por acadêmicos e intelectuais, que buscam entender esse fenômeno.

A representação do que é violência está em constante construção e há uma discussão acadêmica ampla que busca problematizar os sentidos criados. Entretanto, quando se discute a violência no Rio de Janeiro é difícil fugir da discussão sobre o tráfico de drogas, milícias, disputa de território, políticas públicas repressivas e grupos de extermínio e, consequentemente, localizar todos estes elementos dentro de áreas de favela e outras áreas periféricas conhecidas como “territórios de pobreza”. Com a intenção de apresentar melhor o problema que será aprofundado com este estudo, o presente capítulo, sem ter a intenção de ser exaustivo, pretende oferecer uma breve explanação sobre crimes violentos no Rio de Janeiro, na qual a vitimização de policiais e a letalidade por parte da polícia estão inseridos.

Antes de mais nada vale destacar que a violência urbana é um termo complexo e tentar simplifica-lo pode trazer falsos entendimentos. Machado da Silva (2008) aponta que a “violência urbana” não pode ser entendida apenas como um simples sinônimo de crime comum nem de violência em geral, mas como um complexo de práticas legal e administrativamente conhecidas como crime, destacadas pela força física existente em todas elas e que ameaçam a integridade física e a garantia patrimonial responsáveis pelo sentimento de segurança que acompanham a vida cotidiana rotineira. O autor complementa que apesar desta consideração mais ou menos consensual, não se pode negar que a noção de violência urbana possui muitos significados e um enorme alcance.

Diversos estudos apontam que no Brasil a violência começou a ter maior visibilidade a partir da abertura democrática. Segundo Misse (2008) até o início dos anos de 1970, a violência urbana no Brasil não era pauta de debate e havia poucos estudos sobre criminalidade no país. O que não significa dizer que a violência comece no país após este período, afinal a história brasileira é marcada por um longo período de escravidão e extermínio de índios na qual a violência era sentida de forma extrema por uma parcela da população. Entretanto, antes da década de 70, isto não era considerado um problema para as autoridades públicas e nem recebia visibilidade suficiente de pesquisadores.

A mudança ocorreu, segundo Machado da Silva (2010), com o crescimento de episódios de violência e sua expansão para áreas antes consideradas protegidas, sendo identificados como ameaças constantes à integridade pessoal e patrimonial e transformando-se, assim, em um dos principais problemas da agenda pública.

Misse (2008) aponta que anteriormente aos anos de 1950 os crimes mais comuns tratados pela polícia eram contravenções penais e crimes de menor gravidade que não envolviam violência, como pequenos furtos e estelionatos. Homicídios eram principalmente crimes passionais e ligados à honra. Sendo assim, a violência não era vista como problema, uma vez que se limitava às classes populares. Em meados de 1950, houve uma mudança nos padrões de criminalidade em grandes cidades, como o Rio de Janeiro, quando começam a aparecer com maior frequência nas mídias roubos a mão armada.

Misse (2008) ainda reflete sobre o aumento da população na cidade do Rio de Janeiro que teve sua população triplicada entre os anos de 1950 e 1970, devido a migração intensa que acabou por ampliar os bolsões de pobreza urbana nas favelas e na ocupação da periferia metropolitana. Além disso, o autor pontua que, no final da ditadura Vargas, houve um esforço em tentar integrar as populações urbanas marginalizadas a cidade. Entretanto, na década de 60, uma reação conservadora das classes médias, assim como o golpe de 64 que colocou fim ao populismo no Brasil, fez com que os esforços fossem interrompidos e houvesse um maior apoio para políticas conservadoras de remoção das favelas situadas nas zonas nobres do Rio de Janeiro.

Até a década de 80, o Rio de Janeiro apresentava taxas de homicídios próximas às taxas nacionais. Na década de 90, houve um aumento vertiginoso deste tipo de crime e o estado passou a apresentar estatísticas de mortalidade violenta possível de ser comparada com países em guerra. Nesta época o controle territorial por grupos armados passou a compor o cotidiano das favelas, periferias e espaços populares no estado.

Caldeira (2000) analisa como o padrão de sociabilidade dos grandes centros urbanos influencia na violência e aponta que as instituições policiais têm participação direta no aumento da violência. A partir da apresentação de estatísticas sobre violência policial, mostra que as mortes causadas por policiais foram responsáveis por 20% do total de homicídios no estado de São Paulo.

Na segunda parte do livro “Cidade de Muros”, que recebe o nome de “O crime violento e a falência do Estado de Direito”, Caldeira (2000) busca explicar o aumento da violência e da criminalidade a partir dos anos 80. Aponta que os homicídios cresceram principalmente na

periferia, tendo como vítimas homens jovens, destacando o aumento da quantidade de armas em posse da população. A autora aponta que muitos fatores influenciaram neste processo, como a urbanização, a industrialização, o analfabetismo e a pobreza. Além disso, destaca que muitas vezes o poder público adota estratégias ilegais para combater o crime, ignorando os direitos individuais, que acabam por condicionar a uma elevação das taxas de homicídios e aumento da violência. Essas ações ilegais, muitas vezes, são legitimadas pela sociedade.

Ramos (2016) aponta que o número de homicídios em uma dada localidade serve de parâmetro para indicar a violência de um local, uma vez que são crimes que tem obrigatoriedade de serem notificados a polícia, além de serem registrados por setores de saúde. Geralmente em locais em que os números de homicídios são altos, os demais crimes também apresentam taxas significativamente altas, assim como as mortes por arma de fogo indicam a circulação de armas no local.

Além disso, outro ponto a ser considerado é que o estado do Rio de Janeiro não vive a violência de uma mesma forma, é possível notar que a capital e a região metropolitana concentram boa parte da criminalidade e violência letal do estado, já o interior historicamente apresenta taxas mais baixas. Ainda assim é possível fazer um recorte maior e perceber que dentro da cidade do Rio de Janeiro a violência é vivida de maneira diferente de acordo com a região ou do bairro. Por exemplo, a zona Sul da cidade tem taxas equivalentes a países europeus, enquanto as taxas da Zona Norte são próximas as da Venezuela. (RAMOS, 2016)

O estudo intitulado como Diagnóstico de Homicídios no Brasil: Subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios (2015), publicado pelo Ministério da Justiça, apresenta estatísticas do ano de 2013 sobre o panorama dos municípios que mostram as maiores taxas de homicídios. Nota-se que alguns municípios do estado aparecem com as maiores taxas de homicídios da região sudeste, como Belford Roxo, Campos dos Goytacazes-RJ, Duque de Caxias-RJ e Nova Iguaçu-RJ. Além das altíssimas taxas de Cabo Frio-RJ, que chegam a 67,5.

Além disso, no relatório também consta a taxa de mortes por arma de fogo para cada 100 mil habitantes, que contabiliza homicídios e suicídios. O estado do Rio de Janeiro apresenta taxa de 18,8 por 100 mil, sendo distribuída diferentemente nos municípios: Rio de Janeiro (11,7), Nova Iguaçu (23,1), São João de Meriti (23,7), Belford Roxo (25,5), Duque de Caxias (28,1), São Gonçalo (28,1), Campos dos Goytacazes (35,2) e Cabo Frio (51,9).

Tabela 1 – Taxa de homicídios e taxa de morte por arma de fogo para cada 100 mil habitantes

MUNICÍPIO	TAXA DE HOMICÍDIOS	TAXA DE MORTE POR ARMAS DE FOGO
Rio de Janeiro	18,0	11,7
Belford Roxo	43,6	25,5
Campo de Goytacazes	44,1	35,2
Duque de Caxias	48,4	28,1
Nova Iguaçu	58,3	23,1
Cabo Frio	67,5	51,9
São João de Meriti	40,2	23,7
São Gonçalo	31,6	28,1

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP, 2010; 2015.

A população também não é atingida de forma homogênea, uma vez que as principais vítimas de homicídios são homens, jovens e negros. Vale ressaltar que das vítimas de homicídios mais de 90% do total são homens e é a principal causa de morte de jovens entre 15 e 24 anos e segundo o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) as chances de um adolescente negro ser assassinado no Brasil é três vezes maior que de um branco. Os jovens negros são os mais afetados pela violência urbana, advinda de diversos contextos, e os mais vitimados pelos homicídios.

Para entender as altas taxas de homicídio no Rio de Janeiro e a maneira como atinge uma parcela específica da população, alguns pontos devem ser olhados. Nas páginas seguintes serão apresentados alguns dos fenômenos que ajudam a entender como o Rio de Janeiro apresenta uma grave situação quanto ao número absoluto de homicídios e morte por arma de fogo, chegando a apresentar quase 10% deste tipo de mortes no Brasil.

1.1. Tráfico de drogas

O Rio de Janeiro tornou-se rota de distribuição de cocaína que saía dos países andinos em direção à Europa no final dos anos 1970. Segundo Leite (2008), o tema da violência se tornou central na cidade devido o surgimento de um novo perfil do tráfico de drogas, que a partir de 1980 passou a se vincular com cartéis internacionais com o objetivo de promover a entrada de cocaína em grande escala no mercado.

O tráfico de drogas é comandado por três facções no estado. O Comando Vermelho e o Terceiro Comando foram facções que surgiram dentro da prisão Candido Mendes, em Ilha Grande e seus membros passaram a dominar o tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro. Segundo Glenny (2016), o surgimento das referidas facções modificou a vida nas favelas, trazendo uma das forças sociais mais poderosas que o Brasil conheceu – os traficantes.

No ano de 1994, a morte de Orlando Jogador, chefe do tráfico do Complexo do Alemão e membro do Comando Vermelho levou a uma guerra entre facções que aterroriza a cidade até hoje. A morte foi causada pelo chefe das favelas vizinhas ao Complexo, conhecido como Uê, que criou junto com seus associados a terceira facção de narcotraficantes do Rio de Janeiro, conhecida como Amigo dos Amigos, ou ADA. A emboscada para Orlando Jogador foi tramada entre membros da ADA e do Terceiro Comando. (GLENNY, 2016)

Ao tráfico é atribuída a principal responsabilidade pelo aumento da violência no estado, uma vez que carrega consigo a territorialização do comércio de drogas, a movimentação de bilhões de dólares, um circuito sofisticado para comercialização de drogas e lavagem de dinheiro e a articulação com o tráfico de armas. (MISSE, 2008; LEITE, 2008). Neste sentido, a presença de armamentos pesados passou a marcar a disputa entre bandos rivais pelos pontos de venda e destes com a polícia.

Esses territórios, ocupados por traficantes varejistas, são constituídos, no Rio, pelos pontos de venda nos morros (“bocas de fumo”), defendidos por “soldados” armados com fuzis, metralhadoras, granadas e até, em alguns casos, com armas anti-aéreas, tudo isso em meio urbano, com alta densidade demográfica e constantes incursões policiais. (MISSE, 2008, p. 383)

Os conflitos armados são comuns entre facções diferentes que dominam o tráfico de drogas em certa região, tentando invadir e tomar o território do outro, tornando as favelas campos de batalhas na luta pelas três facções pelo domínio do narcotráfico. Os inúmeros conflitos pelo controle de mercados ilegais de drogas e armas têm como principais vítimas os moradores de localidades pobres.

De acordo com Figueiredo (2015), nos anos 2000, as disputas entre esses grupos armados não afetaram apenas quem está diretamente envolvido ao tráfico, mas todos os moradores das regiões dominada pelo mesmo. As “bocas de fumo” são montadas nas ruas e sua proteção é feita de forma armada e ostensiva. Destaca-se que nesse cenário há uma intensificação da lógica guerreira, na qual a demonstração do poder de exterminar o inimigo se faz presente nas rivalidades entre facções.

Além da guerra entre traficantes, existe também o confronto entre tráfico e polícia. A resposta do poder público para este cenário foi uma atuação violenta e repressiva por parte da polícia. A atuação do Batalhão de Operações Especiais – BOPE, utilizando veículos blindados, conhecidos como “caveirão”, com armas de fogo de alto poder bélico, marcam este período. Misse (2008) aponta que o viés “guerreiro” que foi incorporado pelos pequenos traficantes faz com que estes enfrentem outros traficantes e a polícia, podendo ser observado que os meninos que atuam no tráfico geralmente possuem entre 15 e 19 anos e as vezes preferem um confronto armado com a polícia do que se render à prisão.

1.2. Grupos de extermínio

Outro ponto a ser considerado quando se observa os homicídios no Rio de Janeiro são os grupos de extermínio. Misse (2008) pontua que no Brasil o Estado nunca conseguiu ter o monopólio total do uso legítimo da violência, assim como não foi capaz de oferecer a todos os cidadãos acesso judicial à resolução de conflitos. Esta incompletude no processo de modernização do país é vista pelo autor como responsável pelos efeitos da violência com a qual nos deparamos, entre eles a adoção de soluções de força ilegais, como justiçamentos, tortura ou fazer justiça com as próprias mãos.

No Rio de Janeiro, mais especificamente, surgiu uma forma de resolução de conflitos, conhecida como “Esquadrão da Morte”. Nos anos de 1950, o padrão de criminalidade mudou e os assaltos a mão armada se tornaram mais visíveis. O medo e a sensação de insegurança fizeram com que setores da imprensa e a Associação Comercial local cobrassem medidas duras do chefe da Polícia Civil da época, o General Amauri Kruel. O resultado foi a criação de um grupo especial na polícia com o objetivo de combater a criminalidade, o Serviço de Diligências Policiais que tinha liberdade de empregar os métodos que julgasse adequados para combater a criminalidade. As ações deste setor da polícia ficaram marcadas pelas sucessivas mortes de suspeitos, passando a ser chamado pela imprensa como “Esquadrão da Morte”. No currículo do Esquadrão da Morte encontram-se violência, tortura e arbitrariedades praticadas pelos agentes deste grupo.

Além dos crimes do Esquadrão, as execuções realizadas pela polícia tornaram-se frequentes. Nas favelas do Rio de Janeiro, a polícia já tinha o costume de matar aqueles que, por algum motivo, tinham algum tipo de suspeita. Os policiais sempre justificavam as mortes dizendo que o morto era “bandido”, como relatado anteriormente.

Pinheiro (1997), em *Violência de Estado e Classes Populares*, aponta que a polícia no Brasil sempre utilizou métodos violentos para conter e punir as classes subalternas. No Rio de Janeiro, com taxas altas de homicídios, há um sentimento de insegurança vivido pela população que se mistura a um desejo de que a polícia “limpe as ruas” de pessoas que ameacem. O Esquadrão da Morte surge neste contexto pretendendo dar conta de um discurso moralista de manutenção da ordem e defesa da sociedade contra indivíduos indesejáveis, mesmo que para isso precisasse ir contra a lei vigente.

Depois do Esquadrão da Morte, outros grupos de matadores passaram a surgir no Rio de Janeiro. Na década de 1970 e começo da década de 1980, outros grupos passaram a agir, principalmente na Baixada Fluminense, como o “Mão Branca”, personagem que ligava para os jornais fornecendo o paradeiro dos corpos e também estava ligado a grupos de extermínio e o “Rosa Vermelha”, muitos com presença de policiais que tinham por finalidade eliminar ladrões e bandidos locais. (MISSE, 2008)

Nesse período, os grupos de extermínio no Rio passaram a ser chamados de “polícia mineira”. Vale destacar que o termo “bandido bom é bandido morto” foi dito a imprensa por um policial e, posteriormente, político integrante de um grupo para-policial chamado de Escuderia LeCocq.

As execuções, de forma geral, são justificadas pela lentidão e “flexibilidade” da justiça brasileira e recebem amplo apoio de moradores locais, por entenderem que essa é a melhor forma de lidar com o problema. Após a abertura democrática no país, este tipo de crime começou a ter maior visibilidade, e ao invés de resolver os problemas da violência como pretendiam, passaram a potencializar os problemas anteriores.

1.3. Milícias

Outro problema bastante sério, que impacta no número de mortes e que o Rio de Janeiro conhece bem é a atuação das milícias. Misse (1999) aponta que nas favelas, onde há pouca infraestrutura, poucos serviços públicos e quase nenhuma representação política, acabam por surgir outros atores sociais que passam a assumir a ordem local, como bicheiros, vigilantes, criminosos armados e donos de boca de fumo. Sendo assim, com o passar dos anos surge um novo ator para disputar este papel de organizador local, as milícias.

Não existe uma definição unânime para definir milícia, mas segundo o Relatório final elaborado pela Comissão Parlamentar de Inquéritos – CPI das Milícias¹⁰ (2008), pode-se dizer que a expressão foi incorporada ao debate como grupos de agentes do Estado (policiais, bombeiros, agentes penitenciários, etc.) que impõem uma proteção em comunidades pobres, em troca do pagamento de uma mensalidade, e exploram ilegalmente atividades como TV a cabo, gás e transporte alternativo. Além disso, as milícias passaram também a controlar parte do comércio ilegal de drogas.

O início de atuação das milícias, segundo o referido Relatório, está datado em 2004, sendo que em 2006 esta prática ganhou visibilidade, uma vez que houve represálias por parte de narcotraficantes - ataques a instituições, policiais e meio de transporte - que foram considerados como uma resposta ao alastramento de milícias nas comunidades da cidade do Rio de Janeiro, gerando inúmeras matérias em jornais.

Na época, houve manifestações de pessoas públicas que demonstraram apoio as milícias como forma de “libertar” as populações submetidas ao narcotráfico. O prefeito em exercício, inclusive, usou o termo “auto-defesa comunitária” para se referir as milícias, já que haviam policiais moradores dessas áreas que tomaram a decisão de expulsar o tráfico. Por outro lado, havia quem apontasse o caráter coativo do domínio destes grupos, bem como a contradição que implicava em membros estatais agir de forma privada com o objetivo de extrair lucro. Ressalta-se que em muitos casos, os moradores e trabalhadores locais pagam uma taxa em troca de proteção. Cano (2008) questiona se, de fato, esta é uma nova prática ou se é a continuação de velhas práticas, como a ‘polícia mineira’.

No estudo feito por Cano (2008), pontuou-se que as milícias estavam localizadas no município do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense e também em municípios mais distantes da Região Metropolitana, apontando um fenômeno de ampla expansão. Dentro do município do Rio, bairros como Campo Grande, Jacarepaguá, Santa Cruz, Anchieta, Guadalupe, Realengo e Paciência são os que receberam mais denúncias, mostrando uma presença forte na Zona Oeste e em menor medida na Zona Norte. (CANO, 1997)

10 A instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito foi requerida pelo Deputado MARCELO FREIXO em fevereiro de 2007, em decorrência da extrema gravidade da situação das milícias em comunidades no Estado do Rio de Janeiro, com fortes indícios de envolvimento de policiais, civis e militares, bombeiros militares e agentes penitenciários. Essa situação extremamente grave exigiu do poder público, em 2008, uma resposta imediata, a partir do sequestro e tortura dos repórteres do jornal “O DIA” em uma favela do Rio de Janeiro. Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito das Milícias no Rio de Janeiro. (ALERJ, 2008).

No mesmo estudo, o autor chama a atenção para as denúncias referentes a Homicídios e Tráfico de drogas, provando a natureza violenta destes grupos e que é um mito achar que as milícias são uma alternativa ao domínio do tráfico. Por isso, opta por utilizar uma definição mais ampla do conceito de forma a refletir as ações do grupo atuante nas comunidades do estado. O autor entende por milícia o somatório dos seguintes pontos:

1. O controle do território e da população que nele habita por parte de um grupo armado irregular;
2. O caráter em alguma medida coativo desse controle dos moradores do território;
3. O ânimo de lucro individual como motivação principal dos integrantes desses grupos;
4. Um discurso de legitimação referido à proteção dos habitantes e instauração de uma ordem que, como toda ordem, garante certos direitos e exclui outros, mas permite gerar regras e expectativas de normatização de conduta;
5. A participação ativa e reconhecida de agentes do estado como integrantes dos grupos. (CANO, 1997, p. 60)

É possível notar que o não cumprimento do Estado de Direito em determinadas áreas da cidade, fortalece o desenvolvimento de uma segurança paralela, e muitas vezes ilegal. O medo e a insegurança causados pelos crimes relacionados a traficantes de drogas e conflitos com a polícia, somado a falta de segurança pública, principalmente em áreas que ficam a própria sorte sem ações governamentais favorecem o desenvolvimento das milícias. (RELATÓRIO DA CPI DAS MILÍCIAS, 2008).

Ao agirem como “segurança”, os membros das milícias matam e controlam moradores e trabalhadores de determinada área, que estão vulneráveis a vinganças e acertos de conta, com a justificativa de que estão atuando para o bem comum. A execução de indivíduos que desrespeitam as regras criadas por eles auxilia a manutenção do poder, informando aos outros que não é possível enfrentá-los.

A atuação das milícias também é responsável pelo alto número de homicídios no estado do Rio de Janeiro. Vale destacar ainda que em algumas comunidades, a milícia e o tráfico dividem o território, o que fragiliza ainda mais a segurança dos moradores destas localidades.

1.4. Políticas de segurança pública (os números da violência)

A partir de todos os problemas apresentados, a solução para o fenômeno da violência muitas vezes é dada pela adoção de uma abordagem meramente reativa e repressiva, pois existe uma linha conservadora dentro do comando das instituições de segurança que acredita que o combate à violência só é possível com a mobilização do aparato policial, na qual muitas vezes

ocorre o uso excessivo da força. As consequências da adoção de políticas repressivas pelo estado se traduzem não raramente em mais mortes, tanto de policiais como causadas por eles.

A quantidade de policiais mortos por ano constitui-se um indicador que auxilia a perceber quanto os policiais militares e civis estão sendo vitimados, seja em serviço ou fora dele. De acordo com o relatório Diagnóstico de Homicídios no Brasil (2015), o estado do Rio de Janeiro e de São Paulo foram os que mais registraram policiais mortos no Brasil, respondendo por cerca de 42% dos registros em todo o país.

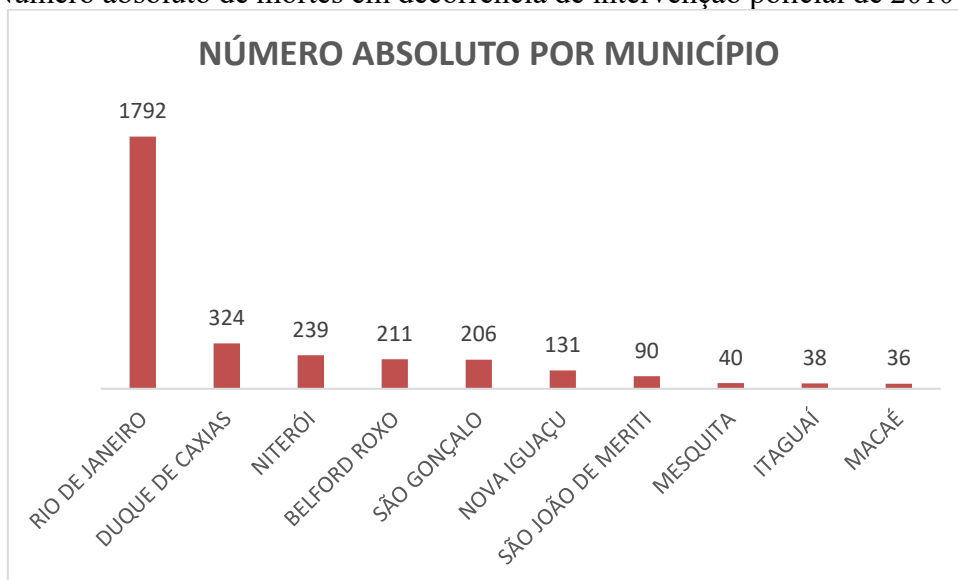
Em 2015 foi aprovada a Lei 13.142/2015 que tornou crime hediondo o homicídio provocado contra policiais no exercício de sua função ou em decorrência dela, que se estende também a cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, caso fique comprovada que seja em razão dessa condição. A consequência é o aumento de 12 para 30 anos de prisão a pena para assassinatos de policiais, além de endurecer o regime de cumprimento de pena, tornando, por exemplo, obrigatório o início em regime fechado. Mesmo assim, nos primeiros onze meses do ano de 2016, houve um crescimento de 38,5% de policiais militares e civis mortos em serviço no Rio de Janeiro, segundo estatísticas estaduais coletadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Em São Paulo, por sua vez, no mesmo período, os homicídios de policiais militares e civis em serviço e fora de serviço cresceram 21% em comparação com o ano anterior.

Por outro lado, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro juntos são os que mais registram mortes ocasionadas por policiais. Neste caso, o Sistema Unificado de Saúde (DATASUS) também pode ser uma fonte importante quando se refere a olhar dados relativos à letalidade policial. O fenômeno “intervenção legal”, contido no sistema e disponibilizado por município, refere-se à quantidade de pessoas que morreram por algum agente do Estado, podendo este ser policial ou não. Na Região Sudeste, os municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo foram os que apresentaram os maiores registros no ano de 2013, respectivamente 129 e 105 mortes, resultando em taxas de 2,01 e 0,89 intervenções por 100 mil habitantes.

Segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, apresentados na tabela abaixo, que indicam a ocorrência de mortes em decorrência de intervenção policial, pode-se notar que de 92 cidades que fazem parte do Estado, somente em 47 há registro deste tipo de morte entre os anos de 2010 a 2015. No entanto, em números absolutos, apenas 10 municípios concentram mais de 90% de todos os casos. Especificamente, cinco municípios são responsáveis pela concentração de 82% dos casos.

Como era de se esperar, a capital possui o maior número de registros, com mais vítimas do que todas as outras cidades juntas e com quase seis vezes o número de casos registrados na cidade com a segunda maior incidência, Duque de Caxias.

Gráfico 1 – Número absoluto de mortes em decorrência de intervenção policial de 2010 a 2015



Fonte: Sumário de Informação – SUMINFO-PMERJ, 2010; 2015.

Para entender um pouco o cenário apresentado no estado do Rio de Janeiro segundo os dados do Instituto de Segurança Pública - ISP, de 2010 a 2015 morreram 95 policiais militares em serviço, sendo o número de policiais mortos em folga cinco vezes maior, contabilizando 498 mortos no período. O número de mortes em decorrência de intervenção policial apresentado para o mesmo período é de 3441 pessoas. Vale destacar que o número de mortes ocasionadas pela polícia não é apresentado com a separação de mortes efetuadas por policiais em folga e em serviço. Além disso, os números não são apresentados separados por corporação que efetuou a ação, ou seja, não sabemos se o responsável pela morte foi um polícia civil, militar ou até mesmo federal. Entretanto, sabe-se que a maior parte das mortes em decorrência de intervenção policial são feitas por policiais militares em serviço, mesmo assim, pontua-se que apesar da comparação apresentada estar desbalanceada, o número de vidas perdidas na corporação policial, assim como em decorrência de intervenção policial é um tema preocupante.

Ramos (2016) traz dados da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro para apontar a representatividade de número de mortos pela polícia dentro do quadro de mortes intencionais do Estado. As mortes provocadas pela polícia representaram 21,7% das mortes intencionais no ano de 2007, quando a polícia chegou a matar mais de 1300 pessoas em um só

ano. No ano de 2015, as mortes violentas caíram e a porcentagem de mortes por polícias também caíram, chegando a representar 15,3% das mortes intencionais no Rio de Janeiro. Por ser uma porcentagem alta, sempre há o questionamento se a polícia está fazendo o uso adequado da força, uma vez que suas ações deveriam reduzir o número de mortos e não potencializá-lo.

Para explicar esse cenário, Ramos (2016) destaca que o motivo para chegar a este quadro é devido as políticas de segurança adotadas no estado. As operações realizadas na cidade, muitas vezes com vistas a apreender drogas e armas, costumam ter como resultado a morte de civis ou até mesmo de policiais. Após uma destas operações realizada no ano de 2007, que causou a morte de dezenas de pessoas no Complexo do Alemão, o secretário de segurança se pronunciou justificando as perdas com a seguinte frase: “Não se faz omelete sem quebrar os ovos”. Não foi coincidência que o ano de 2007 ficou marcado como o mais letal da polícia do Rio de Janeiro, com o registro de mais de 1300 vítimas de homicídio decorrente de intervenção policial.

Devido à violência de grupos armados que atuam principalmente nas favelas e áreas periféricas do estado, a violência da polícia também se concentra nestes locais e tem como principais vítimas jovens, do sexo masculino e negros. Destaca-se também que a violência policial não aparece apenas nas mortes, mas pode aparecer em ações cotidianas como nas blitz com revistas, por exemplo. Entretanto, o abuso policial neste tipo de situação é mais difícil de perceber e denunciar.

Vale pontuar que além do número de mortos em decorrência de intervenção policial, de acordo com Cano (1997), outro indicador que mostra se a polícia está fazendo uso excessivo da força é a relação de número de pessoas feridas pela polícia e o número de pessoas presas pela mesma corporação. Em uma pesquisa feita no município do Rio de Janeiro, com base em ocorrências de 1993 a 1996, mostrou-se que para cada pessoa ferida pela polícia, 2,7 pessoas foram mortas pela polícia e para cada pessoa presa, foram mortas 3,3 pessoas pela polícia.

Os dados apresentados apontam a existência de sujeitos constantemente ameaçados pela possibilidade de serem vítimas de violência e muitas vezes essa violência é apresentada pela própria polícia. No Rio de Janeiro, a execução de moradores de favelas e traficantes já foi bastante apontada como um exemplo de mortes que não são tidas como crimes, mas são apontadas como estratégias de uma política (Cano, 1997; Misse, 2011; Zaccone, 2015). No contexto de “guerra às drogas”, a polícia recebe o aval necessário para usar a força letal de forma excessiva, provocando milhares de mortes sem que seja cobrada a justificar o alto número de vidas perdidas.

Estas mortes, de forma geral, não chegam a despertar nenhum posicionamento mais enfático dos mecanismos punitivos nem da sociedade civil. Pelo contrário, reforça a ideia de que vivemos uma ‘guerra’ e que matar ‘bandidos’ faz parte desse combate. Além disso, há uma série de fatores que contribuem para a não investigação desses homicídios, como o registro de ocorrência alegando confronto e legítima defesa, a alteração da cena do crime, a não realização de perícias, a tentativa de criminalizar as vítimas, a falta de segurança para as testemunhas, e a omissão de atores como o Ministério Público, o que acaba por gerar um número alto de casos em que os autores ficam impunes. (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015)

O problema envolto na investigação e julgamento destes casos refere-se ao fato que, no caso de homicídios decorrentes de intervenção policial, geralmente as vítimas fatais recebem o rótulo de “bandidos” ou “traficantes” que reagiram a ação policial, recebendo o aval da população para serem mortos pela polícia, independente do contexto em que a ação foi realizada. Nota-se que a repressão policial carrega um repertório de preconceitos que incidem sobre a população mais marginalizada, ou seja, jovens moradores de favela, sob a égide da fórmula “Bandido bom é bandido morto”. Neste caso, existem duas questões implícitas: a primeira referente ao jovem que é visto como potencial criminoso e que deve ser morto e a segunda que define o trabalho policial pura e simplesmente como uma máquina de matar. (RODRIGUES, 2013)

Em uma pesquisa realizada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH, vinculada ao Ministério da Justiça, houve a consulta a uma amostra representativa da população sobre sua visão quanto aos direitos humanos. Os resultados mostram que um terço da população concorda que direitos humanos deveriam ser apenas para pessoas direitas e 45% da população concorda que bandido bom é bandido morto. (CANO, 2010) O autor aponta que nesse entendimento existe uma equação perversa, na qual acredita-se que a não atenção a direitos de alguns, parece ser indispensável para que se preserve o direito da maioria. Os direitos humanos são vistos, nesta situação, como obstáculo na luta contra a criminalidade e aqueles que insistem em defender estes direitos são tratados quase como traidores.

Um dos efeitos da visão mencionada anteriormente é apresentada em uma pesquisa recente lançada pela Anistia Internacional que recebeu o nome “Você matou meu filho: homicídios cometidos pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro”, no qual são discutidos casos de execuções extrajudiciais no Brasil cometidas por policiais. Nos últimos cinco anos, os homicídios decorrentes de intervenção policial responderam por cerca de 16% dos homicídios registrados na cidade do Rio de Janeiro. As estatísticas trazidas mostram que o perfil das

vítimas de homicídios decorrentes de intervenção policial na cidade do Rio de Janeiro segue o padrão do perfil da vítima de homicídios em geral no país. Das vítimas de homicídios pelas mãos da polícia entre 2010 e 2013 na cidade do Rio de Janeiro, 99,5% são homens, 79% são negros e 75% tem idade entre 15 e 29 anos.

Observa-se que os sujeitos excluídos socialmente são relacionados a pessoas perigosas, sobre as quais se exige que o Estado faça algo. O que está em jogo são as vidas, sobretudo dos jovens, negros e moradores de periferias ou favela, que muitas vezes tem seus direitos violados e se tornam alvos de ações policiais violentas.

A não aplicação de medidas de garantia dos direitos humanos é atribuída a uma “cultura de violência” que é percebida tanto nas instituições policiais, como na sociedade, na qual são justificadas práticas de tortura e de desrespeito aos direitos civis. A percepção da população sobre a não obrigatoriedade da garantia de direitos humanos para algumas pessoas também é responsável pela atuação seletiva dos policiais quanto a defesa destes direitos. Caldeira (2000) ressalta que o desempenho das instituições responsáveis pela ordem, como a polícia e o judiciário, é responsável também pelo aumento da violência.

Além disso, em outro trabalho desenvolvido por Cano (2009) foram analisados os Registros de Ocorrências da Polícia Civil que foram intitulados como “Autos de Resistência” no período de janeiro de 1998 a setembro de 2002. O objetivo do trabalho foi verificar o perfil racial dos mortos pela polícia e compará-lo com o da população geral e o da população carcerária. Resumidamente, descobriu-se que os pretos e pardos são 45% dos residentes fluminenses, 55% dos presos e 72% dos opositores mortos, apontando a existência de um perfil racial na atuação policial.

O percentual de opositores negros —pardos ou pretos— mortos pela polícia é muito maior do que sua representação média na população. Os brancos são pouco mais da metade da população, mas apenas um quarto dos mortos. Por sua vez, os pardos estão levemente sub-representados, enquanto os pretos, que representam 11% da população, totalizam quase a metade do conjunto de vítimas. Assim, o peso dos pretos entre as vítimas da polícia é quatro vezes superior ao da população, enquanto o peso dos brancos é a metade. (CANO, 2009, p. 9)

Segundo o relatório “O bom policial tem medo” da Human Rights Watch¹¹, a polícia do estado do Rio de Janeiro matou pelo menos 645 pessoas no ano de 2015, sendo responsável

¹¹ Relatório lançado pela Human Rights Watch em julho de 2016 intitulado como “O Bom Policial Tem Medo: os custos da violência policial no Rio de Janeiro” que mostra que nos últimos 10 anos a polícia matou cerca de 8 mil pessoas. Para compreender as causas e consequências dessas mortes, a organização realizou entrevistas aprofundadas com mais de 30 policiais, a maioria deles com atuação em favelas com alto número de confrontos

por um quinto de todos os homicídios registrados na cidade do Rio de Janeiro. O relatório destaca ainda que três quartos das pessoas mortas pela polícia eram negras. Existe a ressalva no relatório de que muitas dessas mortes provavelmente são legítima defesa, uma vez que os policiais enfrentam, com frequência, facções criminosas fortemente armadas. Entretanto, existem casos de execução que são registrados como autos de resistência.

No relatório referido anteriormente, foram identificados 64 casos em que a polícia tentou acobertar mortes ilegais. Para cada policial que morreu em serviço somente em 2015, 24 civis foram mortos pela polícia. Existe a informação também de que o Ministério Público apresentou denúncia em apenas quatro dos 3441 casos de auto de resistência que foram registrados entre 2010 e 2015. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2016)

Apesar do contexto complexo, é visto ao longo dos anos que o cenário existente para lidar com as questões de violência e segurança pública é marcado por políticas públicas que não resolvem o problema, sendo tratadas, muitas vezes, como uma questão exclusivamente de polícia. A necessidade de envolver outros atores neste debate fez com que, segundo Rodrigues (2013), a partir de meados dos anos 1990, crescesse o número de estudos sobre esta temática no Brasil. O debate público pressiona o Estado Brasileiro a criar políticas públicas consistentes na área da segurança que abarcassem também a prevenção da violência e não apenas uma abordagem reativa e repressiva por parte da polícia.

Zaluar (1999) complementa a ideia exposta acima quando aponta que políticas públicas devem ser implementadas em áreas mais vulneráveis não apenas pautados pela ideia de que os pobres constituem um perigo permanente à segurança ou à ordem pública, pois esse conceito é extremamente preconceituoso, mas sim porque um país democrático e justo não pode existir sem tais políticas. Como a atuação das instituições policiais, principalmente da Polícia Militar, é um tema central para a argumentação proposta pelo presente trabalho, esta será melhor explorada no próximo capítulo para poder embasar as hipóteses levantadas com este estudo.

Misse, por sua vez utiliza o termo “acumulação social da violência” para se referir ao processo social no qual existe um complexo de fatores envolvendo os casos de violência no país.

Assim, por exemplo, como é muito comum no Brasil que a lei não seja seguida em certos e variados casos, e como seus contextos produzem às vezes formas que padronizam práticas extra-legais relativamente legítimas, não faz sentido encerrar a

reportados. No relatório há relatos sobre as experiências dos policiais com o uso de força letal e a participação de dois deles em execuções extrajudiciais.

construção social do crime apenas no processo de criminalização, aceitando seus termos codificados pelo direito positivo vigente. (MISSE, 2008, p. 379)

De acordo com a explanação feita acima é possível verificar que a violência letal existente no Rio de Janeiro tem múltiplas causas, sendo um fenômeno complexo. O estudo a ser realizado nas páginas seguintes não busca dar conta do todo, mas pretende se debruçar em um destes aspectos, mais especificamente, a vitimização e a letalidade policial, buscando apontar uma possível relação entre estes dois fenômenos. A intenção é analisar as consequências da vitimização policial tanto para os profissionais, quanto para a ação policial, buscando entender quais são os efeitos gerados pela vitimização policial, quais são as mudanças que ocorrem dentro das corporações após a morte de um policial, assim como verificar se a morte de policiais contribui para uma ação mais violenta por parte da polícia.

1.5. Relação entre vitimização e letalidade policial: como explicar

Para este trabalho, buscou-se explorar a relação entre vitimização e letalidade policial a partir de três hipóteses: 1) se o fato de um policial ser vítima de homicídio em determinada área, gera medo e estresse na tropa e os policiais passam a atirar mais nas ocorrências posteriores, gerando a morte de um maior número de pessoas; 2) Se após a morte de um policial são realizadas operações de captura dos responsáveis, que podem acabar por aumentar a possibilidade de confronto entre polícia e possíveis criminosos; 3) Se a morte de um policial gera ações mais violentas por parte da polícia como forma de se vingar daqueles que atentaram contra vida dos policiais.

Essas três explicações foram melhor detalhadas a seguir de forma a possibilitar apontar quais foram as ideias que nortearam a realização das entrevistas com policiais militares.

1.5.1. Medo e Estresse na Atividade Policial

A primeira explicação possível parte do princípio que as ações policiais que têm como resultado a morte de um policial, geram comoção na tropa como um todo. A morte de um colega de profissão concretiza ao restante da equipe a vulnerabilidade a que todos estão expostos, gerando medo e estresse nos policiais.

Uma pesquisa realizada pela Universidade de Stanford e pelo Laboratório de Análise da Violência (LAV/UERJ) no ano de 2015 no estado do Rio de Janeiro aponta que um policial mais estressado está mais inclinado a fazer o uso da força, o que gera mais mortes decorrentes de intervenção policial. (CANO & MAGALONI, 2016)

A pesquisa supracitada foi realizada com 5 mil policiais militares e destaca que uma das fontes de estresse é a exposição à violência armada, seja na infância ou na vida adulta, sendo os policiais militares profissionais bastantes vulneráveis a confrontos armados em suas atividades diárias.

A pesquisa aponta que um terço dos policiais viu um colega ser baleado. Além disso, destaca-se também que testemunhar diretamente o homicídio de outro policial é tido como uma experiência extrema e potencialmente traumática que está correlacionada com a intensidade do uso da força de cada policial.

Além disso, os resultados mostraram que muitos policiais apresentavam sintomas de estresse, como raiva (54%) e insônia (52%). Já em relação ao medo de morrer, 52% dos policiais disseram ter medo, sendo que 15% admitiram sentir muito medo.

Apesar de todas as fontes de estresse anteriormente citadas às quais os policiais estão submetidos, parece não haver uma contrapartida institucional que dê suporte adequado ao profissional, uma vez que apenas um terço da amostra de policiais pesquisados foi atendido por um psicólogo. Quando este estresse não é trabalhado institucionalmente e de forma profissional, pode se tornar uma “bomba” que estoura durante a ação policial. (CANO & MAGALONI, 2016)

No estado de São Paulo, segundo Pinc (2011), o treinamento de tiro da Polícia Militar através do Método de Tiro Defensivo a favor da Vida, conhecido internamente como Método Giraldi, tem a intenção de oferecer um treinamento prático ao policial, para que este esteja preparado para oferecer uma resposta racional em situações que envolvam tensão e medo, de forma que a vida do policial e de terceiros seja preservada durante a atuação policial. No Rio de Janeiro, o treinamento policial nas escolas de formação deixa a desejar quanto a reproduzir um ambiente em que o policial pratique sua ação com níveis de estresse mais próximos a de situações reais. Nos últimos anos adquiriu-se simuladores de tiros para treinamento da tropa, mas são pouco utilizados, chamando a atenção para os possíveis efeitos do estresse na atuação policial.

1.5.2. Realização de Operações Policiais

A segunda explicação possível para o aumento de mortes em decorrência de intervenção policial após a morte de um policial é a realização de operações por parte da polícia para dar uma pronta resposta a morte de policiais. O objetivo dessas operações podem ser realizar a captura daquele(s) que atentou(aram) contra a vida de um policial, ou até mesmo “passar um recado” a quem ousou vitimar um policial. Vale destacar, entretanto, que a Polícia Militar, envolvida na grande maioria dos casos de morte de policial, não tem competência investigativa.

O filme “O Gangster” de 2007, dirigido por Ridley Scott, trata de uma máfia de tráfico de entorpecentes que ocorre com o aval de uma polícia corrupta em Nova York. Em dado momento Frank Lucas, o personagem principal interpretado pelo ator Denzel Washington, descobre que um policial invadiu sua casa. A cena seguinte mostra Frank pegando uma arma e saindo de casa para ir atrás do policial, quando sua mãe o chama para conversar e diz que, mesmo sem entender direito sobre as ações criminais que ele comete, até os mais ingênuos sabem que não se deve atirar em policial, apontando para o fato de que é disseminado em toda a população que atirar em qualquer policial gera consequências sérias, colocando em risco atividades criminosas que ocorriam no local sem tanto controle da polícia, ou até mesmo colocando a vida de muita gente em risco.

Nos exemplos dados na introdução, após a morte de um policial, foram realizadas operações bastante violentas que primaram pela arbitrariedade e pelo caráter exemplar, sendo responsáveis pela morte de inúmeras pessoas. De forma geral, essas operações são colocadas em prática nos momentos seguintes a um ataque a policiais e na área onde ocorreu o fato, se possível com a mobilização de outras forças dentro da polícia, como Batalhão de Operações Policiais Especiais – BOPE, Batalhão de Choque – BPChq, Grupamento Áereo – GAM, Batalhão de Cães – BAC, entre outros.

Vale destacar que por trás do princípio de “passar um recado” para aqueles que ousaram colocar a vida dos policiais em risco, supostamente também está contida a ideia de a polícia precisa fazer algo para proteger a vida de outros policiais. Ou seja, acredita-se que se a ação contra um policial ocorre sem que a polícia contra-ataque, fica a impressão de a “polícia está com medo” ou a “polícia é mais fraca”, abrindo a possibilidade de novos ataques. Por outro lado, a polícia atacando, a impressão que se passa é que a polícia “não está dormindo” e tem força para continuar nessa batalha. No fim, uma mega-operação policial demonstra aos outros

policiais que sobreviveram, aos criminosos e a sociedade de forma geral, que a polícia tem condições de se defender e, supostamente, proteger a vida dos outros policiais.

Neste sentido, pretendeu-se levantar informações durante as entrevistas sobre quais medidas são tomadas após a morte de policiais, se existe investigação dos fatos, se são realizadas operações para captura dos responsáveis ou até mesmo ações que visem prevenir a morte de outros policiais, buscando obter subsídios para aprofundar essa discussão.

1.5.3. Retaliação ou Vingança por Parte dos Policiais

Outra explicação a ser desenvolvida neste estudo é a existência de uma atuação voltada mais diretamente a prática de vingança por parte de um grupo policial. Sendo assim, desconfia-se que o homicídio de policiais desencadeie uma série de outras mortes, com o objetivo de promover a retaliação contra uma pessoa ou um grupo considerado como responsável por tal fato. Essa informação também deve ser melhor investigada durante as entrevistas, como uma possibilidade de consequência da vitimização policial.

Destaca-se, entretanto, que a diferença entre a possibilidade de dar uma pronta resposta ao ataque a policiais e a possibilidade de se vingar daqueles que atentaram contra a vida de policiais é muito tênue e difícil de ser visualizada. Todavia, a discussão sobre a prática de vingança por parte dos policiais não é uma discussão simples de ser feita e precisará de outros esforços para ajudar a clarificar este tipo de reação por parte da polícia. Neste sentido, pontua-se que a ação policial voltada para o acerto de contas coloca em questão se a atividade policial, que deveria ter um fim público de reduzir a criminalidade e a violência, pode estar sendo utilizada para atender um fim privado, com vistas à retaliação daqueles que atentam contra o policial.

Os pesquisadores que se dedicaram a analisar o pensamento social brasileiro e a natureza dos problemas no país assentaram suas análises nas complexas relações entre o mundo público e o mundo privado que perpassam a história do Brasil. Neste sentido, aponta-se para quais foram os efeitos desta relação na formação da sociedade, no padrão dos relacionamentos sociais, na cultura política e na configuração de nossas instituições.

O patrimonialismo é um conceito cunhado por Weber (1992) que define a característica de um Estado que não possui distinções claras capazes de limitar o público do privado. Neste caso, a esfera pública e a privada se confundem e, não poucas vezes, tornam-se quase

indistintas. O fim da ação realizada em um estado patrimonialista tem como objetivo atender questões pessoais, na qual os governantes consideram o Estado como seu patrimônio.

No Brasil, autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro teorizaram sobre o patrimonialismo no país, buscando apontar raízes históricas que justifiquem determinado contexto. Faoro (1998) trata do patrimonialismo em nosso país como resultante da colonização portuguesa e da política adotada na época. O Rei era ao mesmo tempo governante e senhor feudal, pois administrava o reino, mas tomava suas decisões com base em critérios pessoais e subjetivos. Neste caso, o bem público está associado aos bens do governante enquanto indivíduo, submetendo a todos à vontade do rei. Além disso, semelhante ao que ocorria no reino português, a administração política brasileira era formada de funcionários que utilizavam dos benefícios dados pelo governante. O autor aponta que a centralidade do poder flexibiliza os valores em seu próprio favor, negando a democracia e se tornando um grande problema no Brasil.

Infelizmente, o Brasil herdou de Portugal a cultura de hierarquia e dominação entre os indivíduos. Schwartzman (1998) destaca que o principal fenômeno que ajuda a explicar o patrimonialismo na política brasileira é o Coronelismo, que ocorreu durante a República Velha, na qual um coronel, quando ocupava um cargo político, transformava o seu domínio de atuação em uma extensão da sua casa, marcando uma confusão completa entre o público e o privado.

Holanda (1963) destaca a necessidade existente nas décadas de 1920 e 1930 de submeter a ordem familiar à ordem estatal, sendo esta última uma espécie de entidade impessoal que incidiria sobre os indivíduos. Aponta que enquanto o “homem cordial” e a cordialidade existissem, o Estado não seria capaz de funcionar de modo racional e impessoal, sendo o público substituído pelo privado, a impessoalidade pela pessoalidade, o coletivo pelo particular, entre outros que impedem um acordo coletivo durável. Vianna (1987) segue um caminho próximo, defendendo uma organização estatal forte e apontando para o grande problema existente quando o Estado não é capaz de defender o público contra o privado e disseminar justiça social.

Nestor Duarte (1966), por sua vez, é adepto à tese da organização “feudal” da sociedade brasileira que é apontada por ele como marcada pela constância do “espírito privatista” e pelo insuficiente estabelecimento do Estado.

Os efeitos deste modo de dominação política podem ser vistos em diversos fenômenos conhecidos no país, como na escolha de políticos para assumirem cargos de confiança sem preparo, uso de verbas públicas para uso próprio ou até mesmo para financiamento de

campanhas eleitorais. Questiona-se no presente trabalho se este modelo gera efeitos também na atuação da polícia, uma vez que o policial quando se sente atacado, utiliza-se de meios contidos em uma instituição pública e de sua função para retaliar indivíduos, com base em suas convicções pessoais ou até mesmo em interesses corporativos e não com base em princípios democráticos e previstos em lei.

Então, questiona-se se o modelo de atuação policial focado em dar uma lição aos que atacam a polícia pode aumentar o risco da execução de uma ação mais letal por parte da polícia e manter o erro histórico de não elaborar ações que sejam capazes de responder a um conjunto complexo de problemas sociais.

2. VITIMIZAÇÃO E LETALIDADE

A partir do entendimento de que a violência no Rio de Janeiro tem múltiplas causas e que a vitimização e a letalidade policial estão dentro deste contexto melhor explicado no primeiro capítulo, o presente trabalho pretende voltar o olhar para os efeitos gerados pela vitimização policial, analisando quais são os impactos da morte de um policial para a rotina do trabalho policial e verificando se essas mortes são responsáveis por uma ação mais violenta por parte da corporação policial.

Para começar essa discussão, destaca-se que a polícia é o órgão que tem a prerrogativa de usar a força para regular condutas. Portanto, a possibilidade de fazer uso da força letal em situações que ameacem a vida dos próprios policiais e de terceiros é vista como legítima e pode ser acionada como medida para proteger outras vidas.

2.1. Uso da força pela polícia

Baseado em um levantamento bibliográfico de trabalhos realizados sobre esta temática, percebe-se que a maior parte dos pesquisadores utilizam o paradigma weberiano do monopólio de uso da violência legítima dentro de um determinado território para explicar o uso da força (Pinheiro, 1991; Caldeira, 2000; Adorno & Dias, 2014). Entretanto, o conceito de violência possui outro significado quando aplicado ao papel da polícia, podendo o uso da força policial ser enquadrado em duas situações diversas: violência legítima, quando o uso da força policial se dá de forma necessária e justificável, revestindo-se assim de legalidade; violência ilegítima, quando o uso da força é desnecessário e desprovido de legalidade.

O papel da polícia na sociedade é singular, como apontado por Adorno e Dias (2014) que destacam que não há nenhum outro profissional que possua o direito de recorrer à violência com o objetivo de resolver conflitos. Sendo assim, a polícia acaba por ser o único representante do Estado capaz de utilizar a força para regular as relações dentro da sociedade, assim como para fazer cumprir a lei.

Bayley (1985) aponta que a polícia é autorizada a regular as relações interpessoais em um grupo através da aplicação da força física. Ou seja, em situações que exijam o uso da força física para que a vida em sociedade seja possível, é a polícia que é acionada a agir. Outros autores seguem nesta linha, definindo a polícia por sua capacidade de usar a força física e

chegando até a definir o papel da polícia como a possibilidade de tirar vidas legalmente com o intuito de regular as relações interpessoais, como é o caso do Skogan e Meares (2004).

Muniz e Proença Jr. (2014) ampliam esta ideia a partir do conceito do mandato policial, no qual compreende-se que o papel da polícia na sociedade, através do paradigma do uso da força, contempla um conjunto de propriedades mais amplo e complexo. Bittner (1990) também fazia afirmações na mesma linha, apontando que o policial é autorizado e requisitado para atuar em qualquer situação na qual a força é um meio necessário para manter o controle.

Entretanto, destaca-se que o fato de a polícia ter autorização para fazer uso da força não é o mesmo que dizer que os agentes devam usá-la sem restrições. Bayley (1985) afirma que em todas situações em que a polícia age há o uso da força, mesmo quando esta não é colocada em prática, pois é a possibilidade de fazer uso da força que exerce influência no comportamento dos indivíduos. Ou seja, na maior parte da interação entre a polícia e o público o que está presente é a força como potencial e não como real.

A busca pela compreensão adequada sobre as questões que envolvem o uso da força perpassa inicialmente pelo entendimento das atribuições e mandatos das instituições encarregadas de prover a segurança pública. Neste sentido, aponta-se que as forças policiais no Brasil surgiram com a chegada da corte portuguesa a cidade do Rio de Janeiro. Holloway (1997) destaca que em sua constituição a atuação policial era voltada ao controle de escravos e, posteriormente, passou ao controle dos mais pobres, que eram vistos como “classes perigosas”. Essa intervenção se voltava muito mais para essa população do que de fato para o controle da criminalidade. O controle era baseado em espancamentos e prisões arbitrárias, no qual a repressão violenta era muito mais presente do que a proteção de direitos.

Na ditadura militar, que teve início em 1964, houve uma reorganização das polícias que culmina no desenho institucional atual das forças de segurança como o conhecemos, mantendo a divisão entre a força civil e a força militar que vinha desde 1831. Na Constituição Federal de 1988, especificamente no artigo 144, é que se apresentam as forças de segurança e o papel de cada uma. Assim sendo, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Ferroviária Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil são as instituições que pertencem ao campo da segurança pública. Neste modelo, as polícias estaduais estão mais próximas da população. A Polícia Militar é responsável por realizar o policiamento ostensivo, preventivo e de preservação da ordem pública e a Polícia Civil realiza as funções de polícia judiciária, na investigação, na elucidação e no esclarecimento de crimes. Todas as instituições responsáveis por proverem a segurança têm a prerrogativa de uso da força, entretanto, por atuar antes e durante o

acontecimento de um crime, a Polícia Militar acaba sendo mais provável que faça uso da força durante a realização de suas atividades.

Destaca-se que ao se tratar de força policial, enfatiza-se que para cada estímulo contrário, a ação policial deve ser proporcional. Sendo assim, Betini & Duarte (2013) apontam que o policial precisa levar em conta a situação na qual terá que agir para que seja feito o Uso Diferenciado da Força, que é uma ferramenta que determina quais são as técnicas e o nível da força a ser utilizado na solução do conflito, de forma a atender os princípios da Necessidade, Proporcionalidade, Moderação e Ética.

Como dito anteriormente, o uso da força pode ser considerado a característica que define as instituições policiais e, precisamente porque detêm o monopólio do uso da força em sociedades democráticas, essas instituições ocupam uma posição especial e delicada dentro do Estado, sendo necessário estabelecer mecanismos que sejam capazes de fazer o controle adequado de sua força. Neste sentido, a força letal, mesmo em áreas em que a criminalidade e a violência apresentem alta incidência, também precisa seguir critérios técnicos e normativos que levem em consideração a existência de risco de vida do policial ou de terceiros e precisa ser entendida como último recurso a ser utilizado. De acordo com a Normativa Internacional de Uso da Força, o uso irrestrito da força letal pela polícia, atingindo pessoas desarmadas ou que não atentem contra a vida de terceiros é considerado excesso ou abuso em qualquer cenário. (ONU, 1990)

Além disso, para exercer o controle necessário sobre o uso da força pelas instituições estatais e, principalmente, o uso da arma de fogo, foram elaboradas normativas nacionais e internacionais para regulamentar a atuação dos profissionais. Internacionalmente, os documentos mais conhecidos são o Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (ONU, 1979), os Princípios Orientadores para a Aplicação efetiva do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (ONU, 1989) e os Princípios Básicos sobre Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (ONU, 1990).

A Resolução 45/166 versa sobre os Princípios Básicos sobre Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (ONU, 1990), fornecendo um entendimento sobre o uso adequado da força por parte da polícia. Destaca-se que a força letal só pode ser utilizada como medida extrema e caso o uso dos meios não letais seja insuficiente e aponta-se para necessidade de utilizar a força com base em uma escala, na qual o menor grau de força deve ser utilizado de modo a gerar o menor dano possível para atingir seus objetivos.

Em âmbito nacional, a Portaria Interministerial nº 4.226/10, elaborada pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria de Direitos Humanos, é o principal documento para regulamentar o uso da força letal, a partir da utilização da arma de fogo e de meios menos letais e estabelece os princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência.

A Portaria tem caráter obrigatório para a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Departamento Penitenciário Nacional e Força Nacional de Segurança Pública, sendo os entes federados solicitados a estabelecerem estratégias para controlar o uso da força empregada por seus profissionais. O respeito às diretrizes se tornou critério prévio para o repasse de recurso do governo federal para os estados, embora não pareça haver um controle sobre o que foi colocado em prática em cada Unidade Federativa.

No estado do Rio de Janeiro, o documento que regulamenta o uso da força e arma de fogo é o Boletim de Instrução Policial Nº. 02/08 publicado no BOL PM 198, de 19 de novembro de 2008, que obriga o policial a se atentar aos princípios legais e éticos norteadores da Atividade Policial, de preservação da vida, da aplicação de procedimentos técnicos e táticos seguros, com respeito aos Direitos Humanos e uso diferenciado da força.

Além disso, em 03 de julho de 2015, foi publicada a Instrução Normativa PMERJ/EMG-PM/3 Nº 33 contendo em anexo o Caderno Doutrinário do Uso da Força pela corporação. O documento apresenta o Manual de Método de Defesa do Policial Militar (MDPM), assim como o Manual para o Uso de Instrumentos de Menor Potencial ofensivo (armamento menos letal) e Manual sobre o Tiro de Defesa, com o objetivo de servir como guia na formação, especialização e atualização dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro. O princípio norteador do documento é que o policial deve se defender e defender outras pessoas que estejam em perigo, e que quando for se defender ou defender outrem, deve evitar colocar a vida de terceiros em risco. Especificamente o conceito de Tiro de Defesa refere-se que o uso da arma de fogo deve ser uma exceção e somente deve ser utilizado para preservar a segurança e integridade de terceiros e a de si próprio.

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) com o auxílio do Laboratório de Análise da Violência – LAV/UERJ, no ano de 2015, criou o Índice de Aptidão Para Uso da Força Policial (IAUF) com objetivo de: a) identificar policiais que, por diversos motivos, não estejam em condições adequadas para exercer uma função policial que implique a possibilidade do uso da força; b) gerar incentivos para a redução no uso da força que é muito elevado dentro da PMERJ, depois da adoção em décadas passadas de um modelo de policiamento inspirado na “guerra ao tráfico”. Entretanto, no mês de outubro de 2016, a implantação do IAUF perdeu

força com a troca de comando na PMERJ e até o momento não apresenta nenhum encaminhamento concreto.

Vale destacar, como já mencionado no primeiro capítulo, o estado do Rio de Janeiro apresenta um elevado número de morte de policiais por ano, assim como um elevado número de mortes de pessoas em decorrência de intervenção policial. De 2010 a 2015, segundo dados da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 593 policiais morreram em serviço e em folga e a polícia, por sua vez, segundos dados do ISP, foi responsável pela morte de 3441 pessoas, o que chama atenção para o elevado número de vidas perdidas nas forças policiais e pela mão da polícia e aponta para a relevância de estudos que visem clarear melhor essa situação.

Observa-se que o apego a um modelo de confronto, conforme apresentado no capítulo 1, promove combates armados em regiões periféricas e favelas, provocando milhares de mortes, inclusive de profissionais de segurança pública. Os policiais que atuam diretamente no policiamento ostensivo e que estão nas ruas rotineiramente, muitas vezes são colocados em situações de muita vulnerabilidade, sem que se tenha uma política voltada à proteção nem da população, nem dos profissionais envolvidos nesta estratégia (MUNIZ & MUSUMESI, 1998).

A profissão policial envolve bastante risco aos seus profissionais. Ser policial militar no Rio de Janeiro é sofrer iminentemente com o risco de ser vítima de homicídios. Entretanto, o que é interessante notar é que os policiais não estão expostos ao risco da mesma maneira, ou seja, o maior grau de vulnerabilidade da profissão depende do posto ou graduação que ocupa, função que exerce dentro da corporação, do tipo de atividade que desempenha durante sua rotina de trabalho e do local onde atua.

A partir de dados do Sumário de Informações – SUMINFO¹², da Polícia Militar, 654 policiais militares morreram entre os anos de 2007 e 2013 vítimas de homicídios. Destes policiais 98% eram homens e 61% eram soldados e cabos. Não foi possível saber quantos desses eram negros ou pardos, uma vez que os dados sobre seu efetivo produzido pela Polícia Militar não possuem informações suficientes para a produção de uma análise adequada. Destaca-se que para o presente trabalho, só serão utilizadas as vitimizações policiais causadas por homicídios.

Minayo (2008) aponta que taxas elevadas de vitimização, em qualquer empresa, indicam problemas de eficiência na organização do trabalho, envolvendo condições precárias, treinamento insuficiente e técnicas obsoletas, entre outros fatores. O trabalhador envolvido em

¹² O Sumário de Informação - SUMINFO é um registro administrativo da PMERJ, sistematizado na Coordenadoria de Inteligência, a partir de informações produzidas e encaminhadas por policiais do serviço reservado (P2) das diferentes unidades da corporação.

atividades consideradas de risco deveria atuar em condições especiais de segurança, pondo em prática os dispositivos e regras adotados por sua organização. Entretanto parece haver pouco cuidado na elaboração de políticas públicas voltadas ao cuidado do policial, que frequentemente é colocado em condições de trabalho que os expõem ao risco. É sabido sobre a singularidade que envolve a atividade que executa, assim como sobre os riscos que a envolvem, mesmo assim há poucas ações articuladas para evitar que o policial esteja vulnerável. Os policiais não são preparados adequadamente para lidar com a imprevisibilidade de sua atuação, sendo expostos à lógica do matar ou morrer e acabam se tornando autores e vítimas de homicídios constantemente.

Houve momentos no Rio de Janeiro em que os policiais eram incentivados explicitamente a atuar como se estivessem em guerra e eram valorizados pela ação em confronto. O ano de 1995 foi marcado por uma política de segurança voltada exclusivamente à “guerra contra o crime”. Foram intensificadas as operações de confronto armado, autorizou-se o uso da segunda arma pelo policial e instaurou-se a premiação por bravura e heroísmo, que passou a ser conhecida como premiação faroeste¹³.

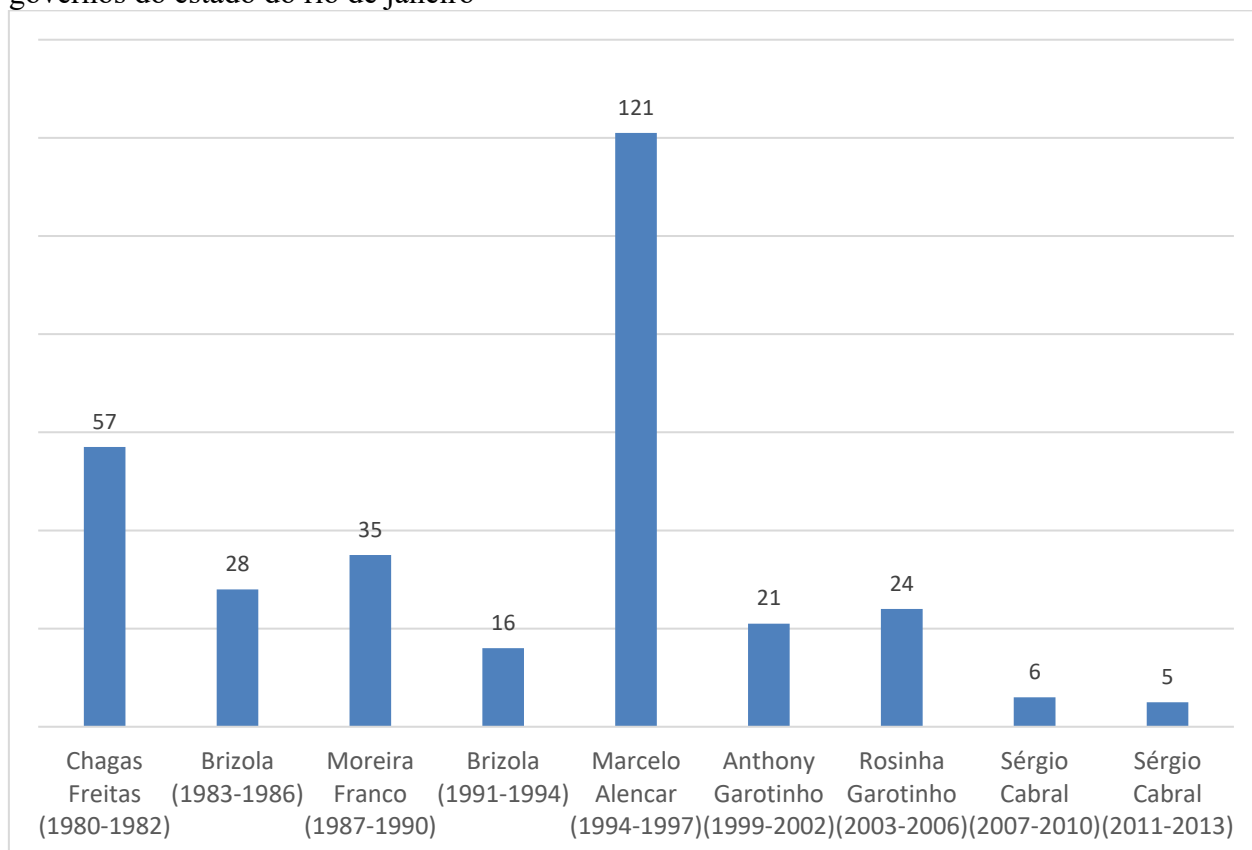
As orientações do comando da PMERJ nos diferentes períodos são apresentadas por Muniz e Musumesi (1998) como responsáveis pelo impacto nas taxas de vitimização dos profissionais e da letalidade de suas ações. No relatório destas autoras é possível notar que a taxa média de vitimização na gestão de Chagas Freitas (de 1980-1982) a vitimização policial era de 57/10 mil policiais em serviço. No governo Brizola (de 1983-1986) a vitimização em serviço reduziu 50%, passando para 28/10 mil. Durante a gestão do Governador Moreira Franco (de 1987-1990) a vitimização em serviço cresceu 25% e atingiu o índice de 35/10 mil. No segundo governo Brizola (1991-1994) a vitimização em serviço reduziu 54% atingindo o índice de 16/10 mil. Já nos três primeiros anos do governo Marcello Alencar, a taxa média de vitimização de policiais militares em serviço cresce absurdamente, atingindo o índice de 121/10 mil.

Anos se passaram e é possível comparar estes dados na gestão do governo Sérgio Cabral, tendo como Secretário de Segurança José Mariano Beltrame. Na primeira gestão, o índice é de 6/10 mil e na segunda gestão atingiu a marca de 5/10 mil. O advento da política de pacificação, na qual o policial permanece fixo em alguns territórios, ao invés de investir na política de

13 A “premiação faroeste” foi a instituição da condecoração, a promoção por bravura, além da premiação pecuniária, na qual os policiais que se destacassem no enfrentamento aos criminosos recebiam honras militares e gratificações adicionais. Neste sentido, incentivava que policiais se colocassem em situações de confronto com criminosos, aumentando também as chances de serem vitimados.

confronto, reduziu significativamente as taxas de vitimização e letalidade policial (HUMAN RIGHTS WATCH, 2016). Entretanto, no final do ano de 2013 e no início de 2014, com retrocessos ocorridos na política, os números de mortes dos dois lados voltaram a crescer.

Gráfico 2 – Taxa média de vitimização fatal em serviço por 10 mil policiais nos diferentes governos do estado do rio de janeiro



Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP, 2010; 2015.

Na prática, a história da polícia mostra a violência como norma institucional, sendo a violência a linguagem regular da autoridade. Cano (2003) e Misse (2011), produziram estudos sobre a letalidade policial no Rio de Janeiro e apontaram que a política de confronto, que tem por princípio focar as ações policiais na “guerra” contra o tráfico de drogas, influenciam na letalidade da ação policial. Todavia, é possível notar que a política de confronto também influencia na vitimização dos próprios agentes da segurança. A aplicação da força física, seja efetivamente ou como ameaça para incidir sobre o comportamento das pessoas, é prerrogativa do trabalho policial e constitui competência quase que exclusiva dessa instituição. No entanto, destaca-se que não é o emprego da força física, mas sim a possibilidade de vir a utilizá-la, que caracteriza o trabalho policial – como apontam Muniz, Proença Junior e Diniz (1999, p. 3).

“[...] a força que respalda a autoridade de polícia é inseparável de todas as suas ações, ainda que permaneça como potencial na maioria dos casos, incluindo aí a maioria das ocorrências criminais”.

Além disso, a população não acredita que o sistema judiciário seja capaz de prover a justa reparação e considera que a ordem só pode ser gerada com a utilização da violência pelas instituições policiais, apoiando o uso da força como forma de controle social e punição dos desvios. Consequentemente, os abusos policiais ocorrem rotineiramente sem que haja punição dos responsáveis, e acabam por fazer com que a polícia seja uma instituição temida. (CALDEIRA, 2000)

No Estado do Rio de Janeiro, conforme destaca Misse (2011), os moradores de favelas são submetidos ao poder arbitrário exercido pelos traficantes locais, mas também precisam lidar rotineiramente com a interrupção de suas atividades devido à atuação da polícia, que os coloca sob “fogo cruzado”.

Cavalcanti (2008) complementa esta ideia informando que moradores de áreas que estão sob o jugo do tráfico ficam mais expostos a frequentes trocas de tiros e acabam também por serem vítimas em potencial dos modelos de repressão policiais adotados durante décadas no Rio de Janeiro. Ressalta-se que este modelo não vitima somente os moradores, mas gera mortes também de policiais que atuam nestas áreas.

Sendo assim, baseado no que foi descrito acima que aponta que no Rio de Janeiro a Polícia é responsável por muitas mortes, ao mesmo tempo que tem seus profissionais mortos, optou-se por levantar dados estatísticos que pudessem auxiliar na verificação da existência de uma relação entre as ocorrências em que houve a morte de um policial - conhecida como vitimização policial - e as ocorrências em que civis foram mortos em decorrência de intervenção policial – conhecidas como letalidade policial. Assim como, buscou-se verificar se existe um incremento da letalidade policial após ocorrências de vitimização policial. A metodologia utilizada e os resultados alcançados serão descritos a seguir.

2.2. Análise de dados

A análise de dados apresentada a seguir teve dois objetivos principais: o primeiro foi verificar se existe uma relação empírica entre a vitimização policial e a letalidade policial; em

seguida, buscou-se analisar se a vitimização de policiais influencia no incremento do número de mortes decorrentes da intervenção policial nos dias seguintes à morte do policial.

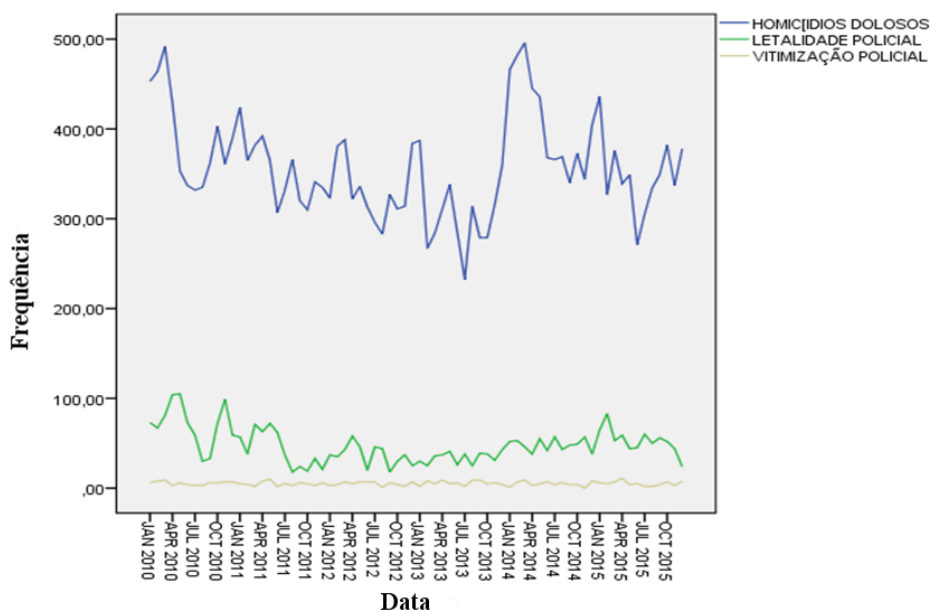
2.2.1. Relação temporal entre vitimização e letalidade policial

Para realizar as referidas análises, optou-se por observar três tipos de ocorrência registradas no estado do Rio de Janeiro no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2015: homicídios dolosos, morte de policiais militares em serviço e em folga e mortes de civis em decorrência de intervenção policial.

Para verificar se existe uma relação temporal entre as ocorrências de vitimização policial (morte de policiais) e as de letalidade policial (mortes ocasionadas pela polícia), primeiramente, criou-se um banco de dados com informações de todo o estado, contendo em cada linha um dia do período analisado e nas colunas as seguintes informações: 1) número de homicídios dolosos que ocorreram no estado em cada dia do período; 2) número de policiais mortos em serviço ou em folga que ocorreram no estado em cada dia; 3) Número de pessoas mortas em decorrência de intervenção policial que ocorreram no estado em cada dia.

No período analisado, ao todo foram registrados 25.652 homicídios, 373 policiais mortos por homicídio em serviço e em folga e 3.521 mortes em decorrência de intervenção policial que estão distribuídos nos meses de estudo segundo o Gráfico 3 a seguir.

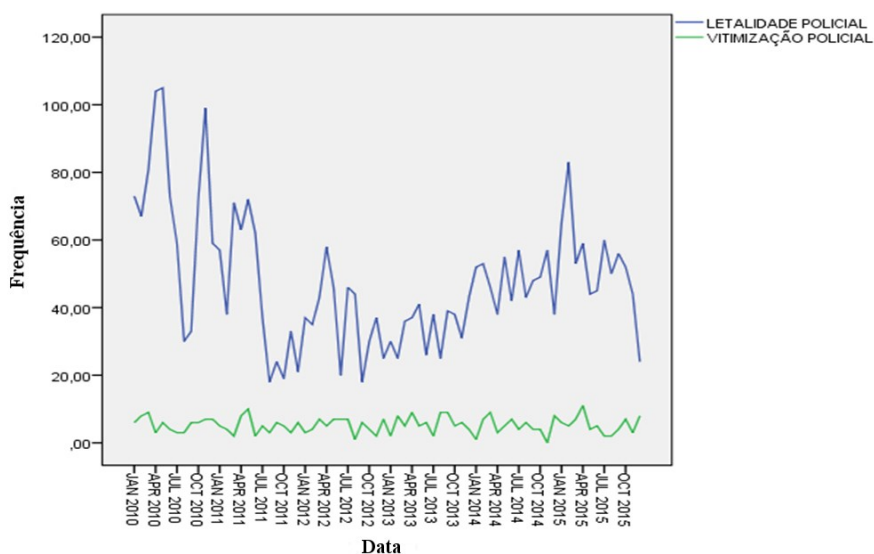
Gráfico 3 – evolução mensal do número de homicídios dolosos, letalidade policial e vitimização policial de 2010 a 2015



Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ14, 2010; 2015.

O Gráfico 4 apresenta apenas a evolução de mortes de policiais e mortes ocasionada pela polícia, com a intenção de permitir uma melhor visualização da evolução dessas duas ocorrências que serão relacionadas.

Gráfico 4 – Evolução mensal da letalidade policial e vitimização policial de 2010 a 2015



Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP; 2010; 2015.

14 Os dados apresentados aqui com a fonte “Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ fazem parte dos dados internos da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro.

É possível notar pelo Gráfico 4 que parece não haver uma relação entre as ocorrências de vitimização e de letalidade policial no estado, pois as duas linhas não se comportam da mesma forma.

Outro dado que pode auxiliar a visualizar a relação dos dois fenômenos é o coeficiente de correlação de Pearson¹⁵. Dessa forma, a Tabela 2 a seguir apresenta que a correlação entre vitimização e letalidade não é estatisticamente significativa. Além disso, é possível notar que há uma correlação significativa entre homicídios dolosos e vitimização policial, embora seja bem pequena (0,074), o que significa dizer que nos dias em que há mais homicídios em geral, tendem a morrer mais policiais.

Vale destacar que em todas as análises foi considerado o alpha de 0,05 para o teste de significância.

Tabela 2 - Correlação entre homicídios dolosos, vitimização policial e letalidade policial

Correlações				
		HOMICÍDIOS DOLOSOS	LETALIDADE POLICIAL	VITIMIZAÇÃO POLICIAL
HOMICÍDIOS DOLOSOS	Correlação de Pearson	1	,036	,074**
	Sig. (2 extremidades)		,098	,001
	N	2130	2130	2130
LETALIDADE POLICIAL	Correlação de Pearson	,036	1	,021
	Sig. (2 extremidades)	,098		,340
	N	2130	2130	2130
VITIMIZAÇÃO POLICIAL	Correlação de Pearson	,074**	,021	1
	Sig. (2 extremidades)	,001	,340	
	N	2130	2130	2130
**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).				

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação – SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Entretanto, vale destacar que a variável do banco de dados que se refere a vitimização policial considera mortes de policiais em horário de serviço e em horário de folga e como poderá ser observado mais adiante, o contexto em que ocorreu a morte influencia no tipo de reação dada pela polícia. Além disso, o local também pode influenciar, por este motivo será feita a

¹⁵ O coeficiente de correlação de Pearson, que permite visualizar a relação linear dos dois fenômenos, medindo o grau da correlação e se essa correlação é positiva ou negativa entre duas variáveis de escala métrica. Neste caso, se o resultado da correlação for 1 (um), significa que a correlação é perfeitamente positiva, assim como se a correlação for -1 (menos um), significa que a correlação é perfeitamente negativa, ou seja, quando uma aumenta, a outra sempre diminui na mesma proporção. Por outro lado, se correlação apresentar resultado próximo a 0 (zero), significa que as duas variáveis não dependem linearmente uma da outra.

análise por AISP e por circunstância da morte do policial. A princípio, cabe destacar que na análise que considera o Rio de Janeiro como um todo parece não haver uma relação temporal entre vitimização policial e o número de mortes em decorrência de intervenção policial.

2.2.2. Relação espacial entre vitimização e letalidade policial

Posteriormente, a análise realizada teve o intuito de verificar se existe então uma relação espacial entre as ocorrências de vitimização e letalidade policial nas diferentes AISPs. Neste sentido, criou-se um novo banco de dados contendo uma planilha para cada uma das 39 Áreas de Interesse de Segurança Pública – AISP¹⁶, contendo em cada linha um dia do período analisado e nas colunas as seguintes informações: 1) número de homicídios dolosos que ocorreram naquela AISP em cada dia do período; 2) número de policiais mortos em serviço ou em folga nesse dia de acordo com o local de ocorrência; 3) Número de policiais mortos nesse dia em serviço ou em folga de acordo com o local de lotação; 4) Número de pessoas mortas em decorrência de intervenção policial que ocorreram naquela AISP nesse dia.

Como pode ser observado, na criação do banco de dados optou-se por criar duas colunas referente às mortes de policiais: a primeira sobre a morte de policiais de acordo com o local de ocorrência, ou seja, os policiais podem ser lotados em qualquer unidade da Polícia Militar, mas o registro da morte indicará a AISP específica em que ocorreu a morte; e a segunda sobre a morte de policiais de acordo com o local de lotação, ou seja, o registro da morte será feito na AISP em que o policial estava lotado para trabalhar, independente do local onde ocorreu a morte. O objetivo dessa separação é verificar se há diferença entre as ocorrências em que o policial morre na área de determinada AISP, mesmo sendo lotado em outras unidades, das ocorrências em que o policial estava lotado naquela AISP, mas morreu em outras áreas do estado. No caso da segunda variável, de policiais mortos lotados na AISP, desconfia-se de que a morte daquele policial possa causar alguma comoção em seus colegas de trabalho, mesmo que a morte não tenha ocorrido no mesmo local de trabalho.

16 A atual divisão territorial do Estado do Rio de Janeiro, segundo o critério de Áreas Integradas de Segurança Pública, contempla um total de 39 AISP, conforme a Resolução SESEG nº. 478 de 11/05/2011, que visou adequar os limites geográficos de atuação das unidades da Polícia Civil e Militar, de forma a torná-las compatíveis aos objetivos da gestão territorial da segurança. O número das AISPs e dos Batalhões da Polícia Militar são correspondentes.

Ainda sobre as variáveis de “policiais mortos de acordo com o local da ocorrência” e “policiais mortos de acordo com a unidade de lotação”, destaca-se que existe uma grande variação no número de mortos contidos em cada variável. Na primeira estão contidas todas as mortes de policiais por homicídio ou agressão do período analisado, afinal todos os policiais morreram em algum lugar do estado. Entretanto, na variável “policiais mortos de acordo com local de lotação”, o número de policiais mortos é menor, pois alguns policiais não estão lotados para trabalhar em áreas específicas, como é o caso por exemplo dos policiais lotados no BOPE e no Batalhão de Choque. Neste último caso, os policiais não estão fixos no território, podendo trabalhar em qualquer AISP conforme necessidade da corporação e, portanto, as mortes destes policiais não constam na coluna de “policiais mortos de acordo com local de lotação”. Na prática, existem 373 casos registrados na coluna “policiais mortos de acordo com local de ocorrência” e 265 casos registrados na coluna “policiais mortos de acordo com local de lotação”. Essa diferença de casos será verificada no resultado das análises realizadas posteriormente.

Além disso, é possível notar que o número de homicídios, letalidade e vitimização policial não se distribuem da mesma forma nas diferentes AISP, mas há uma concentração no número de mortes em algumas unidades como pode ser visto pela Tabela 3.

Tabela 3 – números absolutos de homicídios, letalidade policial e vitimização policial de acordo com local da ocorrência (2010-2015)

AISP	Homicídios	Letalidade Policial	Vitimização Policial na AISP	Vitimização Policial de policiais lotados na AISP
2	55	11	0	6
3	545	186	17	12
4	245	67	4	10
5	190	26	7	12
6	88	32	3	15
7	1964	223	25	9
8	1369	14	3	2
9	884	220	27	10
10	222	1	0	0
11	214	8	1	2
12	830	251	10	16
14	862	300	33	16
15	2290	334	26	9
16	397	168	23	30
17	132	48	3	5
18	382	30	9	7
19	27	6	0	7

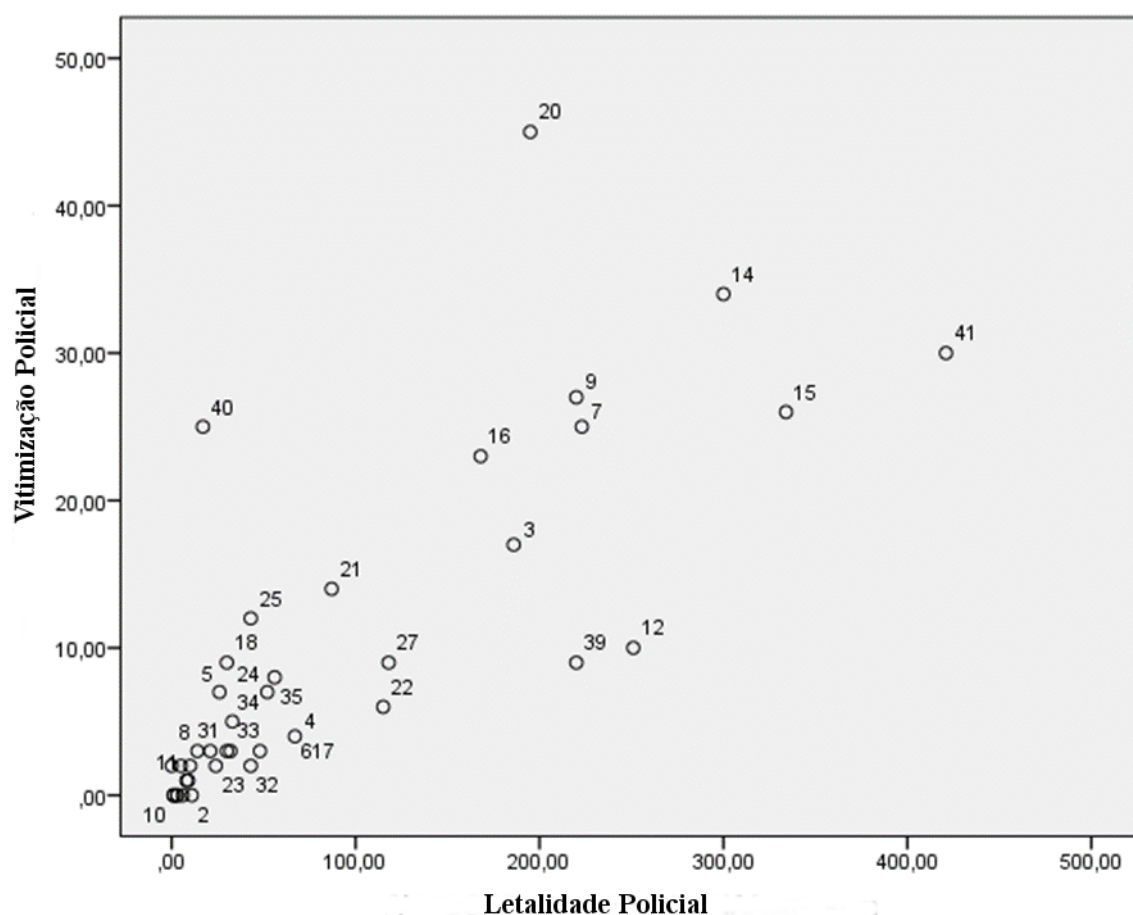
20	2963	195	45	8
21	919	87	13	5
22	345	115	6	10
23	82	24	2	10
24	1331	142	7	0
25	1320	43	11	6
26	110	3	0	3
27	944	118	8	5
28	561	10	2	0
29	131	1	0	1
30	77	9	1	0
31	179	21	3	6
32	898	43	2	3
33	637	30	3	4
34	572	33	5	3
35	530	56	8	2
36	104	3	0	1
37	278	5	2	3
38	103	0	2	2
39	1275	220	9	4
40	613	17	23	7
41	984	421	30	14
TOTAL	25652	3521	373	265

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ, 2015; 2015.

Nota-se que em algumas AISP, o número de mortes é alto, como é o caso da AISP-7 (São Gonçalo), AISP-9 (Rocha Miranda), AISP-15 (Duque de Caxias) e AISP-39 (Belford Roxo). Por outro lado, tem locais com baixo número de mortes, como é o caso das AISP-2 (Botafogo), AISP-6 (Tijuca) e AISP-19 (Copacabana), assim como nas AISPs do interior, como AISP-29, AISP-30, AISP-36, AISP-37 e AISP-38, onde o número de mortes de civis e de policiais é próximo a zero.

Neste sentido, a partir da elaboração um gráfico de dispersão, buscou-se verificar a existência de uma relação espacial entre vitimização e letalidade policial, apresentado a seguir, que mostra como uma variável se comporta em relação a outra. A existência de uma linha crescente indica que as AISPs com altas taxas de vitimização policial também apresentam altas taxas de letalidade, assim como o contrário também é certo. Portanto, esse é um outro indício de que existe uma relação forte entre as duas ocorrências.

Gráfico 5 – Diagrama de dispersão entre letalidade policial e vitimização policial de acordo com local de ocorrência



Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP, 2010; 2015.

Nota-se, entretanto, que algumas AISP's se encontram fora da linha, como é o caso da AISP-20 que apresenta um alto número de mortes de policiais e um número mediano de mortes em decorrência de intervenção policial. Por outro lado, a AISP-12 e a AISP-39 possuem um número considerável de mortes em decorrência de intervenção policial, mas não possuem um alto número de mortes de policiais na área.

Em seguida, foi elaborada uma correlação de Pearson para verificar se existe relação espacial entre as ocorrências de homicídios dolosos, letalidade policial, policiais mortos na AISP e policiais mortos lotados na AISP. Os resultados apresentados na Tabela 4 apontam para um forte coeficiente de correlação (0,77), entre policiais mortos na AISP e letalidade policial. Já o coeficiente de correlação entre homicídios dolosos e letalidade policial é de (0,58), mais baixo do que entre vitimização e letalidade policial. Esse resultado mostra que o número de

pessoas mortas pela polícia em cada AISP está mais relacionado com o número de policiais mortos em cada AISP do que com os homicídios em geral.

Tabela 4 – Correlação espacial entre homicídios dolosos, letalidade policial, policiais mortos na AISP, policiais mortos lotados na AISP (2010-2015)

CORRELAÇÃO ESPACIAL					
		HOMICÍDIOS DOLOSOS	LETALIDADE E POLICIAL	POLICIAIS MORTOS NA AISP	POLICIAIS MORTOS LOTADOS NA AISP
HOMICÍDIOS DOLOSOS	Pearson Correlation	1	,589**	,711**	,064
	Sig. (2-tailed)		,000	,000	,698
	N	39	39	39	39
LETALIDADE POLICIAL	Pearson Correlation	,589**	1	,779**	,549**
	Sig. (2-tailed)	,000		,000	,000
	N	39	39	39	39
POLICIAIS MORTOS NA AISP	Pearson Correlation	,711**	,779**	1	,525**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000		,001
	N	39	39	39	39
POLICIAIS MORTOS LOTADOS NA AISP	Pearson Correlation	,064	,549**	,525**	1
	Sig. (2-tailed)	,698	,000	,001	
	N	39	39	39	39

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

A análise acima aponta que apesar de não existir uma relação temporal no estado das ocorrências de vitimização e letalidade policial, existe uma relação espacial entre essas ocorrências, mostrando assim que nas áreas em que uma dessas ocorrências é alta, a outra também apresenta números altos de registro. Entretanto, essa análise não permite dizer que a ocorrência de vitimização policial impacta nas ocorrências de letalidade policial, por isso, optou-se por realizar uma análise de impacto de uma ocorrência sobre a outra que será apresentada mais adiante.

Além disso, para permitir um maior aprofundamento da análise, com a intenção de verificar se o motivo pelo qual o policial foi morto influencia no tipo de reação gerado pela instituição policial, também foi realizada uma análise das circunstâncias que concorreram para a morte dos policiais.

2.2.3. Circunstância da morte dos policiais

A partir da leitura de todas as ocorrências que tiveram como resultado a morte de um policial criou-se uma nova variável no banco de dados chamada “circunstâncias da morte do policial”. Como dito anteriormente, estão sendo consideradas 373 mortes de policiais militares do estado do Rio de Janeiro que foram vítimas de homicídios entre janeiro de 2010 à dezembro de 2015. Destas ocorrências, 299 referiam-se a morte de policiais no período de folga e apenas 74 referiam-se a morte de policiais em serviço, sendo as mortes em folga mais do que quatro vezes maiores do que mortes em serviço.

Para analisar as circunstâncias, foram criadas oito categorias que permitiram agrupar as ocorrências de acordo com os motivos que culminaram na morte do policial. No período de folga, os relatos permitiram diferenciar quatro situações que serão explicadas detalhadamente a seguir: 1. Execução; 2. Roubo; 3. Encontro de cadáver; e, 4. Briga ou discussão. No horário de serviço, os relatos permitiram apontar outras quatro situações: 1. Patrulhamento ou operação; 2. Ataque a base policial; 3. Encontro de cadáver; e, 4. Briga ou discussão entre policiais.

Deste modo, o gráfico a seguir aponta que das 299 ocorrências em que o policial estava no horário de folga, o maior número de casos analisados, 124 ocorrências, referem-se a situações em que o policial foi surpreendido por criminosos armados que anunciaram a prática de roubo (ou presenciou alguma ocorrência de roubo com terceiros e reagiu) e acabou sendo ferido de forma letal. Nesta categoria existem também relatos que indicam que durante o roubo o agente foi reconhecido como policial e, por este motivo, foi morto.

As 102 ocorrências de execução indicam que o policial foi morto por arma de fogo por uma pessoa, ou por um grupo de pessoas, geralmente sem tempo de reação. Na maioria dos relatos há menção de indivíduos que estavam em uma moto e disparam contra o policial, saindo sem roubar nada e deixando clara a intenção da ação.

As 17 ocorrências nomeadas como Briga/Discussão, tratam de um contexto em que o policial, em horário de folga, se desentende com um terceiro e a presença da arma de fogo faz com que o resultado seja letal. As brigas e discussões são mais comuns quando os agentes estão no momento de lazer, em casas noturnas e bares, mas também são inclusas ocorrências relacionadas a violência doméstica. Destaca-se, entretanto, que nesta categoria entende-se que o conflito que gerou a morte do policial referia-se a sua vida pessoal, não sendo resultado da função que exerce.

Já nas outras 56 ocorrências a dinâmica da morte não foi conhecida de antemão, por se tratar de um encontro de cadáver, no qual os policiais foram encontrados em uma rua qualquer, dentro de um carro ou até mesmo dentro de residências com ferimentos por arma de fogo e não é possível saber pelo relato quais foram as circunstâncias que foram responsáveis pela morte do policial. Todavia, pelo modo em que o corpo foi encontrado, geralmente com marcas de tortura, sugere-se que sejam casos que endossem as circunstâncias de execução. Não foram considerados como tal de antemão, porque também podem estar relacionados à identificação de policiais em circunstâncias de roubo ou até mesmo com uma discussão pessoal com terceiros. Como são necessárias outras informações para classificar o caso, as ocorrências de encontro de cadáver foram classificadas separadas das três categorias anteriormente descritas.

Durante o serviço, a maior causa de mortes está relacionada a atividades típicas da profissão, como é o caso do patrulhamento, operações e abordagens que são responsáveis por 69 das 74 mortes em serviço. Nesta categoria, o relato mais comum refere-se a policiais que estavam realizando patrulhamento ou operação e se depararam com um grupo de criminosos armados que ao avistarem a viatura policial, atentam contra a vida dos agentes.

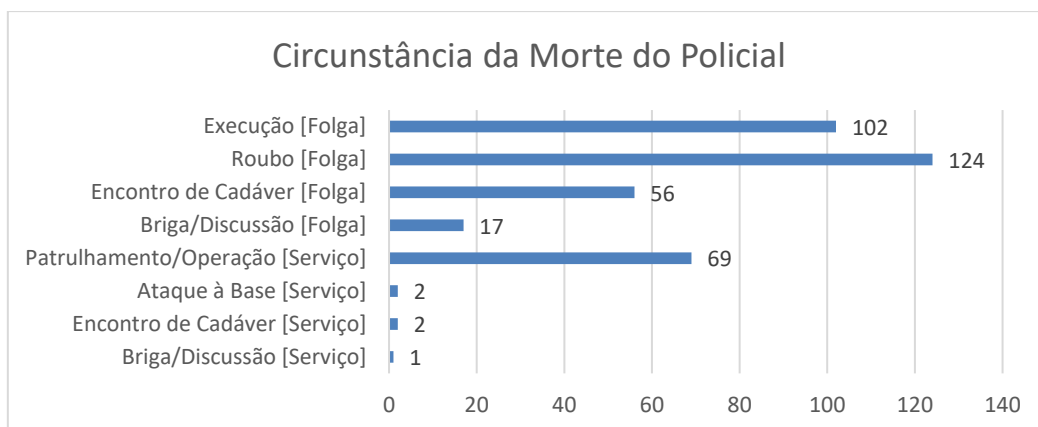
Outra situação relatada é o ataque à base policial, na qual um grupo de pessoas passam atirando na unidade, o que acaba por ferir o policial que está dentro. Esta situação é menos comum, há apenas duas situações deste tipo no banco de dados, mas é vista pelos policiais como “covardia”¹⁷, uma vez que não se espera este ataque e não há tempo de reação imediata.

Além do mais, assim como em folga, em serviço também há encontro de cadáveres, na qual encontra-se o policial morto sem saber os motivos que concorreram para aquela morte, assim como situações de brigas e discussões que são resolvidas com a arma de fogo. Essas ocorrências são mais raras e durante os seis anos analisados há apenas dois relatos de encontro de cadáver em serviço e apenas uma briga e discussão entre policiais que gerou a morte de um deles.

O Gráfico 6, apresentado a seguir, permite ter uma melhor visualização da distribuição de circunstâncias de acordo com a quantidade de ocorrências.

¹⁷ “Covardia” é uma categoria nativa que será melhor explicada no capítulo 3, mas vale apontar que foi criada pelos policiais para explicar situações em que o policial é morto e não tem condições de reagir.

Gráfico 6 – Circunstância da morte do policial



Fonte: Sumário de Informação – SUMINFO-PMERJ, 2010; 2015.

Entretanto, vale ressaltar que a caracterização das circunstâncias foi baseada no registro do SUMINFO, que é um relato curto sobre a ocorrência, realizado 24 horas após a morte do policial. Neste sentido, é possível que uma investigação posterior aponte para outro motivo, que não o mesmo relatado imediatamente após a morte do policial. Em todo caso, o objetivo desta categorização é analisar quais foram as respostas imediatas dadas pelos policiais a partir do que eles acreditavam ser o motivo da ocorrência e, portanto, este relato é suficiente para analisar a reação gerada de acordo com cada situação.

Assim, de acordo com a categorização apresentada, também foram realizadas análises sobre a reação da polícia de acordo com o que se acredita ser o motivo da morte dos policiais levando em consideração quatro das oito categorias criadas: execução, roubo e trabalho policial, sendo que esta última abrange as categorias de patrulhamento, operação e ataque a base.

Como dito anteriormente, a hipótese utilizada neste estudo é de que o fato de o policial ser morto devido a sua profissão desperta na instituição a necessidade de dar uma resposta a estas mortes e, neste caso, a resposta é traduzida em um aumento de mortes geradas em decorrência de intervenção policial. Por este motivo, a seguir será verificado, especificamente, se após a morte de policiais em serviço durante a realização de patrulhamento e operações ou após um ataque a base policial, há um incremento no número de mortes por parte da polícia.

Além disso, também será verificado se as mortes em folga por execução ou devido a prática de roubo exercem alguma influência no aumento de mortes em decorrência de intervenção policial.

Na apresentação das análises devido as circunstâncias das mortes não serão consideradas as categorias de “encontro de cadáver”, por não haver informações suficientes sobre o motivo da morte, nem “briga/discussão” por entender que o conflito se refere a vida

peçoal do policial e, portanto, não é esperável que exista uma reação por parte de outros policiais a aquela morte.

Os resultados de todas as análises realizadas a partir do banco de dados criados serão apresentados a seguir.

2.2.4. Impacto da vitimização na letalidade policial

O primeiro passo para verificar o impacto da vitimização policial na letalidade da ação policial, foi comparar a número médio de mortes em decorrência de intervenção policial por AISP que ocorreram nos dias em que não houve a morte de policiais com a média dessas mesmas mortes que ocorreram nos dias em que houve a morte de um ou mais policiais em todas as AISPs. Vale destacar que o banco de dados a ser usado nas análises a seguir será o que contém o número de mortes por AISP.

O resultado encontrado é apresentado pela Tabela 5, que mostra que nos dias em que não houve a morte de policiais, a média de mortos pela polícia é de 0,04 pessoas em cada AISP. Em contrapartida, em dias em que houve a morte de policiais, a morte de pessoas pela polícia sobe para 0,20 pessoas. O teste comprova a significância estatística¹⁸ da diferença.

O resultado mostra que nos dias em que houve a morte de policiais, a quantidade de mortes ocasionadas pela polícia chega a ser cinco vezes maior do que nos dias em que nenhum policial morre, o que chama muita atenção. Entretanto, destaca-se que sendo no mesmo dia, a vitimização e a letalidade policial podem ter ocorrido no mesmo evento e, nesse caso, o número alto de mortes de civis não indica necessariamente que um evento provoque outro. Além disso, nessa análise a influência da violência de cada região não está sendo ponderada e outras análises precisam ser realizadas para confirmar a relação.

18 TESTE DE SIGNIFICÂNCIA ANOVA: $F=69,50$; GRAUS DE LIBERDADE= 2 e 85446; $P<0,001$.

Tabela 5 – Comparação entre a média de mortes em decorrência de intervenção policial de acordo com o número de morte de policiais na AISP

LETALIDADE POLICIAL			
VITIMIZAÇÃO POLICIAL NA AISP	Média	N	Desvio padrão
Sem morte de policiais na AISP	,04	85080	,263
Com morte de policiais na AISP	,20	369	,796
TOTAL	,04	85449	,268

Fonte: Sumário de Informação – SUMINFO-PMERJ, 2015; 2015.

Posteriormente também foi realizada a média de mortes em decorrência de intervenção policial em dias em que não houve a morte de policiais, comparando com a média de mortes nos dias em que aconteceram mortes de policiais que estavam lotados naquela AISP, mas que não necessariamente morreram na área de lotação.

Nota-se pela Tabela 6 que existe uma diferença entre as médias de 0,04 quando não houve a morte de um policial lotado na AISP para 0,17 nos dias em que houve a morte de um policial lotado para trabalhar naquela área. A diferença entre as médias é menor do que quando comparada a de policiais que morrem na AISP, mesmo assim, a diferença continua sendo significativa¹⁹. Ademais, todas as ponderações feitas na análise elaborada anteriormente - sobre as mortes de policiais e civis terem ocorrido no mesmo episódio e sobre a não utilização de dados de violência na área - também são válidas para esta.

Tabela 6 – Comparação entre a média de mortes em decorrência de intervenção policial em função do número de morte de policiais de acordo com local de lotação

LETALIDADE POLICIAL			
VITIMIZAÇÃO POLICIAIS LOTADOS NA AISP	Média	N	Desvio padrão
Sem morte de policiais	,04	85188	,265
Com morte de policiais lotados	,17	261	,717
TOTAL	,04	85449	,268

Fonte: Sumário de Informação – SUMINFO-PMERJ, 2010; 2015.

As tabelas apresentadas mostram que existe uma diferença entre quando o policial morre na área da AISP de quando o policial era lotado na AISP, mas morreu em outro local. Vale destacar que em serviço o policial geralmente morre na área em que está lotado, pois é sua área de atuação, com exceção aos policiais lotados em unidades especializadas, como por exemplo o BOPE e o BPChq, que não têm área de atuação definida. Já na folga, os policiais acabam

19 TESTE DE SIGNIFICÂNCIA ANOVA: F=36,08; GRAUS DE LIBERDADE= 2 e 85446; P<0,001

morrendo em áreas diferentes daquelas que atuam, o que leva a supor que as ocorrências em que policiais lotados em uma AISP morrem na área de outra AISP comumente ocorreram na folga do policial. O que chama a atenção para o fato de poder haver uma diferença na reação da corporação e da tropa quando policiais são mortos em serviço ou na folga, o que será analisado mais adiante.

Para verificar se a vitimização policial impacta na letalidade policial, ou seja, se a vitimização policial é um dos fatores responsáveis pelo incremento da letalidade policial, foi necessário realizar uma análise de séries temporais em duas situações diferentes: 1) após a morte de um policial ocasionada na naquela AISP; ou, 2) após a morte de um policial que estava lotado naquela AISP, mas que pode ter ocorrido em qualquer local do estado.

Por série temporal entende-se uma mensuração sequencial de eventos a intervalos regulares em um período de tempo, geralmente ocorrendo em intervalos uniformes que neste estudo estão compreendidos em dias.

A análise de uma série temporal permite verificar estatisticamente se existe uma relação entre variáveis ao longo do período estudado. Neste caso, optou-se também por orientar a análise de duas formas: 1) utilizando na análise todo o período, ou seja, verificando o número de mortes em todo o período estudado e examinando se há um aumento nos dias seguintes a morte de um policial; 2) utilizando na análise dois períodos comparativos, que permitam verificar se há diferença no número de mortes em decorrência de intervenção policial que ocorreram alguns dias antes da morte de um policial em comparação com o número de mortes em decorrência de intervenção policial que ocorreram alguns dias após a morte de um policial.

Para definir o período antes e depois da morte do policial que será utilizado para a análise comparativa, primeiro foi realizada uma média de mortes em decorrência de intervenção policial e a média acumulada de mortes pela polícia nos vinte dias posteriores às mortes de policiais, conforme é apresentado na Tabela 7.

Tabela 7 - Número médio de mortes em decorrência de intervenção policial nos dias após a morte de policiais na AISP

Dias após mortes de policiais na AISP	Média de nº de mortes pela polícia	Número acumulado de mortes no período	Média diária acumulada de mortes pela polícia
1	0,12	0,12	0,120
2	0,08	0,2	0,100
3	0,08	0,28	0,093
4	0,06	0,34	0,085
5	0,14	0,48	0,096
6	0,08	0,56	0,093
7	0,10	0,66	0,094
8	0,07	0,73	0,091
9	0,08	0,81	0,090
10	0,08	0,89	0,089
11	0,08	0,97	0,088
12	0,11	1,08	0,090
13	0,1	1,18	0,091
14	0,1	1,28	0,091
15	0,08	1,36	0,091
16	0,13	1,49	0,093
17	0,07	1,56	0,092
18	0,08	1,64	0,091
19	0,11	1,75	0,092
20	0,09	1,84	0,092

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação – SUMINFO-PMERJ, 2010; 2015.

Relembrando que conforme foi apresentado anteriormente na Tabela 5, a média de mortos pela polícia nos dias em que não há mortes de policiais é de 0,04 e nos dias em que há morte de um policial é de 0,20. Observando a Tabela 7 acima, que mostra a média de mortes ocasionadas pela polícia nos vinte dias seguintes a morte de policiais, é possível perceber que há muita flutuação durante todo o período. Entretanto nota-se que em nenhum dia do período a média se iguala a média geral de 0,04 e nem a média encontrada no mesmo dia da morte do policial, de 0,20. Em todo caso, há pico de mortes em alguns dias, como no dia seguinte a morte do policial (0,12), no quinto dia após a morte do policial (0,14), no sétimo dia (0,10), no décimo segundo (0,11), no décimo sexto (0,13) e no décimo nono (0,11).

A tabela parece não indicar um padrão mais consistente para a ocorrência de mortes pela polícia após a morte de policiais, sendo possível que parte do efeito dos aumentos de mortes

ocasionados seja devido a um período violento que ocorre em cada região. Quando se observa a média acumulada de mortes ocasionadas pela polícia no período, nota-se que tem um pico de mortes no dia seguinte a morte do policial, no quinto dias após a morte e no sétimo dia. Nenhuma média posterior ao sétimo dia alcança o mesmo patamar de 0,094.

Neste sentido, para o presente estudo optou-se por comparar o número de mortes ocasionadas pela polícia em três períodos diferentes: 1) no dia seguinte à morte do policial; 2) cinco dias após a morte de um policial; 3) sete dias após a morte a morte de um policial.

Por fim, antes de apresentar os resultados, vale destacar que um pressuposto da análise linear é a normalidade. Neste sentido, aponta-se que os dias em que há a morte de um policial são mais raros do que os dias que não tem, como pode ser visto pelas Tabelas 8 e 9 a seguir que mostram em mais de 99% dos dias não morre nenhum policial. Por esse motivo, optamos por testar também uma distribuição binominal, na qual são comparados os casos de presença versus casos de ausência de morte de policiais.

Tabela 8 - Frequência de dias em que há morte de policiais na AISP

POLICIAIS MORTOS NA AISP					
		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0 – Nenhum policial morto	85080	99,6	99,6	99,6
	1 – Policial morto	359	,4	,4	100,0
	2 – Policiais mortos	10	,0	,0	100,0
	Total	85449	100,0	100,0	

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ, 2010; 2015.

Tabela 9 - Frequência de dias em que há morte de policiais lotados na AISP

POLICIAIS MORTOS LOTADOS NA AISP					
		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0 – Nenhum policial morto	85184	99,7	99,7	99,7
	1 – Policial morto	260	,3	,3	100,0
	2 – Policiais mortos	5	,0	,0	100,0
	Total	85449	100,0	100,0	

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ, 2010; 2015.

2.2.4.1 Análise de todo o período

Para verificar o impacto da vitimização policial na letalidade da ação policial, foi elaborada uma tabela de referência cruzada que mostra a porcentagem de ocorrências de letalidade policial nos dias em que não houve, assim como nos dias em que houve a morte de

um policial. Na Tabela 10 é possível observar que somente em 2,9% dos dias em que não houve a morte de policiais na AISP houve mortes em decorrência de intervenção policial. Entretanto, nos dias em que houve a morte de policiais, a porcentagem de dias em que houve registros de mortes ocasionadas pela polícia sobe para 10,6%. Essa diferença é estatisticamente significativa.

Tabela 10 - Ocorrência de civis mortos pela polícia de acordo com ocorrência de policiais mortos, por dia²⁰

CROSSTAB					
			POLICIAIS MORTOS NA AISP		TOTAL
			Não houve mortes	Houve mortes	
LETALIDADE POLICIAL	Não houve mortes	Count	82587	330	82917
		% POLICIAIS MORTOS NA AISP	97,1%	89,4%	97,0%
	Houve mortes	Count	2493	39	2532
		% POLICIAIS MORTOS NA AISP	2,9%	10,6%	3,0%
	TOTAL	Count	85080	369	85449
		% POLICIAIS MORTOS NA AISP	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação – SUMINFO-PMERJ, 2010; 2015.

Repetiu-se o cruzamento sobre a porcentagem de ocorrências de letalidade policial na AISP nos dias em que não houve a morte de policiais lotados, assim como nos dias em que houve a morte de um policial lotado em cada AISP estudada. Nota-se que em 2,9% dos dias em que não houve a morte de policiais, houve letalidade. Por outro lado, nos dias em que pelo menos um policial lotado naquela AISP morreu, a porcentagem de mortes em decorrência de intervenção policial sobe para 9,8%. Novamente o teste aponta para a significância estatística do cruzamento realizado e os números mencionados podem ser visualizados na Tabela 11 a seguir.

²⁰ TESTE DE SIGNIFICÂNCIA: CHI-QUADRADO=74,562; GRAUS DE LIBERDADE=1; P<0,001.

Tabela 11 - Ocorrência de civis mortos pela polícia de acordo com ocorrência de policiais mortos lotados na AISP, por dia²¹.

CROSSTAB					
			POLICIAIS LOTADOS NA AISP MORTOS		TOTAL
			Não houve mortes	Houve mortes	
LETALIDADE POLICIAL	Não houve mortes	Count	82678	239	82917
		% POLICIAIS LOTADOS NA AISP MORTOS	97,1%	90,2%	97,0%
	Houve mortes	Count	2506	26	2532
		% POLICIAIS LOTADOS NA AISP MORTOS	2,9%	9,8%	3,0%
TOTAL		Count	85184	265	85449
		% POLICIAIS LOTADOS NA AISP MORTOS	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ, 2010; 2015.

Antes de mais nada, é preciso dizer apesar de ser possível perceber uma associação entre a morte de policiais e um incremento na morte de civis em decorrência de intervenção policial, que esta associação pode ocorrer devido a três fatores: 1) existem momentos históricos mais violentos, no qual há um aumento de mortes de forma geral, portanto é preciso ponderar as análises com dados de violência local; 2) há uma diferença de contexto nas diferentes AISPs do estado, existindo áreas mais violentas e que a polícia atua de forma mais enfática e também sofre mais ataque; 3) quando a morte de civis e de policiais ocorrem no mesmo dia, essas poderiam estar relacionadas a um mesmo incidente, isto é, não seriam ‘consequência’ uma da outra, mas seriam resultados de uma mesma ocorrência.

Sendo assim, a primeira explicação possível para a existência desta relação entre a vitimização e a letalidade policial refere-se à teoria que indica a proporcionalidade da violência. Neste sentido, em lugares violentos, onde o número de homicídios e agressões é alto, deve haver um número alto de policiais mortos em serviço e em folga, assim como a polícia acaba por ter uma atuação mais letal. Uma possível justificativa para este contexto seria o alto número de armas em uma região, a criminalidade acentuada e a resolução dos conflitos sendo realizada pelo uso da violência.

²¹ TESTE DE SIGNIFICÂNCIA: CHI-QUADRADO=43,356; GRAUS DE LIBERDADE=1; P<0,001.

Na situação descrita, existe um risco para todas as pessoas que moram ou trabalham no local serem vítimas de um crime violento. Portanto, uma forma de verificar se a relação entre vitimização e letalidade é fruto de um determinado momento histórico, da violência local acentuada ou da atuação policial em determinadas áreas é controlando o modelo estatístico com outras variáveis como: a) período em que ocorreram os fatos (dia da semana, mês e ano); b) número de homicídios dolosos na AISP; c) intensidade da letalidade policial em cada AISP. Todos estes elementos influenciam nas mortes ocorridas em cada área num determinado momento e precisam ser levadas em conta na análise do fenômeno.

Neste sentido, buscando dar conta de realizar as ponderações necessárias, foi criado um modelo linear para cada período (um dia, cinco dias e setes dias após a morte de policiais) que tem como variável independente principal a morte de policiais e como variável dependente a letalidade policial, ponderando com dados de homicídios dolosos, período em que ocorreu o fato (mês, ano e dia da semana) e AISP. No modelo final, nota-se que a AISP é a variável que mais influencia na variável dependente, como pode ser visto na tabela 12 a seguir.

Os dados apresentados na referida Tabela mostram que mesmo controlando os dados de violência local, período e característica de cada AISP, a morte de um policial aumenta as possibilidades de um civil ser morto pela polícia. O valor do impacto apresentado é de 0,111 mortes a mais e é significativo estatisticamente. Se dividirmos este número pela média de registro de mortes de civis em decorrência de intervenção policial nos dias em que não há morte de policiais, que é de 0,04, conforme visto na Tabela 5 anteriormente apresentada, chegamos ao valor de 2,775. Isso significa dizer que no dia em que morre um policial, o número de civis mortos em ações policiais é 277% maior do que em outros dias.

Todavia, como a morte de policiais e civis, quando ocorre no mesmo dia pode ser devido à mesma ocorrência, o mesmo modelo criado foi repetido para cada período estudado após a morte de um policial (um dia, cinco dias após e sete dias após). O resultado aponta que para todos os períodos a diferença é estatisticamente significativa e o acréscimo encontrado para um dia depois é de 0,04, para cinco dias depois é de 0,01 e para sete dias depois é de 0,05 (ver modelos em anexo). Comparada com a incidência nos dias em que não há mortes de policiais (0,04) o incremento do número médio de mortos um dia depois da morte de um policial é de 100%, cinco dias depois da morte de policial é de 25% e em relação ao período de 7 dias é de 125%.

Tabela 12 - Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP

Estimativas do parâmetro							
Parâmetro	B	Modelo padrão	Intervalo de confiança de Wald 95%		Teste de hipótese		
			Inferior	Superior	Qui-quadrado de Wald	df	Sig.
(Ordenada na origem)	,270	,0167	,237	,303	262,353	1	,000
[AISP=2]	-,181	,0080	-,196	-,165	516,345	1	,000
(...)							
[mesano=JAN 2010]	,040	,0107	,019	,061	14,071	1	,000
(...)							
[DIASEMANA=1]	-,002	,0033	-,008	,005	,242	1	,623
[DIASEMANA=2]	,000	,0033	-,006	,007	,019	1	,891
[DIASEMANA=3]	,011	,0033	,004	,017	10,073	1	,002
[DIASEMANA=4]	,009	,0033	,003	,016	7,475	1	,006
[DIASEMANA=5]	,013	,0033	,007	,020	15,908	1	,000
[DIASEMANA=6]	,011	,0034	,004	,017	9,692	1	,002
[DIASEMANA=7]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[POLICIAISMORTOS NAAISP2=,00]	-,111	,0138	-,138	-,084	65,032	1	,000
[POLICIAISMORTOS NAAISP2=1,00]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
HOMICÍDIOS DOLOSOS	,012	,0015	,009	,014	63,005	1	,000
(Escala)	,069 ^b	,0003	,068	,069			
Variável dependente: LETALIDADE POLICIAL							
Model: (Ordenada na origem), AISP, mesano, DIASEMANA, POLICIAISMORTOSNAAISP2, HOMICÍDIOS DOLOSOS							
a. Definido para zero porque este parâmetro é redundante.							
b. Estimativa de verossimilhança máxima.							

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação – SUMINFO-PMERJ, 2010; 2015.

Além disso, o modelo também foi testado separadamente para algumas das principais circunstâncias da morte do policial, tanto para o dia em que morreu um policial, como para um dia após a morte, cinco dias após a morte e setes dias após a morte. As circunstâncias utilizadas nas análises foram: a) execução; b) roubo; c) trabalho policial.

Os resultados encontrados apontaram que quando o policial **morto por execução** na folga, a relação com o aumento de mortes em decorrência de intervenção policial só é significativa estatisticamente para o dia seguinte em que o policial foi morto. Neste caso, há um

incremento de 0,05 no número médio de mortes, o que significa um aumento de 125% conforme indica o modelo em anexo.

Nos casos em que o policial foi **morto após roubo**, a relação só é significativa para o mesmo dia da morte do policial, no qual há um incremento de 0,08, ou seja, 200% no número médio de mortes em decorrência de intervenção policial.

Já nos casos em que o policial foi **morto em serviço**, realizando atividades de patrulhamento, operação ou abordagem, ou até mesmo após um ataque a base policial, os modelos criados para todos os períodos estudados são significativos estatisticamente. Para o mesmo dia, o acréscimo médio de mortes é de 0,465, no dia seguinte é de 0,14, cinco dias depois é 0,05 e sete dias depois é 0,05. Em porcentagem isso significa dizer que quando um policial morre em serviço, no dia seguinte as chances de um civil ser morto em decorrência de intervenção policial aumentam em 350%, cinco e sete dias depois aumentam em 125% e no mesmo dia, surpreendentemente, aumentam 1150%.

Os resultados encontrados para cada circunstância foram apresentados resumidamente na Tabela 13, mas os modelos completos elaborados estão em anexo. Assim, é possível notar que há uma diferença na forma como a polícia, enquanto instituição, responde às mortes de policiais de acordo com as circunstâncias que foram responsáveis por esta morte. É possível perceber que uma morte ocasionada na folga do policial gera menos efeitos do que uma morte ocasionada em serviço, sendo a morte de um policial em serviço responsável por um aumento bastante significativo no aumento da letalidade policial.

Tabela 13 - Resultados dos modelos criados a partir das circunstância da morte do policial para cada período

Modelo de acordo com a circunstância da morte do policial									
		Letalidade Policial							
		mesmo dia	%	um dia	%	cinco dias	%	sete dias	%
vitimização Policial	Execução [Folga]	0,02*	-	0,05**	125	0,02*	-	0,02*	-
	Roubo [Folga]	0,08**	200	0,03*	-	0,03*	-	0,01*	-
	Trabalho Policial	0,465**	1150	0,14**	350	0,05**	125	0,05**	125
* Relação não significativa estatisticamente									
** Relação significativa estatisticamente									

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ, 2010; 2015.

De qualquer modo, mesmo com a criação do modelo que controle dos efeitos das características de cada AISP, assim como os efeitos dos meses do ano e dos dias da semana,

ainda pode gerar questionamentos se este impacto não é gerado por momentos peculiares de aumento da violência. Por este motivo, optamos por elaborar uma outra análise de impacto, que compare apenas um breve momento anterior e um posterior a morte do policial, conforme pode ser visto a seguir.

2.2.4.2 Análise comparativa de um período anterior e um posterior a morte de um policial

Por fim, com o intuito de realizar uma análise alternativa, que permitisse controlar a influência dos períodos de maior violência em cada região, optou-se também por realizar a observação do número de mortes de civis pela polícia em dois intervalos: dias antes da morte de policiais e dias após da morte de cada policial para verificar se há diferença na quantidade de mortes. Os períodos escolhidos, em função dos resultados verificados na Tabela 7 para serem analisados foram: um dia antes e um dia depois da morte de um policial; cinco dias antes e cinco dias depois da morte de um policial; e, sete dias antes e sete dias depois a morte de um policial.

Vale destacar que o dia da morte do policial não é considerado nessa análise, sendo o dia seguinte da morte o primeiro a ser considerado no período posterior à morte do policial. Como não é possível saber o horário em que o policial foi morto e o horário em que houve a morte em decorrência de intervenção policial, optou-se por não considerar o dia da morte do policial no período por não ter conhecimento de qual evento ocorreu primeiro ou até mesmo porque a morte de policiais e a letalidade policial pode ter ocorrido no mesmo episódio, como foi dito anteriormente. Mesmo sabendo que o dia da morte do policial pode ser significativo para a análise, uma vez que o número médio de mortes ocasionadas pela polícia no dia em que um policial foi morto é muito superior a média dos outros dias, preferiu-se primar pelo rigor metodológico.

Além disso, em casos em que houveram dois policiais mortos na mesma área no mesmo período, a segunda ocorrência não foi considerada na análise. Isso porque alguns dias faziam parte simultaneamente tanto de um período anterior quanto posterior à morte de um policial e para esta análise é preciso garantir que a comparação está sendo feita em números exatos de dias anteriores e posteriores morte de policiais. Neste sentido, sobre os casos perdidos, indica-se que no caso da análise feita com base em um dia, a perda de casos é inferior a 1%. Já, nas análises que considera o período de cinco dias antes e cinco dias depois, a perda de casos foi

próxima a 7% das ocorrências estudadas e na análise feita sete dias antes e sete dias depois, ao todo, 12% das ocorrências foram descartadas por sobreposição.

Sendo assim, primeiramente, foi realizada uma comparação entre as médias de mortes ocasionadas pela polícia dias antes e dias depois da morte de um policial. Em seguida, testou-se a significância estatística de duas formas: a) por meio de uma comparação do número médio de mortos em ambos os períodos através da análise de variância; b) por meio de uma comparação entre a proporção de dias em que houve mortes ocasionadas pela intervenção policial em ambos os períodos através de um teste de chi-quadrado.

Na análise realizada com base no dia anterior e no dia posterior à morte de um policial, nota-se pela Tabela 14 que há um aumento da média de 0,10 para 0,12, entretanto, a diferença não é significativa estatisticamente²².

Tabela 14 - Comparação entre as médias de mortes ocasionadas pela polícia um dia antes e um dia depois a morte de um policial

LETALIDADE POLICIAL			
	Média	N	Desvio padrão
Dia antes morte do policial na AISP	,10	363	,411
Dia após morte do policial na AISP	,12	363	,548
Total	,11	735	,485

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ, 2010; 2015.

Em seguida, a partir de uma tabulação cruzada apresentada pela Tabela 15, parece que no dia anterior a morte de policiais a porcentagem dias com mortes ocasionadas pela intervenção policial é maior do que no dia posterior a morte, pois cai de 7,4% para 7,2%, porém, mais uma vez, a diferença não é estatisticamente significativa²³.

²² TESTE DE SIGNIFICÂNCIA ANOVA: F=1,075; GRAUS DE LIBERDADE= 2 e 732; P=0,342

²³ TESTE DE SIGNIFICÂNCIA: CHI-QUADRADO=8,579; GRAUS DE LIBERDADE=2; P=0,014

Tabela 15 - Número de mortes pela polícia no dia anterior e posterior a morte de um policial

CROSSTAB						
			Antes e depois da morte de policial			TOTAL
			Dia após morte do policial na AISP	Dia antes morte do policial na AISP	Sobreposição entre os dois períodos	
LETALIDADE POLICIAL	Não houve mortes	Contagem	337	336	6	679
		% Antes e depois da morte de policial	92,8%	92,6%	66,7%	92,4%
	Houve mortes	Contagem	26	27	3	56
		% Antes e depois da morte de policial	7,2%	7,4%	33,3%	7,6%
	TOTAL	Contagem	363	363	9	735
		% Antes e depois da morte de policial	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ, 2010; 2015.

Posteriormente, a mesma análise foi realizada para o período que leva em consideração cinco dias antes e cinco dias após a morte de um policial. A comparação entre as médias de mortes em decorrência de intervenção policial aponta uma subida de 0,07 mortes cinco dias antes para 0,10 mortes cinco dias depois. Neste caso, a diferença também não é significativa estatisticamente²⁴.

Tabela 16 - Comparação entre as média de mortes ocasionadas pela polícia no período de cinco dias antes e cinco dias depois a morte de um policial

LETALIDADE POLICIAL			
	Média	N	Desvio padrão
Cinco dias antes morte do policial na AISP	,07	1625	,344
Cinco dias após morte do policial na AISP	,10	1625	,430
TOTAL	,08	3526	,382

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ, 2010; 2015.

Na tabulação cruzada realizada para o mesmo período, embora também não seja significativa estatisticamente²⁵, aponta-se um crescimento da proporção de dias com mortes ocasionadas pela polícia cinco dias antes (5,4%) para 6,8% cinco dias depois da morte de um policial. O resultado é apresentado na Tabela 17.

²⁴ TESTE DE SIGNIFICÂNCIA ANOVA: F=1,592; GRAUS DE LIBERDADE= 3 e 3523; P=0,204

²⁵ TESTE DE SIGNIFICÂNCIA: CHI-QUADRADO=3,152; GRAUS DE LIBERDADE=2; P=0,207

Tabela 17 - Número de mortes pela polícia no período de cinco dias antes e cinco dias depois da morte de um policial

CROSSTAB			Cinco dias antes e cinco dias depois da morte de policiais			TOTAL
			Cinco dias após morte do policial na AISP	Cinco dias antes morte do policial na AISP	Sobreposição entre antes e depois	
LETALIDADE DE POLICIAL	Não houve mortes	Contagem	1515	1537	256	3308
		% cinco dias antes e cinco dias depois da morte de policiais	93,2%	94,6%	92,8%	93,8%
	Houve mortes	Contagem	110	88	20	218
		% cinco dias antes e cinco dias depois da morte de policiais	6,8%	5,4%	7,2%	6,2%
	TOTAL	Contagem	1625	1625	276	3526
		% dentro de preposnaAISP5dias	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ, 2010; 2015.

Em seguida, foi realizada a média do número de mortes em decorrência de intervenção policial sete dias antes da morte do policial e comparou-se com a média do número de mortes sete dias depois da morte de um policial. Nota-se pela tabela 18 que há um ligeiro aumento 0,07 para 0,10 da semana anterior para a semana posterior, uma diferença que é significativa estatisticamente²⁶.

Tabela 18 - Comparação entre a média da letalidade policial nos períodos anterior e posterior a morte de policiais na AISP

LETALIDADE POLICIAL			
PERÍODO PRÉ E PÓS A MORTE DE POLICIAL NA AISP	Mean	N	Std. Deviation
Sete dias antes da morte do policial	,07	2357	,347
Sete dias depois da morte do policial	,10	2522	,425
TOTAL	,09	4879	,389

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ, 2010; 2015.

É possível notar que a diferença visualizada nesta análise é muito menor do que a encontrada no modelo anterior, no qual estavam contidos todos os dias do período. Isso significa que boa parte da diferença podia ser atribuível ao período.

Em seguida, foi realizada uma tabela de referência cruzada para comparar a porcentagem de dias com mortes em decorrência de intervenção policial que ocorrem sete dias

²⁶ TESTE DE SIGNIFICÂNCIA ANOVA: F=0,639; GRAUS DE LIBERDADE= 1 e 4877; P=0,040

antes da morte de policiais com a porcentagem de dias com mortes pela polícia que ocorrem sete dias depois da morte de policiais. Na tabela 19 é possível perceber que há um ligeiro aumento de 5,6% para 6,9% nos dias com mortes ocasionadas pela polícia na semana posterior a morte de um policial e neste caso, a diferença é estatisticamente significativa²⁷.

Tabela 19 - Cruzamento entre a porcentagem de dias com letalidade policial na AISP na semana anterior e posterior a morte de policiais na AISP

CROSSTAB					
			PERÍODO PRÉ E PÓS A MORTE DE POLICIAL NA AISP		TOTAL
			Setes dias antes da morte do policial	Sete dias após a morte do policial	
LETALIDADE DE POLICIAL	Não houve morteS	Count	2225	2347	4572
		% PERÍODO ANTERIOR A MORTE DE POLICIAIS	94,4%	93,1%	93,7%
	Houve morteS	Count	132	175	307
		% PERÍODO POSTERIOR A MORTE DE POLICIAIS	5,6%	6,9%	6,3%
TOTAL		Count	2357	2522	4879
		% PREPOSNA AISP	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ, 2010; 2015.

Por fim, considerou-se o número geral de mortes ocasionadas pela polícia sete dias antes da morte de policiais para sete dias após a morte de policiais na AISP. A Tabela 20 aponta um aumento no número de mortes de 143 no período anterior para 194 no período posterior, permitindo afirmar um crescimento de 35% no número de mortes.

²⁷ TESTE DE SIGNIFICÂNCIA: CHI-QUADRADO=3,702; GRAUS DE LIBERDADE=1; P=0,031.

Tabela 20 - Número de mortos pela polícia sete dias antes e sete dias depois da morte de policiais

LETALIDADE POLICIAL			
Período	N	Válido	80592
		Ausente	0
	Soma		3015
Sete dias antes da morte do policial na AISP	N	Válido	2023
		Ausente	0
	Soma		143
Sete dias depois da morte do policial na AISP	N	Válido	2023
		Ausente	0
	Soma		194

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ, 2010; 2015.

Como no intervalo de sete dias foi possível verificar uma diferença mais clara entre os períodos, repetiu-se a análise com comparação de médias e tabulação cruzada para a variável de policiais mortos que estavam lotados na área da AISP, buscando verificar se mesmo sem o policial morrer naquela área, o fato dele trabalhar lá indicaria um aumento no número de mortes. Neste caso, verificou-se que quando se compara a média do número de mortes ocasionadas pela polícia nos períodos anteriores e posteriores à morte de um policial lotado na AISP, nota-se que além da diferença entre as médias ser menor, a probabilidade associada ao teste de significância é de 0,223, o que aponta que a diferença não é significativa²⁸, como pode ser visto na Tabela 21.

Tabela 21 - Comparação entre a média da letalidade policial nos períodos anterior e posterior a morte de policiais lotados na AISP

LETALIDADE POLICIAL			
PERÍODO PRÉ E PÓS A MORTE DE POLICIAL LOTADO NA AISP	Mean	N	Std. Deviation
Semana antes da morte do policial	,06	1754	,324
Semana depois da morte do policial	,08	1814	,384
TOTAL	,07	3568	,356

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ, 2010; 2015.

Na tabela de referência cruzada elaborada para comparar as porcentagens do período anterior e posterior a morte de policiais que estão lotados naquela AISP, nota-se que a probabilidade associada ao teste de significância é superior a 0,05, demonstrando que a diferença não é estatisticamente significativa. Em todo caso, os resultados são apresentados pela Tabela 22.

²⁸ TESTE DE SIGNIFICÂNCIA ANOVA: F=0,188; GRAUS DE LIBERDADE= 1 e 3566; P=0,223

Tabela 22 - Cruzamento entre a porcentagem de dias com letalidade policial na AISP na semana anterior e na semana posterior a morte de policiais na AISP²⁹

CROSSTAB					
			PERÍODO PRÉ E PÓS A MORTE DE POLICIAIS LOTADOS NA AISP		TOTAL
			Semana antes da morte do policial	Semana depois da morte do policial	
LETALIDA DE POLICIAL	Não houve morte	Count	1677	1719	3396
		% PERÍODO PRÉ-PÓS A MORTE DE POLICIAIS LOTADOS NA AISP	95,6%	94,8%	95,2%
	Houve mortes	Count	77	95	172
		% PERÍODO PRÉ-POS A MORTE DE POLICIAIS LOTADOS NA AISP	4,4%	5,2%	4,8%
TOTAL		Count	1754	1814	3568
		% PERÍODO PRÉ-PÓS MORTE DE POLICIAIS LOTADOS NA AISP	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ, 2010; 2015.

O fato de a análise de sete dias antes e após a morte de policiais lotados na área da AISP não ser significativa estatisticamente sublinha o fato de que os efeitos da morte de policiais nas mortes ocasionadas pela polícia ocorrem mais nas áreas em que o policial foi morto, não importando tanto em qual unidade trabalhava. Vale ressaltar também que os policiais geralmente que morrem fora do seu local de trabalho estão em folga e não em serviço, o que reforça a conclusão de que a morte em folga gera menos respostas por parte da polícia do que a morte em serviço, fato este que deverá ser melhor observado durante a realização das entrevistas.

Além disso, a análise comparativa do período anterior e posterior a morte de um policial também foi testado de acordo com as circunstâncias da morte para os diferentes períodos de análise: um dia antes e após a morte de um policial, cinco dias antes e após a morte e sete dias antes e após a morte. As circunstâncias utilizadas foram as mesmas anteriormente mencionadas: a) execução; b) roubo; c) trabalho policial.

Para isso, foi calculada a média do número de mortes em decorrência de intervenção policial para cada circunstância nos dias anteriores e comparou-se com a média do número de

²⁹ TESTE DE SIGNIFICÂNCIA: CHI-QUADRADO=3,702; GRAUS DE LIBERDADE=1; P=0,031

mortes nos dias posteriores a morte de um policial. Além disso, foi realizada uma tabela de referência cruzada para comparar a porcentagem de dias com mortes em decorrência de intervenção policial que ocorrem nos dias anteriores a morte de policiais com a porcentagem de dias com mortes que ocorrem nos dias posteriores a morte de policiais. Para facilitar a apresentação de dados, a seguir só serão apresentados os resultados e as tabelas completas referentes a essas análises estão em anexo.

Tabela 23 - Mortes em decorrência de intervenção policial no período pré e pós nas três circunstâncias analisadas

RESULTADOS DA ANÁLISE PRÉ-PÓS PARA CADA CIRCUNSTÂNCIA							
		Média	Crosstab	Média	Crosstab	Média	Crosstab
		Execução		Roubo		Serviço	
Um dia	Antes da morte do policial	0,10	0,3%	0,17	0,6%	0,0	0,0%
	Depois da morte do policial	0,13	0,4%	0,13	0,4%	0,24	0,2%
Cinco dias	Antes da morte do policial	0,06	0,8%	0,09	1,3%	0,07	0,7%
	Depois da morte do policial	0,08	1%	0,09	1,5%	0,13	0,9%
Sete dias	Antes da morte do policial	0,06	1,3%	0,09	1,7%	0,08	0,8%
	Depois da morte do policial	0,07	1,3%	0,10	2,1%	0,13	1,2%
* Todos os resultados são estatisticamente significativos.							

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ, 2010; 2015.

Nas ocorrências em que o policial foi **morto por execução**, a diferença de médias foi considerada estatisticamente significativa em todos os períodos. Quanto aos resultados, há uma variação nas médias em cada período, mas em todos eles houve um aumento no número de mortes em decorrência de intervenção policial do período anterior para o período posterior a morte de policiais: a) No período de um dia, o número médio de mortes sobe de 0,10 para 0,13, um aumento de 30%; b) No período de cinco dias, o número médio sobe de 0,06 para 0,08, um aumento de 33%; c) No período de 7 dias, o número médio sobre de 0,06 para 0,07, um aumento de 16%.

Nas tabelas de referências cruzadas realizadas para as mortes de policiais por execução as diferenças foram consideradas estatisticamente significativas para todo o período. Nota-se pelos resultados que houve um aumento na porcentagem de dias com mortes em decorrência de intervenção policial do período anterior para o período posterior a morte de policiais: a) No período de um dia, a porcentagem sobre de 0,3% para 0,4%; b) No período de cinco dias sobre de 0,8% para 1%; c) No período de sete dias não há diferença, a porcentagem é de 1,3% no período anterior e no período posterior.

Nas ocorrências em que o policial foi **morto após um roubo**, a diferença entre médias é significativa estatisticamente para todo o período. Entretanto, não há aumento no número de mortes nos dias posteriores em todo o período: a) No período de um dia, a média de mortes em decorrência de intervenção policial cai de 0,17 para 0,13, ou seja, há uma queda de 23%; b) No período de cinco dias, a média se mantém em 0,09 na semana anterior e na semana posterior a morte do policial; c) No período de sete dias, há um leve aumento de 0,09 para 0,10, ou seja, um aumento de 11%.

Nas elaborações das tabelas de referências cruzadas para analisar as mortes após a ocorrência de roubo, todas as diferenças apresentadas são estatisticamente significativas e mostram que: a) No período de um dia, a porcentagem de dia com mortes em decorrência de intervenção policial cai de 0,6% no dia anterior a morte de um policial para 0,4% no dia posterior; b) No período de cinco dias, a porcentagem sobe de 1,3% para 1,5%; c) No período de sete dias, a porcentagem sobe de 1,7% para 2,1%.

Por fim, nas ocorrências em que o policial foi **morto durante o serviço**, as diferenças entre as médias de mortes em decorrência de intervenção policial no período anterior e no posterior a morte de um policial são estatisticamente significativas para todo o período analisado. Nota-se que quando o policial morre em serviço, há um aumento mais significativo no número de mortes do período anterior para o período posterior a morte: a) No período de um dia, a média no número de mortes sobe de 0,0 para 0,24; b) No período de cinco dias, a média sobe de 0,07 para 0,13, um aumento de 85%; c) No período de sete dias, a média sobe de 0,08 para 0,13, um aumento de 62,5%.

Já na elaboração de tabelas de referência cruzada para as mortes de policiais em serviço, novamente a diferença é considerada estatisticamente significativa para todos os períodos e nota-se que: a) No período de um dia, a porcentagem de dias com mortes pela polícia sobe de 0% para 0,2%; b) No período de cinco dias, a porcentagem sobe de 0,7% para 0,9%; c) No período de sete dias, sobe de 0,8% para 1,2%.

Neste sentido, é possível observar que mesmo quando a análise é realizada comparando dias antes com dias depois, o que permite controlar o número de mortes em períodos mais violentos, nota-se que após a morte de um policial, particularmente quando a morte acontece em serviço, há um aumento no número de mortes em decorrência de intervenção policial.

Conforme pode ser visto na apresentação dos dados acima, verifica-se estatisticamente que a morte de um policial gera um incremento na morte de civis em decorrência de intervenção policial no mesmo dia e nos dias seguintes a morte de um policial. As análises realizadas apontam que mesmo quando controladas as variáveis da violência local, da AISP e o período em que as mortes ocorreram, as médias diárias de civis mortos pela polícia na mesma região um dia depois aumentam em 100%, em relação ao período de 5 dias, o incremento da letalidade é de 25% e em relação ao período de 7 dias é de 125%.

Quando a análise da relação entre vitimização e letalidade policial é realizada a partir do motivo da morte do policial, nota-se que a morte de policiais no período de folga não parece gerar uma resposta por parte da instituição policial que impacte no número de pessoas mortas pela polícia nos dias posteriores. Entretanto, as mortes de policiais em serviço aumentam consideravelmente as chances de a polícia agir de forma mais letal na mesma área em que o policial foi morto, sendo que no dia seguinte as chances de um civil ser morto em decorrência de intervenção policial aumentam em 350%, cinco e sete dias depois aumentam 125% e no mesmo dia aumentam 1150%.

Além disso, quando se comparou as estatísticas de mortes em decorrência de intervenção policial na semana anterior a morte de um policial com as estatísticas de mortes na semana posterior, observou-se que, quando acontece a morte de um policial, aumenta o número de civis mortos pela polícia nos dias seguintes à morte do policial.

Este número é bastante significativo para refletir sobre quais medidas são tomadas pela polícia nos momentos seguintes à mortes de policiais, assim como sobre qual é a atenção dada à tropa que trabalha em unidades em que a vitimização policial é alta. Para isso, foi necessário realizar uma série de entrevistas com gestores, comandantes e policiais que atuam em unidades com registros de vitimização policial, buscando entender quais são as consequências da vitimização tanto para os profissionais que continuam atuando naquela unidade, quanto para o planejamento de ações policiais que são executadas no mesmo dia ou nos dias posteriores a vitimização policial.

Nos capítulos seguintes do presente trabalho serão apresentadas uma análise qualitativa sobre o discurso dos policiais referente à vitimização e à letalidade policial, bem como sobre as formas de atuação da instituição policial após a vitimização policial que podem ajudar a entender a relação existente entre a morte de um policial e o aumento da letalidade da ação policial.

3 A MÉTAFORA DA GUERRA: A ROTINA E O DISCURSO DOS POLICIAIS

“Em 2007 todo dia a gente ia para rua para guerrear. Era uma loucura. Não tinha um dia que eu não ia para rua trocar tiro. Nessa época eu já socorri policial baleado na cabeça, perdi dois policiais da minha patrulha, tive outros policiais da patrulha ferido. Era assim meu dia-a-dia. E eu não estou te falando de vitimização em folga, isso tudo acontecia no serviço. Eu quase morri quatro vezes. E quase morri mesmo, com tiro passando do lado, pegando no vidro atrás. Era uma sensação de ser alvo”.

(MAJOR E., BPM)

A rotina em algumas unidades da Polícia Militar é marcada por constante troca de tiros entre policiais e traficantes³⁰ com uso de armamento pesado, disputa de território e vítimas entre policiais, traficantes e civis. Neste contexto, os policiais recorrentemente utilizam a guerra como uma metáfora³¹ para explicar a situação em que estão vivendo. O objetivo do presente capítulo é apresentar, a partir de trechos de entrevistas, como a sensação de viver em uma guerra permeia o imaginário dos policiais militares do estado do Rio de Janeiro, se faz presente na fala de muitos deles e acaba por condicionar suas ações enquanto policiais.

Pontua-se de antemão que na construção deste capítulo e na apresentação de trechos das entrevistas realizadas não há uma preocupação em discutir os valores formulados em si, mas apresentar como o compartilhamento de tais valores entre os policiais informa a prática cotidiana da polícia.

3.1. A rotina dos policiais

Os policiais que trabalham em UPPs de área vermelha³², como é o caso da UPP-Nova Brasília ou da UPP-Jacaré, ou em Grupamentos Táticos de batalhões localizados em áreas conflagradas, relatam que dificilmente passam um dia de serviço sem trocar tiro com criminosos. Em uma escala 24 por 48 horas, comum entre os policiais que atuam nas ruas, calcula-se uma média de 120 dias de serviço por ano, sendo que nestes 120 dias os profissionais

³⁰ Traficante é uma categoria nativa utilizada pelos policiais para se referir as pessoas que estão envolvidas com o tráfico de drogas e são vistos como os “grandes inimigos” da polícia.

³¹ Há uma série de trabalhos que falam sobre a Metáfora da Guerra no Rio de Janeiro, para saber mais consultar: LEITE, Márcia Pereira. 2012. "Da 'metáfora da guerra' ao projeto de 'pacificação': favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro". Revista Brasileira de Segurança Pública, 6(2):374-389.

³² A partir do começo do ano de 2015, as UPPs passaram a ter cores para definir o grau de risco de cada região, sendo a cor verde para definir áreas já pacificadas, a cor amarela para definir áreas em processo de pacificação e a cor vermelha para definir áreas em que os policiais encontram resistência.

se deparam com armamentos pesados, como fuzis, granadas e metralhadoras, têm grandes chances de utilizar a arma de fogo e serem responsáveis pela morte de alguém, assim como podem ver um companheiro seu ser atingido ou até ele mesmo se tornar vítima deste confronto. O estresse vivido nestas unidades é bastante alto e gera uma série de efeitos aos profissionais que o vivenciam rotineiramente. Como apontam os seguintes relatos:

“Ali todo dia tem ataque. Ou é tiro, ou é bomba. Mas todo dia acontece alguma coisa”.
(SOLDADO G., UPP)

“Em novembro foram 38 confrontos, com 7 policiais feridos. Imagine isso, 38 confrontos indicam que tem mais do que um confronto por dia. Todo dia a gente trocava tiros. Todo dia.”
(TENENTE T., UPP)

“Eu tenho 8 ou 9 anos de polícia. Nesse tempo todo, trabalhando no GAT, eu carrego uns 14 autos de resistência. É o tipo de serviço que eu faço. Eu troco tiro todo dia. Hoje mesmo troquei tiro no Alemão. Não tem como. Imagina eu tiro uns 8 serviços por mês, todos os serviços têm troca de tiro. E eu tenho uma morte quase por ano, é pouco. Podia ter bem mais. Tem potencial para ter um monte porque a troca de tiro é constante”.
(CABO O., BPM)

Além disso, os locais em que os policiais citam haver uma disputa com os traficantes, para além da troca de tiros, geralmente é comum que haja uma pressão psicológica sentida pelos profissionais que atuam nas ruas. A estratégia da polícia de colocar policiais baseados em pontos fixos com altos índices de criminalidade, com o objetivo de inibir as ações criminosas e gerar sensação de segurança na população por avistar uma viatura policial, na opinião daqueles agentes que ficam fixos, vulnerabiliza o policial e o faz se sentir alvo de ações de criminosos. Neste sentido, o policial que fica baseado em locais de confronto se sente muito exposto e, muitas vezes, relata sofrer ameaças contra a própria vida.

“Quando cheguei no batalhão, morria um policial por semana. Morria muito em serviço. Tem um lugar aqui que você já deve ter ouvido falar que os policiais entravam em um veículo blindado e eram deixados no local. Ficava a noite toda lá, com pessoas passando e intimidando o policial, gritando: - ‘Não dorme polícia que tu vai morrer’. E você ficava lá alerta, esperando. No dia seguinte entrava o blindado de novo, levava quem estava e deixava outros dois para ficar escutando isso o dia todo. Era horrível”.
(TENENTE T., BPM)

“Teve uma vez que fiquei encurralado por mais de uma hora. Tava com outros policiais e acabou nossa munição e ficamos lá esperando o blindado, com os caras gritando: -‘Vai morrer’. Tenso. Como tu não fica com raiva?”
(SOLDADO P., UPP)

“Você sabe por que eles colocam dois policiais com fuzis parado em uma esquina? Para mostrar que o Estado está ali. Só que eles colocam dois policiais parados com dois fuzis e atrás deles tem 40 fuzis e um monte de homens para dispará-los. Se eles quiserem atacar, a gente morre. Tem que parar de colocar os policiais em risco. Tinha que ter ação de inteligência para controlar o crime, e não colocar policiais em risco”.

(SARGENTO C., BPM)

Vale destacar que esta rotina de troca de tiros não é vivida em todas as unidades da PMERJ e nem mesmo é constante na vida de todos os policiais militares, mas elas são específicas de algumas regiões. Os policiais marcam a diferença, por exemplo, entre trabalhar em uma UPP de área vermelha e trabalhar um batalhão convencional, sendo que neste último o confronto é raro e os profissionais que ali atuam, mesmo indo para as ruas todos os dias, podem ficar anos sem utilizar a arma de fogo.

“Batalhão e UPP são muito diferentes. Primeiro porque aqui fazemos um policiamento convencional. E também você não está toda hora na favela. Aqui nem tem favela. Só tem uma, é outra história. Na UPP você está na favela, então é confronto direto.”.

(MAJOR E., BPM)

No entanto, nas unidades em que o confronto armado se torna rotina, o estresse vivido pelo policial é alto e tanto comandantes quanto policiais de baixo escalão dentro da Polícia Militar, utilizam-se da metáfora da guerra, assim como se apossam de um vocabulário típico de guerra, para explicar o que vivem enquanto profissionais da segurança pública.

“Fui ser subcomandante do 16º - Olaria, um batalhão de guerra. Lá era bem específico, tínhamos que pensar no tratamento operacional, tínhamos que buscar o combate, focar na redução de índices”.

(CORONEL L., BPM)

“Foi bem pesado, mas era muito combate, muita guerra. E você trabalhar ali era muito estresse. Era assistir amigos se machucando rotineiramente. Era se deparar com a morte durante muitos dias”.

(MAJOR E., BPM)

“O que eu vejo aqui é que vivemos uma guerra assimétrica, antes chamavam de irregular, mas agora o termo é assimétrico. Não temos uma força oficial que faz oposição, uma força declarada, mas temos armamento de guerra, emprego de técnicas de guerra, coisa que você vê no Oriente Médio, na Ásia e na Europa. Só que lá chamam de terrorista e aqui chamam de suspeito. É muito maluca essa distorção”.

(MAJOR F., UPP)

A fala dos policiais sobre o seu dia-a-dia é carregada de categorias nativas correlatas a discursos de guerra, como é o caso dos termos “guerrear”, “combater o inimigo”, “caçar o inimigo”, “morrer na covardia”, que fortalecem a ideia de se viver uma guerra.

Para citar mais especificamente a utilização dos diferentes termos, aponta-se que “guerrear” e “combater” aparecem quando os policiais se referem ao trabalho que desenvolvem nas ruas, fazendo um paralelo entre as operações policiais e o combate de uma guerra. Já o conceito de “caçar” aparece para indicar uma ação em que os policiais precisam ser protagonistas e ir atrás do “inimigo” para conseguir ter êxito em sua ação.

“O policial tem que ser caçador e ir ao encontro deles. Se a gente for até eles, tem mais chance de ter êxito, do que ficar esperando. Não podemos ficar esperando por eles”.

(SOLDADO G., UPP)

“A gente vai para rua para caçar todo dia. Caçar eles. Para que o mal prevaleça, basta que o bem não faça nada. Então a gente tem que agir”.

(SOLDADO H., UPP)

Já “morrer na covardia”, que também apareceu em algumas entrevistas como “tróia”, é um conceito que informa que ocorreu uma emboscada no qual o policial é vítima e que, neste caso, não houve nenhuma ética envolvendo o ataque ao “inimigo”. O ataque ocorreu no momento de maior vulnerabilidade do policial, eliminando assim qualquer chance de reação por parte dele. Os policiais relatam este tipo de morte com muito pesar, indicando policiais que foram mortos em momentos de almoço, ou quando ele estava escovando os dentes dentro do container, como foi o caso da Soldado Alda³³, como motivo de revolta. Isto é visto pelos policiais como um absurdo e, desse modo, acaba por reconfigurar o conceito de vingança, porque se o ataque acontece “na covardia”, então no momento de responder é válido que a polícia atue de maneira mais enérgica e cabe até mais excessos por parte da polícia. Esta reação será melhor debatida no capítulo 5.

“E os caras são muito abusados. Eles vêm aqui e falam: - ‘Tá tranquilo autoridade, faz o seu que eu faço o meu’. Eles falaram isso no dia que atiraram contra mim. Eles fazem na maldade, na sacanagem. Minutos antes eles disseram isso: - ‘Tá tranquilo’. Depois atiraram na maldade. Me dá ódio. É um ódio tremendo. Se eu ver um, não respondo por mim”.

(SOLDADO M., UPP)

Além do vocabulário sobre táticas e ações de guerra, há também a apropriação de termos sobre efeitos psicológicos gerados em militares que serviram em diferentes guerras para nomear os efeitos gerados nos policiais que atuam em áreas conflagradas. Um comandante citou que o excesso de violência gera um efeito nos policiais chamado “sono de trincheira”, ou seja, os policiais dormem no local independente de estarem em risco de morte. Os policiais da ponta rebatizaram este fenômeno como “QMM: Quer matar, mata”.

Outro efeito relatado é o “vício por adrenalina” que ocorre em quem vive situações de confronto e que os leva a querer voltar para o combate e a desejar entrar em situações de troca de tiro para sentir novamente a adrenalina gerada. Um entrevistado citou que os policiais comparam a polícia à cachaça, ou seja, algo que faz mal e é de conhecimento de todos, mas

²⁷ Em novembro de 2014, a Soldado Alda foi baleada dentro do container da UPP, após o almoço dos policiais, quando estava escovando dente, sem que houvesse possibilidade de defesa.

mesmo assim vicia. Outro entrevistado mencionou que a adrenalina chega ao ápice quando os policiais se deparam frente a frente com o “inimigo”.

“Era algo que os soldados que vão para a guerra sentem. Eu li e é algo como você se viciar na adrenalina. Eu tinha disso, eu estava viciado na adrenalina, queria viver mais isso (...) Quando você sente que o marginal tá perto de você, ou quando ele tá na mira, você fica no ápice. Aquilo te eleva para outro nível. É uma sensação muito... (silêncio)”.

(TENENTE U., UPP)

Além de se viciar em confrontos, um comandante também mencionou que acredita que o excesso de adrenalina também pode gerar nos policiais a sensação de “pertencimento”, na qual os profissionais que passaram por um confronto juntos acabam por se sentirem mais unidos e apegados uns aos outros e passam a acreditar que ninguém mais os entende a não ser seus companheiros de profissão que viveram e compartilharam aquela situação.

“O único que dá para confiar é o cara que está trabalhando ali com você. A gente chega e fala: - Olha ali que eu olho aqui. E só. Só a gente se protege porque não tem outro jeito”.

(SOLDADO R., UPP)

“Aquele momento foi o pior e o melhor momento da minha vida. Você viver aquilo tudo, com aquelas pessoas. É uma união que não tem igual. Os policiais viram seus parceiros de vida. Este sentimento é muito bom.”.

(TENENTE U., UPP)

Vale destacar que essa união e o respeito criado pelos colegas não são extensivos a todos os policiais militares, mas somente aqueles que “guerreiam” junto e que participam diretamente das operações. Isso é válido tanto para os companheiros da tropa, quanto para os comandantes, sendo que aqueles profissionais que evitam viver o confronto não são vistos com o mesmo respeito daqueles que se mostram mais “corajosos” e “combativos”.

“Eu só respeito oficial que “guerreia” comigo. Não me vem com essa de coronel que vai tocar no Faustão. Isso não é oficial. Eu respeito o Coronel X. que já invadiu Acari comigo pela mata. Ele falava: - ‘deu tiro, vai morrer’, mas não roubava não”.

(SARGENTO D., UPP)

Enfim, a utilização da metáfora da guerra é responsável por fazê-los entender e experimentar uma situação nos termos de outra, o que é possível notar quando se adota a utilização de todo um vocabulário correlato. Entretanto, destaca-se que a apropriação desta metáfora para explicar a situação do Rio de Janeiro não se restringe aos policiais que atuam nas unidades fins, mas faz parte de um discurso compartilhado pelo comando da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, conforme será apresentado mais adiante.

Os números sobre a morte de policiais no estado, como pode ser visto a seguir, são apresentados pelos policiais como uma forma de legitimar a crença de que existe tal guerra, uma vez que quando policiais são feridos ou mortos, todos ficam com a sensação de que são alvo de ações orquestradas por um “inimigo” que tem a intenção de eliminá-los.

3.2. O comando e o discurso de guerra

Durante as entrevistas realizadas para este trabalho, foi possível notar que o discurso sobre o Rio de Janeiro estar em guerra é bastante frequente na fala dos policiais. Uma das primeiras entrevistas realizadas foi com um Coronel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que estuda a vitimização de policiais da corporação por conta própria, uma vez que não ocupa uma função dentro da instituição que exija isto, mas seu interesse surge por entender que este tema merece atenção especial do comando. Durante a conversa, o comandante replicou uma aula que é oferecida por ele próprio na academia de polícia a novos profissionais sobre diferentes guerras e suas estratégias. Na apresentação são mostrados vídeos sobre as armas mais poderosas do mundo (atômica, nuclear, biológica), confrontos armados, policiais cercados e assassinados e reportagens sobre o tráfico no Rio para mostrar que o cenário vivido no estado é compatível com uma guerra.

Neste sentido, baseado em todo o material apresentado, o Coronel conclui que o Rio de Janeiro vive uma guerra de causa sócio-econômica, irregular, de guerrilha, psicológica e local. Traduzindo, acredita-se que existe uma guerra travada entre um exército marcado (no caso, a polícia militar e outras forças de segurança) e uma guerrilha não identificada (o tráfico de drogas no varejo³⁴) na qual não há campo de batalha definido e nem diferenciação entre civis e soldados, o que dificulta a ação das polícias e acaba por vitimar muitos policiais sem que estes últimos tenham grandes possibilidades de defesa. Segundo ele, uma guerra desigual em que a maior vítima são os agentes da lei.

Além disso, na apresentação há também uma comparação com o número de mortes de soldados que atuaram em diferentes guerras e o número de mortes de policiais militares no Rio

³⁴ Vale destacar que a guerra travada com o tráfico de drogas não é direcionada a toda a cadeia de venda de drogas, mas se resume a venda de drogas localizadas nas favelas. Por este motivo, os conflitos entre policiais e “traficantes” ocorrem mais nos morros cariocas.

de Janeiro. Deste modo, conclui-se que as chances de um militar da FEB morrer em combate na Segunda Guerra Mundial eram de 1,84%, já na guerra do Vietnã as chances de um militar norte-americano morrer eram de 0,98% e na Guerra do Golfo as chances eram de 0,02%. Estes dados, quando comparado ao número de mortes de policiais militares do Rio de Janeiro entre os anos de 1994 e 2016, permite concluir que as chances de um policial morrer no estado são de 3,67%, ou seja, uma porcentagem de mortes bem maior do que nas guerras citadas. Portanto, a partir desta apresentação o Coronel aponta que é mais perigoso ser policial no Rio do que lutar em qualquer uma dessas guerras. Vale destacar que esta comparação é feita com o número absoluto de mortes de policiais por ano, sem considerar se as mortes ocorreram em serviço ou em folga e quais foram as circunstâncias das mortes dos policiais³⁵.

Por outro lado, quando o comandante foi questionado sobre o perfil de morte de policiais no estado (buscando informações específicas sobre o motivo das mortes, local, horário, entre outros), ele não soube responder em que tipo de ocorrência o policial está mais exposto a ser vítima de um homicídio. Ou seja, não sabia explicar se os policiais em serviço morrem mais durante abordagens policiais, incursões em favelas ou até mesmo baseados em um setor. Mesmo a morte em folga é desconhecida, uma vez que o oficial não sabia informar se é mais comum seus companheiros de farda serem executados devido a sua profissão, serem mortos em roubos ou até mesmo serem atingidos durante a realização do “bico”³⁶.

O fato de não conhecer o perfil das ocorrências que envolvem a morte de policiais chama a atenção, uma vez que se torna mais difícil conseguir pensar em ações efetivas para redução da vitimização de policiais quando se leva em consideração apenas números absolutos de mortes. Em todo o caso, a metáfora da guerra auxilia a entender qual é a percepção que estes policiais possuem de sua rotina de trabalho, mas também informa sobre um conjunto de atitudes que são desencadeadas a partir deste entendimento.

A referida apresentação é finalizada com uma série de propostas do que deve ser feito para diminuir a vitimização policial no estado, como por exemplo: a) solicitar cessão e empréstimo às Forças armadas de veículos blindados e armamentos e equipamentos de guerra para apoiar operações em favelas; b) ter um plano de pronta-resposta em caso de atentado à

35 O estudo realizado e aqui apresentado pode ser consultado no site da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: <https://pmerj.rj.gov.br/analise-da-vitimizacao-do-policial>. Visitado no dia 13 de julho de 2017.

36 O “bico” é uma atividade extra desenvolvida por policiais militares fora das instituições policiais com o objetivo de complementar salário, geralmente como seguranças privados em comércios ou empresas. Esta atividade é considerada ilegal, embora seja tolerada pelo comando e generalizada entre os policiais.

vida de policiais; c) aumentar a frequência e a intensidade, qualidade e quantidade de treinamentos de tiro, abordagem, conduta de patrulha e combate em área restrita; d) providenciar blindagem de instalações, de forma emergencial; e) recriar o GETAM ou equivalente (ROTA/SP); f) realizar operações contra armas e drogas nas estradas, rodoviárias, portos e aeroportos; g) Implementar operações contra motos, e carros roubados e furtados; entre outros.

Todas as propostas foram apresentadas para o comando da polícia militar no começo deste ano e estavam sendo verificadas quanto a sua implementação. Assim como, os comandantes das unidades com maior número de policiais mortos ou feridos também foram chamados para assistirem à apresentação dos referidos dados e para opinarem sobre as ações que serão colocadas em prática para a redução da vitimização.

Outra medida tomada pelo comando foi elaborar um vídeo contendo imagens de ações policiais em favelas e informações sobre a morte de profissionais, com o objetivo de mostrar que está ocorrendo no Rio de Janeiro um genocídio de policiais. Este vídeo foi colocado na página da polícia militar³⁷ e divulgado para os policiais por WhatsApp de forma a atingir o maior número de pessoas.

A divulgação das estatísticas de mortes de policiais comparando à número de baixas de militares em guerra, bem como o vídeo divulgado por WhatsApp, ocorreram a medida em que as entrevistas para o presente trabalho estavam sendo realizadas. Neste sentido, foi possível notar que o conteúdo repassado reforçou o imaginário dos policiais sobre a polícia militar estar vivendo uma guerra. Em sucessivas entrevistas, trechos da apresentação e do vídeo eram repetido pelos policiais, como por exemplo o fato de ser mais perigoso trabalhar no Rio de Janeiro do que lutar na Guerra do Golfo, ou que a polícia militar está vivendo uma guerra irregular, na qual o inimigo está camuflado e apenas os policiais estão identificados.

Neste contexto, à medida que a vitimização policial é tratada pelo Alto Comando como resultado de uma guerra vivida pelos policiais, consequentemente, as ações elaboradas para evitar a morte de outros policiais também são pensadas a partir de um repertório de estratégias de guerra, enquanto por outro lado os policiais passam a se questionar mais se a manutenção dos direitos civis existentes no país não prejudicaria a eficácia de suas ações.

“É uma guerra, sofremos emboscadas o tempo todo. E o policial tem que agir dentro da lei. O outro lado não, até porque eles já estão fora da lei, então eles fazem o que

36 <https://pmerj.rj.gov.br/toda-guerra-cobra-seu-preco-uma-reflexao-sobre-a-vitimizacao-policial-militar-no-rio-de-janeiro/>. Acessado em 19 de junho de 2017.

eles querem. Mas a gente tem que agir dentro da lei. E aqui eles são muitos, eles estão camuflados. Nós estamos identificados, fardados, fácil de saber quem somos. Eles não. Eles são como água. Eles fazem alguma coisa e somem no meio da multidão, você não consegue identificá-los. Eles se permeiam, se tiver um obstáculo, eles passam. Se chover, eles se misturam com a lama e somem. Se misturam. Ficamos sem saber quem é”.

(MAJOR D., UPP)

No trecho de entrevista apresentado anteriormente mostra a ideia de estar se vivendo uma guerra, assim como traz a dificuldade para identificar o “inimigo” no campo. Além disso, é possível notar que também informa sobre a maneira de agir policial a partir deste contexto, trazendo a ideia de que se o policial não precisasse agir dentro da lei, sua ação seria mais eficaz ou até ele mesmo se protegeria melhor. Ou também, pode indicar que a impossibilidade de saber quem é o autor da morte dos policiais reforça a ideia de que não é tão relevante ou tão viável prender os autores individuais dessas mortes, mas a melhor alternativa neste sentido poderia ser a represália coletiva.

De forma geral, o que se percebe nas entrevistas com os policiais é que o que está em disputa entre polícia e traficantes é um código moral de valores simbólicos como honra e respeito, e não necessariamente um território, uma atividade criminosa ou uma política específica. Nota-se então que existe um mecanismo operando de modo a intensificar ou perpetuar a violência nas ruas.

“A gente atua com a lei de combate, com a lei de guerra. Vagabundo tem que sofrer mesmo e se atuamos na guerra, ele tem que ser abatido. O que é a Polícia Militar? É auxiliar das forças armadas. A PM atuou na guerra do Paraguai e voltou vitoriosa. Ou seja, a gente é similar a uma polícia de eliminação de guerra. Só que aí é foda, porque a gente quer abater o inimigo na rua e não tem respaldo da sociedade. Os bandidos têm. Podem fazer o que quiser. É uma inversão de valores. A sociedade precisa entender que a gente tem que matar”.

(SARGENTO D., UPP)

“Eu não estou nem aí. Eu prefiro ser preso do que ser morto. O militar está ali para exterminar o inimigo ou morrer. Sociedade tem que entender isso. Não tem como pedir calma no *front*”.

(SOLDADO O., UPP)

Neste sentido, provar que o que existe no Rio de Janeiro é uma guerra, ainda mais quando se utilizam dados de mortes e ferimentos de policiais para legitimar este discurso, gera consequências tanto para os policiais, enquanto pessoas que potencializam a vivência daquela situação, como para a tomada de decisão da corporação sobre ações a serem colocadas em prática. Deste modo acredita-se que se de fato existe uma guerra, as ações pensadas precisam dar conta deste contexto e não se pode perder tempo pensando em outras ações que foram pensadas para contexto de “paz”.

“O policial acaba sendo vitimado porque a guerra aqui é assimétrica. É uma guerra assimétrica, em um ambiente urbano, mas regido por leis de paz. O policial vive uma guerra, mas não tem respaldo da lei para agir como se estivesse em guerra”.
(MAJOR F., UPP)

“Eu estudo muito sobre este tema. Li muito Kant de Lima³⁸ sobre as instituições judiciárias. Só que tem a teoria e a prática. No terreno, é matar ou morrer. Não tem como. Você pode entender tudo, mas quando você está ali, de frente para um cara armado, nada faz sentido a não ser o matar ou morrer”.
(CABO N., UPP)

Quando se enxerga o contexto do Rio de Janeiro como uma guerra, como é visto pelos trechos de entrevistas mencionados, permite-se que os fins justifiquem os meios diante da dualidade entre o matar e o morrer. A polícia ganha licença para matar e, assim, traz o questionamento se no cenário vivido e metaforizado por policiais militares no Rio de Janeiro, se apenas aumentar o potencial ofensivo de armamentos ou blindar viaturas e bases policiais seriam suficientes para proteger o policial ou será que estas ações não seriam responsáveis por aumentar o número de vidas perdidas.

3.3. Policiais como indivíduos matáveis

Na lógica da metáfora de guerra, muitos estudos³⁹ apontaram a existência de indivíduos “matáveis” pela polícia. Termo este cunhado por Agamben (2002) e utilizado para se referir ao sujeito que pode ser morto sem que isso seja considerado um crime, uma vez que carrega consigo a imagem da exclusão em seu maior nível, evidenciando a existência de certas vidas sem valor.

Todavia, com a utilização da metáfora da guerra para explicar o cenário do Rio de Janeiro, não é apenas a morte ocasionada pela polícia que é justificada neste discurso. A metáfora, quando potencializada, pode abrir espaço para que os comandantes justifiquem também a morte de policiais da sua própria tropa como necessárias em uma luta contra o crime.

38 Roberto Kant de Lima é formado em Direito e possui mestrado e doutorado em Antropologia e é conhecido por ter inúmeras pesquisas e trabalhos sobre Polícia, Segurança Pública e Administração de Conflitos.

39 Para saber mais sobre a discussão que abarca a temática de indivíduos “descartáveis” ver: Agamben (2002); Bauman (2013).

Em uma entrevista a um portal da internet⁴⁰, o comandante de uma UPP indica que para adentrar em uma área dominada pelo tráfico e instalar uma cabine blindada, cinco moradores morreram e quatro policiais foram baleados. Todavia o comandante pondera o número de vidas perdidas, dizendo que as perdas são inerentes ao trabalho policial e que o cargo que ele ocupa exige que se releve este tipo de resultado e que se pense estrategicamente para alcançar a tão almejada paz, justificando como aceitáveis as mortes em uma suposta guerra. Neste caso, o custo de perder vidas é tido como válido se ao final for alcançada a tal pacificação.

A naturalidade com que se encara essa morte já era vista ao tratar de homicídios de jovens negros moradores de favelas e periferias do estado do Rio de Janeiro. Na prática, observa-se que o Estado permite que se mate e que se morra nessa guerra particular, sendo que a vida do policial, que em grande parte segue o perfil de vidas negras e periféricas, passou a ser tratada com o mesmo valor, ou com a falta dele.

A tropa por outro lado é tocada por este tipo de fala do comando, como foi possível notar em algumas entrevistas com praças que apontam para o fato de não haver uma preocupação por parte do comando com a vida dos policiais. Como poderá ser visto com mais detalhe no próximo capítulo, muitos policiais relatam o medo de serem a próxima vítima em uma guerra em que ele próprio é colocado como alvo no *front*.

“O comando só tem ideias malucas, tem que parar de dar ouvido para ele. Querem colocar policial onde não dá. Não tem como ficar lá parado, só deixa a gente mais estressado, sobrecarrega o policial. Só maluco. Porque ficar lá só aumenta o número de baixa”.

(SOLDADO H., UPP)

“O policial se sente ralé da sociedade. Na conversa de amigos, fora da polícia, no geral ele se sente inferiorizado, como aquele que não deu certo, que passou no concurso mais fácil. E o comando gosta que ele se sinta assim, é assim que ele atua melhor dentro do militarismo. É assim que ele segue ordens. Ele não é estimulado a tomar decisão. Se for pensar isso também legítima e faz com que você não se comova tanto com a morte dele. Se ele é o ‘cara que não deu certo’ então ele também pode morrer. Quem se comove com a morte dele?”

(TENENTE V., BPM)

O discurso do comandante da UPP mencionado acima aponta que o apego a um modelo de “guerra” promove confrontos armados em determinadas regiões, provocando inúmeras mortes, inclusive de profissionais da segurança pública. Os policiais que atuam diretamente no policiamento ostensivo e que estão nas ruas rotineiramente, muitas vezes são colocados em

⁴⁰ A entrevista pode ser vista no seguinte site: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/nao-vamos-recuar-podem-fazer-a-pressao-que-for-diz-major-sobre-torre-blindada-e-upp-no-alemao.ghtml> (visualizado em 07 de agosto de 2017)

situações de alta vulnerabilidade, e pouco se vê sobre a criação de políticas efetivas que visem sua proteção. Mais do que isso, a morte do policial pode ser considerada como uma consequência aceitável, assim como a do restante da população que ali vive, quando se acredita que no fim se acabará com uma “guerra”.

Todavia, vale pontuar que apesar de ser aceitável a morte de policiais, não são todos que estão expostos ao risco da mesma maneira. O grau de vulnerabilidade da vida do profissional depende do posto ou graduação que ocupa, da função que exerce dentro da corporação, do tipo de atividade que desempenha durante sua rotina de trabalho e do local onde atua. O grau de comoção com a morte também parece depender de todos estes elementos, sendo a morte de oficiais ou de profissionais das tropas de elite da polícia mais sentidas do que, por exemplo, a morte de soldados de batalhões convencionais.

“Se a polícia investiu nele, deu treinamento diferenciado, gastou tempo com ele, aí a morte dele é sentida. Porque eu ensinei, moldei. Agora o restante da tropa tem um desinvestimento, tem um conluio institucional que permite que essa morte seja vivida com mais frequência sem ser sentida. Quando o policial diz que ele é só um número, ele também está te dizendo que pode morrer sem que ninguém se comova”.
(TENENTE V., BPM)

“A gente acostuma com ela, é triste, mas a gente acostuma. Eu fui no enterro de um policial e fiquei conversando com um colega como a gente acostuma a essa situação. Você começa a ir em tanto enterro, em ver tanta morte, que deixa de ter aquele peso todo. É triste, mas não tem mais tanto impacto”.
(MAJOR F., UPP)

Neste sentido, destaca-se que, de acordo com o conteúdo apresentado, o discurso sobre a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro viver uma guerra, que encontra ressonância quando há um alto número de policiais mortos por ano, é de suma importância para pensar como a vitimização é vivida pelos policiais e como a polícia enquanto instituição pensa em suas estratégias de ação a partir deste discurso.

Um policial explicou que no dia seguinte após uma ocorrência, mesmo chegando mal na unidade, geralmente se escuta do comandante: “Banca”. Essa é uma categoria nativa para informar ao policial que não terá folga e nem dispensa, que ele precisa ir para a rua trabalhar, pois não há espaço na instituição para os corpos que sofrem. Fica claro como esta visão influencia nas decisões tomadas pelo comando quando os policiais relatam como foi a volta ao trabalho após a ocorrência em que perderam um colega ou em que eles mesmo se feriram.

O Tenente T. contou que entrou como praça na instituição e trabalhou por muitos anos na rua. Em uma ocorrência, quando ainda era soldado, viu seu colega morrendo ao seu lado. Os dois trabalharam juntos por mais de dois anos e tinham uma amizade para além do horário de

trabalho, na qual um frequentava a casa do outro e conheciam suas famílias. Após o evento, o Tenente não teve folga e nem atendimento psicológico, somente colocaram um outro policial no lugar daquele que morreu e sua rotina seguiu como se nada tivesse acontecido. O relato dele continua destacando a importância de e não se apegar emocionalmente a nenhum policial que trabalhava com ele.

O Sargento C. relatou que participou de uma ocorrência em que mais de um policial foi morto, quando todos estavam baseados em determinado local e foram surpreendidos sem ter muito tempo de reação. Para conseguir sair do lugar com vida, o agente precisou de reforço de outras unidades e, mesmo assim, demorou um tempo para deixar o local. O restante do seu turno de trabalho envolveu a ida na delegacia para registrar a ocorrência e a ida ao hospital, para cuidar de ferimentos gerados na ocorrência. O policial reforçou em seu relato que nos dois dias seguintes, que já eram sua folga de antemão pois sua escala era 24 por 48, foi ao enterro dos colegas e ninguém da instituição entrou em contato com ele para saber como estava. A preocupação de todos os comandantes estava voltada aos familiares daqueles policiais que haviam morrido.

No retorno ao trabalho, dois dias depois, o Sargento voltou a unidade e ainda sem que ninguém tivesse mencionado o que havia ocorrido, o colocaram para trabalhar no mesmo setor, em que haviam morrido seus companheiros de trabalho e em que ele por pouco não perdera a vida, o colocaram como se nada tivesse ocorrido e sem nenhum nível de preocupação com sua saúde pós-traumática.

O policial relatou que tremia, que estava totalmente aéreo e que naquele dia não era capaz de executar seu trabalho. Chegou a mencionar que se alguém chegasse atirando, que ele teria morrido, pois não estava conseguindo reagir a nada. Somente durante a supervisão, um sargento percebeu que ele estava descontrolado e pediu para que ele retornasse à unidade, antes que alguma outra fatalidade pudesse ocorrer.

“Não foi a Polícia, não foi a instituição. Foi esse sargento. Aí ele usou um termo que a gente usa quando o policial comete alguma indisciplina, quando ele faz algo de errado. Ele me disse: - ‘eu vou te regressar’. Regressar é tipo te mandar de volta para a unidade. Então ele me regressou, me fez voltar. Mas se não fosse ele ir lá me ver, ninguém tinha feito nada. Eu voltei para o batalhão meio perdido”.

(SARGENTO C., BPM)

Nota-se neste relato que não houve uma preocupação institucional com o policial que sobreviveu a ocorrência, não houve sequer o cuidado de transferi-lo de local de trabalho. O Sargento relatou que anos depois desta ocorrência, ainda não consegue passar pelo local, ressaltando a dificuldade que foi voltar apenas 48 horas depois.

Outro relato que chamou bastante a atenção foi do Soldado L., que contou que saiu de seu posto de trabalho, sendo rendido por um colega que horas depois foi alvejado naquele local e veio a falecer. Os dois policiais eram bastante amigos e a notícia daquela morte foi recebida com bastante pesar. Mesmo assim, no dia seguinte, o soldado menciona que foi colocado no mesmo local, onde haviam capsulas de munição e muito sangue. Como na história anterior, nenhuma atenção institucional foi dada a este policial, que durante a entrevista citou diversas vezes como não estava bem após este fato.

“Não sai da minha cabeça a visão do lugar que ele morreu, com sangue lá. Do dia para cá eu não sou mais o mesmo. Tudo perdeu a graça, lá em casa as coisas perderam a graça. Não vejo mais graça em nada. Eu não sei se isso pode se agravar”.
(SOLDADO L., UPP)

“Conhecia todos os que morreram. Eu rendi um deles em seguida e tive que lavar a viatura cheia de sangue. (...) A gente que lava, né? Então você não só conhece o cara que morreu, você lava a viatura em seguida. Nosso serviço tem dessas coisas”.
(SOLDADO P., UPP)

Como nestes casos, vários entrevistados relataram que chegaram a participar da ocorrência e viram os colegas serem atingidos, foram ao enterro, lavaram a viatura com sangue ou chegaram ao local para atender o policial ainda no chão. Mesmo assim, voltaram para o trabalho na escala posterior sem que ninguém da instituição tenha dado atenção a eles.

De forma geral, o dia seguinte tem um roteiro pré-definido: o policial que morreu é substituído por um outro e a rotina segue seu curso, sem menção ao fato e sem cuidado com quem fica, deixando a sensação de que todos são substituíveis.

“O que mais me espanta todos estes anos trabalhando na polícia é que mesmo depois de participar de uma ocorrência com troca de tiros, na qual você perde um colega, ninguém te dá uma folga. No próximo serviço você está atuando como se nada tivesse acontecido. A pessoa que trabalhava ao seu lado é substituída e tudo continua normal. Às vezes você trabalhava dois anos com a pessoa e ela faleceu com você do lado e você está lá”.
(TENENTE T., BPM)

“(...) ninguém me sugeriu que fosse para a psicologia. Em um batalhão uma vez eu estava em uma ocorrência que um policial morreu e além dele morreram quatro criminosos e a esposa de um deles. Foram seis mortos dentro de um cômodo. Estávamos em oito policiais e seis pessoas morreram. No serviço seguinte, estávamos todos trabalhando normal, ninguém foi para a psicologia”.
(CAPITÃO S., BPM)

“Fui baleado duas vezes em serviço. Nas duas vezes eu tive uns dias para me recuperar, mas a recuperação foi física mesmo, assim que eu já conseguia andar e estava bem, tive que voltar. Não tive nenhuma ajuda psicológica. Essas coisas afetam a gente, mesmo que o policial não fale, ele é afetado por isso”.
(TENENTE T., BPM)

Nas entrevistas os policiais relatam repetidas vezes que se sentem inviabilizados e são considerados apenas como números. Quem traz essa fala pontua um descaso institucional com o policial morto, que é substituído sem que nada seja dito sobre isto, passando um recado a ele mesmo que a vida dos policiais, de forma geral, não tem valor. E isso se concretizará com a falta de cuidados com ele mesmo após a ocorrência, seja em casa, no período posterior a morte do colega, seja quando ele chega a unidade e ninguém o recebe com atenção especial. Lida-se com o medo de morrer, sem poder compartilhá-lo com ninguém, pois exige-se que ele seja forte.

“Depois disso não tem alguém que venha falar contigo: - ‘E aí, trocou tiro? Como você tá?’ Não tem trabalho em cima disso. E você tá lá na pista suscetível a dar merda. O fuzil trava, seu companheiro morre. Fudeu”.
(CABO N., UPP)

“Eu percebi que a importância de cada um não é valorizada. O policial não é valorizado pela instituição. O cidadão não é valorizado pelo governo. Ninguém vale nada”.
(SARGENTO C., BPM)

“Acho que tem muito descaso do estado. O estado não está nem aí. E nem internamente na polícia. Ninguém está nem aí”.
(TENENTE A., BPM)

Nota-se que o descaso institucional com quem sobrevive também está relacionado com as consequências de uma visão do comando sobre viver em uma guerra. Em uma guerra, precisa-se que dos policiais trabalhando e parados em cada esquina para mostrar que a polícia está nas ruas, independente se este policial está bem psicologicamente e fisicamente. Nem mesmo se questiona se em caso de alguma ocorrência aquele policial teria condições de oferecer alguma resposta operacional adequada.

“Se ele é matável, se ele está ali para ser vítima disso ou para viver isso com frequência, então ele também não pode sofrer por essa situação. O sofrimento dele não tem espaço, ele não precisa de folga. Como eles dizem aqui, eles precisam de um corpo apto e não um corpo que sofre”.
(TENENTE V., BPM)

A resposta institucional as ocorrências de vitimização serão melhor tratadas no último capítulo, mas vale destacar neste momento que o fato de não poder dar folga ao policial, mesmo para aqueles que estão emocionalmente abalados está diretamente ligado a uma reação institucional de aumentar o policiamento nas ruas no momento seguinte a vitimização policial para demonstrar que nesta “guerra” a polícia está ativa. Esta é uma estratégia para mostrar força externamente e, assim, informar que a polícia não irá “recuar”, mas que tem impacto direto ao tratamento dado aos policiais que acabaram de viver situações dramáticas.

“No dia seguinte é assim, aumenta o policiamento, a gente pede reforço para as outras unidades. Nos dias mais tensos aqui, caçam nossa escala. Não tem descanso, ninguém fica aqui agora como a gente tá. Porque a gente fica na rua e depois troca, vem pra cá descansar. Aí volta pra rua. O nosso serviço é assim, mas se tiver tenso, fica todo mundo no terreno. Aconteceu alguma coisa, vai todo mundo para o terreno. E no dia seguinte tem operação”.

(SOLDADO I., UPP)

“Neste dia eu entrei as 5h30 e fiquei aqui até meia noite. Todo mundo tem que ficar para ajudar”.

(SOLDADO R., UPP)

“Em UPP de área vermelha é assim. Você tem escala de 30 horas, é muito comum isso. E você não descansa. Você fica 18 horas em casa, mas logo volta. E isso acaba com o policial”.

(TENENTE U., UPP)

“O que a polícia quer da gente é que sejamos números na rua, para dar uma resposta para a sociedade. Eles não querem saber se o policial está bem, se tem condições de estar na rua. Depois falam que o policial é grosso, agressivo, mal preparado. Muitas vezes só estamos doentes. Somos vítimas de uma guerra e não temos respaldo da corporação”.

(TENENTE T., BPM)

A pergunta que fica é quem cuida da tropa? Quem cuida de quem sobrevive? Quem cuida daquele que assume o local de trabalho com resquícios da ocorrência anterior? Sabendo que as ocorrências de vitimização costumam deixar marcas, quem fica responsável por dar suporte a este policial?

No próximo capítulo, a partir das entrevistas realizadas com policiais que perderam seus colegas de trabalho, será apresentado o que acontece com estes policiais que sobrevivem e como isto pode influenciar no trabalho que executam enquanto agente público.

4 OS IMPACTOS NA TROPA: O QUE ACONTECE COM QUEM SOBREVIVE?

“A morte de um policial deixa marcas nos policiais que ficam. Se você está em ação e um policial morre contigo, é impossível apagar aquilo”.
(MAJOR A., BPM)

Este capítulo pretende apresentar quais são os impactos causados nos policiais que vivenciam a morte de colegas de profissão ou que são feridos durante o serviço. O objetivo principal é mostrar os efeitos gerados nos policiais que sobrevivem e retornam ao trabalho e como estas ocorrências influenciam em sua forma de atuar enquanto policiais militares.

Parte-se do princípio que os sentimentos que ficam após a vitimização e que não são cuidados institucionalmente, influenciam na tomada de decisão do policial que atua nas ruas, por este motivo nas páginas seguintes busca-se mostrar qual é o mecanismo que é mobilizado no momento em que o policial decide atirar. Além disso, é possível notar que essa vivência interfere na vida do policial fora de trabalho e, portanto, essa vertente também será abordada rapidamente.

Como já foi dito anteriormente, o público-alvo das entrevistas realizadas foram agentes que participaram, durante o tempo em que atuam como policiais militares no estado, de alguma ocorrência em que um policial foi morto ou ferido. Ao todo, foram entrevistados 22 policiais que participaram diretamente deste tipo de ocorrências. Além disso, foram entrevistados comandantes de unidades com registro de vitimização policial, buscando entender também como este tipo de ocorrência é sentida por quem direciona a tropa.

De antemão destaca-se que um policial, devido a sua profissão, está bastante suscetível a lidar com a morte em sua rotina de trabalho. A experiência de perder um colega ou presenciar a morte de alguém, mesmo que não seja um conhecido, faz com que o policial vivencie o limite da vida e seja impactado por isso de alguma forma.

“Eu não consigo imaginar outra situação mais forte do que essa. (...) Eu não acho que tenha uma situação pior. Eu lembro daquele dia em detalhes, se eu fechar o olho, eu lembro. Eu vi os olhos do M. perdendo o brilho. Você já viu isso? Ele disse: - ‘Ai, tá doendo’. Eu olhei para ele, e a íris dele foi apagando. Eu vi quando ele morreu. Sabe o que é viver isso? Você não consegue ter ideia”.
(SARGENTO C., BPM)

Durante as entrevistas, uma pergunta foi direcionada a saber como o policial recebeu a notícia de que seu colega havia falecido, buscando entender quais são os impactos emocionais gerados com a perda deste companheiro. Foi possível notar que as reações à morte são muito diversas e dependem da experiência prévia deste policial com a morte, do tipo de ligação que ele tinha com o policial que morreu e de qual foi o motivo que levou a essa morte.

De maneira geral, o relato mais comum foi de tristeza com a perda do colega, uma vez que a morte extingue uma rotina de convivência quase que diária com aquela pessoa. Além disso, a morte de um colega é citada como responsável por os reposicionarem no mundo, como se algo tivesse sido quebrado a partir dali e impactasse em sua maneira de agir dentro e fora do trabalho.

“A vitimização policial é dramática. Porque ali se perde um ser humano, que é filho de alguém, irmão de alguém. Tem uma família envolvida, é muito triste. Geralmente, você tem um convívio diário com aquele policial que se extingue. Você deixa de encontrar essa pessoa para sempre”.

(CORONEL F., BPM)

“É muito triste, fico com vontade de chorar [*fica com os olhos cheios de lágrima*]. É muito ruim receber essas notícias. Eu sei da vida de cada um que trabalha ali comigo, a gente trabalha junto. Esse cara tem boa índole. Você receber essa notícia é muito ruim”.

(MAJOR B., UPP)

“Não está fácil lidar com isso. Até hoje ainda não está sendo fácil. Eu queria ir no hospital visitar ele, mas não consegui. Estou tentando contornar, mas pensa se você consegue trabalhar. Tem que trabalhar senão faço uma besteira. Eu tenho medo de levar isso para casa. Tenho que ficar me controlando para isso não afetar na minha casa, tento sair daqui e deixar as coisas aqui, mas é muito difícil”.

(SOLDADO G., UPP)

“Estávamos em uma guarnição de 8 pessoas e ficou todo mundo em choque, sem acreditar. Foi um turbilhão de emoções. Depois que você vê isso, você se pergunta se vale a pena trabalhar aqui. A sensação é horrível, chocou muito”.

(SOLDADO P., UPP)

Em muitas entrevistas apareceu a expressão “baixar psiquiatria”, com o intuito de se referir aos policiais que não conseguiram lidar com a morte de um colega e que precisaram de atendimento médico ou psicológico. Os comandantes chegaram a destacar que geralmente os policiais mais são afetados por essas mortes são: a) os policiais que estiveram diretamente envolvidos na ocorrência; b) aqueles que eram mais próximos afetivamente ao policial vitimado; c) os policiais mais novos dentro da polícia, que entraram recentemente para a corporação; d) os policiais que vieram do interior para trabalhar em UPPs. Estes costumam demonstrar mais que não estão bem e serem encaminhados para atendimento especializado nos momentos posteriores a ocorrência.

“É muito choque perder um policial, você não imagina. Tem umas pessoas que ‘baixam na psiquiatria’, eu não baixei ainda. Mas eu não estou bem. Não baixei ainda, mas posso baixar. De verdade, eu não estou bem”.

(SOLDADO L., UPP)

“Tinha outro policial com ele. Esse policial ficou em choque, ficou 6 meses afastado pela psiquiatria. Porque ele viveu a ocorrência toda, teve que se abrigar, pedir ajuda porque o Sargento não morreu na hora, prestar socorro, depois ouviu a notícia que o sargento morreu. É muito pesado. Hoje ele voltou para unidade, mas ainda está

afastado da rua. A psiquiatria que decidi, a gente nem influencia. Ele está com acompanhamento de psicólogo ainda e fazendo serviço interno. Ele é um ótimo policial, mas ficou bastante abalado”.
(CORONEL F., BPM)

Durante as entrevistas, principalmente os reflexos gerados em novos policiais são relatados com frequência. Vale destacar que na política de implementação das UPPs, o Secretário de Segurança optou por colocar policiais novos para atuarem nas áreas pacificadas, por acreditar que quem havia acabado de se formar no Centro de Formação de Praças da PMERJ não fosse influenciado por antigos “vícios” da corporação, buscando evitar prejudicar um projeto que estava começando. Entretanto, quando estes policiais recém-formados e sem experiência passam a atuar em áreas conflagradas, se deparando com troca de tiros rotineira e com a morte de colegas, o impacto gerado é relatado com mais intensidade do que em policiais mais antigos.

“Os policiais que trabalham aqui são muito novos. Eles vêm para cá muito imaturo. A maioria se forma no CFAP e são lotados aqui. Como posso te dizer? Eles são diferentes dos outros, eles não são mais guerreiros. Depois do episódio, tivemos muitas faltas nas escalas seguintes. Teve bastante gente ‘baixada pela psiquiatria’. Para você ter uma ideia, na escala seguinte tivemos umas 7 ou 8 faltas. O mês todo ficou desfalcado”.
(MAJOR D., UPP)

“Aqui é tudo policial novo, começando. É maior susto. Eu fiquei bem na hora, mas depois acho que senti. Teve uns dois ou três dias depois tive que ir no médico também, mas depois passa. É muito estranho”.
(SOLDADO R., UPP)

“A tropa fica doente, tem baixa no RH. Se bem que aqui a tropa é antiga, é mais cascuda. Em UPP fica tudo doente. O policial mais antigo entende que a morte faz parte do processo, a gente tenta evitar o máximo, mas quando acontece não gera tanto impacto quanto em UPP”.
(CORONEL G., BPM)

“Acho que policiais mais novos, de UPP, sentem mais. Eles estão recém-formados, sem saber o que fazer direto. Mas os policiais do batalhão atuam diferente. Não são todos os serviços que você está no olho do furacão. A UPP é pior que o batalhão, todo dia, todo serviço tem troca de tiro. Aqui no batalhão, mesmo no GAT que é o serviço específico, isso não acontece todo dia”.
(CAPITÃO S., BPM)

“Todo mundo ficou em choque, pois ele era recém-formado, como muitos que estavam ali e perdeu todos os movimentos”.
(CABO M., UPP)

Nas entrevistas realizadas com policiais de UPPs com menos de cinco anos de polícia, que participaram de ocorrências em que houve a morte de policiais, estes se mostraram bastante abalados. Muitos deles pontuaram sua vontade de não atuar mais naquela unidade e até de não sentir mais vontade de trabalhar, mas de ter muita dificuldade em conseguir sair. Um policial

fez um paralelo entre trabalhar em UPP de área vermelha e o desenho “Caverna do Dragão”, na qual os personagens entram em um mundo e não conseguem mais sair.

“Aqui é que nem caverna do dragão, você entra mas não consegue sair. Eu já quis ir embora um monte de vez, mas eu não consigo”.

(SOLDADO G., UPP)

“Já pensei em sair, mas a burocracia é imensa. Você tem que ter contato para sair, se não tiver, você não sai”.

(SOLDADO I., UPP)

“Eu quero sair daqui também. Aqui a guerra está comendo e a gente está aqui. Eu vou terminar minha faculdade e quero sair desse lance de polícia. É pressão 24 horas, eu não consigo mais curtir”.

(SOLDADO L., UPP)

“Se você perguntar para os policiais, muitos não querem estar aqui. Eles querem a gratificação à UPP, mas não querem trabalhar aqui. Poucos gostam daqui, mas a vantagem é adicionar quase mil reais no salário. Mas se eles pudessem, não voltavam mais para cá”.

(MAJOR D., UPP)

“Eu sai da UPP por causa disso, a política faliu. A única coisa que você faz lá é ver colegas sendo baleados, e ver amigos sendo machucados ou mortos. De que adianta isso? Que problema estão tentando resolver? Não tem mais jeito. Conheço policiais que não vão mais para rua. Estão lá, mas não vão para rua. Porque não vai adiantar e você só corre o risco de se ferir. A gente fica pensando quando será nossa vez”.

(MAJOR E., BPM)

O policial que é ferido, que vê seu colega sendo morto vive isso de muitas formas e essa experiência será responsável, muitas vezes, por adoecê-lo. Vale destacar que em unidades com números altos de policiais mortos ou feridos, o profissional fica muito exposto ao sofrimento do outro e quanto mais exposto estiver desse sofrimento, mais ele se tornará vulnerável ao sintoma de estresse. Portanto, se na unidade sempre morre alguém, então o sofrimento será alto e o estresse da tropa também. Logo, os impactos da vitimização policial precisam ser medidos para além do número de mortos anualmente, pois o efeito gerado não se restringe a este fato.

“Aqui é a pior UPP e eu trabalho no pior setor. Sabe como fica a cabeça? E eu tenho uma filha”.

(SOLDADO L., UPP)

“Eu não me portei como alguém que veste essa farda, eu desabei. Eu não consegui me portar, eu entrei em pânico, eu chorei, eu me senti muito mal. Eu não consegui me controlar. As pessoas não têm ideia do peso que é carregar essa farda. E você não perde um colega de trabalho aqui, você perde vários. É como perder uma mãe por dia”.

(SOLDADO M., UPP)

“Quando eu voltei para trabalhar, eu cheguei e comecei a chorar. Eu chorava, chorava e não conseguia parar. Aí veio uma sargento falar comigo, eu chorava e falava: - ‘Não

aguento mais. Onde isso vai parar? Onde isso vai parar? Quantas pessoas vou enterrar? Quando eu mesmo vou morrer?’ (...) É uma ferida que a gente cobre com lençol, eu falo isso, tem um lençol cobrindo, ela fica quietinha, mas ela sempre está ali e é fácil descobrir (...).’
(SARGENTO C., BPM)

4.1. Reações a vitimização policial

Foi possível notar que as reações após a vitimização são diferentes e dependem do repertório e da experiência prévia de cada policial. Entretanto, há quatro reações que apareceram com mais frequência na fala dos policiais e que serão melhor apresentadas a seguir: a) o medo de ser o próximo a morrer ou a se ferir; b) a revolta ou a raiva de ter perdido um colega; c) a apatia, que ocorrem quando este tipo de ocorrência se torna frequente; d) o orgulho, como se participar de uma ocorrência de vitimização ou ser ferido em serviço enaltecesse seu trabalho.

As reações emocionais podem influenciar na maneira do policial agir após a ocorrência. Há policiais que ficam com medo e não querem mais trabalhar nas ruas; há policiais que paralisam no momento de uma ocorrência; há quem fique com raiva e queira ir para rua “trabalhar mais”, ou “ir atrás de quem fez”; há quem evite pensar no caso para conseguir continuar trabalhando; ou há quem se descontrola, como foi o caso de um entrevistado que contou que o colega ficou correndo de um lado para o outro sem se proteger no meio de uma troca de tiros.

“(...) eles reagem de forma diferente. Tem policial que não quer mais trabalhar, quer ficar fora da rua e vem aqui me pedir para ser trocado de função. E tem policial que quer ir para rua, que quer trabalhar mais do que nunca. A guarnição de policiais do interior costuma sentir mais, não querem mais trabalhar. É mais pacata. Geralmente interior é assim. Agora os policiais do Grupo Tático querem fazer ocorrência, querem correr atrás. Varia de cada policial”.
(MAJOR F., UPP)

Cada policial reage e age de forma diferente após a vitimização e esses diferentes modos são destacados pelos comandantes e psicólogos da corporação como pontos de atenção, uma vez que impacta o trabalho que eles realizam. Todavia, na prática, há poucas ações concretas que visem dar conta desse desencadear de sentimentos gerados com a morte de colegas.

Vale pontuar que mesmo estes sentimentos terem sido apresentados separadamente, na prática eles se misturam e um mesmo policial pode apresentar todos na mesma entrevista. Não raramente os relatos misturavam medo, raiva e orgulho quando se referem à mesma situação.

4.1.1. O medo e a sensação de ser a próxima vítima

“Toda vez que venho trabalhar fico imaginando se será a última vez que eu vou ver minha filha. Eu nunca sei se vai ser hoje o dia que não volto pra casa”.
(SOLDADO N., UPP)

Durante as entrevistas, alguns agentes relataram a sensação eminente de morte, pois o fato de ver um colega ser morto ou ferido, em uma mesma atividade realizada por eles, desperta em muitos policiais o medo de ser o próximo a passar por isto. O retorno ao trabalho, depois de ter vivido esta experiência, é marcado pelo sentimento de que aquela situação poderá se repetir e que ele será o próximo atingido.

“Eu serei o próximo. (Pausa, os olhos enchem de lágrimas). Eu serei o próximo. Você vê as coisas acontecendo ali do seu lado e você continua ali. Isso uma hora acontece com você, eu fico esperando o dia”.
(SOLDADO H., UPP)

“Eu tenho a sensação de que eu sou o próximo. Eu acordo e venho para cá e sinto um sufoco no peito. Eu acordei hoje, não sei te explicar, mas meu peito doía, apertava. É como se eu fosse morrer. E não tem ninguém olhando pela gente, só resta rezar. A gente tem que ficar atento para preservar a vida do colega, mas é tenso”.
(SOLDADO L., UPP)

Além disso, existe a ideia de que não são apenas os policiais envolvidos com algo dito “errado” que são mortos, mas acredita-se na existência de uma “caça ao policial” em que os criminosos procuram qualquer policial para matar. Essa crença aproxima a possibilidade de morte de todos, uma vez que ser policial já coloca sua vida em risco, e potencializa neles o medo de ser a próxima vítima.

Outra situação que é responsável por aumentar o medo, principalmente naqueles que estão lotados em UPP, é a crença de estarem sendo vigiados o tempo todo. Os entrevistados relataram que existem muitos “olheiros” na comunidade, que sabem quem eles são e o que eles fazem. Ao mesmo tempo disseram que não conseguem saber no meio de tanta gente quais são as pessoas que estão de fato os vigiando ou cometendo um crime, impedindo, assim, que eles possam prendê-los para evitar que os executem.

“Mas aqui é o lugar deles, estamos em um covil com lobos. E nós somos os inimigos dele. Nós estamos identificados, eles sabem quem nós somos. Mas nós não temos muito como provar que eles são os nossos. Nossos inimigos estão mais camuflados. Imagina o que é trabalhar em um lugar assim?”
(SOLDADO G., UPP)

O medo de ser reconhecido e morto por ser policial também aparece no horário de folga, quando a vitimização é maior do que em serviço. Os policiais apontam que ficam alerta o tempo

inteiro e costumam mudar suas rotinas e evitar certas atividades ou certos locais da cidade, com medo de serem executados ou de colocarem a vida de algum ente próximo em risco.

No trabalho policial, o medo é tido como algo que afeta a execução das atividades e, portanto, alguns entrevistados mencionaram que precisam controlá-lo para não cometerem erros. Os policiais chegam a citar que sabiam, mesmo antes de entrar para corporação, que conviver com a morte fazia parte da rotina da profissão que escolheram e que não tem como evitá-la, portanto, precisam aprender a controlar o medo para conseguir realizar seu trabalho da melhor maneira possível.

“O policial que perde um colega e que vê este colega ser substituído trabalha com medo, com medo de ser o próximo. E esse medo vira conselheiro do policial. Ele pode influenciar na maneira dele agir”.

(TENENTE V., BPM)

“Só que quando você volta a trabalhar, você fica com aquela preocupação se vai acontecer novamente e se acontecerá comigo. Eu evito pensar nisso, porque não dá pra trabalhar pensando nisso e a gente tem que trabalhar. Mas passivamente você fica preocupado e tem que saber lidar com a situação”.

(SOLDADO I., UPP)

“Dá medo. O medo sempre dá na gente, mas faz parte. A sensação é até difícil falar, porque você trabalha, mas nunca sabe se volta. Tem que confiar em Deus fazer sua proteção e dos colegas. Não tem mais o que fazer. Essa é a profissão que a gente escolheu”.

(SOLDADO P., UPP)

Um dos policiais entrevistados relatou que após ver os colegas sendo mortos em uma ocorrência em que estava passou a ter receio de ir para as ruas e ficou sem saber como agiria, caso se envolvesse em uma troca de tiros novamente. Pontua que evitou a situação por diversas vezes, mas quando se deparou novamente com uma ocorrência daquele tipo, optou por atirar para evitar que fosse atingido.

“Depois da primeira ocorrência, eu fiquei sem saber como agiria caso acontecesse de novo. Eu tive como se fosse um ‘travamento’, ficava sem querer me colocar em situações de risco, eu tinha receio de como eu ia reagir. Me falava que tinha que ir ali e se ali eu achasse perigoso, eu não ia. Mas aí quando eu entrei de novo em confronto, eu agi, eu não travei. Quando me vi no confronto aí pensei: - ‘Ou vai ele, ou vai eu’”.

(SARGENTO C., BPM)

Deste modo, conforme já tinha sido mencionado no capítulo 1 é possível afirmar que o fato de testemunhar diretamente o homicídio de outro policial, pode fazer com que passe a atirar mais em operações ou situações que o façam se sentir vulnerável. (MAGALONI & CANO, 2016)

Vale pontuar, entretanto, que o que está sendo dito não é que os policiais matam apenas porque foram testemunha de uma morte, mas que assistir a um homicídio pode ser um fator

desencadeador de uma ação mais letal. Porém, há outras situações que podem ser responsáveis por isso, como poderá ser visto a seguir.

4.1.2. Revolta ou raiva de ter perdido um colega

“A gente é até inconsequente, o medo não é mais grave. A revolta impera, a gente quer ir para rua atrás de quem fez isso. Por isso tem alguns comandantes que evitam fazer operação após a morte de um policial. Porque não será uma operação para prender ou capturar, entende?”
(TENENTE T., BPM)

A revolta ou a raiva é uma outra forma de reagir a morte de colegas, que mostra uma indignação por parte dos policiais com aquela perda. A partir dos relatos é possível afirmar que o que mais gera raiva é o sentimento de impotência diante daquela situação, que é intensificado quando os policiais acreditam que houve covardia durante a morte, como foi mencionado no capítulo anterior, quando acreditam que há um descaso do comando da própria instituição com aquela morte, assim como quando acham que não há leis suficientes para punir quem foi responsável por gerar aquela morte.

“Quando um amigo nosso é baleado, a única vontade que dá é fazer vingança. Fazer justiça com as próprias mãos, porque isso aqui nunca vai resolver”.
(SOLDADO H., UPP)

“Só que quando morre alguém assim, dá revolta também. Porque não tem resposta. A lei não é eficaz. A pena precisava ser maior, sei lá, os caras tinham que ficar mais tempo na cadeia”.
(SOLDADO P., UPP)

Este sentimento gera no policial a vontade de fazer algo, que foi se traduzindo em muitas entrevistas como um desejo de vingança. As ações executadas tanto pelos policiais diretamente, quanto pela instituição serão melhor abordadas no próximo capítulo, todavia no momento vale pontuar que os policiais mencionam um aumento de agressividade em sua ação e o ímpeto de ir atrás de quem fez isso por sentirem raiva de ter perdido um colega.

“No dia todo mundo fica tenso e aumenta a ostensividade da ação. Fica todo mundo louco”.
(SOLDADO I., UPP)

“Meu sono está alterado, eu não tenho mais sono. Eu sou mais frio, mais calculista. Não sei explicar, não sou eu. E é assim, antes ele do que eu. Se eu puder atirar, eu atiro. Os caras vêm para mim e falam: - ‘Vai morrer policial hoje’. Eu não respondo por mim”.
(SOLDADO P., UPP)

“Eu não sei se acontece com todo mundo isso, eu não sei como é com outros policiais. Vou te falar uma coisa que não sei se devia, mas aconteceu comigo. Eu só pensava em me vingar. Eu não sei se acontece com todo mundo, mas comigo foi assim. Ele (o comandante) me colocou na unidade por um tempo, mas eu queria ir pra rua me vingar”.

(SARGENTO C., BPM)

A revolta da tropa não passa despercebida entre os comandantes das unidades, pois quando questionados sobre como é a reação a essas mortes, alguns mencionaram que existem policiais que desejam ir para as ruas para “cobrar justiça” e que é necessário que eles fiquem atentos para evitar que ocorra vingança.

“Gera um desconforto muito grande, gera raiva, o policial fica hostil (...) Quando você tem uma tropa dessa em confronto, ela sai do eixo. Os policiais começam a se diferenciar quando isso acontece, eu noto aqui que eles começam a se comportar como os militares no Afeganistão”.

(MAJOR F., UPP)

“A tropa fica abalada. Você chega no quartel e vê que está todo mundo abalado. Tem uns que apresentam sentimento de vingança, que já querem ir logo pra rua, falam para gente ir rápido porque eles querem pegar quem fez aquilo. Estes a gente precisa separar e conversar, explicar que a emoção dele está sobrepondo a razão. Falamos para ele que o propósito do trabalho da polícia é a proteção da sociedade. Tem uns que nem dá para levar para operação, mas no geral, quando a gente conversa eles param. Se acalmam”.

(CORONEL F., BPM)

“De fato, falta preparo emocional e técnico para os policiais. Não são todos, mas a gente nota que tem algumas lideranças ruins, eles costumam influenciar bastante e precisamos ficar atentos. Eles são como passarinhos, você não pode dar liberdade demais e nem cercear demais. Tem que ficar atento, tentando controlar e saber o que está acontecendo”.

(MAJOR D., UPP)

4.1.3. Apatia gerada pelo excesso de policiais mortos e feridos em seu entorno

“O que eu vejo aqui é uma banalização da morte do policial. A sociedade toda banaliza e o próprio policial acha normal perder o colega. Eu falo para minha mãe: - ‘Você só vai sentir quando for eu’”.

(SOLDADO N., UPP)

Apesar de muitos relatos dos entrevistados citando o medo de serem a próxima vítima ou a raiva de ter perdido um colega, houve também entrevistas em que os policiais disseram não se comoverem com a morte ou ferimento dos outros. Alguns chegaram a mencionar que nem se abalaram com seus próprios ferimentos, pois a rotina de viver este tipo de evento os torna mais insensíveis e anestesiados aos fatos. Isto é mais perceptível na fala de oficiais ou de policiais que atuam em batalhões, mais do que de policiais que atuam em UPPs.

“E em todas essas unidades que passei, aprendi que o policial fica muito seco e não se importa tanto assim”.
(CAPITÃO R., BPM)

“Você fica uma pedra, deixa de ter sentimento com as pessoas que trabalham a seu lado. Porque dois anos trabalhando junto, você conhece família, você se envolve com a pessoa. Mas depois de perder e de ninguém fazer nada com isso, você deixa de querer se apegar. Você vira pedra mesmo”.
(TENENTE T., BPM)

“Ele fica afastado por licença médica, mas quando volta do médico ele volta para o serviço normal. O policial trabalha vivenciando tanto a morte e o ferimento que acaba achando isso normal. É ruim isso também, mas se ele não achar normal ele não trabalha. Eu já vi policial morrer, eu já socorri policial. Isso é normal”.
(CAPITÃO S., BPM)

“Eu fiquei uma semana no hospital e fiquei afastado da polícia por quatro meses. Mas eu não fiquei muito preocupado não. Depois que eu vi que estava vivo e que o problema era só o braço, fiquei tranquilo. Eu tenho filha pequena, queria ficar vivo para cuidar dela. Então nem me importei muito com o braço, podia até arrancar ele se precisasse, desde que eu ficasse vivo”.
(CABO O., BPM)

Além disso, como mencionado no capítulo anterior, em algumas unidades ou em algumas atividades desenvolvidas pelos policiais, a troca de tiro é constante, então, os policiais citam que na primeira vez que se vive isto há uma mobilização de sentimentos, mas com o passar do tempo e com o alto número de ocorrências em que eles participam, isto se torna hábito e a adrenalina que deveria estar presente na ação parece não existir.

“No meu primeiro confronto, eu tremia. Eu não sabia a hora de atirar. Agora eu vou pro confronto como quem vai para o futebol, com a adrenalina lá em baixo”.
(TENENTE U., UPP)

“No começo sim, eu ficava pensando antes de ir trabalhar, tinha um nervosismo. Depois meio que acostuma. Lembro de um dia meu pai subir lá comigo, ele subiu com medo e eu estava tranquilo. Aí ele perguntou se eu não tinha medo e eu não tinha. Você começa com medo, mas depois vem uma falsa sensação de segurança”.
(SOLDADO R., UPP)

“Só que aqui eu tiro 8 serviços por mês e são 8 serviços trocando tiro. Todo serviço tem troca de tiro. É tanto tiro que se torna hábito. Você troca tiro e sai para tomar um café”.
(SOLDADO P., UPP)

Entretanto, vale pontuar que o capitão que mais citou que os policiais não se importam com a morte de colegas e nem com ferimentos foi o mesmo que ao final da entrevista pediu para deixar registrado que é muito importante que todos os policiais que passam por este tipo de situação sejam atendidos pela psicologia. Ressaltou ainda que mesmo que digam que não tem o que falar, no dia seguinte é necessário tirá-lo das ruas para que haja uma atenção especial por parte da instituição a este agente.

A anestesia imposta por uma rotina de confrontos, na prática, produz sensações que podem gerar excesso de ousadia, destemor ou até mesmo insensatez, conforme diversos relatos apontaram. Algumas situações descritas demonstram que a aparente apatia com a vitimização pode provocar ações inconsequentes por parte dos policiais, como por exemplo a tentativa de salvar colegas em situações de intensa troca de tiros sem se abrigar, de um policial que caiu na gargalhada após ter uma janela de vidro quebrada sob si mesmo e até mesmo uma guarnição completa com crise de risos quando alvos de tiros.

“Chega uma hora que você não sente mais medo. Lembro de um dia que estávamos numa operação e começaram a atirar na gente. Nós nos abrigamos e eu comecei a rir junto com os outros. A gente falava: - ‘Nem fizemos nada e os caras tão atirando’. Rindo. Imagina se a gente faz alguma coisa. Ou seja, ficamos insensatos. Os policiais são os mais insensatos que tem, não é corajoso, é insensato mesmo”.

(TENENTE T., BPM)

“Você participar de confronto todo dia te deixa mais ousado, mais atirado. Teve uma ocorrência que eu e um outro policial estávamos em um lugar (...) e começaram a atirar na gente. Nós dois começamos a rir muito, porque os caras acharam a gente lá. Não sei se alguém passou (...) viu e dedurou. Não sei dizer. Mas a gente ria porque achamos que seria impossível os caras nos acharem ali e eles acharam. A guarnição embaixo ficou em pânico, ficava gritando para gente descer e a gente ria lá em cima. Falávamos: - “os polícia tudo desesperados” e ríamos. Entende? Você começa a não temer mais aquilo”.

(TENENTE U., UPP)

4.1.4. O orgulho

“Tem policiais que atendo que se fortalecem. Ser vítima, tomar um tiro, coloca ele em outro status”.

(CAPITÃO R., BPM)

A vitimização também aparece como “medalha” para alguns policiais, não diretamente na fala e no discurso, mas na apresentação das cicatrizes deixadas pelo confronto, nas histórias contadas enaltecendo a troca de tiros, nos relatos empolgados das dificuldades enfrentadas no dia-a-dia, como se o fato de ter vivido estas experiências o colocassem em outro patamar dentro da instituição e enaltecesse seu trabalho em alguma medida, parecendo demonstrar que ali existe um guerreiro e não um covarde.

Nas entrevistas realizadas com policiais que já foram feridos, todos quiseram mostrar as cicatrizes nos braços, pernas, cabeça e barriga. Quando existiam marcas de tiro nas unidades, elas também eram apontadas pelos entrevistados e a insegurança do local exaltada, chegando até o ponto de alguns entrevistados quererem mostrar o local onde o colega foi morto para provar que os locais perigosos eram próximos.

Em uma unidade específica um subcomandante resolveu me levar para dar uma volta no entorno, dizendo que queria mostrar como a proximidade entre os policiais e criminosos se dava no local. Saímos da unidade só nós dois andando e ele estava fardado e desarmado. Poucos passos adiante nos deparamos com um grupo de homens andando, sem parecer estar exercendo nenhuma atividade ilegal e que não sei dizer se eram criminosos ou não. O subcomandante apontou para eles e começou a encará-los e, em seguida, passou a xingá-los e mostrar o dedo do meio e foi recepcionado com o mesmo tipo de tratamento. Sem saber o que fazer, deixei-os no local e voltei sozinha para a unidade. Um pouco depois de entrar, o subcomandante já estava atrás de mim, me pedindo desculpas, mas ressaltou que aquilo o irritava porque aquele tipo de hostilidade acontecia todo dia e que era preciso ser muito forte para continuar trabalhando ali. A sensação gerada por este episódio foi que o subcomandante queria mostrar na prática que tinha bastante dificuldade em trabalhar naquele local, ao mesmo tempo em que se exaltava por ser um profissional forte.

Neste sentido, a vitimização policial diferencia os policiais “de verdade”, daqueles policiais “administrativos”, que nunca estão nas ruas. Como dito no capítulo anterior, os policiais respeitam mais os colegas que estão “guerreando” e ter uma cicatriz para provar que se está na guerra, dá status aquele profissional.

4.2. Impacto da vitimização fora do horário de serviço

“Quando você vira policial, você abre mão de muita coisa, da sua privacidade, da sua vida pessoal, da sua tranquilidade. Você começa a carregar um alvo nas suas costas. Quando eu era criança eu queria ser policial, independente da carreira, mas é muito pesado”.

(SOLDADO H., UPP)

Participar de uma ocorrência na qual um policial é morto gera impactos ao policial para além do horário de serviço. O Tenente U. contou que esteve presente em muitos episódios de trocas de tiros e viu pessoas sob seu comando sendo feridos e mortos. Relatou que quando a unidade estava em períodos de muito confronto, quase não tinha folga e chegava a trabalhar 30 horas seguidas. Em um desses períodos conturbados, realizou uma escala de serviço sobre-humana, com apenas curtos períodos de descanso. Mencionou que após cinco dias estressantes saiu do trabalho alterado e quando chegou em casa, misturou remédio e álcool, saiu para rua e passou a brigar com quem passasse, terminando a noite em uma delegacia.

“Eu sai de lá depois disso tudo e fui para casa. Sai de lá, mas o conflito não saiu de mim. O confronto te acompanha (...) Você chega em casa e continua no confronto. Eu tomei muito rivotril. Não conseguia dormir. Falam que policial é viciado em álcool, mas remédio também. É álcool, tabaco e remédio. Eu sou viciado nos três e acho que tem policial também que é viciado em drogas ilícitas”.
(TENENTE U., UPP)

A partir da ideia de que o confronto acompanha o policial para fora do serviço, não são raros os policiais que indicam que passaram a ter insônia após trabalhar nas ruas, que têm conflitos no casamento, com a família e com amigos e que chegam a ter problemas sérios de saúde e psicológico.

“A polícia é uma profissão que mexe muito com o sistema nervoso. Tem hora que estou fora daqui e estou com a adrenalina alto, tenho insônia, acordo assustado”.
(SOLDADO P., UPP)

“Minha esposa conta que várias noites me pegou em pé no quarto. Ela me mandava dormir e eu mandava ela ficar quieta porque tinha gente na laje. Eu gritava com ela. (...) Eu conversava com o capitão, ela conta. Ela vinha falar comigo e eu mandava ela ficar quieta e escutar o que o capitão tinha para dizer. Isso em casa, eu gritava: -‘deixa o capitão falar’”.
(TENENTE U., UPP)

“Se teve efeito? Eu perdi namorada, me afastei de amigos, comecei a ter insônia. Antes eu não tinha, eu dormia bem. Depois de ir trabalhar lá eu comecei a ter insônia e tenho até hoje. O telefone tocava o tempo todo, eu tinha que sair e ir no local, ir onde policial morreu. (...) Teve uma vez que consegui voltar com a namorada, tiramos umas férias, fomos viajar. Aí teve troca de comando e me deu um alívio, porque eu seria remanejado. Só que quando cheguei, o Coronel pediu para eu continuar, porque eu tinha muita experiência. Eu também não tinha para onde ir. Fiquei. Perdi a namorada de novo”.

(MAJOR E., BPM)

Além disso, se tornar policial militar em um local em que se acredita que há uma perseguição contra todos os profissionais, gera no policial o medo de ser a próxima vítima não apenas no horário de trabalho, mas também fora dele.

Como dito no subtópico anterior sobre ‘o medo’, os policiais mencionam que entram com uma mentalidade na polícia, mas com o tempo acabam ficando em estado de alerta permanente e desconfiado com tudo e todos. Na prática, a vida dos policiais é cheia de restrições, pois eles passam a evitar certos lugares ou atividades para não serem mortos ou para não expor seus familiares e amigos ao perigo.

“Eu não vou para qualquer lugar. Tem bairro que eu nem apareço mais, deixei de visitar alguns parentes até. Irajá, eu não vou. São João de Meriti também não. Eu e o Major R. falamos disso outro dia que nossas esposas reclamam, que é de casa para o shopping, do shopping para casa. (...) Nem vou mais no Barra Shopping, pois vive cheio de marginal lá. Não tem porquê me colocar em risco”.
(CORONEL F., BPM)

“Eu sempre digo uma frase: Polícia tem que saber viver. Você não pode ser igual todo mundo. (...) Você tem que saber que tem lugar que não dá para ir sendo polícia”.
(SARGENTO C., BPM)

“Eu sempre acho que vão me reconhecer, não consigo ir mais no shopping, levar minha filha em um parquinho. Estou paranoico”.
(SOLDADO L., UPP)

O medo é vivido por policiais de todos os postos e graduações, não apenas por aqueles que estão diretamente trabalhando no patrulhamento. Um Coronel comentou que mesmo quando está na sua casa, coloca travas nas janelas e portas e não consegue dormir se não deixar à mão duas armas em diferentes pontos do quarto, para que possa pegá-las caso seja necessário. Complementou dizendo que não consegue deixar a arma longe nem por um minuto.

A vitimização também impacta as famílias que começam a se preocupar com aquele policial. Antes mesmo de entrar para a corporação, muitos relatam que não houve apoio de entes próximos na escolha da profissão, por temerem que sua vida estivesse em risco, mas após eles participarem de ocorrências em que algum policial é atingido, os familiares passam a pedir que aquele profissional abandone a instituição.

“Meus pais foram contra eu entrar na polícia, não queriam que eu fizesse isso. Entrei contra a vontade deles”.
(MAJOR E., BPM)

“Minha família não queria que eu voltasse não. Meu pai e a família do meu pai é tudo policial, mas eles não queriam que eu voltasse mais não. Eles queriam que eu sáísse do batalhão, ficaram falando de outros trabalhos”.
(TENENTE A., BPM)

“A minha família não apoia não, quer que eu saia que eu pare de trabalhar. Mas eu gosto de estar aqui. Eu já queria voltar”.
(CABO O., BPM)

“Quando eu sai das ruas minha família comemorou, teve festa em casa. Hoje em dia, quando começam a me encher o saco com algo eu falo: - ‘Olha que eu vou voltar a trabalhar na rua, hein?’ E eles logo param. (risadas)”
(TENENTE T., BPM)

4.3. Apoio institucional (ou a falta de)

“O que acontece na Polícia, na verdade, é que de fato você tem muitos indivíduos que trabalham junto e que reagem diferente nas situações de estresse. Essa imensidão de reações diferentes faz com que você não tenha um protocolo para agir. Você não age em todos os casos da mesma forma, porque a reação é diferente”.
(CAPITÃO R., BPM)

Muitos comandantes, quando questionados sobre qual é seu papel diante da vitimização, destacam que é preciso dar o encaminhamento adequado para o enterro digno daquele policial

que morreu e citam o cuidado com a família. Então, mencionam a necessidade de ir ao hospital para verificar a liberação dos corpos, dar a notícia para a família, ir ao enterro e, algumas vezes, ajudar a família a acionar o seguro. Entretanto, pouco se fala do cuidado com aqueles que sobrevivem e que continuam trabalhando.

“O papel da polícia nesses casos, digo como instituição, eu percebo que é até instaurar a pensão. No dia estamos lá dando apoio a família, fazendo homenagem, mas depois que a família começa a receber a pensão, não fazemos mais nada. Quando tem apoio, como é o caso deste companheiro que trabalhou comigo, é pessoal. Eu me sinto sensibilizado e ligo para a família, mas não tem nada institucional que a PMERJ faça. Talvez a DIP desenvolva algum trabalho assim, mas eu não tenho conhecimento”.

(CORONEL E., BPM)

“Eu tento visitar o policial ferido, demonstrar apoio. A CPP apoia muito, dá suporte para família, faz campanha para arrecadar recurso pros policiais. Eu também visito os familiares dos policiais. Teve um policial que morreu da minha tropa há anos, e eu ainda visito a família. Eles têm que perceber que têm apoio, senão a vitimização enfraquece a relação dentro da tropa, sabe? Começa a virar um jogo de oficiais versus praça”.

(MAJOR B., UPP)

Entretanto, para além do cuidado com a família, falta direcionamento para saber como lidar com aquela morte na frente da tropa. Ou seja, lida-se com o vitimado, mas ignora quem estava junto. Por exemplo, é possível notar que o comandante da unidade sabe que após a morte de um policial, muitos outros “baixaram na psiquiatria”, como foi mencionado no começo desse capítulo, mesmo assim não há uma ação direta com a tropa para lidar com esse problema.

O turbilhão de emoções causado na tropa é apontado pelos comandantes como uma dificuldade no momento de saber o que fazer, uma vez que não saber como os policiais vão reagir os impede de ter um protocolo de atuação após uma ocorrência envolvendo a mortes de policiais. O resultado disso é que os policiais que viram um colega ser morto acabam por ficarem desassistidos.

“(O comandante) me perguntou como eu estava, eu disse que não estava bem e ele me deu férias. Quer dizer, me deu não, antecipou minhas férias. Eu ia tirar depois, todo mundo tem direito as férias, mas aí ele me deu para eu ficar em casa. Só que ficar em casa não é tratamento, ficar em casa é te tirar dali. Eu não recebi tratamento e ninguém me ligou nesses 30 dias. Ninguém me procurou para saber como eu estava. E eu estava em casa pensando nisso”.

(SARGENTO C., BPM)

De forma geral, os policiais citam que não tem espaço dentro da instituição para falar sobre o fato, mas também não podem contar como estão em casa, porque a família fica bastante preocupada. Por isso, algumas entrevistas pareceram bastante como uma catarse, na qual os policiais puderam falar daquilo pela primeira vez. Um policial, ao final da entrevista, chegou a agradecer, mencionando que precisava muito falar sobre aquilo.

“Em casa não dá para falar disso. A família fica muito preocupada com você, se você contar o que acontece no dia a dia, ninguém fica bem. Então eu chegava em casa e não falava nada e na polícia ninguém te perguntava nada, você fica com aquilo para você”.

(TENENTE T., BPM)

“Se eu morrer, como fica? E eu não consigo falar disso com ninguém, não quero chegar em casa e falar com meus pais, eles vão ficar preocupado. Acontece as coisas aqui e eu não conto. Conto um pouco para minha esposa, mas não tudo. Porque ela vai ficar preocupada e eu não quero”.

(SOLDADO L., UPP)

A função do comandante é muito diversa, na qual envolve uma quantidade enorme de situações cotidianas, como planejamento de ações operacionais, a gestão administrativa da unidade e a gestão de pessoas, que está implicada em alguns momentos ter que lidar com a morte de policiais da sua tropa. Na maior parte das vezes, ele é treinado e cobrado apenas para lidar com o que diz respeito aos índices de criminalidade da sua área. Todavia, o fato de responder bem a esta demanda não significa que ele saberá lidar com a morte.

Na prática, é o comandante da unidade que precisa estar atento às reações de sua tropa e que precisa entender o que está acontecendo com cada policial para direcionar os cuidados necessários: se é preciso afastá-los da rua, encaminhar para a psicologia, retirar do setor de policiamento que estava, evitar que voltem a trabalhar no mesmo local que ocorreu a morte. Neste caso, exige-se do comandante que ele saiba comandar e lidar com todos os pontos que envolvem este comando, até mesmo com a morte, mas esquece-se que ele também perdeu um policial sob seu comando e que isto o afeta.

“Sempre disse que meu maior orgulho era nunca ter perdido o policial. Como eu digo? É algo assim, minha maior soberba era nunca ter perdido um policial, nessas unidades todas que passei. Queria ter perdido a soberba, mas nunca a vida de um policial. É muito doloroso. A gente sente um pouco que é responsabilidade do comandante, sabe? Pensa se podia ter feito alguma coisa, se tinha algo que pudesse ter evitado. O processo é muito doloroso”.

(MAJOR D., UPP)

“É horrível. É a pior experiência que você pode ter. Você perde a vontade de comandar. A sensação de você entregar a bandeira do Brasil para um pai, para uma mãe e ter que explicar para ela como o filho dela foi morto no seu comando é horrível”.

(MAJOR E., BPM)

“Eu recebi a notícia e fui para o hospital. A vida do batalhão é minha vida. Eu moro aqui no bairro, então me ligaram e eu acompanhei tudo. Acompanhei a remoção do corpo, acompanhei o atendimento no hospital e a tentativa dos médicos em reanimar, mas não adiantou. É muito ruim você assistir isso. A gente sente muito (...) Quando acontece um negócio desse você se transfere para o morto. Você se transfere para aquela família e sente aquela dor. É muito complicado você dar uma bandeira do Brasil para uma criança de 5 anos e saber que aquela criança não vai mais ver o pai”.

(CORONEL G., BPM)

“Quando algum policial se machuca, todo mundo sente. E é muito difícil reerguer. Você precisa primeiro se motivar e depois conseguir motivar as pessoas.”.
(MAJOR E., BPM)

Neste sentido, a mesma pergunta feita anteriormente: “quem olha para quem sobrevive?”, pode ser refeita aqui: “quem olha para o comandante?”. E o comandante dificilmente irá pedir ajuda, uma vez que foi colocado ali para responder a todas as questões que surgirem, logo espera-se que ele resolva os problemas e não cause mais.

“Como comandante você não pode demonstrar muita fraqueza para tropa. Isto eu estou te contando, mas eu não falava disso para eles. Eu mostrava que estava triste (...), mas aí era enterro e não tinha como. Mas não mais do que isso. Lá eu era forte. Essas histórias criaram um vínculo muito forte entre a gente”.
(TENENTE U., UPP)

No campo, foi possível identificar que os comandantes também precisam falar disso, que os comandantes também apresentam seus medos e suas raivas, mas que não há um espaço institucional para lidar com estes sentimentos.

4.3.1. Atendimento Psicológico

“Devia ser assim, se você se envolveu em alguma ocorrência dessa você devia ser obrigado a falar com psicólogo ou psiquiatra. Claro que o policial vai falar que não afetou, mas afetou. O policial acha que não afeta, mas afeta”.
(TENENTE T., BPM)

Por ter dificuldades de lidar com a morte, os comandantes e policiais de forma geral pontuam a importância do tratamento psicológico para toda a tropa depois de ocorrências com policiais mortos ou feridos.

“É difícil, mas a polícia dá pouco valor para quem passa pelo trauma. Ninguém lida com seu trauma e você tem que lidar sozinho. Tinha que ter tratamento sério e o psicólogo tinha que garantir que o policial saiu curado. E mais, tinha que se preocupar mais com a vida do policial, não apenas para aqueles que podem morrer, mas aqueles que tem a vida alterada depois de ocorrências como essa”.
(SARGENTO C., BPM)

“Acho que todo policial deveria passar por atendimento psicológico depois de viver essas coisas. Deveria ser obrigatório. Então, se ele passou por uma ocorrência que alguém morreu ou foi ferido, no próximo serviço ele tem que vir para o batalhão, mas não vai para a rua, ele obrigatoriamente tem que se apresentar na psicologia. Na escala de serviço dele mesmo. Ele tinha que cumprir o expediente na psicologia, mesmo se ele não quiser falar nada, a escolha é dele, mas ele tem que ir na psicologia”.
(CAPITÃO S., BPM)

Atualmente, pelas entrevistas pareceu que o atendimento psicológico dado à tropa fica a cargo de cada unidade. Não são todos os batalhões que possuem psicólogos lotados em sua unidade, mas mesmo os que tem não é certo que os policiais passem pela psicologia após participar de uma ocorrência com mortes.

“Os policiais que estiveram diretamente na ocorrência foram afastados de forma imediata. Solicitei apoio psicológico de forma voluntária. Perguntei se eles queriam ir. Temos um psicólogo aqui no batalhão que nos ajuda não apenas em relação a policiais mortos, mas também em casos de policiais truculentos que usam a força de forma excessiva. Ficamos observando e se for o caso, encaminhamos para o psicólogo. O psicólogo auxilia, na verdade, quando tem casos de alteração de comportamento. Acho que o termo alteração de comportamento é mais apropriado”.
(CORONEL G., BPM)

“Hoje é bem informal. Ele aparece aqui e a gente sugere que ele passe na psicologia. Eu não sei como é na CPP, mas isso deveria ser padronizado em todas as unidades”.
(CAPITÃO S., BPM)

Sobre o serviço de psicologia disponível na polícia militar, foi possível saber que atualmente existe um psicólogo em cada região do estado preparado para agir caso algum policial naquela área seja vitimado, o que chamam de escala de sobreaviso. Neste sentido, todos os psicólogos da instituição fazem parte de um grupo de WhatsApp e quando alguém é vitimado, aqueles que estão de sobreaviso podem ser acionados para atuar. Há também os psicólogos lotados em cada região que ficam responsáveis por demandas posteriores, que se refere ao atendimento a família ou ao policial ferido.

Entretanto, os psicólogos entrevistados informaram que os atendimentos só são realizados caso o comandante da unidade indique que seja realizado o atendimento ou por demanda espontânea do próprio policial que passou pelo trauma, ou seja, cabe a ele procurar o serviço diretamente. Ou seja, não há nada institucional indicando que todos os policiais que passem por um evento traumático tenham que passar pela psicologia, mas é preciso que alguém acione o serviço de psicologia para agir.

Especificamente no Comando de Polícia Pacificadora – CPP, existe um grupo de psicólogos encarregado de atender os policiais que atuam em UPPs de área vermelha, pois nesses locais a vitimização é mais alta. Nesse caso, os policiais que participaram diretamente da ocorrência são chamados, aos poucos, para receberem atendimento psicológico.

Mesmo assim, os policiais relatam que dificilmente são atendidos pela psicologia após passar por uma ocorrência traumática. Geralmente, aqueles que mencionaram receber acompanhamento psicológico pontuam que receberam fora da instituição.

“Nunca fui em um psicólogo na polícia. Só passei uma vez, mas foi pelo SASP (serviço de atendimento a saúde do policial). Esses exames preventivos que eles fazem no batalhão. (...) Eu nem tinha passado por nenhuma situação traumática, nem nada”.
(CAPITÃO S., BPM)

“ (...) é necessário também um acompanhamento psicológico. Eu tive porque tinha no hospital particular que eu fiquei, mas aqui na polícia não tem. (...) Eu queria acelerar minha volta, mas tem uns colegas que sentem. Tem gente que nem quer voltar mais para cá. Eu tive vezes de pensar se vale a pena isso, trabalhar, tudo que se passa por uma sociedade que não te dá valor.”.
(TENENTE A., BPM)

Entretanto, todo o atendimento oferecido é ambulatorial e não há um trabalho institucional voltado aos cuidados com toda a tropa. Sendo assim, torna difícil, por exemplo, que os psicólogos que atuam em certa região saibam informar quais foram os efeitos de alguma ocorrência com morte nos policiais ali lotados. É certo que a psicologia precisa atender alguns casos, mas fica o questionamento se o serviço prestado pelos psicólogos lotados na instituição deveria ser só esse, ou se um trabalho institucional, voltado a olhar a unidade como um todo, não poderia ajudar os policiais dos batalhões ou de UPPs a lidarem com aquela morte.

Vale destacar que o fato de não se falar sobre esta morte é responsável por os policiais não poderem viver este luto e, assim, não elaborarem a morte do colega. A morte passa sem que ninguém toque neste assunto, sem que dê atenção para isto. Contudo, para elaborar o luto é preciso se falar do que acontece e não se trata do falar propriamente dito, mas o policial precisa sentir que aquela morte não foi banal.

Os lutos mal elaborados podem contribuir por tornar uma pessoa emocionalmente vulnerável para a vida. Durante a entrevista, a psicóloga pontuou que a maior parte dos policiais quando chegam à clínica estão muito fragilizados, mas fora daquele espaço se apresentam como “durões”. A Polícia Militar, por ser uma instituição predominantemente masculina, que valoriza seus “guerreiros” e que tem a sensação de viver uma guerra, exige que seus profissionais tenham mais resistência ao sofrimento. O sofrimento, neste sentido, não está ali para ser sentido, mas está para ser ignorado.

Sendo assim, todos os policiais precisam suportar as baixas, precisam “bancar” trabalhar após ter perdido um colega e não pôde demonstrar fraqueza nos dias posteriores. Esta é uma exigência muito alta que causa danos para o profissional da segurança pública, mas também para os policiais no seu âmbito particular. Os efeitos gerados com toda essa pressão também serão sentidos na rua, no trato com a população e na hora de executar o trabalho policial, tema este que será abordado no próximo capítulo.

5. MEDINDO FORÇAS: A VITIMIZAÇÃO POLICIAL EM PERSPECTIVA

“O policial vive uma guerra, mas não tem respaldo da lei para agir como se estivesse em guerra. Mas me diz como convenço meu policial a não fazer o mesmo que o traficante? A legislação não ampara ele a agir do mesmo modo, é preciso controlá-lo, mas como faz isso?”
(MAJOR F., UPP)

O presente capítulo tem a intenção de apresentar quais são as reações institucionais desencadeadas após a morte de um policial que visem responder ao problema da vitimização. Neste sentido, buscou-se apontar como a morte ou o ferimento de policiais, quando entendidas como reflexos de uma guerra, influenciam para que determinadas ações sejam colocadas em prática e, conseqüentemente, como essas ações são responsáveis pelo aumento de mortes de civis em decorrência de intervenção policial nos dias seguintes a morte de um policial.

Nas entrevistas realizadas, além de investigar o que acontece com os agentes que sobrevivem a uma ocorrência, investigou-se o que acontece com a rotina da unidade após a morte de um policial, buscando levantar quais foram as ações colocadas em prática a partir de três pontos: 1) se houve investigação para saber quem atirou contra o policial e o motivo que o levou a isso; 2) se houve alguma ação por parte da polícia militar a respeito desta morte; 3) se houve alguma ação para prevenir que outros policiais fossem mortos em uma mesma situação.

Neste capítulo, como nos anteriores, os pontos levantados durante as entrevistas serão debatidos a partir de trechos transcritos, de modo a auxiliar a apresentação da visão dos policiais referentes a cada tópico.

5.1. Investigação

“Não tem investigação. É complicado. Eles atiram de casa, da laje. Não dá para ver. Não tem como saber. Ficamos sem saber”.
(SOLDADO G., UPP)

Sobre a investigação, foi possível notar que a maior parte dos casos de morte de policiais, tanto de serviço quanto em folga, não é investigado. Há uma série de problemas que dificultam o esclarecimento dos casos no sentido de identificar quem atirou e realizar a prisão dos responsáveis.

Constitucionalmente, a investigação é de responsabilidade da Polícia Civil, que deveria periciar o local de crime e levantar provas e indícios sobre o crime e sua autoria, de modo a indiciar os responsáveis. Entretanto, muitos apontam que é difícil verificar alguma ação neste

sentido. A falta de perícia no local de crime é apontada com um dos problemas, ao mesmo tempo que destacam que não é fácil periciar locais de morte de policiais, principalmente quando a morte acontece em serviço, uma vez que o lugar da morte costuma ser inseguro para todos os policiais e não tem como a polícia militar ficar preservando o local até a polícia civil chegar. Consequentemente, se não houver perícia adequada, dificilmente a investigação costuma progredir muito.

“Isso é com a polícia civil (...) Para os caras fazerem perícia eles têm que entrar em uma área de risco. A gente não pode ficar esperando, porque um corpo ali gera distúrbio civil, todo mundo quer vir ver. Precisamos subir o corpo. (...) Colocar num lençol e tirar ele de lá. Se deixar ele lá gera muito problema. (...) Se você fica ali guardando o corpo, você também coloca seu policial em risco. A perícia atrasa muito nosso trabalho, ainda mais em área vermelha. Se os policiais se agrupam para guardar o corpo, vem alguém e atira contra a gente. Você está em 10 policiais lá, mas eles só precisam de 2 homens para atirar contra você e sumir. Não dá para ficar parado. Os caras não têm tiro de comprometimento, a polícia tem. A polícia precisa resguardar a vida dos policiais, das pessoas e até do marginal. Os caras não tão nem aí.”
(TENENTE U., UPP)

Um Tenente mencionou bastante ressentido que já participou de situações em que policiais militares mataram e que a Polícia Militar fez proteção do local para a Polícia Civil entrar na área e fazer perícia. Entretanto nunca viu o mesmo ocorrer no caso de morte de policiais.

“Se o policial matar, a PM faz proteção da área para a Polícia Civil entrar e colher depoimentos contra o policial, mas a polícia militar fazer a proteção para a Polícia Civil investigar a morte de um policial militar eu nunca vi”.
(TENENTE T., BPM)

Alguns entrevistados mencionaram que existe a intenção da Polícia Civil em deixar a investigação da morte de policiais a cargo da Delegacia de Homicídios – DH, que teria um setor exclusivo para esse fim. Entretanto, até o fim da realização das entrevistas parece que a DH só estava atuando com um projeto piloto nesse sentido na Baixada Fluminense, especificamente em dois municípios, Belford Roxo e São João de Meriti.

Além disso, foi questionado se a Polícia Militar, nesses casos fazia algum tipo de investigação para identificar os motivos e os responsáveis por aquela morte. Foi informado que, no geral, a Polícia Militar também não faz nada neste quesito, por não ser sua função e por ter limitações técnicas, de efetivo e constitucionais. Na prática, as unidades de atuação da área em que o policial foi morto costumam produzir dados de inteligência, ou seja, ajudam a levantar informações na área que possam auxiliar a polícia civil a encontrar os verdadeiros culpados, mas isso não é o mesmo do que investigar.

“Temos o P-2 da unidade e a inteligência que investiga quem atirou contra o policial. Os moradores ajudam também. Mandamos tudo para a polícia civil, fazemos um prontuário. Essa é uma vantagem da UPP, antes ninguém sabia nada do tráfico, estávamos distantes. Hoje estamos mais próximos e monitoramos. No caso de policiais vitimados, os caras costumam ficar se gabando quando atiram. Ficam contando para todo mundo quem atirou. Aí os moradores contam para nós”.

(MAJOR B., UPP)

Nota-se, entretanto, que os casos de grande repercussão, costumam ter algum tipo de investigação. Alguns mencionaram que nesses casos há uma parceria entre a Polícia Civil e o serviço de inteligência da Polícia Militar e com ajuda de alguns moradores, chega-se aos verdadeiros culpados. Foi pontuado ainda que os moradores muitas vezes sabem quem foi que atirou porque o responsável geralmente fica se “gabando” de ter consigo acertar um policial, logo, é facilmente identificável.

Todavia, mesmo que haja uma investigação, isso não significa que os responsáveis responderão por isto, pois raramente é possível encontrar quem atirou contra os policiais. Foi informado que quando alguém sabe que conseguiu atingir um policial, no dia seguinte esta pessoa desaparece da área e ninguém consegue encontrá-lo.

“Os caras que atiram no policial, depois de acertar um, eles somem. No dia seguinte você vai lá atrás deles e eles já foram embora. Você não acha ninguém”.

(TENENTE T., BPM)

“Nem tem como. Os caras são muitos e eles migram. Uns caras daqui foram presos em Nova Iguaçu ou Belford Roxo, não lembro. Eles se misturam, eles saem. Não tem como”.

(SOLDADO R., UPP)

“É muito difícil (prendê-los). Os cabeças do tráfico sempre andam com muitos seguranças e quando tentamos chegar perto eles fazem algo que chamamos de cortina de fogo. Ou seja, eles atiram muito e não conseguimos chegar perto, para dar tempo do cara vazar”.

(MAJOR B., UPP)

A morte é bastante sentida pelos policiais, que precisam lidar com essa perda e sentir que algo está sendo feito de modo a responsabilizar os culpados pelo ato. Entretanto, no geral não há muitas respostas referente à identificação e prisão dos responsáveis, pois a investigação nem sempre acontece e quando ocorre, não progride muito. É sabido que a investigação não será responsável por trazer aquela pessoa de volta, mas ela ajudará a elaborar a morte. Caso contrário, a impressão que se fica é que a morte ficou no vazio e que não há nenhum conforto por parte do Estado ao policial.

Durante as entrevistas, foi relatado o caso da mãe de um policial morto brutalmente meses antes quando foi identificado no horário de folga. Essa mãe vai rotineiramente na Delegacia de Homicídios para saber sobre os passos da investigação, mas quase sempre sai de

lá sem nenhuma notícia nova. Tanto a mãe, quanto os colegas de profissão não se conformam e relatam descaso por parte do Estado aos profissionais que têm como responsabilidade gerar a proteção de toda a população.

Todavia, no geral, por ser difícil identificar os verdadeiros culpados, ou até mesmo por ser difícil prendê-los, parece que a investigação não é o mais importante. Os policiais mencionam que seus “inimigos” existem em grande número e, no final, não importa tanto quem deu o tiro, afinal, como o conflito é percebido como uma guerra, conforme relatado no capítulo 3, não é tão relevante quem foi o autor material da morte, mas a ideia é dar uma resposta ao grupo, nesse caso ao tráfico de drogas, nem tanto ao autor concreto.

5.2. Resposta por parte da polícia militar

Além de questionar sobre a existência ou não de investigação, o central para este trabalho foi levantar se algo muda na rotina da unidade, após a morte de um policial. O objetivo era levantar quais são as ações colocadas em prática pela Polícia Militar nos momentos posteriores à ocorrência que poderia ajudar a explicar o aumento no número de mortes em decorrência de intervenção policial nos dias seguintes a uma vitimização.

Nesse ponto, nota-se duas situações distintas: a morte do policial em folga e a morte do policial em serviço. No primeiro caso, a morte no horário de folga, apesar de ocorrer quatro vezes mais do que em serviço, não pareceu mobilizar algum tipo de reação por parte das unidades. Os comandantes da área em que o policial morreu informaram que seu papel é preservar o local do crime até o corpo ser retirado, fazer os encaminhamentos necessários para informar a família, assim como buscar configurar esta morte como “ato de serviço” para que os dependentes possam ter direito ao seguro de vida do policial. O papel da Polícia Militar parece encerrar no momento em que a família aciona o seguro.

“(Quando morre na folga) Nós nos encaminhamos até o local para esperar recolher o corpo. Tem dois papéis neste tipo de ocorrência, o papel do batalhão da área em que o policial morreu e o papel da unidade em que ele estava lotado. O papel de quem está na área é fazer a apuração sumária do caso. Neste caso, a gente faz de tudo para o policial sair como ato de serviço. Não sei se você deveria escrever isso, mas ... vamos lá. Tem situações que o policial morre na folga que é fruto de um crime. O policial estava fazendo algo errado e acaba morrendo. Nesta situação, o policial não tem direito a nada (...) No caso deste policial que é vítima de assaltado, nós fazemos de tudo para que seja configurado ‘ato de serviço’. Porque geralmente este policial morre por ser reconhecido, ou por estar portando coisas da corporação, então isso configura como ‘ato de serviço’. É uma recompensa que damos a família (...) Mas entenda, não

manipulamos a situação para encobrir o policial, só tentamos que a família receba o máximo de benefícios possíveis”.
(CORONEL E., BPM)

No campo foi possível perceber que dificilmente há uma mobilização em cima das mortes em folga, no sentido de “dar uma resposta” institucional, seja por parte das unidades em que ocorreu a morte, seja por parte das unidades de lotação desse policial. Um entrevistado citou que se a morte gerar bastante comoção, ocorre uma operação na área em que o policial foi morto, mas isso é raro. No geral, essa morte é vista como consequência de uma violência local e nada se faz institucionalmente além de lamentar.

Por outro lado, quando ocorre uma morte em serviço, a reação por parte da Polícia Militar é quase certa. Tanto os comandantes, quanto os policiais da tropa pontuam enfaticamente a importância de “dar uma resposta” a aquela morte, no sentido de não deixar que ela passe despercebida.

A resposta a essa morte, na maior parte das vezes, é concretizada em uma operação policial, na qual reforça-se o efetivo da área em que ocorreu a morte e busca-se colocar o máximo de policiais na rua. Para isso, o mais comum é “caçar a folga”⁴¹ dos policiais que estão lotados na unidade do fato e pedir auxílio para as unidades especializadas, como Batalhão de Operações Policiais Especiais – BOPE, Batalhão de Choque – BPChq, Batalhão de Ações com Cães – BAC, Grupamento Aeromóvel – GAM, e até para a Coordenadoria de Recursos Especiais – CORE da Polícia Civil.

“O policial não descansa mais, quando alguém toma tiro, ‘caçam a folga’”.
(CABO N., UPP)

“Teve uma operação do BOPE, que teve como objetivo dar uma resposta aquela ação. Eles agiram na maldade e o BOPE entrou para responder”.
(SOLDADO N., UPP)

“No mesmo dia teve, veio BOPE, Choque e o de Cães. O GAM... não o BAC. Por isso a gente não conseguia ir embora”.
(SOLDADO R., UPP)

“O Choque e o BOPE entraram na comunidade para dar apoio à atuação da UPP”.
(CABO M., UPP)

“Sim, no mesmo dia. O BOPE chegou no mesmo dia e ficou lá uns dias”.
(SARGENTO C., BPM)

“Fiquei aqui trabalhando sexta e sábado. Fui no hospital. Fui no enterro. Passamos a madrugada na rua e ficamos duas semanas tentando dar resposta”.

41 “Caçar a folga” é uma expressão nativa que diz respeito a impedir que o policial tenha um dia de folga após a morte de um colega. As consequências disso foram melhor debatidas no capítulo 3, no subtópico referente ao dia seguinte da morte do policial.

(MAJOR F., UPP)

“Mas geralmente quando acontece algo contra os policiais, ou atiram contra a gente, eu gosto de dar uma pronta-resposta logo, um dia ou dois dias depois no máximo. Gosto de fazer uma operação de máximo porte, para apreender algo, prender gente. Para mostrar para tropa que se nos atacarem não vai ficar sem resposta”.

(MAJOR D., UPP)

Apesar de ser a morte de policiais o principal elemento desencadeador de Operações Policiais, na entrevista realizada com o Major B., ele pontua que não faz operações apenas quando um policial é morto ou ferido, mas já existiram situações de atirarem contra a base da UPP e isto desencadear uma operação policial na área. Neste sentido, a reação é vista como necessária, uma vez que se acredita que se não houver algum tipo de resposta, os responsáveis por atirar contra os policiais podem passar a achar que são mais fortes.

“Para te falar a verdade, nos meus 20 anos de polícia, acho que a reação é necessária. Eu era contra, mas se não houver reação da polícia, piora”.

(MAJOR B., UPP)

O comandante da UPP pontua que quando atiram contra um policial, se não há reação por parte da polícia, os responsáveis por atirar “avançam” e, em poucos dias acabam atirando contra a base policial. Então, a reação por parte da polícia é responsável por mandar um recado de que não se deve atirar contra a polícia e, assim, deixá-los “menos ousados”. No trecho de entrevista abaixo chama bastante atenção o fato de o oficial apontar enfaticamente que precisa demonstrar força e pontuar que precisa passar a mensagem que “pode acabar com eles” caso seja este seu desejo.

“O comandante tem que satisfazer o anseio da tropa e limitar o instinto sanguinário do policial. Mas não posso deixar barato, tem que haver resposta. Se não tiver resposta, eu perco o controle. Então, mesmo que não tenha um policial ferido, mas os caras atacam a gente, eu faço uma operação no dia seguinte, chamo BOPE, CORE. Eles entram e tiram a barricada. Para verem que se atacar a gente eles perdem. Se eles não atacam, deixo tranquilo. Eles lá, eu aqui. Ficamos bem. Mas se me ataca, eu mostro para eles que sou mais forte. Eles têm que saber que eu tenho como acabar com eles quando eu quiser. Que eles não podem lutar contra mim”.

(MAJOR B., UPP)

“O comandante costuma pedir efetivo para outras UPPs para atuar. Se eles atacarem a gente e a gente recuar, eles vão achar que estamos acuados. Então a gente costuma fortalecer o efetivo. (...) Se eles atacam e a gente não faz nada, eles avançam e chegam até aqui perto da base. Se a gente não cerca e recua, eles vêm até aqui e tentam expulsar a gente”.

(SOLDADO G., UPP)

Na visão dos outros comandantes de UPPs entrevistados, também foi possível perceber que nessas unidades há uma constante disputa por espaços. Há espaços que são ocupados apenas pela polícia e há espaços que são ocupados pelo tráfico. Entretanto, quando um policial é

atingido, a tropa costuma se desestabilizar e recuar, não querer ir mais para a rua e muito menos a aquele local onde houve a morte. Por este motivo, pontuam que o comandante precisa saber acolher esta tropa e também replanejar a ação para não perder estes espaços considerados da polícia.

“A tropa dá uma desestabilizada. Você precisa mostrar que está do lado. Você precisa cuidar da tropa. Na UPP, a tropa é muito nova. Então eu não só falava que estava do lado, eu ia junto. Eu ia patrulhar, eu ia para rua. Você tem que dar exemplo. Eu prendi muita gente, eu participei de confronto armado. (...) Mas eu vou junto com eles em algumas operações. Tem que estar na rua também para eles respeitarem”.

(MAJOR C., UPP)

“Um policial foi baleado, o outro foi tentar socorrer e também foi. Os dois morreram, foi bem triste porque foi no dia seguinte que tínhamos ido lá. Então tivemos que replanejar a ação. O apoio à UPP ficou por muitos dias. A tropa toda desestabilizou. Essa ocorrência foi um baque e o comando anterior, que estava lá na época, perdeu a mão. O apoio precisou ficar lá por uns 4 ou 5 meses, porque os policiais não queriam mais ir para rua, não queria mais patrulhar. Fomos perdendo território”.

(MAJOR E., BPM)

Ao mesmo tempo, na visão da tropa, se não ocorrer uma operação ou algum tipo de resposta após a morte de um policial, a sensação que fica é que aquela morte não significou nada e que qualquer um pode morrer que não terá efeito. Neste sentido, os comandantes passam a assumir o papel de quem precisa mostrar para a tropa que aquela morte não foi em vão.

“O comando pode fazer ações policiais que amenizem este sentimento de desamparo que eles sentem. No caso do policial que tomou um tiro no pescoço, ele foi sair da viatura e quando desembarcou, tomou um tiro. Na hora pediram apoio e fomos apoiar. O apoio tem que ser imediato e tem que ter resposta para aquilo. O cara que atira contra a polícia tem que saber que se atirar vai ter resposta, não tem como não ter. A gente tem que mostrar força e os caras precisam saber que não é jogo atirar contra um policial, que ele pode perder arma e pode perder a vida. Não adianta fazer isso que as autoridades fazem, ir no microfone para dizer que vai investigar, que vai ver o que acontece. Você tem que ir lá e responder na hora”.

(CORONEL G., BPM)

Para ser vista como resposta a uma morte de um policial, uma operação precisa ser realizada de forma imediata. O tempo é um fator importante para a resposta, para marcar que um evento está relacionado a outro e, assim, estimular a compreensão de que “não é jogo atirar contra um policial”, como dito no trecho anterior por um Coronel, comandante de Batalhão. Esse é o recado que quer se passar com uma operação policial e talvez este fato explique o grande número de mortes de civis no mesmo dia e no dia seguinte em que morreu um policial, como foi visto no capítulo 2.

Além disso, também é possível perceber que os discursos públicos de autoridades sobre a realização de investigação para saber os motivos das mortes não são vistos como resposta pelos policiais. Isso porque como foi pontuado no subtópico anterior, as investigações quase

nunca ocorrem e o policial sabe disso, ou porque, como será pontuado mais adiante, há policiais para os quais não se responde morte com prisão, mas em falas mais extremadas nota-se que morte é preciso ser respondida com morte.

“E não adianta ficar prendendo não. Os caras saem rapidinho. Eu já preendi uns caras e encontrei com eles na rua de novo. É tipo papel reciclado. Joga no lixo e recicla, você encontra vários”.
(SOLDADO R., UPP)

Neste sentido, em um discurso mais ponderado um capitão explica como mais detalhes como deve ocorrer uma resposta, ajustando o fator tempo com a necessidade de planejar a ação. Aponta que em uma ação de resposta é necessário que ocorra algo que fuja da rotina de atuação da unidade na área, em um curto espaço de tempo e sem a participação dos policiais que estavam na ocorrência em que houve a morte ou o ferimento, sabendo que estes agentes podem estar abalados emocionalmente e não ajam de forma racional e profissional.

“Olha, o policial que está lá quer resposta imediata. Quem está na situação quer que a polícia reaja imediatamente. Mas quem está de fora sabe que precisa planejar. Os escalões superiores também sabem que precisa de planejamento. E a ação precisa ser feita sem a participação de quem estava junto. Precisa saber planejar e saber agir rápido, porque se deixar passar muito tempo, deixa de ser resposta. A polícia estava enrolando muito para planejar e quando ia para a rua nem parecia que era resposta. Agora está voltando a pronta-resposta. (...) Se for mais de 10 dias depois deixa de ser resposta. (...) Precisa ser uma mega-operação, algo que a polícia não faz cotidianamente. Com a participação de várias unidades, na comunidade que o policial foi ferido ou morto”.
(CAPITÃO S., BPM)

Entretanto, vale pontuar que no campo foi possível notar que apesar de parecer que há uma concordância quanto ao que deve ser feito, ou seja, uma mega-operação que marque a mudança de rotina naquele local, o objetivo de “dar uma resposta aquela morte” pode ser interpretado de maneiras diferentes.

Neste sentido, o fato de aumentar o efetivo policial na rua, pode ser visto como uma maneira de prejudicar financeiramente o tráfico, evitando que após a morte de um policial eles consigam “trabalhar” e, assim, se sintam prejudicados. Neste caso, é o lucro da venda de drogas que é perdido e não as vidas daqueles que trabalham com isso.

“Nós fazemos operações. Depois da morte de um policial, tentamos dobrar o efetivo nas ruas. Ocupar a maior área possível. O objetivo é não deixar espaço mesmo, é fazer apreensão e mostrar que não passou batido, que terá prejuízo nas vendas. O tráfico tem que perder dinheiro com isso, para sentir”.
(MAJOR F., UPP)

Há também falas que marcam que a operação é realizada com intuito de realizar o papel institucional da polícia após qualquer homicídio, ou seja, prender aqueles que atiraram ou orquestraram a morte de um policial.

“No Alemão um policial morreu e aqui eu assumi depois da morte de policial. Assumimos logo em seguida e fizemos a operação para ir atrás do marginal. (...) A gente conseguiu prender ele. Pegamos o cara”.
(SOLDADO P., UPP)

“Foi em um final de semana, eu não estava aqui, mas vim para cá. Fiquei três dias direto no quartel. O Comando de Policiamento de Área deu suporte. (...). Fizemos uma grande operação. (...) Já sabíamos o nome dos marginais que fizeram isso. Sabíamos de onde eles eram, da Comunidade da J. Lá é bem próximo do C., os caras usam lá para se deslocar de um lugar para outro. Fizemos a operação, mas dois marginais só foram presos depois. E um morreu em confronto (...) Quando acontece estes eventos eles emprestam o blindado para fazemos incursão noturna segura. O grupamento de ações táticas que costuma atuar, porque eles foram treinados para isso. E o intuito é de capturar os responsáveis”.
(CORONEL F., BPM)

Outra interpretação possível para a expressão “dar uma resposta” é mostrar aos outros policiais, assim como para os familiares daquele que perdeu a vida, que aquela morte não foi em vão. Neste caso, parece que a operação tenta sanar o sentimento de ambos de desamparo institucional, como se ninguém se importasse com eles. A mudança de rotina da unidade, como também a prisão e a morte de responsáveis, tem o papel de mostrar que as vidas dos policiais são importantes.

“O objetivo é mostrar para tropa mesmo e para os outros que não vai ficar barato. É para mostrar força mesmo. Para falar para meus policiais: - ‘Vocês não estão sozinhos’. Nem é pelo que morreu, quem morreu, morreu. Mas para quem fica, precisa saber que as coisas não ficam sem resposta”.
(MAJOR D., UPP)

“Precisamos fazer algo pelo policial que deu a vida pela corporação e para a família também. Neste caso chegamos para família do sargento e falamos: - ‘Olha, dois marginais foram presos e um morreu em confronto’”.
(CORONEL F., BPM)

Contudo, o discurso que apareceu com mais destaque nas entrevistas aponta que a operação é necessária para demonstrar que a polícia militar tem força para se defender de qualquer ataque e, deste modo, evitar que o tráfico ou a criminalidade avance.

“Mostrar força. Mostrar que o Estado está no terreno. Porque eles querem coibir a força do Estado, então a gente tem que mostrar que também é forte”.
(SOLDADO I., UPP)

A ideia contida por trás dessa visão, mais do que falar sobre uma reação ocasional, informa sobre uma reação necessária, pois caso contrário a polícia sofreria com danos maiores.

Entretanto, acredita-se que se não tem uma reação institucional de grande porte, os responsáveis pelo ataque aos policiais vão achar que são mais fortes do que a polícia e continuaram atacando seguidamente. Por fim, este alto número de ataques será responsável pelo aumento do estresse da tropa e por uma reação mais violenta a posteriori por parte dos policiais, gerando um ciclo sem fim de mortes para os dois lados.

“A tropa toda retrai quando acontece isso. Cai totalmente o ânimo da tropa. Quando um policial é ferido ou morto, todos se oprimem, ficam mais acuados. Só que os ‘caras’ crescem e vão vindo para cima. (...) Já viu mola comprimida? Quando comprimi muito, ela explode. Aí tem um esforço de reação. Não podemos ficar acuados (...) O tráfico ataca uma vez, se nos acuamos, tem novos ataques. O policial acaba ficando com sangue nos olhos, aí morre muita gente. Explode o sentimento de ódio. É um ciclo, se os caras atacam e a gente recua, eles continuam atacando só que isso faz com que o ódio exploda dentro da tropa e haja muitos ataques por parte da polícia, aí quem recua é eles. E volta a paz. Trabalhar ali é uma intensa medição de força. O tempo todo ficamos medindo quem tem mais força. Se tem uma reação imediata da polícia, tem muitas mortes”.

(MAJOR B., UPP)

Além disso, por trás desse discurso está contida a ideia de que “só se respeita o que se teme”. Se a polícia não reagir aquela morte demonstrando todo o seu arsenal bélico e toda a sua força, deixará de ser respeitada. Esta lógica pode ser vista nas falas a seguir:

“Na favela não tem roubo. Por que? Porque o ser humano só respeita o que ele teme”.

(CABO N., UPP)

“Antes o policial ia lá e dava conta da situação. Se pegasse roubando, fazia ele pagar. Agora não pode. Só que se o policial não pode agir, o roubo aumenta, porque o cara não tem medo. Precisa ter medo para parar de fazer essas coisas”.

(MAJOR C., BPM)

“Só não morria mais policial porque os caras sabiam que se matasse policiais teria operação e mais gente morria. Senão morreria policial todo dia.”

(TENENTE B., BPM)

Entretanto, esta visão também abre espaço para o entendimento de que a “resposta” por parte da polícia só é válida se também gerar mortes. Na fala do Tenente descrita acima, o policial só estava protegido porque havia o medo da polícia matar, caso um dos seus fosse morto. No extremo deste discurso, a morte de civis pode aparecer como um resultado positivo a ser comemorado e a realização de operações é utilizada como pretexto para causar outras mortes.

“Neste dia saímos vitoriosos, graças a deus, matamos um marginal.”

(TENENTE U., UPP)

“A gente foi para Manguinhos, mandaram a gente ir lá dar resposta. Nós fomos e matamos 3”.

(SARGENTO D., UPP)

“Mas eu tive um policial que foi ferido no morro próximo. Aí lá eu fui resolver, teve troca de tiros e até a morte de uns meliantes. Na minha área eu resolvo. (...) Fizemos uma operação, apreendemos armas, drogas e também teve troca de tiro com mortes. Quando acontece na área sobre o seu comando fica mais fácil resolver”.

(CORONEL G., BPM)

“Teve uma operação em que cinco pessoas foram mortas. Tem até uma notícia disso na sala do comandante. Mas acho que demorou um mês para isso. (...) Foi para responder aos tiros que eles deram na gente”.

(TENENTE A., BPM)

Neste sentido, nota-se que “dar uma resposta” a morte de um policial, pode ser entendido como matar. A operação aparece neste contexto como uma forma de viver o luto dentro da polícia, que não era vivido falando sobre esta morte, mas agindo. Em vez de falar dela e cuidar daqueles que sofrem por ela, eles atuam fazendo operações que visam tampar essa morte e passar o recado para quem fica ‘pode morrer que sua morte não será em vão’, abrindo espaço para o sentimento de vingança possa ser praticado.

5.2.1. Vingança

“Essa vontade de vingança acontece mesmo. Como lida com a morte de um companheiro? Tem um inimigo tirando sua vida, você quer tirar a dele e vice-versa. Essa na verdade é uma guerra banal, mas é complicado não reagir”.

(SOLDADO I., UPP)

A morte de um colega, na visão de alguns policiais, traz como consequência a vontade de se vingar. A vingança, neste caso, não necessariamente possui um foco definido, pois dificilmente é possível saber quem foram os verdadeiros culpados, mas ela será executada muitas vezes de forma aleatória.

“Você sai para o terreno e se acontece qualquer situação você reage, perde o controle. Você acaba ficando com uma leitura sobre as situações e extravasar se torna necessário”.

(SOLDADO I., UPP)

Nas entrevistas, de forma geral, quando a pergunta era feita diretamente, buscando levantar se o policial teria realizado uma ação de vingança ou se ele sabia de algum caso deste tipo, a resposta dada costumava ser no sentido de não poder dar informações por medo de ser identificado: “tem meu nome aí? Complicado”; “aí você me complica”. Poucos quiseram falar diretamente do assunto.

Todavia, um dos policiais entrevistado mencionou que, após ter visto colegas seus sendo mortos, só sentia vontade de se vingar. Contou que foi afastado pelo comando da unidade por

uns dias das ruas, mas quando retornou ainda tinha vontade de dar uma resposta aquilo. A resposta não veio de imediato, mas após algum tempo atuando nas ruas participou de uma ocorrência e acabou executando um homem, mesmo sabendo que naquele momento caberia dar voz de prisão aquele sujeito, conforme descreve no relato abaixo:

“Na primeira ocorrência, eu fiquei revoltado, não consegui lidar com aquilo, eu dizia que ia me vingar e me vinguei. Um dia, em uma ocorrência eu julguei e condenei. O cara tava praticando um crime, eu podia ter prendido, mas não prendi. Eu matei. Pensei na hora: - ‘Não tem perdão’. Eu executei ele. É muito difícil, eu não sei se faria isso sem ter vivido aquela ocorrência, mas até hoje eu não consegui me recuperar.”
(SARGENTO C., BPM)

Há falas extremadas também, na qual um policial apontou que depois da morte de colegas passou a matar mais ainda. Destacou que já matava antes, mas depois de ter visto colegas seus terem sido feridos e mortos, a violência nas suas ações se potencializou. Quando indagado se ele respondia a muitas ocorrências de morte em decorrência de intervenção policial, informou que não, pois não assumia a morte como sendo dele, conforme o trecho abaixo:

“Não tenho não porque não assino (mortes em decorrência de intervenção policial). Devo ter uns quatro. Vou assinar para que? Para virem me encher o saco? A gente fazia rodizio para assinar, mas na maior parte das vezes eu falava que tinha progredido no local e encontrado um corpo caído no solo. Nem sei quem atirou. Não assino nada porque não dão apoio não. O comandante do batalhão quer dinheiro, não quer resolver nada. A gente é ponta de lança. A gente é quem sofre. Eu não porque sei guerrear, sou carimbado de guerra”.
(SARGENTO D., UPP)

Nota-se que a vingança não aparece apenas na operação. A vingança pode ser executada dias ou até meses depois, em ações policiais rotineiras de patrulhamento ou atendimento de ocorrência. A vitimização, neste caso, faz com que o policial vivencie uma mistura de sentimentos, como foi apontado no capítulo 4, e isso gere consequências para sua atuação enquanto agente armado do Estado.

“A gente acaba trocando mais tiro. Tem colega que acaba extrapolando. Mistura tudo, raiva, medo, vontade de voltar para casa. Se deixar o emocional falar, a gente perde a razão. Mas é difícil controlar e a gente acaba atirando mais. Só tem que tomar cuidado porque o que a gente faz, a gente paga. Tem muito controle sobre a gente, a mídia, é telefone filmando, é a linguagem que a gente fala que os caras reclamam. Tudo”.
(SOLDADO P., UPP)

Uma ação policial voltada para o acerto de contas, como foi destacado no capítulo 1, coloca em cheque os princípios da atividade policial, que visa proteger o cidadão. Neste caso, ao invés de reduzir a violência, é a polícia que atua de modo a cometê-la. Nota-se que o policial quando se sente atacado, utiliza-se de meios contidos em uma instituição pública e de sua função para retaliar indivíduos, deixando de lado princípios democráticos e previstos em lei.

Desse modo, a atuação policial que visa dar uma lição aos que atiram contra policiais, gera como resultado uma ação mais letal por parte da polícia e em nada auxilia a resolver um conjunto complexo de problemas sociais que acabam por gerar a morte de policiais. De fato, pode até estimular a violência futura contra policiais, numa espiral sem fim.

Entretanto, vale destacar que a vingança não é vista com bons olhos por todos os policiais e apareceu como uma preocupação para alguns comandantes que mostram que é preciso ter cuidado com falas extremadas que apresentam todos os policiais com “sede por vingança”.

“Estou aqui pensando, porque meu pai foi assaltado há um tempo atrás e ele dizia para todo mundo que tinha gravado a cara dos três homens que assaltaram ele. Então, se ele encontrasse algum deles na rua e ele pudesse atropelar, ele atropelaria. Então, veja, isso pode ser uma reação inerente ao ser humano, esse negócio de querer devolver. Se for assim, o policial também pode ter esse tipo de reação. Aí teríamos outro problema, que é entender onde eu desligo esse botão do policial de “vingador” e faço ele entender que ele não está ali cumprindo uma função que é igual a todos os outros. Ele não é igual a qualquer pessoa, ele é agente do estado e precisa agir de modo diferente”.
(CAPITÃO R., BPM)

“Sim. Isso pode acontecer. Por isso depois da morte de um policial eu sempre reunia a tropa, dizia que não queria revanchismo que isso era errado, falávamos sobre o que era certo. E não acho que era só eu que estava preocupado com isso não. Meus superiores também estavam. Eles não se preocupavam muito comigo porque sabiam que eu conseguia controlar minha tropa, mas já vi comandante intervir em unidades em que os comandantes não tinham esse domínio da tropa. Eles iam direto nos policiais para falar com eles e controlá-los. Eles passam por cima de outros comandantes”.
(MAJOR E., BPM)

“Até tem, mas se a gente se vinga, a gente troca de lugar. E os caras não pagam, mas se o policial faz algo, para punir o policial é muito fácil. Mas dá essa sensação mesmo, até porque a gente conhece o cara que morreu, conhece o filho, os amigos. A gente conhece tudo e dá vontade de descontar o que foi feito”.
(SOLDADO R., UPP)

Apareceu também nas falas que existem alguns comandantes que evitam fazer operação nos momentos seguintes para evitar um alto número de mortes. Um comandante de UPP citou que após a morte de um policial na área não fez operação por ser em uma época próximo ao carnaval e, momento este em que as ruas costumam ficar cheias de moradores. Uma operação com estas condições seria responsável pela morte de muitas pessoas e, sabendo disso, optou por não realizá-la.

Outro comandante de batalhão citou que não permite que policiais que são muito próximos ao que morreu participem das operações em seguida, pois este policial tem tendências a cometer alguma arbitrariedade por ser ligado emocionalmente com a vítima. Além do policial próximo, o policial que participou da ocorrência em que houve policiais vitimados é visto como

ponto de atenção, pois a primeira ocorrência pode ser responsável por abalá-lo psicologicamente e isso ser traduzido como excesso no uso da força.

“Não podem participar (policiais que estavam na primeira ocorrência em que o policial foi vitimado). Porque por mais que os policiais sejam duros, pode ter abalo psicológico. Nesse caso o policial pode querer se vingar e a gente precisa evitar que haja excessos”.

(CAPITÃO S., BPM)

Em outra entrevista um comandante pontuou que no Rio de Janeiro não há estrutura para uma longa investigação para chegar aos verdadeiros culpados, então ações que ocorrem depois são apenas vingança e que o resultado não auxilia em nada, sendo responsáveis apenas pela morte de inocentes. Embora este mesmo Coronel acredite que é necessário ter um plano de pronta-resposta para morte de policiais, quando foi questionado se esse plano não poderia virar sinônimo de uma chacina, o Coronel D. diz que: “Se colocar a corregedoria atuando junto, o policial não vai fazer merda pois será preso na hora” (SIC).

Nas entrevistas com comandantes, houve muita citação às chacinas de Vigário Geral e da Candelária, que foram ocasionadas por policiais após a morte de um deles. Nota-se que estes episódios marcaram a história da Polícia Militar e a possibilidade de vingança após a morte de um policial não passa despercebida pelos comandantes. Um Coronel especificou que após morte de um policial sob seu comando, sentiu que houve muita comoção e que sentiu medo de acontecer uma chacina, nos moldes do que aconteceu em Vigário Geral. Entretanto, embora o discurso apresente estes episódios como ponto de atenção, muitas vezes ele é marcado com algo do passado, que dificilmente ocorreria novamente.

“Um oficial antigo aqui do Batalhão me contou que antigamente se fazia operações de resposta depois do ataque a um policial. Isso é coisa antiga, coisa que não se aceita mais, que gerava chacinas. Hoje tem muitas críticas a isso...”

(TENENTE V., BPM)

“Antes o policial via o colega morrer e queria ir para rua, queria se vingar, sabe? Hoje não é mais assim. Teve aquele episódio de Vigário Geral, da Candelária. Agora você não vai mais ver o policial fazer isso, o policial tá acomodado”.

(MAJOR C., BPM)

“Antigamente, quando fazíamos isso, você tinha uma ação com 10 pessoas mortas. Aí, geralmente nessa ação, tem nove criminosos mortos e um que não era. E a imprensa cai matando em cima deste um inocente. A imprensa é muito tendenciosa. E aí fica mostrando a visão do inocente e esquece todo o resto. Eu sei que a atividade policial tem que evitar matar vítimas inocentes, mas é impossível que não tenham inocentes mortos”.

(CAPITÃO S., BPM)

“O policial hoje está mais comedido. Tivemos casos como Candelária, Vigário Geral. Hoje não tem mais como isso acontecer. O policial não faz mais isso. Mas olhe, quando caiu o helicóptero na CDD, tem um monte de gente querendo provar que a

polícia se excedeu naquele caso. Chega a ser hipócrita, dá raiva. É feio. Vem aquele pessoal dizer: - ‘Eles eram do tráfico, mas não reagiram. Isso e aquilo’. Foda-se que não reagiram, era marginal, tem que morrer. Tem que parar com isso”.

(CORONEL E., BPM)

Nos trechos acima é possível perceber que ainda que no imaginário dos policiais, as chacinas pareçam coisa do passado, na prática o discurso ainda indica que episódios como esse podem se repetir. Na fala do Coronel E., o que está sendo usado como parâmetro para o uso da força pela polícia não é se existe uma resistência armada ou não, mas sim se o policial acha que o outro é criminoso ou não.

Outra fala bastante impactante é de um Major, que indica que a repercussão das chacinas fez com que a polícia como um todo recebesse ordem para diminuir a letalidade em suas ações. Entretanto isto não é visto com bons olhos por ele, uma vez que ao seu entender parar de matar é sinônimo de não poder trabalhar e, se a polícia não “trabalhar” matando, a criminalidade tomará conta. Esse vínculo entre poder trabalhar e poder matar aparece em diferentes entrevistas, novamente no sentido de que só se respeita aquilo que se teme.

“Antigamente a gente só tinha um gol velho e um bastão, só que a gente tinha ordem: - ‘Vai lá e acaba com ele’. Não tinha problema não, eles deixam a gente trabalhar. Hoje está tudo recuado”.

(SARGENTO D., UPP)

“A repercussão desses casos fez com que recebêssemos ordem para parar de matar. O policial não pode mais matar. Só que o policial não acredita na justiça, ele prende alguém e daqui a pouco a pessoa está solta. (...) O policial não quer nem mais fazer o trabalho dele. Todo mundo abriu mão de atuar e está parado, deixando o Estado se ferrar. Só que sem o policial trabalhar, você sabe o que acontece, né?”.

(MAJOR C., BPM)

Por fim, ressalta-se também que a vingança não aparece como algo de mão única, ou seja, por parte dos policiais contra aqueles que atiraram contra eles. A vingança também aparece como represália a ações policiais que geraram a morte de alguém. Em uma das UPPs visitadas para esta pesquisa um policial havia morrido após uma operação na área. Os entrevistados contaram que o BOPE foi responsável pela morte de duas pessoas na comunidade e, assim que a tropa saiu de lá, atiraram contra dois policiais que estavam em um beco próximo a base, sendo que um deles morreu.

“A morte dele foi represália. O BOPE vem aqui e faz o que quer, faz arruaça e sai. Só que a gente trabalha aqui. Quem fica aqui é a gente. Sou eu que estou de serviço. Eles desceram lá e mataram dois. Aí eles vem aqui e matam a gente (...) Hoje está tendo operação aqui, quando acabar a operação, fodeu. A gente sofre. O policial morre”.

(SOLDADO L., UPP)

Neste sentido, seria interessante verificar também quantitativamente, se a letalidade da ação policial nas diferentes AISP também pode explicar o aumento da vitimização policial. Entretanto, não houve tempo hábil no presente estudo para fazer essa inversão na lógica aqui proposta como da lógica neste estudo, ficando, assim, como proposta para a realização de novos estudos.

5.3. Prevenção

Por fim, foi questionado aos entrevistados o que ocorre na unidade para prevenir que outros policiais pudessem ser feridos ou mortos, assim como buscou-se levantar o que os policiais acham que poderia ser feito para diminuir a vitimização policial no Estado.

Apesar da Polícia Militar ser uma instituição considerada como preventiva e ostensiva, na prática se vê muitas ações ostensivas e poucas preventivas. Muitas vezes, o que se entende como prevenção diz respeito diretamente ao aumento da ostensividade e não dá conta de um cenário tão complexo quanto a violência vivida no Rio de Janeiro.

Como foi dito no subtópico anterior, há quem acredite que fazer uma operação e demonstrar força é um modo de desincentivar que haja novos ataques a policiais, então apontam a realização de uma ação ostensiva da polícia como prevenção. Entretanto, não são todos que se sentem seguros apenas com esta ação e nota-se, de maneira geral, que após um policial ser ferido ou morto, raramente há uma ação direta que vise diminuir o número de policiais mortos, mesmo em áreas em que a vitimização policial é mais frequente.

No campo, as ações colocadas em prática com vistas a prevenir não são muitas e, de forma geral, bem pontuais, como por exemplo, blindar a porta da base policial para evitar que o policial fosse atingido dentro, colocar chapa de aço para evitar que os tiros cheguem na via pública, construir bases blindadas em locais de alto risco, colocar muro de concreto para proteger os containers em algumas UPPs, construir muro em grandes avenidas para evitar que passem atirando, assim como a distribuição a todos os policiais de Equipamentos de Proteção Individual – EPI e campanhas de incentivo ao uso, principalmente de coletes balísticos.

“Tanto que eu coloquei uma barreira de concreto na frente do container. Uma barreira física para prevenir mesmo. Colocávamos saco de areia em áreas sensíveis. A Alda morreu porque estava dentro do Container. Os outros policiais não se feriram porque estavam abrigados. Então você tem que pensar no que fazer para evitar que novos casos aconteçam. A prevenção tem que vir da cabeça do comandante, para evitar enterrar outro policial. É muito ruim ir em enterro de policial”.

(MAJOR E., BPM)

“A prevenção é com EPI, é conversar com os policiais para eles ficarem mais atentos a abordagem. Mas a proteção real mesmo tem que vir de cima. A gente sabe como é que o policial mais se vítima, é tiro que vem de frente da viatura. Então tem que blindar a viatura. Se não tem dinheiro para blindar tudo, tem que escolher os locais onde precisa mais. Blindar somente o para-brisa ou os principais pontos, como portas e vidro”.

(CORONEL G., BPM)

Outra ideia que apareceu no campo foi a de que em algumas áreas há um acordo com o tráfico para evitar “problemas”, mas que também é responsável por evitar que haja mortos seja de policiais, seja da população. A reflexão que está por trás do “faz o seu que eu faço o meu” tem a ver, por um lado, com uma prática de corrupção, ligada à venda de armas e drogas, mas em algumas situações também pode ser vista como uma regulação da paz nesses espaços. Esse dado apareceu em muitas conversas com policiais, como por exemplo, antes de entrar em uma UPP para realizar as entrevistas, questionei ao subcomandante se o morro estava tranquilo naquele dia e ele respondeu afirmativamente, informando que sabendo evitar certas regiões, que não teríamos problema.

“Nós não mexemos com eles e eles não mexem com a gente. Não dá para subir, lá em cima está bravo, mas se ficarmos ali por baixo, está tranquilo”.

(TENENTE B., UPP)

Um Coronel informou que não gostava de trabalhar em certo batalhão, pois lá havia um acordo tácito, no qual “os traficantes não vêm e os policiais não vão”. A redução de mortes neste local, segundo ele, não é pelo advento das UPPs, mas devido a acordo com o tráfico.

Na mesma linha, outro policial comentou que ao assumir o comando de uma UPP, reparou que lá não tinha confronto armado, devido a uma omissão por parte dos policiais. “Não tinha confronto porque tinha delito policial”, diz ele. Indignado, movimentou muitos policiais, mudou o policiamento e passou a prender pessoas e refletiu que sua ação gerou consequências. As consequências são transfiguradas em policiais mortos ou feridos e o próprio comandante passou a ser ameaçado.

“Quando vi aquilo, já avisei para o comandante que eu ia mexer, mas que isso ia gerar consequências. Ele disse que tudo bem. Em um mês começaram as consequências (...) Só que quando você deixa o policiamento mais dinâmico, coloca os policiais para trabalharem, aí tem aumento de vitimização policial. A resposta deles é atacar mais a polícia”.

(MAJOR E., BPM)

“Um lugar ocupado pelo tráfico que é nevrálgico para eles. Porque fica em um local que tem 4 becos, e os caras controlam tudo de lá. Uns dias antes nós invadimos e ocupamos o lugar e não saímos mais. Mas sofremos ataques ali rotineiro. Ali que quero construir uma base blindada e que roubaram o material ontem. Só que os caras querem esse local de volta, então eles atacam. O pedreiro tenta começar a obra e eles começam o ataque para gente não construir”.

(MAJOR B., UPP)

Por outro lado, um comandante informou que não negocia com o tráfico, mas que também “não fica procurando confronto”, ou seja, por conhecer a região e a dinâmica do local, sabe-se que em algumas situações, mostrar presença é abrir possibilidades reais de confronto, e por causa disso é necessário evitar certas situações, buscando evitar mortes. Mesmo assim pontua que é cobrado pelo comando e pela sociedade a agir diferente e procurar o confronto, mesmo que a troca de tiros não o faça ter nenhum resultado real além de mortes.

“Eu não negocio com o tráfico, porque não tem como, mas não fico procurando confronto. Tem hora que até evito alguma ocorrência porque sei que terá confronto. Mesmo assim me cobram para ir patrulhar tal hora perto de escola. Eu evito, só vou em ocorrências de prioridade. Mas tem cobrança”.

(MAJOR F., UPP)

Utilizando a mesma lógica de não entrar em alguns espaços para evitar confronto, há quem defenda o fim das UPPs, entre eles alguns policiais que estão lotados nestas unidades. Os comandantes dessas unidades não citam o encerramento da política das UPPs como uma possibilidade, mas para os policiais da ponta, que temem por suas vidas, a ideia de que no morro não tem lugar seguro para policiais aparece com bastante força.

“A gente precisa sair do morro e ir para as ruas. Não podemos mais ficar aqui. Aqui não é nosso lugar. Ficar aqui é solução paliativa para a segurança, a gente tinha que sair. E você fica aqui vivendo uma guerra psicológica. Eles falam para gente: - ‘Você não vai vir na minha casa’. E a gente está aqui. Não tem lugar seguro aqui”.

(SOLDADO I., UPP)

“Na verdade, tinha que acabar com a UPP. UPP é um projeto falido. Os caras fazem covardia com a gente. Pegam os colegas recém-formados e mandam para cá, para o Jacaré, para este ninho de cobra. O Projeto está falido, temos que sair daqui”.

(SOLDADO L., UPP)

“Tem que acabar a UPP. A gente não tem que ficar aqui não. Aqui é lugar deles, não nosso. Ficar aqui é para baixar na psiquiatria. A UPP tem que sair do meio da favela, senão os policiais vão ficar morrendo mesmo”.

(SOLDADO J., UPP)

“O mundo está sendo pressionado, está rachando, se acabar a polícia, acabou tudo. A UPP agora só serve para dar merda, aqui na área ela não ajuda em nada, a única coisa que serve é para pedir ajuda”.

(CORONEL G., BPM)

Nota-se que a prevenção aparece como uma ação de responsabilidade do comando de área, na medida que ele precisa conhecer a área que atua, estar atento ao que está acontecendo e fazer um planejamento adequado da ação, caso contrário, toda a tropa estará em risco. Neste sentido, surge como uma ação preventiva em alguns casos a desobediência de ordens de superiores, caso elas sejam vistas como absurdas pela tropa.

“Veja. Tem uns comandantes que são horríveis, são malucos. Tinha um capitão que eu trabalhava que era alucinado, que ele falava as coisas e eu esperava ele ir embora para mudar tudo. Se eu seguisse com o planejamento dele, eu mataria todos os meus policiais. Um bom planejamento não protege a tropa, mas um mal planejamento mata”.

(TENENTE U., UPP)

Um tenente informou que às vésperas de datas comemorativas impedia que os policiais sob seu comando fizessem operações, mesmo que houvessem ordens superiores para isso. A possibilidade de confronto em uma operação aumenta e o oficial queria evitar que o dia dos pais, o dia das mães ou o Natal fosse lembrado como o dia do enterro de algum parente.

“Imagina por filho lembrar que no Dia dos Pais foi o dia que ele enterrou seu pai. Ou uma mãe enterrar o filho no dia dela. É muito ruim. Então, mesmo com ordem superior, não fazíamos operação em véspera de datas comemorativas”.

(TENENTE T., BPM)

A prevenção também é vista como de responsabilidade do próprio policial que para atuar precisa levar em consideração situações que aumentam a vulnerabilidade e pensar em modos de agir que o permitam estar mais seguro. Ao mesmo tempo em que refletem que, atualmente, o que coloca em risco a vida do policial é o uso de celular em serviço, pois tira a atenção sobre o que está acontecendo ao seu entorno.

“Eu faço instrução nas segundas, terças e quintas para informar como o policial deve ser portar em serviço, mas também na folga. A intenção é fazer com que o policial se proteja”.

(MAJOR A., BPM)

“Cada policial aprende com o erro dos outros. Acho que os policiais percebem o que deu de errado e tentam não repetir o erro. (...) Foi erro meu. Eu fiz tudo certo na operação, mas na hora de sair eu relaxei. A gente relaxa, né, acha que passou. Aí eles me acertaram”.

(TENENTE A., BPM)

“O policial precisa saber como agir nas ocorrências, saber como abordar, como tratar com frieza a situação e se colocar em segurança. De qualquer jeito, imprevistos acontecem, como no caso deste sargento que foi aprender o carro, não tinha como prever que tinham marginais na casa à frente. Não tem como prevenir tudo”.

(CORONEL F., BPM)

“Eu queria deixar registrado que acho que a gente precisa de melhor instrução, a instrução que a gente recebe é muito baixa e a vitimização ocorre por causa disso”.

(SOLDADO R., UPP)

“A polícia podia trabalhar com os dados, não só apresentar, mas pensar em ações que alertassem o policial sobre o perigo da arma na cintura, o perigo do beber e ser policial. A educação também é prevenção. E aí se o cara não que se cuidar, não tem muito o que fazer, o papel da polícia já foi feito”.

(SARGENTO C., BPM)

“A prevenção aqui é um cuidando do outro. A gente trabalha junto há bastante tempo. Tem uns 6 anos que estamos juntos, então a gente se conhece, sabe onde se abrigar, como proteger. Tem sincronia na ação. É um cuidando do outro mesmo”.

(CABO O., BPM)

Além disso, no discurso sobre a prevenção da vitimização policial também aparece com muita força a ideia de que é necessário que haja mudanças nas leis, como se só fosse possível evitar outras mortes se quem atirar contra o policial tivesse que cumprir penas mais duras. Alguns ainda defendem que seria necessário que a lei também valesse para aqueles que atiram contra a família do policial.

“Não querendo valorar a vida de alguns e não de outros, mas isso tá errado. Deveria ter um apenamento maior de acordo com a situação. Eu acho que a vida de um policial deveria ter bandeira 2, igual de táxi, não pode ser tudo a mesma coisa”.

(CORONEL D., BPM)

“Precisa trocar as leis, com essas leis não dá. Roubou? Corta a mão. Atentou contra a vida do policial? Pega 30 anos sem condicional. E os 10 primeiros anos tem que ser na solitária. Matou? Acorrenta em uma pedreira. Se tentar fugir coloca em um navio em alto mar desprovido de motor. Fica lá. Se usar arma de guerra é configurado como terrorismo, então fica de prisão perpétua em uma pedreira. Isso aí ia melhorar para caramba, ia ficar tranquilo”.

(SARGENTO D., UPP)

Vale destacar que, como foi mencionado no capítulo 1, em 2015 foi aprovada a Lei 13.142/2015 que tornou crime hediondo o homicídio provocado contra policiais no exercício de sua função ou em decorrência dela, que se estende também a cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, caso fique comprovada que seja em razão dessa condição. O reflexo desta lei não é sentido em termos de redução do número de policiais vitimados, como foi apresentado pelo estudo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que indica que nos primeiros onze meses do ano de 2016, houve um crescimento de 38,5% de policiais militares e civis mortos em serviço no Rio de Janeiro em comparação com o ano anterior.

Por fim, há quem pontue que não é possível apontar apenas uma ação que irá resolver a vitimização, mas é necessário que o problema seja encarado de maneira séria e não superficial. A vitimização é um tema complexo e reflexo de algo maior, sendo necessário elaborar ações mais abrangentes para de fato ter resultados.

“A vitimização é consequência de algo, temos de pensar na raiz disso. E aí pensar no que fazer. Porque a gente pensa que tem que acabar com a criminalidade para acabar com a vitimização, mas tem coisas que a polícia e os policiais podem fazer enquanto corporação para diminuir esses números, mas eu não vejo ninguém interessado em colocar isso em prática”.

(SARGENTO C., BPM)

“Até teve algumas. A gente diminuiu o número de incursões que realizávamos. Passamos a nos resguardar mais. Porque não tem muito o que fazer. A gente fica enxugando gelo. Você prende um, aparecem mais três. Você mata um e no outro dia tem mais um. Não que eu ache que matar é correto, mas não adianta também. A droga não devia ser coisa de polícia, a gente já aprendeu isso com Pablo Escobar. A gente vive em guerra e nada resolve. Aqui vivemos em uma cidade sitiada, você não pode se desviar da Avenida Brasil que corre risco, tem que andar na avenida direto porque corre risco de entrar em lugar errado”.

(SOLDADO N., UPP)

“Precisamos pensar sobre a vitimização policial, para saber como prevenir. As bases precisam ser de alvenaria, as viaturas precisam ser blindadas. E a política de confronto precisa ser revista. A política de confronto nunca funcionou. Não adianta ir para favela trocar tiro, o estado tem que ir lá para prover educação. E isso leva tempo. As pessoas são muito ansiosas e acabamos fazendo políticas que não funcionam”.

(MAJOR E., BPM)

De acordo com todos os pontos apresentados neste capítulo, é possível perceber que a investigação e a prevenção ficam aquém do esperado e a ação policial, por sua vez, realizada nos momentos posteriores à morte do policial, muitas vezes é uma resposta bélica que será responsável pelo aumento do número de mortes de civis em decorrência de intervenção policial.

Nota-se que as respostas dadas, de forma geral, não são transfiguradas em políticas públicas que lidem com o problema da vitimização policial, mas são respostas emocionais e operacionais que visam dar uma resposta pontual aquela situação e que se encerram neste tipo de ação.

“Teve. Apreenderam umas coisas, mataram um monte de gente, mas depois tudo volta ao normal. Não dura não”.

(SOLDADO, UPP)

“Isso durou muito. Não foi um dia não, foram vários. Acho que um mês que os caras ficaram aqui. Teve gente presa, morreu gente. Mas é isso”.

(SOLDADO, UPP)

“O Comandante criou novos postos de trabalho, movimentou o policiamento. Mas só”.

(SOLDADO, UPP)

Destaca-se mais uma vez que a vitimização policial é alta no estado, mas seu impacto não pode ser apresentado apenas pelo número de policiais mortos e feridos anualmente, mas também precisa ser apresentado pelo impacto emocional causado nos policiais que continuam trabalhando nas ruas após perder um colega, como também no número de vidas perdidas em decorrência de intervenção policial, em ações que visem dar resposta a vitimização policial.

As operações policiais realizadas como intenção de responder à morte de um policial, muitas vezes parece apenas como resposta emocional, que mantem um jogo de “toma lá dá cá” e não solucionam o problema. Nas entrevistas, os policiais, apesar de acreditarem que realizar uma operação é uma resposta institucional necessária e adequada, também mencionaram que isso não é suficiente para proteger o policial. Um soldado aponta que nada é feito antes de um policial ser vitimado, mesmo sabendo dos riscos existentes na região onde atuam. Só depois da morte de alguém que ocorrem operações para tentar demonstrar que a Polícia tem força para defender seus policiais.

Durante as operações, mencionam que se sentem seguros e que até entram em áreas que no dia-a-dia não têm acesso. Entretanto, após a operação se sentem vulneráveis e voltam a ter locais “restritos” na área onde trabalham.

“O efetivo sempre aumenta. O ruim é que tem apoio só depois. Antes de morrer não tem nada, aí morre e tem operação, aumenta número de prisão e a gente fica mais livre para andar na comunidade. Nessas horas conseguimos até entrar em pontos da comunidade que não temos acesso. Mas só depois que morre alguém”.

(SOLDADO P., UPP)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Enquanto não garantirem a segurança do policial, o policial não terá condições de garantir a segurança de ninguém. Sabe aquele negócio que falam no avião de coloque primeiro a máscara em você e depois ajude quem precisa? Com policial é um pouco isso também. Como eu vou pedir para meu policial não haja como um traficante, sendo que estão agindo assim com ele? Quais argumentos eu uso para convencê-lo, porque eu não sei o que dizer?”
(MAJOR F., UPP)

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro é conhecida por ser uma instituição que gera muitas mortes em suas ações, ao mesmo tempo que tem muitos profissionais mortos anualmente. Em uma busca rápida na internet com o título “polícia que mais mata e que mais morre” percebe-se que a produção de inúmeras reportagens com este título se referindo a PMERJ não começou recentemente, mas acompanham a instituição ao longo de anos. Esse fato acende um alerta sobre o alto número alto de vidas perdidas e as sérias consequências psicológicas para aqueles que sobrevivem, tornando necessário que se reflita sobre o contexto vivido no estado e as ações colocadas em prática ao longo de décadas pela polícia que até hoje não foram capazes de modificar esse cenário.

Muniz e Musumesi (1998) apontam que os encontros entre a polícia e a população que rotineiramente resultam em mortes tanto de um lado como de outro, podem evidenciar graves problemas de doutrina, eficácia e treinamento, à medida que a política de segurança se reduz ao enfrentamento de determinados inimigos.

Por este motivo, o presente estudo se debruçou em apontar estatisticamente que existe uma relação entre as ocorrências em que houve a morte de um policial (conhecidas como vitimização policial) e as ocorrências em que civis foram mortos em decorrência de intervenção policial (conhecidas como letalidade policial). Essa relação também pôde ser notada a partir de um incremento no número de mortes de civis em decorrência de intervenção policial nos dias seguintes a morte de um policial. Neste sentido, descobriu-se que mesmo quando se controla a influência da violência local, das características das AISP e do período em que as mortes ocorreram, a chance de um civil ser morto pela polícia na mesma região sete dias após a morte de um policial aumentam em 125%.

Além disso, quando o estudo focaliza a circunstância da morte, nota-se que as mortes que ocorrem em horário de serviço, ou seja, quando o policial está fardado e realizando atividades de patrulhamento, operação e abordagem, aumentam consideravelmente as chances de a polícia agir de forma mais letal na mesma área em que o policial foi morto. Em porcentagem, isso significa dizer a morte de um policial aumentam 350% as chances de um civil ser morto em decorrência de intervenção policial no dia seguinte, aumentam em 125% as

chances de um civil ser morto pela polícia nos sete dias posteriores e, assustadoramente, aumentam em 1150% as chances de um civil ser morto pela polícia no mesmo dia da morte do policial.

Destaca-se que na análise dos dados quantitativos realizada, o mesmo dia em que ocorreu a morte de um policial se mostrou bastante significativo para o estudo, pois o número de mortes em decorrência de intervenção policial é muito mais alto do que em qualquer outro dia. Entretanto aponta-se que não é possível saber se as mortes de civis ocasionadas pela polícia são frutos de ações posteriores a morte de um policial, ou se são resultados do mesmo evento de confronto que originou a morte do policial. Por este motivo, seria interessante realizar novos estudos que pudessem olhar mais atentamente para o dia e o horário em que os policiais foram mortos, de modo a indicar qual é o contexto que envolve tanto a morte de policiais quanto o elevado número de mortes de civis pelas mãos da polícia.

De qualquer forma, os números sobre os dias posteriores aos das mortes dos policiais foram bastante significativos para indicar que é necessário refletir sobre quais medidas são tomadas pela polícia nos momentos seguintes a mortes de policiais, assim como sobre qual é a atenção dada à tropa que trabalha em unidades em que a vitimização policial é alta.

Zaccone (2015) em seu trabalho sobre mortes decorrentes de intervenção policial no Rio de Janeiro, afirma que a legitimidade dessas mortes se dá sob o fundamento da construção do inimigo e agrava no caso de um policial ser morto no local. Nestes casos, a violência contra os moradores é justificada sem que haja contestamentos. A população, de maneira geral, não está preocupada com este fato, uma vez que existe uma crença que a preservação da ordem só se dará por meio de ações policiais violentas dentro e fora da lei. Entretanto ressalta que se existe a intensão de reverter a violência ilegal, será necessário também reduzir a violência praticada dentro da lei, destacando que a cultura punitiva é marcada por uma relação de vingança tanto no plano legal, quanto no ilegal.

Nas entrevistas realizadas com policiais com vistas a entender os elementos contidos na vivência dos profissionais que pudessem explicar os dados encontrados, chamou à atenção como o número de mortes e ferimentos de policiais parece legitimar o discurso sobre a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro viver uma guerra. Ou seja, o fato de morrer muitos policiais não faz com que a polícia repense suas ações bélicas, ao contrário, concretiza o fato de que existe uma guerra e, conseqüentemente, faz com que a instituição intensifique cada vez mais a execução deste tipo de ação.

Essa visão é de suma importância para pensar como a vitimização é vivida pelos policiais e como a polícia enquanto instituição pensa em suas estratégias de ação, pois a utilização da metáfora da guerra para explicar o cenário do Rio de Janeiro reflete em uma promoção de confrontos armados em determinadas regiões, provocando inúmeras mortes, inclusive de policiais. Nesse contexto, não são apenas as mortes de civis em decorrência de intervenção policial que são naturalizadas, mas, embora em menor número, parece que as mortes de policiais também estão à serviço da manutenção do *status quo*.

Na prática, nota-se que os policiais muitas vezes são colocados em situações de alta vulnerabilidade para realizar operações que oferecem resultados questionáveis no que refere a melhoria da segurança pública e pouco se vê sobre a criação de políticas efetivas que visem a proteção destes profissionais no dia a dia. Pelo contrário, estas mortes de policiais acabam por justificar a necessidade de o Estado agir de forma mais repressiva em algumas regiões e fortalece o discurso sobre a necessidade de se empenhar numa “guerra contra o crime”.

Entretanto, aponta-se que quem é colocado para “lutar contra o crime” é o mesmo policial que tem sua vida ameaçada por diversas vezes ou até que foi testemunha da morte de um colega. No campo, foi possível notar que as reações após a vitimização são diferentes e dependem do repertório e da experiência prévia de cada policial. Entretanto, essa reação à vitimização é destacada pelos comandantes e psicólogos da corporação como pontos de atenção, uma vez que impacta no trabalho realizado pelos policiais. Todavia, na prática, há poucas ações concretas que visem dar conta desse desencadear de sentimentos gerados com a morte de colegas. Na maior parte das vezes, a morte passa sem que ninguém toque neste assunto, sem que se dê atenção para isto.

A Polícia Militar, por ser uma instituição predominantemente masculina, que valoriza seus “guerreiros” e que tem a sensação de viver uma guerra, exige que seus profissionais tenham mais resistência ao sofrimento. O sofrimento, neste sentido, não está ali para ser sentido, mas está para ser ignorado. Desse modo, todos os policiais precisam suportar as baixas, precisam “bancar” trabalhar após ter perdido um colega e não podem demonstrar fraqueza nos dias posteriores. Esta é uma exigência muito alta que causa danos não apenas para o profissional da segurança pública, mas também para os policiais no seu âmbito particular.

Uma das consequências dessas ações é que os policiais se sentem inviabilizados institucionalmente e passam a achar que suas vidas não têm valor para aqueles que os comandam, uma vez que são jogados em áreas conflagradas para ficar trocando tiro mesmo depois de terem morrido policiais naquele local. Como descrito no trecho de entrevista com o

Major F. que abre esta seção, enquanto o Estado não for capaz de oferecer segurança aos seus profissionais e tirá-los da linha de tiro, fica difícil pensar em ações que possibilitem a redução da letalidade. Como exigir que eles ajam de maneira diferente quando são tratados dessa forma? É a pergunta que o Major coloca e que precisa ecoar na cabeça dos gestores da segurança pública.

Os efeitos gerados com toda essa pressão serão sentidos na rua, no trato com a população e na hora de executar o trabalho policial. O medo é tido como algo que afeta a execução das atividades e, portanto, alguns entrevistados mencionaram que precisam controlá-lo para não cometerem erros. Vale ressaltar que o medo, muitas vezes, gera no policial a vontade de se afastar das ruas. Entretanto, nem sempre isso é possível, como foi mencionado pelos policiais que trabalham em UPPs e, por este motivo, eles continuam realizando atividades de patrulhamento e o medo pode ser um dos responsáveis por fazê-lo utilizar mais a arma de fogo durante o trabalho.

Os confrontos recorrentes também podem gerar uma sensação de anestesia nos policiais, que pode se traduzir em um excesso de ousadia, destemor ou até mesmo insensatez, fazendo com que o policial se coloque mais em situações de perigo. Por outro lado, a revolta ou a raiva gerada após perder um colega também influencia na atuação policial, mas nesse caso gerando uma vontade de fazer algo, que foi se traduzindo em muitas entrevistas como um desejo de vingança.

Como foi possível notar pelos relatos, as consequências da vitimização policial não serão sentidas apenas nos momentos seguintes a morte do colega, mas permearão a vida do policial por muito tempo. Há relatos de policiais que se vingaram meses depois de ver colegas sendo mortos, por exemplo. Assim como o medo dura mais do que o tempo de sete dias analisados no presente estudo. Sendo assim, indica-se que caberiam novos estudos para aprofundar os impactos gerados após a morte de um policial.

Ademais, durante as entrevistas foi colocado que a vingança não ocorre apenas pelas mãos da polícia, mas também pode ser vista contra os agentes, uma vez que surgiram relatos de policiais que morreram após ações letais do BOPE na mesma região. Não houve tempo hábil neste estudo para analisar essa inversão da lógica, de modo a perceber se a morte de civis pela polícia em determinada região também seria responsável pelo aumento no número de morte de policiais. Seria interessante aprofundar a análise nesse sentido, pois possibilitaria ampliar a visão sobre o problema aqui colocado.

Em todo caso, a partir das informações levantadas, o presente trabalho permite chamar a atenção para a privatização da violência que é colocada no cenário da segurança pública. Ou seja, quando morre um policial, cabe o revanchismo de ir atrás para matar um deles. Percebe-se assim que a guerra imaginada, comprada e vivida pela Polícia Militar não é traduzida em ações de inteligência, em que se trabalhe em cima de informações que permitam uma leitura qualificada sobre o problema, bem como a elaboração de ações técnicas. Pouco se vê em termos de investigação sobre as ocorrências que levaram à morte do policial, afinal de contas pouco importa quem é o autor material da morte, mas a ideia é reagir e dar uma resposta a um grupo, que nesse caso é o tráfico de drogas.

Por outro lado, a vitimização também não reflete em ações preventivas que visem preservar a vida do policial, pois apesar de a Polícia Militar ser uma instituição considerada como preventiva e ostensiva, na prática se vê muitas ações ostensivas e poucas preventivas. Muitas vezes, o que se entende como prevenção diz respeito diretamente ao aumento da ostensividade e não dá conta de um cenário tão complexo quanto a violência vivida no Rio de Janeiro.

“Para prevenir? Só tirando o policial de lá. Se não tiver ações sociais, teremos a força sendo exercida sempre. Você só bate no cachorro, só bate. Tem uma hora que o cachorro morde. É isso que acontece aqui. Não tem nada sendo oferecido para ele e o policial vem aqui para proibir mais. Eles matam a polícia. É assim. O policial por outro lado está cheio de problema, chega aqui putado e virado”.

(CABO N., UPP)

Neste cenário, a resposta possível é mostrar mais força a partir da realização de mega-operações na área em que o policial foi morto. Isso não está só na cabeça dos policiais da ponta, está na cabeça do comando quando propõe que a solução para o alto número de policiais mortos virá com o empréstimo de armas de guerra ou de veículos de guerra, ou virá em um plano de pronta-resposta colocado em prática nos momentos seguintes em que um policial for morto, sem levar em consideração que este será executado por profissionais que estão emocionalmente abalados. Pretende-se apenas aumentar o policiamento nas ruas e demonstrar que nesta “guerra” a polícia está ativa, tem forças para contra-atacar e que não irá “recuar”.

A polícia aprendeu tanto a operar na lógica de guerra que não consegue ver saída para este problema fora desta lógica. Na prática, acredita-se que os “inimigos” com quem se luta existem em grande número e desafiam, atiram e mostram toda a sua força para as corporações policiais. A polícia, por sua vez, revida com as mesmas armas para não perder “terreno”.

Entretanto, quando se volta o olhar para as estatísticas de número de mortes por ano tanto de policiais quanto de civis em decorrência de intervenção policial, nota-se que nos anos

de 2011 e 2012 as estatísticas de vidas perdidas são menores. Em 2011, especificamente, morreram quatro policiais em serviço decorrente de troca de tiros, número baixo se comparado a outros anos. Desde a implantação das UPPs até o ano de 2012, nenhum policial havia morrido em área pacificadas. Neste sentido, questiona-se quais elementos que estavam presentes com o advento das UPPs, que permitiu a redução destes números. Questiona-se se a visão de que a polícia não teria que ficar medindo forças com o tráfico diretamente, mas deveria investir na proximidade com a população, foi um dos elementos responsáveis pela diminuição do número de mortes. Para responder a isso seriam necessários outros estudos que visassem diretamente este fato. Em todo caso, pelo discurso dos comandantes de UPPs entrevistados para a presente pesquisa, parece que atualmente as UPPs passaram a adotar a antiga lógica da polícia de privilegiar os confrontos e os resultados são notórios quanto ao aumento do número de mortes e sérias consequências emocionais para aqueles que sobrevivem.

O título dessa dissertação busca apresentar um contraponto ao *slogan* do Governo do Estado do Rio de Janeiro que na época do auge das UPPs utilizava os dizeres “Somando Forças” para se referir à necessidade da união de todos em busca de uma cidade mais pacífica. Entretanto, na metáfora da guerra, em que se precisa mostrar quem é mais forte, o que impera é a lógica do “Medindo Forças”, a partir da realização de operações policiais que abrem espaço para que a raiva e a vingança sejam praticadas.

Todavia, percebe-se que não há uma reflexão mais aprofundada que busque dar conta de um cenário complexo em que há uma polícia que morre muito, mas também há uma polícia que mata em altas proporções. Na prática, o que se tem é um ciclo de mortes que se perpetua, no qual não é possível entender quem começou querendo ser o mais forte e é difícil saber se algum dia alguém vai decidir parar.

Neste caso, como a Polícia é o órgão institucional e legítimo que está a serviço do Estado e da população, costuma-se esperar que seja ela que tomará a decisão de sair de um cenário de revanchismo para agir de maneira mais racional e técnica. Para isso, um dos caminhos possíveis é a criação de um protocolo de atuação institucional em caso de morte de policiais que vise cuidar dos profissionais, de suas famílias, ao mesmo tempo evite que haja mais mortes, tanto de civis em decorrência de intervenção policial, quanto de outros policiais, uma vez que a ação policial letal também pode fazer com que haja necessidade de resposta do outro lado.

O protocolo de atuação, para ser válido, precisa levar em consideração que toda a tropa policial se fragiliza após a morte de um policial e que é necessário ter uma ação voltada a

controlar o estresse pós-traumático, assim como que considere que o sentimento de vingança é humano e precisa ser controlado.

A Polícia tem que aceitar que a morte não é algo comum, apesar de fazer parte da sua rotina, e que todos os policiais precisam ser olhados pela instituição e precisa ter ações voltadas para ele, de modo a diminuir as consequências emocionais geradas. Não pode ficar a cargo da vontade dos comandantes diretos decidir se será feito algo ou não, é necessário que este assunto seja tratado seriamente pela instituição como um todo.

Neste sentido, o policial precisa antes mesmo de passar por um evento traumático, passar por um treinamento voltado para lidar com as situações de estresse. Ademais, quando passar por um evento traumático, precisa ter um protocolo de ação para lidar com aqueles que foram testemunhas ocular das mortes ou ferimentos, mas também para aqueles que não estavam na ocorrência, mas trabalham na mesma unidade.

Ressalta-se por fim que uma instituição pública que tem permissão para usar a força para administrar conflitos precisa oferecer políticas de proteção aos seus profissionais e ao cidadão que tenham evidência científica e cujas práticas possam ser monitoradas de modo a verificar se estão apresentando resultados reais de redução da violência.

Por este motivo, o presente trabalho, a partir da reflexão apresentada nas páginas anteriores, não pretende esgotar um tema tão complexo, mas espera trazer contribuições relevantes para novas discussões que envolvem as ações colocadas em prática no cenário da segurança pública, de modo a preservar o bem maior, que é a vida de toda e qualquer pessoa.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Kenneth. **What we know about the police use of force**. In.: NATIONAL INSTITUTE OF JUSTICE. Use of force by police: overview of national and local data. Research Report. U.S. Department of Justice. 1999, p. 1-14.

ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila. **Monopólio estatal da violência**. In.: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R.G. (orgs.). Crime, Polícia e Justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014, p. 187-197.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

ALPERT, Geoffrey; DUNHAM, Rogerv. **Analysis of Police Use-of-Force Data**. U.S. Department of Justice, 2000.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Relatório: “Você matou meu filho!”: Homicídios cometidos pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro**. 2005.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Código de Conduta dos Encarregados da Aplicação da Lei**. Resolução nº 34/169 de 17 de dezembro de 1979. Institui o Código de Conduta para os Encarregados da Aplicação da Lei, 1979.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios básicos sobre o uso da força e arma de fogo**. Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e o Tratamento dos Infratores, Havana, Cuba, 27ago-7set, 1990.

BAYLEY, David. **Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa**. Trad. de René Alexandre Belmonte. São Paulo: Edusp (Série Polícia e Sociedade,1), 2001. Edição original 1985.

BETINI, Eduardo Maia; DUARTE, Claudia Tereza Sales. **Curso de Uso Diferenciado da Força**. 1.ed. São Paulo: Ícone, 2013.

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Edusp (Série Polícia e Sociedade, 8), 2003. Edição original 1990.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as ações das milícias no Estado do Rio de Janeiro, constituída nos termos do Requerimento nº 17/2008, de autoria do Deputado Marcelo Freixo, aprovado em 20 de março de 2008**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

BRASIL. **Portaria Interministerial Nº 4.226, de 31 de Dezembro de 2010**. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública.

CALDEIRA, Teresa Rios. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CANO, Ignacio. **Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER, 1997.

CANO, Ignacio. **Uso da Força Letal: Vitimização Letal pelos Policiais e Contra os Policiais no Brasil**. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Mimeo, 2003.

CANO, Ignacio. **Racial Bias in Police Use of Lethal Force in Brazil**. Police Practice and Research, 2009. Research 11, 1: 31-43.

CANO, Ignacio. **Direitos Humanos, Criminalidade e Segurança Pública**. In: Venturi, Gustavo (org.). Direitos Humanos: Percepções da opinião pública. Brasília, DF, 2010. Pg. 65 - 75.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais Lemos. **'No sapatinho': a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CARDIA, Nancy. **O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos**. Tempo Social, São Paulo, nº 9(1), maio de 1997, p. 249-265.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CAVALCANTI, Mariana. **Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca**. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, 2008, v. 1: 35-59.

DA SILVA, Luiz Antonio Machado. “Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno Crh**, v. 23, n. 59, p. 283-300, 2010.

DUARTE, Nestor. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

ENGEL, Cíntia Liara et al. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil: Subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro** (13ª ed.). São Paulo, Globo, 1998.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 9, 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 8, 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA & SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Diagnóstico dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública**. San Pablo, 2011.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre**. Trad. Marcello Rollemberg. São Paulo: Edusp (Série Polícia e Sociedade, 9), 2003. Edição original 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 4. ed. Brasília: Editora da UnB, 1963.

HOLLOWAY, Thomas. **A polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997 [1993].

HUMAN RIGHTS WATCH. **A violência letal contra a população jovem negra no Brasil**. 2016.

HUMAN RIGHTS WATCH. **O bom policial tem medo: os custos da violência policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 2016.

KANT DE LIMA, ROBERTO. **A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995, 2ª edição.

LEITE, Marcia. Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. In: MACHADO DA SILVA, L. A. (Org.). **Vidas sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACHADO da SILVA, Luiz Antonio. **Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. São Paulo, Nova Fronteira, 2008.

MAGALONI, Beatriz; CANO, Inácio. **Determinantes do Uso da Força pela Polícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2016.

MESQUITA, Paulo. **Violência policial no Brasil: abordagem teórica e práticas de controle**. In: PANDOLFI, D.; CARVALHO, J. M.; CARNEIRO, L. P. e GRZYNSZPAN, M. Cidadania, Justiça e Violência. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos; CONSTANTINO, Patrícia. **Missão Prevenir e Proteger: Condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Portaria Interministerial nº 4226**, de 31 de dezembro de 2010. Disponível em: < <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/1188889/DLFE-54510.pdf/portaria4226usodaforca.pdf>>. Acesso em 16 mai. 2016.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas**, v.8, n.3, p. 371-385. Porto Alegre, 2008.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Rev. Sociol. Polit.** [online]. 2011, vol.19, n.40, pp.13-25.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MISSE, Michel; CRISTOPH GRILLO, C; PINHEIRO TEIXEIRA, C.; ELBAS NÉRI, N. **Quanto a Polícia Mata: Homicídios por Autos de Resistência no Rio de Janeiro (2001-2011)**. Rio de Janeiro: Booklink, 2013.

MUNIZ, Jacqueline e SOARES, Barbara Musumeci. **Mapeamento da Vitimização de Policiais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER-Viva Rio, 1998.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PROENÇA JR, Domício. Mandato Policial. In.: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R.G. (orgs.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 491-502.

MUSUMECI, Barbara; MUNIZ, Jacqueline. **Relatório de Pesquisa sobre Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro**. CESEC, 1998.

NASCIMENTO, Andréa Ana do; GRILLO, Carolina Christoph; NERI, Natasha Elbas. **Autos com ou sem resistência: Uma análise dos inquéritos de homicídios cometidos por policiais**. 33º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, outubro de 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Code of Conduct for Law Enforcement Officials**, Resolução nº 34/169, de 17/12/1979.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Guidelines for the effective implementation of the Code of Conduct for Law Enforcement Officials**. Resolução nº 61 de 1989.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Basic Principles on the Use of Force and Firearms by Law Enforcement Officials**, Resolução 45/166, de 18/12/1990.

PHILLIPS, David; CARSTENSEN, Lundie. Clustering of Teenager Suicides After Television News Stories About Suicide. **New England Journal of Medicine**, 315:685-689, 1986.

PINC, Tânia. **O uso da força não letal pela polícia nos encontros com o público**. 2006. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007a.

PINC, Tânia. Abordagem policial: um encontro (des) concertante entre a polícia e o público. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 1, ed. 2, 2007b, p. 6-23.

PINC, T. **Treinamento Policial: um meio de difusão de políticas públicas que incidem na conduta individual do policial de rua**. 2011. 246 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PINC, T. **Letalidade e Vitimização Policial: um estudo de situações de alto risco**. Boletim IBCCRIM, v. 250, p. 17-18, 2013.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e Transição. **Revista da USP**, São Paulo, n. 9, 1991a, p. 45-56.

PINHEIRO, Paulo Sérgio et al. Violência fatal: conflitos policiais em São Paulo (81-89). **Revista da USP**, São Paulo, n. 9, 1991b, p. 95-112.

RAMOS, Sílvia. **Violência e polícia: Três décadas de políticas de segurança no Rio de Janeiro**. Boletim Segurança e Cidadania, n. 21, março de 2016.

RIO DE JANEIRO. Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. **Indicadores criminais do Rio de Janeiro – 2010 - 2015**. Sd. Disponível em: <https://www.ispdados.rj.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2016.

RIO DE JANEIRO. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Sumário de Informação, 2010-2015**. Acesso em: maio de 2016.

RODRIGUES, André. **Conflitos entre policiais e população: reflexões a partir da perspectiva da vitimização policial**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Laboratório de Análise da Violência, 2013.

RODRIGUES, André. **Violência e Segurança Pública no Brasil: algumas questões para uma agenda de debate e intervenção**. In: (In)segurança pública e violência urbana: desafios e perspectivas. Vários autores. Salvador: Elo, 2014.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. **Relatório Técnico - Visita de Cooperação Técnica – Rio de Janeiro**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Julho de 2007.

SENTOSÉ, João Trajano. **Violência, Tráfico e Juventude**. In: Paiva, Vanilda; Sento-Sé, João Trajano. (Org.). *Juventude em Conflito com a Lei*. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, v. 1, p. 211-221.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SKOGAN, Wesley G.; MEARES, Tracey L. **Lawful Policing**. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 593, To Better Serve and Protect: Improving police practices, 2004, p. 66-83.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu casaco de general**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

VERANI, Sérgio. (Tese para habilitação a Livre Docência). **Assassinatos em nome da lei: uma prática ideológica do direito penal**. Rio de Janeiro: UERJ, 1988.

VIANNA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP; Rio de Janeiro: EDUFF, 1987.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia** (5ª ed.). Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1982.

WEBER, Max. **Economía y Sociedad**. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1992.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

ZALUAR, Alba. **Dilemas da Segurança Pública no Brasil**. In: Desarmamento, Segurança Pública e Cultura da Paz, Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2005.

ZALUAR, Alba. **Violência e Crime no Rio de Janeiro: Um Estudo Antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ZACCONE, Orlando. **Indignos da Vida: A desconstrução do poder punitivo**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

ZAVERUCHA, Jorge. Fragile Democracy and the Militarization of Public Safety in Brazil. **Latin American Perspectives**, v. 27, n. 3, 2000, p. 8-31.

APÊNDICE A - Roteiro das entrevistas

1. Em primeiro lugar, me conte sua trajetória dentro da PMERJ.
2. Gostaria de saber um pouco sobre sua opinião sobre a forma como policiais são vítimas da violência.
3. Qual foi a última vez que alguém morreu vítima de homicídio no seu batalhão/na sua unidade?
4. Você conhecia o policial morto e chegou a trabalhar com ele?
5. Como você se sentiu quando ouviu a notícia?
6. Qual você diria que foi impacto da morte violenta do colega no resto dos integrantes do batalhão?
 - a. No emocional dos policiais?
 - b. No trabalho dos policiais?
7. Após a morte do policial, foi tomada alguma medida concreta?
 - a. Houve alguma investigação sobre a morte do policial?
 - b. Alguma operação foi realizada com vistas a encontrar/prender os responsáveis pela morte do policial?
 - c. Alguma ação foi tomada com vistas a prevenir outras mortes de policiais?
8. Que medidas você acha que deveriam ser tomadas para diminuir a vitimização e a morte de policiais?
9. (Para comandantes) Em algumas com comandantes surgiu a ideia de que a vingança após a morte de um policial é uma preocupação. Como o senhor enxerga esta questão?
 - a. A morte de um policial no batalhão poderia estar associada a um incremento/decremento da letalidade do batalhão nos momentos seguintes.
10. Você gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado e que acha importante?

APÊNDICE B – Análise completa dos dados

Tabela 24 - Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para o mesmo dia da morte do policial

Estimativas do parâmetro							
Parâmetro	B	Modelo padrão	Intervalo de confiança de Wald 95%		Teste de hipótese		
			Inferior	Superior	Qui-quadrado de Wald	df	Sig.
(Ordenada na origem)	,270	,0167	,237	,303	262,353	1	,000
[AISP=2]	-,181	,0080	-,196	-,165	516,345	1	,000
[AISP=3]	-,104	,0079	-,120	-,089	172,649	1	,000
[AISP=4]	-,156	,0079	-,172	-,141	387,443	1	,000
[AISP=5]	-,175	,0079	-,190	-,159	484,723	1	,000
[AISP=6]	-,171	,0079	-,187	-,156	465,021	1	,000
[AISP=7]	-,095	,0080	-,111	-,080	143,435	1	,000
[AISP=8]	-,186	,0079	-,202	-,171	552,331	1	,000
[AISP=9]	-,091	,0079	-,106	-,075	131,669	1	,000
[AISP=10]	-,186	,0079	-,202	-,171	549,021	1	,000
[AISP=11]	-,183	,0079	-,199	-,167	530,355	1	,000
[AISP=12]	-,076	,0079	-,091	-,060	91,324	1	,000
[AISP=14]	-,055	,0079	-,070	-,039	47,675	1	,000
[AISP=15]	-,046	,0080	-,062	-,031	33,888	1	,000
[AISP=16]	-,112	,0079	-,128	-,096	199,028	1	,000
[AISP=17]	-,164	,0079	-,180	-,149	427,685	1	,000
[AISP=18]	-,174	,0079	-,190	-,159	481,722	1	,000
[AISP=19]	-,183	,0080	-,198	-,167	528,420	1	,000
[AISP=20]	-,114	,0080	-,130	-,099	202,309	1	,000
[AISP=21]	-,151	,0079	-,167	-,136	364,235	1	,000
[AISP=22]	-,135	,0079	-,151	-,120	289,451	1	,000
[AISP=23]	-,175	,0080	-,191	-,159	484,535	1	,000
[AISP=24]	-,169	,0079	-,185	-,154	454,508	1	,000
[AISP=25]	-,173	,0079	-,189	-,158	477,736	1	,000
[AISP=26]	-,185	,0079	-,200	-,169	539,492	1	,000
[AISP=27]	-,137	,0079	-,153	-,121	298,735	1	,000
[AISP=28]	-,184	,0079	-,199	-,168	537,564	1	,000
[AISP=29]	-,186	,0079	-,201	-,170	545,630	1	,000
[AISP=30]	-,182	,0080	-,197	-,166	522,696	1	,000
[AISP=31]	-,177	,0079	-,193	-,161	495,881	1	,000
[AISP=32]	-,171	,0079	-,186	-,155	463,280	1	,000
[AISP=33]	-,175	,0079	-,191	-,160	488,291	1	,000
[AISP=34]	-,174	,0079	-,189	-,158	479,185	1	,000

[AISP=35]	-,163	,0079	-,179	-,148	422,560	1	,000
[AISP=36]	-,185	,0079	-,200	-,169	539,267	1	,000
[AISP=37]	-,185	,0079	-,200	-,169	540,969	1	,000
[AISP=38]	-,186	,0079	-,202	-,170	547,887	1	,000
[AISP=39]	-,092	,0079	-,108	-,077	135,076	1	,000
[AISP=40]	-,182	,0079	-,198	-,167	527,683	1	,000
[AISP=41]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[mesano=JAN 2010]	,040	,0107	,019	,061	14,071	1	,000
[mesano=FEB 2010]	,040	,0110	,018	,061	13,186	1	,000
[mesano=MAR 2010]	,046	,0107	,025	,066	18,220	1	,000
[mesano=APR 2010]	,068	,0108	,047	,089	40,076	1	,000
[mesano=MAY 2010]	,068	,0107	,047	,089	40,247	1	,000
[mesano=JUN 2010]	,043	,0108	,021	,064	15,664	1	,000
[mesano=JUL 2010]	,029	,0107	,008	,050	7,547	1	,006
[mesano=AUG 2010]	,006	,0107	-,015	,027	,293	1	,588
[mesano=SEP 2010]	,008	,0108	-,013	,029	,535	1	,464
[mesano=OCT 2010]	,040	,0107	,019	,061	13,765	1	,000
[mesano=NOV 2010]	,065	,0108	,044	,086	36,121	1	,000
[mesano=DEC 2010]	,028	,0107	,007	,049	6,934	1	,008
[mesano=JAN 2011]	,027	,0107	,006	,048	6,599	1	,010
[mesano=FEB 2011]	,015	,0110	-,007	,036	1,797	1	,180
[mesano=MAR 2011]	,039	,0107	,018	,059	13,061	1	,000
[mesano=APR 2011]	,034	,0108	,012	,055	9,697	1	,002
[mesano=MAY 2011]	,040	,0107	,019	,061	13,824	1	,000
[mesano=JUN 2011]	,034	,0108	,012	,055	9,740	1	,002
[mesano=JUL 2011]	,011	,0107	-,009	,032	1,146	1	,284
[mesano=AUG 2011]	-,005	,0107	-,026	,016	,202	1	,653
[mesano=SEP 2011]	,001	,0108	-,021	,022	,003	1	,959
[mesano=OCT 2011]	-,003	,0107	-,024	,018	,075	1	,784
[mesano=NOV 2011]	,009	,0108	-,013	,030	,632	1	,427
[mesano=DEC 2011]	-,002	,0107	-,023	,019	,051	1	,821
[mesano=JAN 2012]	,012	,0107	-,009	,033	1,199	1	,274
[mesano=FEB 2012]	,011	,0109	-,011	,032	,974	1	,324
[mesano=MAR 2012]	,015	,0107	-,006	,036	2,049	1	,152
[mesano=APR 2012]	,031	,0108	,009	,052	8,045	1	,005
[mesano=MAY 2012]	,018	,0107	-,003	,039	2,805	1	,094
[mesano=JUN 2012]	-,002	,0108	-,024	,019	,052	1	,820
[mesano=JUL 2012]	,019	,0107	-,002	,040	3,176	1	,075
[mesano=AUG 2012]	,017	,0107	-,004	,038	2,620	1	,106
[mesano=SEP 2012]	-,004	,0108	-,025	,017	,124	1	,724
[mesano=OCT 2012]	,006	,0107	-,015	,026	,272	1	,602
[mesano=NOV 2012]	,012	,0108	-,009	,033	1,263	1	,261

[mesano=DEC 2012]	,001	,0107	-,020	,022	,012	1	,914
[mesano=JAN 2013]	,005	,0107	-,016	,026	,187	1	,666
[mesano=FEB 2013]	,003	,0110	-,018	,025	,097	1	,755
[mesano=MAR 2013]	,011	,0107	-,010	,032	1,074	1	,300
[mesano=APR 2013]	,012	,0108	-,009	,033	1,222	1	,269
[mesano=MAY 2013]	,014	,0107	-,007	,035	1,696	1	,193
[mesano=JUN 2013]	,004	,0108	-,018	,025	,109	1	,741
[mesano=JUL 2013]	,013	,0107	-,008	,034	1,534	1	,215
[mesano=AUG 2013]	,001	,0107	-,020	,022	,006	1	,938
[mesano=SEP 2013]	,014	,0108	-,007	,035	1,773	1	,183
[mesano=OCT 2013]	,012	,0107	-,009	,033	1,261	1	,261
[mesano=NOV 2013]	,007	,0108	-,014	,028	,425	1	,515
[mesano=DEC 2013]	,016	,0107	-,005	,037	2,304	1	,129
[mesano=JAN 2014]	,022	,0107	,001	,043	4,301	1	,038
[mesano=FEB 2014]	,027	,0110	,005	,048	6,016	1	,014
[mesano=MAR 2014]	,017	,0107	-,004	,038	2,643	1	,104
[mesano=APR 2014]	,012	,0108	-,009	,033	1,182	1	,277
[mesano=MAY 2014]	,025	,0107	,004	,046	5,413	1	,020
[mesano=JUN 2014]	,016	,0108	-,005	,037	2,267	1	,132
[mesano=JUL 2014]	,027	,0107	,006	,048	6,381	1	,012
[mesano=AUG 2014]	,016	,0107	-,005	,037	2,231	1	,135
[mesano=SEP 2014]	,021	,0108	,000	,043	3,985	1	,046
[mesano=OCT 2014]	,020	,0107	-,001	,041	3,608	1	,058
[mesano=NOV 2014]	,030	,0108	,009	,051	7,739	1	,005
[mesano=DEC 2014]	,011	,0107	-,010	,032	1,047	1	,306
[mesano=JAN 2015]	,034	,0107	,013	,055	9,996	1	,002
[mesano=FEB 2015]	,056	,0110	,035	,078	26,377	1	,000
[mesano=MAR 2015]	,024	,0107	,003	,045	5,186	1	,023
[mesano=APR 2015]	,030	,0108	,009	,051	7,880	1	,005
[mesano=MAY 2015]	,017	,0107	-,004	,038	2,567	1	,109
[mesano=JUN 2015]	,020	,0108	-,001	,041	3,550	1	,060
[mesano=JUL 2015]	,031	,0107	,010	,052	8,410	1	,004
[mesano=AUG 2015]	,022	,0107	,001	,043	4,380	1	,036
[mesano=SEP 2015]	,029	,0108	,008	,050	7,111	1	,008
[mesano=OCT 2015]	,023	,0107	,002	,044	4,814	1	,028
[mesano=NOV 2015]	,018	,0108	-,003	,039	2,850	1	,091
[mesano=DEC 2015]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[DIASEMANA=1]	-,002	,0033	-,008	,005	,242	1	,623
[DIASEMANA=2]	,000	,0033	-,006	,007	,019	1	,891
[DIASEMANA=3]	,011	,0033	,004	,017	10,073	1	,002
[DIASEMANA=4]	,009	,0033	,003	,016	7,475	1	,006
[DIASEMANA=5]	,013	,0033	,007	,020	15,908	1	,000

[DIASEMANA=6]	,011	,0034	,004	,017	9,692	1	,002
[DIASEMANA=7]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[POLICIAISMORTOS NAAISP2=,00]	-,111	,0138	-,138	-,084	65,032	1	,000
[POLICIAISMORTOS NAAISP2=1,00]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
HOMICÍDIOSDOLOS OS	,012	,0015	,009	,014	63,005	1	,000
(Escala)	,069 ^b	,0003	,068	,069			
Variável dependente: LETALIDADE POLICIAL							
Model: (Ordenada na origem), AISP, mesano, DIASEMANA, POLICIAISMORTOSNAAISP2, HOMICÍDIOSDOLOSOS							
a. Definido para zero porque este parâmetro é redundante.							
b. Estimativa de verossimilhança máxima.							

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 25 – Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para o mesmo dia da morte do policial por execução

Estimativas do parâmetro							
Parâmetro	B	Modelo padrão	Intervalo de confiança de Wald 95%		Teste de hipótese		
			Inferior	Superior	Qui-quadrado de Wald	df	Sig.
(Ordenada na origem)	,184	,0281	,129	,239	42,742	1	,000
[AISP=2]	-,182	,0080	-,197	-,166	522,806	1	,000
[AISP=3]	-,105	,0079	-,120	-,089	174,306	1	,000
[AISP=4]	-,157	,0079	-,173	-,142	392,339	1	,000
[AISP=5]	-,176	,0079	-,191	-,160	489,251	1	,000
[AISP=6]	-,172	,0080	-,188	-,157	470,358	1	,000
[AISP=7]	-,096	,0080	-,111	-,080	145,215	1	,000
[AISP=8]	-,188	,0079	-,203	-,172	560,806	1	,000
[AISP=9]	-,091	,0079	-,107	-,076	132,332	1	,000
[AISP=10]	-,187	,0079	-,203	-,172	556,020	1	,000
[AISP=11]	-,184	,0079	-,200	-,169	536,910	1	,000
[AISP=12]	-,077	,0079	-,092	-,061	93,531	1	,000
[AISP=14]	-,055	,0079	-,070	-,039	47,307	1	,000
[AISP=15]	-,047	,0080	-,063	-,031	34,847	1	,000
[AISP=16]	-,112	,0079	-,128	-,097	199,609	1	,000
[AISP=17]	-,165	,0079	-,181	-,150	433,013	1	,000
[AISP=18]	-,175	,0079	-,191	-,159	486,141	1	,000
[AISP=19]	-,184	,0080	-,200	-,168	534,897	1	,000
[AISP=20]	-,114	,0080	-,130	-,099	202,392	1	,000
[AISP=21]	-,152	,0079	-,168	-,137	367,773	1	,000
[AISP=22]	-,136	,0079	-,152	-,120	293,452	1	,000
[AISP=23]	-,176	,0080	-,192	-,160	490,261	1	,000
[AISP=24]	-,170	,0079	-,186	-,155	461,114	1	,000
[AISP=25]	-,174	,0079	-,190	-,159	483,432	1	,000
[AISP=26]	-,186	,0080	-,201	-,170	546,203	1	,000
[AISP=27]	-,138	,0079	-,154	-,123	303,141	1	,000
[AISP=28]	-,185	,0079	-,201	-,170	544,550	1	,000
[AISP=29]	-,187	,0079	-,202	-,171	552,421	1	,000
[AISP=30]	-,183	,0080	-,198	-,167	528,932	1	,000
[AISP=31]	-,178	,0079	-,194	-,162	501,627	1	,000
[AISP=32]	-,172	,0079	-,188	-,156	470,477	1	,000
[AISP=33]	-,176	,0079	-,192	-,161	494,943	1	,000
[AISP=34]	-,175	,0079	-,190	-,159	484,995	1	,000
[AISP=35]	-,164	,0079	-,180	-,148	427,251	1	,000

[AISP=36]	-,186	,0080	-,201	-,170	545,965	1	,000
[AISP=37]	-,186	,0079	-,201	-,170	547,402	1	,000
[AISP=38]	-,187	,0080	-,203	-,172	554,072	1	,000
[AISP=39]	-,093	,0079	-,109	-,078	138,486	1	,000
[AISP=40]	-,182	,0079	-,198	-,167	528,329	1	,000
[AISP=41]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[mesano=JAN 2010]	,040	,0107	,019	,061	13,906	1	,000
[mesano=FEB 2010]	,040	,0110	,018	,061	13,227	1	,000
[mesano=MAR 2010]	,046	,0107	,025	,067	18,246	1	,000
[mesano=APR 2010]	,068	,0108	,047	,089	39,561	1	,000
[mesano=MAY 2010]	,068	,0107	,047	,088	40,042	1	,000
[mesano=JUN 2010]	,042	,0108	,021	,063	15,452	1	,000
[mesano=JUL 2010]	,029	,0107	,008	,050	7,357	1	,007
[mesano=AUG 2010]	,005	,0107	-,015	,026	,259	1	,611
[mesano=SEP 2010]	,008	,0108	-,013	,029	,521	1	,470
[mesano=OCT 2010]	,039	,0107	,019	,060	13,672	1	,000
[mesano=NOV 2010]	,065	,0108	,043	,086	35,957	1	,000
[mesano=DEC 2010]	,028	,0107	,007	,049	6,908	1	,009
[mesano=JAN 2011]	,027	,0107	,006	,048	6,488	1	,011
[mesano=FEB 2011]	,014	,0110	-,007	,036	1,731	1	,188
[mesano=MAR 2011]	,038	,0107	,017	,059	12,734	1	,000
[mesano=APR 2011]	,033	,0108	,012	,055	9,647	1	,002
[mesano=MAY 2011]	,040	,0107	,019	,061	13,901	1	,000
[mesano=JUN 2011]	,033	,0108	,012	,054	9,497	1	,002
[mesano=JUL 2011]	,011	,0107	-,010	,032	1,108	1	,293
[mesano=AUG 2011]	-,005	,0107	-,026	,016	,235	1	,628
[mesano=SEP 2011]	,001	,0108	-,021	,022	,002	1	,963
[mesano=OCT 2011]	-,003	,0107	-,024	,018	,084	1	,772
[mesano=NOV 2011]	,008	,0108	-,013	,029	,570	1	,450
[mesano=DEC 2011]	-,003	,0107	-,023	,018	,056	1	,812
[mesano=JAN 2012]	,011	,0107	-,010	,032	1,129	1	,288
[mesano=FEB 2012]	,010	,0109	-,011	,032	,919	1	,338
[mesano=MAR 2012]	,015	,0107	-,006	,036	2,005	1	,157
[mesano=APR 2012]	,030	,0108	,009	,051	7,949	1	,005
[mesano=MAY 2012]	,018	,0107	-,003	,039	2,795	1	,095
[mesano=JUN 2012]	-,002	,0108	-,024	,019	,051	1	,821
[mesano=JUL 2012]	,019	,0107	-,002	,040	3,174	1	,075
[mesano=AUG 2012]	,017	,0107	-,004	,038	2,465	1	,116
[mesano=SEP 2012]	-,004	,0108	-,025	,017	,127	1	,722
[mesano=OCT 2012]	,005	,0107	-,016	,026	,249	1	,618
[mesano=NOV 2012]	,012	,0108	-,009	,033	1,172	1	,279
[mesano=DEC 2012]	,001	,0107	-,020	,022	,011	1	,915

[mesano=JAN 2013]	,004	,0107	-,017	,025	,151	1	,697
[mesano=FEB 2013]	,004	,0110	-,018	,025	,109	1	,741
[mesano=MAR 2013]	,011	,0107	-,010	,032	1,045	1	,307
[mesano=APR 2013]	,012	,0108	-,009	,033	1,265	1	,261
[mesano=MAY 2013]	,014	,0107	-,007	,035	1,657	1	,198
[mesano=JUN 2013]	,003	,0108	-,018	,025	,102	1	,749
[mesano=JUL 2013]	,013	,0107	-,008	,034	1,425	1	,233
[mesano=AUG 2013]	,001	,0107	-,020	,022	,009	1	,923
[mesano=SEP 2013]	,015	,0108	-,007	,036	1,830	1	,176
[mesano=OCT 2013]	,012	,0107	-,009	,033	1,232	1	,267
[mesano=NOV 2013]	,007	,0108	-,014	,028	,415	1	,520
[mesano=DEC 2013]	,016	,0107	-,005	,037	2,226	1	,136
[mesano=JAN 2014]	,022	,0107	,001	,042	4,069	1	,044
[mesano=FEB 2014]	,027	,0110	,005	,048	5,996	1	,014
[mesano=MAR 2014]	,017	,0107	-,004	,038	2,639	1	,104
[mesano=APR 2014]	,011	,0108	-,010	,032	1,103	1	,294
[mesano=MAY 2014]	,025	,0107	,004	,046	5,306	1	,021
[mesano=JUN 2014]	,016	,0108	-,005	,037	2,262	1	,133
[mesano=JUL 2014]	,027	,0107	,006	,048	6,245	1	,012
[mesano=AUG 2014]	,016	,0107	-,005	,037	2,190	1	,139
[mesano=SEP 2014]	,021	,0108	,000	,042	3,887	1	,049
[mesano=OCT 2014]	,020	,0107	-,001	,041	3,503	1	,061
[mesano=NOV 2014]	,029	,0108	,008	,050	7,417	1	,006
[mesano=DEC 2014]	,011	,0107	-,010	,032	1,055	1	,304
[mesano=JAN 2015]	,034	,0107	,013	,055	9,921	1	,002
[mesano=FEB 2015]	,056	,0110	,035	,078	26,258	1	,000
[mesano=MAR 2015]	,024	,0107	,003	,045	5,172	1	,023
[mesano=APR 2015]	,031	,0108	,009	,052	8,066	1	,005
[mesano=MAY 2015]	,017	,0107	-,004	,038	2,494	1	,114
[mesano=JUN 2015]	,020	,0108	-,001	,041	3,515	1	,061
[mesano=JUL 2015]	,031	,0107	,010	,051	8,176	1	,004
[mesano=AUG 2015]	,022	,0107	,001	,043	4,207	1	,040
[mesano=SEP 2015]	,028	,0108	,007	,050	6,973	1	,008
[mesano=OCT 2015]	,023	,0107	,002	,044	4,806	1	,028
[mesano=NOV 2015]	,018	,0108	-,003	,039	2,747	1	,097
[mesano=DEC 2015]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[DIASEMANA=1]	-,002	,0033	-,008	,005	,291	1	,590
[DIASEMANA=2]	,000	,0033	-,006	,007	,015	1	,903
[DIASEMANA=3]	,011	,0033	,004	,017	9,894	1	,002
[DIASEMANA=4]	,009	,0033	,002	,016	7,240	1	,007
[DIASEMANA=5]	,013	,0033	,007	,020	15,980	1	,000
[DIASEMANA=6]	,011	,0034	,004	,017	9,788	1	,002

[DIASEMANA=7]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[POLICIAISMORTOS NAAISP2execução=,00]	-,024	,0265	-,075	,028	,797	1	,372
[POLICIAISMORTOS NAAISP2execução=1,0 0]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
HOMICÍDIOSDOLOS OS	,012	,0015	,009	,015	71,040	1	,000
(Escala)	,069 ^b	,0003	,068	,070			
Variável dependente: LETALIDADE POLICIAL							
Model: (Ordenada na origem), AISP, mesano, DIASEMANA, POLICIAISMORTOSNAAISP2execução, HOMICÍDIOSDOLOSOS							
a. Definido para zero porque este parâmetro é redundante.							
b. Estimativa de verossimilhança máxima.							

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação – SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 26 – Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para o mesmo dia da morte do policial por roubo

Estimativas do parâmetro							
Parâmetro	B	Modelo padrão	Intervalo de confiança de Wald 95%		Teste de hipótese		
			Inferior	Superior	Qui-quadrado de Wald	df	Sig.
(Ordenada na origem)	,246	,0257	,196	,297	92,163	1	,000
[AISP=2]	-,181	,0080	-,197	-,166	519,713	1	,000
[AISP=3]	-,105	,0079	-,120	-,089	173,536	1	,000
[AISP=4]	-,157	,0079	-,172	-,141	389,865	1	,000
[AISP=5]	-,175	,0079	-,191	-,160	486,422	1	,000
[AISP=6]	-,172	,0080	-,188	-,156	467,664	1	,000
[AISP=7]	-,096	,0080	-,111	-,080	144,570	1	,000
[AISP=8]	-,187	,0079	-,203	-,172	557,344	1	,000
[AISP=9]	-,091	,0079	-,107	-,075	131,775	1	,000
[AISP=10]	-,187	,0079	-,202	-,171	552,801	1	,000
[AISP=11]	-,184	,0079	-,199	-,168	534,007	1	,000
[AISP=12]	-,076	,0079	-,092	-,061	92,554	1	,000
[AISP=14]	-,054	,0079	-,070	-,039	47,180	1	,000
[AISP=15]	-,047	,0080	-,062	-,031	34,456	1	,000
[AISP=16]	-,112	,0079	-,127	-,096	198,573	1	,000
[AISP=17]	-,165	,0080	-,181	-,149	430,305	1	,000
[AISP=18]	-,174	,0079	-,190	-,159	482,924	1	,000
[AISP=19]	-,183	,0080	-,199	-,168	531,771	1	,000
[AISP=20]	-,114	,0080	-,130	-,098	201,837	1	,000
[AISP=21]	-,152	,0079	-,167	-,136	365,907	1	,000
[AISP=22]	-,136	,0079	-,151	-,120	291,444	1	,000
[AISP=23]	-,176	,0080	-,191	-,160	487,266	1	,000
[AISP=24]	-,170	,0079	-,185	-,154	458,335	1	,000
[AISP=25]	-,174	,0079	-,189	-,158	480,700	1	,000
[AISP=26]	-,185	,0080	-,201	-,170	543,031	1	,000
[AISP=27]	-,137	,0079	-,153	-,122	300,511	1	,000
[AISP=28]	-,185	,0079	-,200	-,169	541,317	1	,000
[AISP=29]	-,186	,0080	-,202	-,171	549,226	1	,000
[AISP=30]	-,182	,0080	-,198	-,167	526,071	1	,000
[AISP=31]	-,178	,0079	-,193	-,162	499,008	1	,000
[AISP=32]	-,171	,0079	-,187	-,156	467,370	1	,000
[AISP=33]	-,176	,0079	-,191	-,160	491,721	1	,000
[AISP=34]	-,174	,0079	-,190	-,159	482,368	1	,000
[AISP=35]	-,164	,0079	-,179	-,148	424,899	1	,000
[AISP=36]	-,185	,0080	-,201	-,170	542,794	1	,000
[AISP=37]	-,185	,0079	-,201	-,170	544,201	1	,000

[AISP=38]	-,187	,0080	-,202	-,171	550,808	1	,000
[AISP=39]	-,093	,0079	-,108	-,077	136,899	1	,000
[AISP=40]	-,182	,0079	-,197	-,166	525,301	1	,000
[AISP=41]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[mesano=JAN 2010]	,040	,0107	,019	,061	13,799	1	,000
[mesano=FEB 2010]	,040	,0110	,018	,061	13,175	1	,000
[mesano=MAR 2010]	,046	,0107	,025	,067	18,304	1	,000
[mesano=APR 2010]	,068	,0108	,047	,089	39,661	1	,000
[mesano=MAY 2010]	,068	,0107	,047	,089	40,204	1	,000
[mesano=JUN 2010]	,042	,0108	,021	,064	15,524	1	,000
[mesano=JUL 2010]	,029	,0107	,008	,050	7,361	1	,007
[mesano=AUG 2010]	,005	,0107	-,015	,026	,259	1	,611
[mesano=SEP 2010]	,008	,0108	-,013	,029	,524	1	,469
[mesano=OCT 2010]	,039	,0107	,019	,060	13,678	1	,000
[mesano=NOV 2010]	,065	,0108	,044	,086	36,174	1	,000
[mesano=DEC 2010]	,028	,0107	,007	,049	6,923	1	,009
[mesano=JAN 2011]	,027	,0107	,006	,048	6,422	1	,011
[mesano=FEB 2011]	,014	,0110	-,007	,036	1,749	1	,186
[mesano=MAR 2011]	,038	,0107	,017	,059	12,837	1	,000
[mesano=APR 2011]	,034	,0108	,012	,055	9,685	1	,002
[mesano=MAY 2011]	,040	,0107	,019	,061	13,947	1	,000
[mesano=JUN 2011]	,033	,0108	,012	,054	9,487	1	,002
[mesano=JUL 2011]	,011	,0107	-,010	,032	1,126	1	,289
[mesano=AUG 2011]	-,005	,0107	-,026	,016	,220	1	,639
[mesano=SEP 2011]	,000	,0108	-,021	,022	,001	1	,970
[mesano=OCT 2011]	-,003	,0107	-,024	,018	,083	1	,773
[mesano=NOV 2011]	,008	,0108	-,013	,029	,578	1	,447
[mesano=DEC 2011]	-,003	,0107	-,023	,018	,058	1	,810
[mesano=JAN 2012]	,011	,0107	-,009	,032	1,158	1	,282
[mesano=FEB 2012]	,011	,0109	-,011	,032	,937	1	,333
[mesano=MAR 2012]	,015	,0107	-,006	,036	1,999	1	,157
[mesano=APR 2012]	,030	,0108	,009	,052	7,998	1	,005
[mesano=MAY 2012]	,018	,0107	-,003	,039	2,854	1	,091
[mesano=JUN 2012]	-,002	,0108	-,024	,019	,050	1	,822
[mesano=JUL 2012]	,019	,0107	-,002	,040	3,164	1	,075
[mesano=AUG 2012]	,017	,0107	-,004	,038	2,509	1	,113
[mesano=SEP 2012]	-,004	,0108	-,025	,017	,129	1	,720
[mesano=OCT 2012]	,005	,0107	-,015	,026	,263	1	,608
[mesano=NOV 2012]	,012	,0108	-,009	,033	1,188	1	,276
[mesano=DEC 2012]	,001	,0107	-,020	,022	,010	1	,921
[mesano=JAN 2013]	,004	,0107	-,017	,025	,156	1	,693
[mesano=FEB 2013]	,004	,0110	-,018	,025	,104	1	,747

[mesano=MAR 2013]	,011	,0107	-,010	,032	1,060	1	,303
[mesano=APR 2013]	,012	,0108	-,009	,033	1,269	1	,260
[mesano=MAY 2013]	,014	,0107	-,007	,035	1,654	1	,198
[mesano=JUN 2013]	,003	,0108	-,018	,025	,105	1	,746
[mesano=JUL 2013]	,013	,0107	-,008	,034	1,458	1	,227
[mesano=AUG 2013]	,001	,0107	-,020	,022	,009	1	,923
[mesano=SEP 2013]	,015	,0108	-,007	,036	1,816	1	,178
[mesano=OCT 2013]	,012	,0107	-,009	,033	1,248	1	,264
[mesano=NOV 2013]	,007	,0108	-,014	,028	,408	1	,523
[mesano=DEC 2013]	,016	,0107	-,005	,037	2,227	1	,136
[mesano=JAN 2014]	,022	,0107	,001	,043	4,094	1	,043
[mesano=FEB 2014]	,027	,0110	,005	,048	5,960	1	,015
[mesano=MAR 2014]	,017	,0107	-,004	,038	2,647	1	,104
[mesano=APR 2014]	,011	,0108	-,010	,032	1,100	1	,294
[mesano=MAY 2014]	,025	,0107	,004	,046	5,372	1	,020
[mesano=JUN 2014]	,016	,0108	-,005	,037	2,289	1	,130
[mesano=JUL 2014]	,027	,0107	,006	,048	6,283	1	,012
[mesano=AUG 2014]	,016	,0107	-,005	,037	2,243	1	,134
[mesano=SEP 2014]	,021	,0108	,000	,042	3,888	1	,049
[mesano=OCT 2014]	,020	,0107	-,001	,041	3,507	1	,061
[mesano=NOV 2014]	,029	,0108	,008	,051	7,481	1	,006
[mesano=DEC 2014]	,011	,0107	-,010	,032	1,006	1	,316
[mesano=JAN 2015]	,034	,0107	,013	,055	9,954	1	,002
[mesano=FEB 2015]	,056	,0110	,035	,078	26,156	1	,000
[mesano=MAR 2015]	,024	,0107	,003	,045	5,181	1	,023
[mesano=APR 2015]	,030	,0108	,009	,051	7,931	1	,005
[mesano=MAY 2015]	,017	,0107	-,004	,038	2,531	1	,112
[mesano=JUN 2015]	,020	,0108	-,001	,041	3,556	1	,059
[mesano=JUL 2015]	,031	,0107	,010	,052	8,253	1	,004
[mesano=AUG 2015]	,022	,0107	,001	,043	4,262	1	,039
[mesano=SEP 2015]	,029	,0108	,007	,050	7,054	1	,008
[mesano=OCT 2015]	,023	,0107	,002	,044	4,689	1	,030
[mesano=NOV 2015]	,018	,0108	-,003	,039	2,762	1	,097
[mesano=DEC 2015]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[DIASEMANA=1]	-,002	,0033	-,008	,005	,299	1	,584
[DIASEMANA=2]	,000	,0033	-,006	,007	,013	1	,910
[DIASEMANA=3]	,010	,0033	,004	,017	9,715	1	,002
[DIASEMANA=4]	,009	,0033	,002	,015	7,146	1	,008
[DIASEMANA=5]	,013	,0033	,007	,020	15,772	1	,000
[DIASEMANA=6]	,011	,0034	,004	,017	9,539	1	,002
[DIASEMANA=7]	0 ^a	.	.	.	.	.	.

[POLICIAISMORTOS NAAISP2roubo=,00]	-,087	,0239	-,133	-,040	13,091	1	,000
[POLICIAISMORTOS NAAISP2roubo=1,00]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
HOMICÍDIOSDOLOS OS	,012	,0015	,009	,015	70,661	1	,000
(Escala)	,069 ^b	,0003	,068	,070			
Variável dependente: LETALIDADE POLICIAL							
Model: (Ordenada na origem), AISP, mesano, DIASEMANA, POLICIAISMORTOSNAAISP2roubo, HOMICÍDIOSDOLOSOS							
a. Definido para zero porque este parâmetro é redundante.							
b. Estimativa de verossimilhança máxima.							

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 27 – Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para o mesmo dia da morte do policial em serviço

Estimativas do parâmetro							
Parâmetro	B	Modelo padrão	Intervalo de confiança de Wald 95%		Teste de hipótese		
			Inferior	Superior	Qui-quadrado de Wald	df	Sig.
(Ordenada na origem)	,624	,0347	,556	,692	324,522	1	,000
[AISP=2]	-,181	,0079	-,197	-,165	519,275	1	,000
[AISP=3]	-,104	,0079	-,120	-,089	173,695	1	,000
[AISP=4]	-,157	,0079	-,173	-,142	392,142	1	,000
[AISP=5]	-,175	,0079	-,191	-,160	487,957	1	,000
[AISP=6]	-,172	,0079	-,187	-,156	468,082	1	,000
[AISP=7]	-,095	,0079	-,111	-,080	144,291	1	,000
[AISP=8]	-,187	,0079	-,202	-,171	555,504	1	,000
[AISP=9]	-,091	,0079	-,106	-,075	131,339	1	,000
[AISP=10]	-,187	,0079	-,202	-,171	552,208	1	,000
[AISP=11]	-,183	,0079	-,199	-,168	533,153	1	,000
[AISP=12]	-,076	,0079	-,092	-,061	92,347	1	,000
[AISP=14]	-,055	,0079	-,070	-,039	47,457	1	,000
[AISP=15]	-,046	,0080	-,062	-,031	33,843	1	,000
[AISP=16]	-,113	,0079	-,129	-,098	204,311	1	,000
[AISP=17]	-,165	,0079	-,180	-,149	429,501	1	,000
[AISP=18]	-,175	,0079	-,191	-,160	488,049	1	,000
[AISP=19]	-,183	,0079	-,199	-,168	531,373	1	,000
[AISP=20]	-,113	,0080	-,129	-,097	198,850	1	,000
[AISP=21]	-,151	,0079	-,167	-,136	364,599	1	,000
[AISP=22]	-,136	,0079	-,151	-,120	292,120	1	,000
[AISP=23]	-,176	,0079	-,191	-,160	489,157	1	,000
[AISP=24]	-,169	,0079	-,185	-,154	456,113	1	,000
[AISP=25]	-,173	,0079	-,189	-,158	478,220	1	,000
[AISP=26]	-,185	,0079	-,201	-,169	542,553	1	,000
[AISP=27]	-,137	,0079	-,153	-,122	301,106	1	,000
[AISP=28]	-,184	,0079	-,200	-,169	540,351	1	,000
[AISP=29]	-,186	,0079	-,202	-,170	548,730	1	,000
[AISP=30]	-,182	,0079	-,198	-,167	525,360	1	,000
[AISP=31]	-,177	,0079	-,193	-,162	497,932	1	,000
[AISP=32]	-,171	,0079	-,187	-,156	467,221	1	,000
[AISP=33]	-,176	,0079	-,191	-,160	491,864	1	,000
[AISP=34]	-,174	,0079	-,190	-,158	482,078	1	,000
[AISP=35]	-,163	,0079	-,179	-,148	424,376	1	,000
[AISP=36]	-,185	,0079	-,201	-,169	542,322	1	,000
[AISP=37]	-,185	,0079	-,201	-,170	544,804	1	,000

[AISP=38]	-,186	,0079	-,202	-,171	550,343	1	,000
[AISP=39]	-,092	,0079	-,108	-,077	136,202	1	,000
[AISP=40]	-,182	,0079	-,197	-,166	524,755	1	,000
[AISP=41]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[mesano=JAN 2010]	,040	,0107	,019	,061	13,946	1	,000
[mesano=FEB 2010]	,040	,0109	,018	,061	13,268	1	,000
[mesano=MAR 2010]	,046	,0107	,025	,067	18,681	1	,000
[mesano=APR 2010]	,068	,0108	,047	,089	40,143	1	,000
[mesano=MAY 2010]	,068	,0107	,047	,089	40,196	1	,000
[mesano=JUN 2010]	,043	,0108	,022	,064	15,778	1	,000
[mesano=JUL 2010]	,029	,0107	,008	,050	7,567	1	,006
[mesano=AUG 2010]	,006	,0107	-,015	,027	,296	1	,587
[mesano=SEP 2010]	,008	,0108	-,013	,029	,524	1	,469
[mesano=OCT 2010]	,040	,0107	,019	,061	13,980	1	,000
[mesano=NOV 2010]	,065	,0108	,044	,086	36,072	1	,000
[mesano=DEC 2010]	,028	,0107	,007	,049	6,940	1	,008
[mesano=JAN 2011]	,028	,0107	,007	,049	6,697	1	,010
[mesano=FEB 2011]	,015	,0109	-,007	,036	1,833	1	,176
[mesano=MAR 2011]	,038	,0107	,018	,059	13,027	1	,000
[mesano=APR 2011]	,034	,0108	,013	,055	9,938	1	,002
[mesano=MAY 2011]	,039	,0107	,019	,060	13,703	1	,000
[mesano=JUN 2011]	,034	,0108	,012	,055	9,720	1	,002
[mesano=JUL 2011]	,012	,0107	-,009	,033	1,189	1	,276
[mesano=AUG 2011]	-,005	,0107	-,026	,016	,201	1	,654
[mesano=SEP 2011]	,000	,0108	-,021	,022	,002	1	,966
[mesano=OCT 2011]	-,003	,0107	-,024	,018	,065	1	,799
[mesano=NOV 2011]	,008	,0108	-,013	,030	,622	1	,430
[mesano=DEC 2011]	-,002	,0107	-,023	,019	,039	1	,843
[mesano=JAN 2012]	,012	,0107	-,009	,033	1,205	1	,272
[mesano=FEB 2012]	,011	,0108	-,010	,032	,998	1	,318
[mesano=MAR 2012]	,016	,0107	-,005	,036	2,128	1	,145
[mesano=APR 2012]	,030	,0108	,009	,051	7,963	1	,005
[mesano=MAY 2012]	,017	,0107	-,003	,038	2,691	1	,101
[mesano=JUN 2012]	-,002	,0108	-,024	,019	,052	1	,820
[mesano=JUL 2012]	,019	,0107	-,002	,040	3,185	1	,074
[mesano=AUG 2012]	,017	,0107	-,004	,038	2,578	1	,108
[mesano=SEP 2012]	-,004	,0108	-,025	,017	,158	1	,691
[mesano=OCT 2012]	,006	,0107	-,015	,027	,284	1	,594
[mesano=NOV 2012]	,012	,0108	-,009	,033	1,252	1	,263
[mesano=DEC 2012]	,000	,0107	-,021	,021	,001	1	,972
[mesano=JAN 2013]	,005	,0107	-,016	,025	,180	1	,671
[mesano=FEB 2013]	,004	,0109	-,018	,025	,105	1	,745

[mesano=MAR 2013]	,011	,0107	-,010	,032	1,042	1	,307
[mesano=APR 2013]	,012	,0108	-,009	,033	1,266	1	,261
[mesano=MAY 2013]	,014	,0107	-,007	,035	1,655	1	,198
[mesano=JUN 2013]	,003	,0108	-,018	,024	,099	1	,753
[mesano=JUL 2013]	,013	,0107	-,008	,034	1,504	1	,220
[mesano=AUG 2013]	,000	,0107	-,021	,021	,001	1	,982
[mesano=SEP 2013]	,014	,0108	-,007	,035	1,634	1	,201
[mesano=OCT 2013]	,011	,0107	-,009	,032	1,150	1	,284
[mesano=NOV 2013]	,007	,0108	-,014	,028	,415	1	,519
[mesano=DEC 2013]	,016	,0107	-,005	,037	2,338	1	,126
[mesano=JAN 2014]	,022	,0107	,001	,043	4,233	1	,040
[mesano=FEB 2014]	,027	,0109	,005	,048	6,020	1	,014
[mesano=MAR 2014]	,016	,0107	-,005	,037	2,323	1	,127
[mesano=APR 2014]	,011	,0108	-,010	,032	1,105	1	,293
[mesano=MAY 2014]	,025	,0107	,004	,046	5,332	1	,021
[mesano=JUN 2014]	,016	,0108	-,005	,037	2,161	1	,142
[mesano=JUL 2014]	,027	,0107	,006	,048	6,260	1	,012
[mesano=AUG 2014]	,015	,0107	-,005	,036	2,101	1	,147
[mesano=SEP 2014]	,021	,0108	,000	,042	3,889	1	,049
[mesano=OCT 2014]	,020	,0107	-,001	,041	3,514	1	,061
[mesano=NOV 2014]	,030	,0108	,009	,051	7,617	1	,006
[mesano=DEC 2014]	,011	,0107	-,010	,032	1,139	1	,286
[mesano=JAN 2015]	,033	,0107	,012	,054	9,497	1	,002
[mesano=FEB 2015]	,056	,0109	,035	,078	26,254	1	,000
[mesano=MAR 2015]	,024	,0107	,003	,045	5,030	1	,025
[mesano=APR 2015]	,030	,0108	,009	,051	7,888	1	,005
[mesano=MAY 2015]	,016	,0107	-,004	,037	2,378	1	,123
[mesano=JUN 2015]	,021	,0108	-,001	,042	3,637	1	,057
[mesano=JUL 2015]	,031	,0107	,010	,051	8,182	1	,004
[mesano=AUG 2015]	,022	,0107	,001	,043	4,360	1	,037
[mesano=SEP 2015]	,028	,0108	,007	,049	6,987	1	,008
[mesano=OCT 2015]	,024	,0107	,003	,045	4,979	1	,026
[mesano=NOV 2015]	,017	,0108	-,004	,038	2,619	1	,106
[mesano=DEC 2015]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[DIASEMANA=1]	-,002	,0033	-,008	,005	,268	1	,605
[DIASEMANA=2]	,000	,0033	-,006	,007	,015	1	,901
[DIASEMANA=3]	,011	,0033	,004	,017	9,992	1	,002
[DIASEMANA=4]	,009	,0033	,002	,016	7,325	1	,007
[DIASEMANA=5]	,013	,0033	,007	,020	15,731	1	,000
[DIASEMANA=6]	,011	,0034	,004	,017	9,717	1	,002
[DIASEMANA=7]	0 ^a	.	.	.	.	.	.

[POLICIAISMORTOSN AAISP2operação=,00]	-,465	,0334	-,530	-,399	194,249	1	,000
[POLICIAISMORTOSN AAISP2operação=1,00]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
HOMICÍDIOSDOLOSOS	,012	,0015	,009	,015	66,185	1	,000
(Escala)	,069 ^b	,0003	,068	,069			
Variável dependente: LETALIDADE POLICIAL							
Model: (Ordenada na origem), AISP, mesano, DIASEMANA, POLICIAISMORTOSNAAISP2operação, HOMICÍDIOSDOLOSOS							
a. Definido para zero porque este parâmetro é redundante.							
b. Estimativa de verossimilhança máxima.							

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 28 – Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para um dia após a morte do policial na AISP

Estimativas do parâmetro							
Parâmetro	B	Modelo padrão	Intervalo de confiança de Wald 95%		Teste de hipótese		
			Inferior	Superior	Qui-quadrado de Wald	df	Sig.
(Ordenada na origem)	,201	,0166	,169	,234	147,022	1	,000
[AISP=2]	-,181	,0080	-,197	-,166	519,464	1	,000
[AISP=3]	-,105	,0079	-,120	-,089	173,486	1	,000
[AISP=4]	-,157	,0079	-,172	-,141	389,928	1	,000
[AISP=5]	-,175	,0079	-,191	-,160	486,830	1	,000
[AISP=6]	-,172	,0080	-,188	-,156	467,564	1	,000
[AISP=7]	-,096	,0080	-,111	-,080	144,964	1	,000
[AISP=8]	-,187	,0079	-,203	-,172	557,898	1	,000
[AISP=9]	-,091	,0079	-,107	-,076	131,939	1	,000
[AISP=10]	-,187	,0079	-,202	-,171	552,592	1	,000
[AISP=11]	-,184	,0079	-,199	-,168	533,675	1	,000
[AISP=12]	-,076	,0079	-,092	-,061	92,662	1	,000
[AISP=14]	-,055	,0079	-,070	-,039	47,404	1	,000
[AISP=15]	-,047	,0080	-,063	-,031	34,727	1	,000
[AISP=16]	-,112	,0079	-,128	-,096	199,060	1	,000
[AISP=17]	-,165	,0080	-,181	-,149	430,224	1	,000
[AISP=18]	-,175	,0079	-,190	-,159	483,869	1	,000
[AISP=19]	-,183	,0080	-,199	-,168	531,509	1	,000
[AISP=20]	-,115	,0080	-,130	-,099	203,157	1	,000
[AISP=21]	-,152	,0079	-,167	-,136	366,325	1	,000
[AISP=22]	-,136	,0079	-,151	-,120	291,525	1	,000
[AISP=23]	-,176	,0080	-,191	-,160	487,282	1	,000
[AISP=24]	-,170	,0079	-,185	-,154	458,820	1	,000
[AISP=25]	-,174	,0079	-,190	-,159	481,423	1	,000
[AISP=26]	-,185	,0080	-,201	-,170	542,790	1	,000
[AISP=27]	-,138	,0079	-,153	-,122	301,380	1	,000
[AISP=28]	-,185	,0079	-,200	-,169	541,479	1	,000
[AISP=29]	-,186	,0080	-,202	-,171	548,990	1	,000
[AISP=30]	-,182	,0080	-,198	-,167	525,700	1	,000
[AISP=31]	-,178	,0079	-,193	-,162	498,683	1	,000
[AISP=32]	-,172	,0079	-,187	-,156	467,624	1	,000
[AISP=33]	-,176	,0079	-,192	-,160	492,025	1	,000
[AISP=34]	-,174	,0079	-,190	-,159	482,405	1	,000
[AISP=35]	-,164	,0079	-,179	-,148	425,036	1	,000
[AISP=36]	-,185	,0080	-,201	-,170	542,552	1	,000

[AISP=37]	-,185	,0079	-,201	-,170	544,275	1	,000
[AISP=38]	-,187	,0080	-,202	-,171	550,826	1	,000
[AISP=39]	-,093	,0079	-,109	-,077	137,344	1	,000
[AISP=40]	-,182	,0079	-,198	-,167	527,493	1	,000
[AISP=41]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[mesano=JAN 2010]	,040	,0107	,019	,061	13,968	1	,000
[mesano=FEB 2010]	,040	,0110	,018	,061	13,209	1	,000
[mesano=MAR 2010]	,046	,0107	,025	,067	18,265	1	,000
[mesano=APR 2010]	,068	,0108	,047	,089	39,804	1	,000
[mesano=MAY 2010]	,068	,0107	,047	,089	40,166	1	,000
[mesano=JUN 2010]	,042	,0108	,021	,064	15,570	1	,000
[mesano=JUL 2010]	,029	,0107	,008	,050	7,449	1	,006
[mesano=AUG 2010]	,006	,0107	-,015	,027	,276	1	,599
[mesano=SEP 2010]	,008	,0108	-,013	,029	,537	1	,464
[mesano=OCT 2010]	,040	,0107	,019	,060	13,701	1	,000
[mesano=NOV 2010]	,065	,0108	,044	,086	36,080	1	,000
[mesano=DEC 2010]	,028	,0107	,007	,049	6,970	1	,008
[mesano=JAN 2011]	,027	,0107	,006	,048	6,507	1	,011
[mesano=FEB 2011]	,015	,0110	-,007	,036	1,762	1	,184
[mesano=MAR 2011]	,038	,0107	,017	,059	12,897	1	,000
[mesano=APR 2011]	,034	,0108	,012	,055	9,681	1	,002
[mesano=MAY 2011]	,040	,0107	,019	,061	13,923	1	,000
[mesano=JUN 2011]	,033	,0108	,012	,054	9,607	1	,002
[mesano=JUL 2011]	,011	,0107	-,010	,032	1,141	1	,285
[mesano=AUG 2011]	-,005	,0107	-,026	,016	,221	1	,638
[mesano=SEP 2011]	,001	,0108	-,021	,022	,003	1	,959
[mesano=OCT 2011]	-,003	,0107	-,024	,018	,077	1	,781
[mesano=NOV 2011]	,008	,0108	-,013	,029	,597	1	,440
[mesano=DEC 2011]	-,002	,0107	-,023	,019	,050	1	,823
[mesano=JAN 2012]	,011	,0107	-,009	,032	1,158	1	,282
[mesano=FEB 2012]	,011	,0109	-,011	,032	,947	1	,331
[mesano=MAR 2012]	,015	,0107	-,006	,036	2,035	1	,154
[mesano=APR 2012]	,030	,0108	,009	,052	8,015	1	,005
[mesano=MAY 2012]	,018	,0107	-,003	,039	2,830	1	,092
[mesano=JUN 2012]	-,002	,0108	-,023	,019	,049	1	,825
[mesano=JUL 2012]	,019	,0107	-,002	,040	3,191	1	,074
[mesano=AUG 2012]	,017	,0107	-,004	,038	2,539	1	,111
[mesano=SEP 2012]	-,004	,0108	-,025	,017	,124	1	,725
[mesano=OCT 2012]	,006	,0107	-,015	,026	,266	1	,606
[mesano=NOV 2012]	,012	,0108	-,009	,033	1,208	1	,272
[mesano=DEC 2012]	,001	,0107	-,020	,022	,014	1	,907
[mesano=JAN 2013]	,004	,0107	-,017	,025	,160	1	,689

[mesano=FEB 2013]	,004	,0110	-,018	,025	,108	1	,742
[mesano=MAR 2013]	,011	,0107	-,010	,032	1,068	1	,301
[mesano=APR 2013]	,012	,0108	-,009	,033	1,261	1	,261
[mesano=MAY 2013]	,014	,0107	-,007	,035	1,679	1	,195
[mesano=JUN 2013]	,004	,0108	-,018	,025	,110	1	,740
[mesano=JUL 2013]	,013	,0107	-,008	,034	1,474	1	,225
[mesano=AUG 2013]	,001	,0107	-,020	,022	,009	1	,925
[mesano=SEP 2013]	,015	,0108	-,007	,036	1,827	1	,177
[mesano=OCT 2013]	,012	,0107	-,009	,033	1,262	1	,261
[mesano=NOV 2013]	,007	,0108	-,014	,028	,421	1	,516
[mesano=DEC 2013]	,016	,0107	-,005	,037	2,266	1	,132
[mesano=JAN 2014]	,022	,0107	,001	,043	4,153	1	,042
[mesano=FEB 2014]	,027	,0110	,005	,048	5,999	1	,014
[mesano=MAR 2014]	,017	,0107	-,004	,038	2,645	1	,104
[mesano=APR 2014]	,011	,0108	-,010	,033	1,132	1	,287
[mesano=MAY 2014]	,025	,0107	,004	,046	5,351	1	,021
[mesano=JUN 2014]	,016	,0108	-,005	,037	2,277	1	,131
[mesano=JUL 2014]	,027	,0107	,006	,048	6,312	1	,012
[mesano=AUG 2014]	,016	,0107	-,005	,037	2,223	1	,136
[mesano=SEP 2014]	,021	,0108	,000	,042	3,938	1	,047
[mesano=OCT 2014]	,020	,0107	-,001	,041	3,565	1	,059
[mesano=NOV 2014]	,030	,0108	,008	,051	7,533	1	,006
[mesano=DEC 2014]	,011	,0107	-,010	,032	1,059	1	,303
[mesano=JAN 2015]	,034	,0107	,013	,055	9,971	1	,002
[mesano=FEB 2015]	,056	,0110	,035	,078	26,288	1	,000
[mesano=MAR 2015]	,024	,0107	,003	,045	5,196	1	,023
[mesano=APR 2015]	,030	,0108	,009	,052	8,029	1	,005
[mesano=MAY 2015]	,017	,0107	-,004	,038	2,530	1	,112
[mesano=JUN 2015]	,020	,0108	-,001	,041	3,557	1	,059
[mesano=JUL 2015]	,031	,0107	,010	,052	8,273	1	,004
[mesano=AUG 2015]	,022	,0107	,001	,043	4,287	1	,038
[mesano=SEP 2015]	,029	,0108	,008	,050	7,068	1	,008
[mesano=OCT 2015]	,023	,0107	,002	,044	4,807	1	,028
[mesano=NOV 2015]	,018	,0108	-,003	,039	2,805	1	,094
[mesano=DEC 2015]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[DIASEMANA=1]	-,002	,0033	-,008	,005	,301	1	,583
[DIASEMANA=2]	,000	,0033	-,006	,007	,019	1	,891
[DIASEMANA=3]	,011	,0033	,004	,017	9,917	1	,002
[DIASEMANA=4]	,009	,0033	,002	,016	7,297	1	,007
[DIASEMANA=5]	,013	,0033	,007	,020	16,154	1	,000
[DIASEMANA=6]	,011	,0034	,004	,017	9,754	1	,002
[DIASEMANA=7]	0 ^a	.	.	.	.	.	.

[umdiaaposmortepolicialnaarea=,00]	-,042	,0137	-,069	-,015	9,192	1	,002
[umdiaaposmortepolicialnaarea=1,00]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
HOMICÍDIOS DOLOSOS	,012	,0015	,010	,015	71,885	1	,000
(Escala)	,069 ^b	,0003	,068	,070			
Variável dependente: LETALIDADE POLICIAL							
Model: (Ordenada na origem), AISP, mesano, DIASEMANA, umdiaaposmortepolicialnaarea, HOMICÍDIOS DOLOSOS							
a. Definido para zero porque este parâmetro é redundante.							
b. Estimativa de verossimilhança máxima.							

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação – SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 29 – Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para um dia após a morte do policial por execução na AISP

Estimativas do parâmetro							
Parâmetro	B	Modelo padrão	Intervalo de confiança de Wald 95%		Teste de hipótese		
			Inferior	Superior	Qui-quadrado de Wald	df	Sig.
(Ordenada na origem)	,217	,0283	,162	,273	58,936	1	,000
[AISP=2]	-,182	,0080	-,197	-,166	522,184	1	,000
[AISP=3]	-,105	,0079	-,120	-,089	174,109	1	,000
[AISP=4]	-,157	,0079	-,173	-,142	391,834	1	,000
[AISP=5]	-,176	,0079	-,191	-,160	488,767	1	,000
[AISP=6]	-,172	,0080	-,188	-,157	469,774	1	,000
[AISP=7]	-,096	,0080	-,112	-,080	145,323	1	,000
[AISP=8]	-,188	,0079	-,203	-,172	560,553	1	,000
[AISP=9]	-,091	,0079	-,107	-,076	132,506	1	,000
[AISP=10]	-,187	,0079	-,203	-,172	555,414	1	,000
[AISP=11]	-,184	,0079	-,200	-,168	536,313	1	,000
[AISP=12]	-,077	,0079	-,092	-,061	93,410	1	,000
[AISP=14]	-,055	,0079	-,070	-,039	47,302	1	,000
[AISP=15]	-,047	,0080	-,063	-,032	35,004	1	,000
[AISP=16]	-,112	,0079	-,128	-,097	199,397	1	,000
[AISP=17]	-,165	,0079	-,181	-,150	432,631	1	,000
[AISP=18]	-,175	,0079	-,191	-,159	485,875	1	,000
[AISP=19]	-,184	,0080	-,199	-,168	534,261	1	,000
[AISP=20]	-,115	,0080	-,130	-,099	202,957	1	,000
[AISP=21]	-,152	,0079	-,168	-,137	367,704	1	,000
[AISP=22]	-,136	,0079	-,152	-,120	293,100	1	,000
[AISP=23]	-,176	,0080	-,192	-,160	489,664	1	,000
[AISP=24]	-,170	,0079	-,186	-,155	461,037	1	,000
[AISP=25]	-,174	,0079	-,190	-,159	483,517	1	,000
[AISP=26]	-,186	,0080	-,201	-,170	545,579	1	,000
[AISP=27]	-,138	,0079	-,154	-,122	303,081	1	,000
[AISP=28]	-,185	,0079	-,201	-,170	544,025	1	,000
[AISP=29]	-,187	,0079	-,202	-,171	551,797	1	,000
[AISP=30]	-,183	,0080	-,198	-,167	528,310	1	,000
[AISP=31]	-,178	,0079	-,193	-,162	501,134	1	,000
[AISP=32]	-,172	,0079	-,187	-,156	470,144	1	,000
[AISP=33]	-,176	,0079	-,192	-,161	494,635	1	,000
[AISP=34]	-,175	,0079	-,190	-,159	484,590	1	,000
[AISP=35]	-,164	,0079	-,180	-,148	427,026	1	,000
[AISP=36]	-,186	,0080	-,201	-,170	545,339	1	,000

[AISP=37]	-,186	,0079	-,201	-,170	546,814	1	,000
[AISP=38]	-,187	,0080	-,203	-,171	553,539	1	,000
[AISP=39]	-,093	,0079	-,109	-,078	138,387	1	,000
[AISP=40]	-,182	,0079	-,198	-,167	528,737	1	,000
[AISP=41]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[mesano=JAN 2010]	,040	,0107	,019	,061	13,924	1	,000
[mesano=FEB 2010]	,040	,0110	,018	,061	13,221	1	,000
[mesano=MAR 2010]	,046	,0107	,025	,066	18,176	1	,000
[mesano=APR 2010]	,068	,0108	,047	,089	39,558	1	,000
[mesano=MAY 2010]	,067	,0107	,047	,088	39,949	1	,000
[mesano=JUN 2010]	,042	,0108	,021	,063	15,434	1	,000
[mesano=JUL 2010]	,029	,0107	,008	,050	7,360	1	,007
[mesano=AUG 2010]	,005	,0107	-,015	,026	,259	1	,611
[mesano=SEP 2010]	,008	,0108	-,013	,029	,524	1	,469
[mesano=OCT 2010]	,039	,0107	,019	,060	13,640	1	,000
[mesano=NOV 2010]	,064	,0108	,043	,086	35,896	1	,000
[mesano=DEC 2010]	,028	,0107	,007	,049	6,918	1	,009
[mesano=JAN 2011]	,027	,0107	,006	,048	6,465	1	,011
[mesano=FEB 2011]	,014	,0110	-,007	,036	1,731	1	,188
[mesano=MAR 2011]	,038	,0107	,017	,059	12,735	1	,000
[mesano=APR 2011]	,033	,0108	,012	,054	9,597	1	,002
[mesano=MAY 2011]	,040	,0107	,019	,061	13,845	1	,000
[mesano=JUN 2011]	,033	,0108	,012	,054	9,516	1	,002
[mesano=JUL 2011]	,011	,0107	-,010	,032	1,103	1	,294
[mesano=AUG 2011]	-,005	,0107	-,026	,016	,238	1	,626
[mesano=SEP 2011]	,001	,0108	-,021	,022	,002	1	,960
[mesano=OCT 2011]	-,003	,0107	-,024	,018	,085	1	,770
[mesano=NOV 2011]	,008	,0108	-,013	,029	,574	1	,449
[mesano=DEC 2011]	-,003	,0107	-,023	,018	,057	1	,812
[mesano=JAN 2012]	,011	,0107	-,010	,032	1,120	1	,290
[mesano=FEB 2012]	,010	,0109	-,011	,032	,914	1	,339
[mesano=MAR 2012]	,015	,0107	-,006	,036	1,991	1	,158
[mesano=APR 2012]	,030	,0108	,009	,051	7,936	1	,005
[mesano=MAY 2012]	,018	,0107	-,003	,039	2,779	1	,096
[mesano=JUN 2012]	-,002	,0108	-,024	,019	,052	1	,819
[mesano=JUL 2012]	,019	,0107	-,002	,040	3,158	1	,076
[mesano=AUG 2012]	,017	,0107	-,004	,038	2,467	1	,116
[mesano=SEP 2012]	-,004	,0108	-,025	,017	,125	1	,724
[mesano=OCT 2012]	,005	,0107	-,016	,026	,249	1	,617
[mesano=NOV 2012]	,012	,0108	-,009	,033	1,173	1	,279
[mesano=DEC 2012]	,001	,0107	-,020	,022	,011	1	,915
[mesano=JAN 2013]	,004	,0107	-,017	,025	,153	1	,695

[mesano=FEB 2013]	,004	,0110	-,018	,025	,109	1	,741
[mesano=MAR 2013]	,011	,0107	-,010	,032	1,047	1	,306
[mesano=APR 2013]	,012	,0108	-,009	,033	1,260	1	,262
[mesano=MAY 2013]	,014	,0107	-,007	,035	1,664	1	,197
[mesano=JUN 2013]	,003	,0108	-,018	,025	,104	1	,747
[mesano=JUL 2013]	,013	,0107	-,008	,034	1,428	1	,232
[mesano=AUG 2013]	,001	,0107	-,020	,022	,009	1	,923
[mesano=SEP 2013]	,015	,0108	-,007	,036	1,824	1	,177
[mesano=OCT 2013]	,012	,0107	-,009	,033	1,234	1	,267
[mesano=NOV 2013]	,007	,0108	-,014	,028	,412	1	,521
[mesano=DEC 2013]	,016	,0107	-,005	,037	2,227	1	,136
[mesano=JAN 2014]	,022	,0107	,001	,042	4,078	1	,043
[mesano=FEB 2014]	,027	,0110	,005	,048	5,991	1	,014
[mesano=MAR 2014]	,017	,0107	-,004	,038	2,643	1	,104
[mesano=APR 2014]	,011	,0108	-,010	,032	1,108	1	,293
[mesano=MAY 2014]	,025	,0107	,004	,046	5,305	1	,021
[mesano=JUN 2014]	,016	,0108	-,005	,037	2,254	1	,133
[mesano=JUL 2014]	,027	,0107	,006	,048	6,247	1	,012
[mesano=AUG 2014]	,016	,0107	-,005	,037	2,176	1	,140
[mesano=SEP 2014]	,021	,0108	,000	,042	3,888	1	,049
[mesano=OCT 2014]	,020	,0107	-,001	,041	3,520	1	,061
[mesano=NOV 2014]	,029	,0108	,008	,050	7,408	1	,006
[mesano=DEC 2014]	,011	,0107	-,010	,032	1,050	1	,306
[mesano=JAN 2015]	,034	,0107	,013	,055	9,935	1	,002
[mesano=FEB 2015]	,056	,0110	,035	,078	26,288	1	,000
[mesano=MAR 2015]	,024	,0107	,003	,045	5,181	1	,023
[mesano=APR 2015]	,031	,0108	,009	,052	8,037	1	,005
[mesano=MAY 2015]	,017	,0107	-,004	,038	2,503	1	,114
[mesano=JUN 2015]	,020	,0108	-,001	,041	3,527	1	,060
[mesano=JUL 2015]	,031	,0107	,010	,051	8,179	1	,004
[mesano=AUG 2015]	,022	,0107	,001	,043	4,208	1	,040
[mesano=SEP 2015]	,028	,0108	,007	,049	6,960	1	,008
[mesano=OCT 2015]	,023	,0107	,002	,044	4,806	1	,028
[mesano=NOV 2015]	,018	,0108	-,003	,039	2,756	1	,097
[mesano=DEC 2015]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[DIASEMANA=1]	-,002	,0033	-,008	,005	,290	1	,590
[DIASEMANA=2]	,000	,0033	-,006	,007	,018	1	,894
[DIASEMANA=3]	,011	,0033	,004	,017	9,866	1	,002
[DIASEMANA=4]	,009	,0033	,002	,016	7,267	1	,007
[DIASEMANA=5]	,013	,0033	,007	,020	16,108	1	,000
[DIASEMANA=6]	,011	,0034	,004	,017	9,796	1	,002

[DIASEMANA=7]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[umdiaaposmortepolicialnaareaexecução=,00]	-,057	,0267	-,110	-,005	4,597	1	,032
[umdiaaposmortepolicialnaareaexecução=1,00]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
HOMICÍDIOSDOLOSOS	,012	,0015	,010	,015	72,037	1	,000
(Escala)	,069 ^b	,0003	,068	,070			
Variável dependente: LETALIDADE POLICIAL							
Model: (Ordenada na origem), AISP, mesano, DIASEMANA, umdiaaposmortepolicialnaareaexecução, HOMICÍDIOSDOLOSOS							
a. Definido para zero porque este parâmetro é redundante.							
b. Estimativa de verossimilhança máxima.							

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 30 – Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para um dia após a morte do policial por roubo na AISP

Estimativas do parâmetro							
Parâmetro	B	Modelo padrão	Intervalo de confiança de Wald 95%		Teste de hipótese		
			Inferior	Superior	Qui-quadrado de Wald	df	Sig.
(Ordenada na origem)	,195	,0256	,144	,245	57,668	1	,000
[AISP=2]	-,182	,0080	-,197	-,166	521,407	1	,000
[AISP=3]	-,105	,0079	-,120	-,089	173,995	1	,000
[AISP=4]	-,157	,0079	-,173	-,142	391,278	1	,000
[AISP=5]	-,176	,0079	-,191	-,160	487,974	1	,000
[AISP=6]	-,172	,0080	-,188	-,157	469,157	1	,000
[AISP=7]	-,096	,0080	-,111	-,080	145,056	1	,000
[AISP=8]	-,188	,0079	-,203	-,172	559,521	1	,000
[AISP=9]	-,091	,0079	-,107	-,076	131,972	1	,000
[AISP=10]	-,187	,0079	-,203	-,172	554,599	1	,000
[AISP=11]	-,184	,0079	-,200	-,168	535,637	1	,000
[AISP=12]	-,077	,0079	-,092	-,061	93,160	1	,000
[AISP=14]	-,055	,0079	-,070	-,039	47,247	1	,000
[AISP=15]	-,047	,0080	-,063	-,031	34,720	1	,000
[AISP=16]	-,112	,0079	-,128	-,096	199,120	1	,000
[AISP=17]	-,165	,0080	-,181	-,150	431,754	1	,000
[AISP=18]	-,175	,0079	-,190	-,159	484,659	1	,000
[AISP=19]	-,184	,0080	-,199	-,168	533,474	1	,000
[AISP=20]	-,114	,0080	-,130	-,099	202,231	1	,000
[AISP=21]	-,152	,0079	-,167	-,136	366,992	1	,000
[AISP=22]	-,136	,0079	-,151	-,120	292,595	1	,000
[AISP=23]	-,176	,0080	-,191	-,160	488,917	1	,000
[AISP=24]	-,170	,0079	-,186	-,155	460,045	1	,000
[AISP=25]	-,174	,0079	-,190	-,159	482,314	1	,000
[AISP=26]	-,186	,0080	-,201	-,170	544,778	1	,000
[AISP=27]	-,138	,0079	-,153	-,122	302,024	1	,000
[AISP=28]	-,185	,0079	-,201	-,169	543,207	1	,000
[AISP=29]	-,187	,0080	-,202	-,171	550,989	1	,000
[AISP=30]	-,183	,0080	-,198	-,167	527,646	1	,000
[AISP=31]	-,178	,0079	-,193	-,162	500,444	1	,000
[AISP=32]	-,172	,0079	-,187	-,156	469,232	1	,000
[AISP=33]	-,176	,0079	-,192	-,161	493,549	1	,000
[AISP=34]	-,175	,0079	-,190	-,159	483,898	1	,000
[AISP=35]	-,164	,0079	-,179	-,148	426,205	1	,000
[AISP=36]	-,186	,0080	-,201	-,170	544,539	1	,000

[AISP=37]	-,186	,0079	-,201	-,170	546,004	1	,000
[AISP=38]	-,187	,0080	-,203	-,171	552,687	1	,000
[AISP=39]	-,093	,0079	-,109	-,078	137,909	1	,000
[AISP=40]	-,182	,0079	-,198	-,167	526,771	1	,000
[AISP=41]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[mesano=JAN 2010]	,040	,0107	,019	,061	13,851	1	,000
[mesano=FEB 2010]	,040	,0110	,018	,061	13,200	1	,000
[mesano=MAR 2010]	,046	,0107	,025	,067	18,290	1	,000
[mesano=APR 2010]	,068	,0108	,047	,089	39,592	1	,000
[mesano=MAY 2010]	,068	,0107	,047	,089	40,151	1	,000
[mesano=JUN 2010]	,042	,0108	,021	,063	15,490	1	,000
[mesano=JUL 2010]	,029	,0107	,008	,050	7,360	1	,007
[mesano=AUG 2010]	,005	,0107	-,015	,026	,259	1	,611
[mesano=SEP 2010]	,008	,0108	-,013	,029	,524	1	,469
[mesano=OCT 2010]	,039	,0107	,019	,060	13,673	1	,000
[mesano=NOV 2010]	,065	,0108	,044	,086	36,068	1	,000
[mesano=DEC 2010]	,028	,0107	,007	,049	6,918	1	,009
[mesano=JAN 2011]	,027	,0107	,006	,048	6,447	1	,011
[mesano=FEB 2011]	,014	,0110	-,007	,036	1,738	1	,187
[mesano=MAR 2011]	,038	,0107	,017	,059	12,773	1	,000
[mesano=APR 2011]	,034	,0108	,012	,055	9,682	1	,002
[mesano=MAY 2011]	,040	,0107	,019	,061	13,943	1	,000
[mesano=JUN 2011]	,033	,0108	,012	,054	9,488	1	,002
[mesano=JUL 2011]	,011	,0107	-,010	,032	1,118	1	,290
[mesano=AUG 2011]	-,005	,0107	-,026	,016	,228	1	,633
[mesano=SEP 2011]	,000	,0108	-,021	,022	,002	1	,966
[mesano=OCT 2011]	-,003	,0107	-,024	,018	,083	1	,774
[mesano=NOV 2011]	,008	,0108	-,013	,029	,571	1	,450
[mesano=DEC 2011]	-,003	,0107	-,023	,018	,056	1	,813
[mesano=JAN 2012]	,011	,0107	-,010	,032	1,141	1	,286
[mesano=FEB 2012]	,010	,0109	-,011	,032	,928	1	,335
[mesano=MAR 2012]	,015	,0107	-,006	,036	2,009	1	,156
[mesano=APR 2012]	,030	,0108	,009	,052	7,976	1	,005
[mesano=MAY 2012]	,018	,0107	-,003	,039	2,826	1	,093
[mesano=JUN 2012]	-,002	,0108	-,024	,019	,050	1	,823
[mesano=JUL 2012]	,019	,0107	-,002	,040	3,179	1	,075
[mesano=AUG 2012]	,017	,0107	-,004	,038	2,484	1	,115
[mesano=SEP 2012]	-,004	,0108	-,025	,017	,128	1	,720
[mesano=OCT 2012]	,005	,0107	-,016	,026	,255	1	,614
[mesano=NOV 2012]	,012	,0108	-,009	,033	1,179	1	,278
[mesano=DEC 2012]	,001	,0107	-,020	,022	,011	1	,915
[mesano=JAN 2013]	,004	,0107	-,017	,025	,150	1	,698

[mesano=FEB 2013]	,004	,0110	-,018	,025	,107	1	,743
[mesano=MAR 2013]	,011	,0107	-,010	,032	1,052	1	,305
[mesano=APR 2013]	,012	,0108	-,009	,033	1,269	1	,260
[mesano=MAY 2013]	,014	,0107	-,007	,035	1,653	1	,199
[mesano=JUN 2013]	,003	,0108	-,018	,025	,103	1	,748
[mesano=JUL 2013]	,013	,0107	-,008	,034	1,440	1	,230
[mesano=AUG 2013]	,001	,0107	-,020	,022	,009	1	,923
[mesano=SEP 2013]	,015	,0108	-,007	,036	1,829	1	,176
[mesano=OCT 2013]	,012	,0107	-,009	,033	1,239	1	,266
[mesano=NOV 2013]	,007	,0108	-,014	,028	,414	1	,520
[mesano=DEC 2013]	,016	,0107	-,005	,037	2,226	1	,136
[mesano=JAN 2014]	,022	,0107	,001	,042	4,071	1	,044
[mesano=FEB 2014]	,027	,0110	,005	,048	5,977	1	,014
[mesano=MAR 2014]	,017	,0107	-,004	,038	2,643	1	,104
[mesano=APR 2014]	,011	,0108	-,010	,032	1,104	1	,293
[mesano=MAY 2014]	,025	,0107	,004	,046	5,330	1	,021
[mesano=JUN 2014]	,016	,0108	-,005	,037	2,276	1	,131
[mesano=JUL 2014]	,027	,0107	,006	,048	6,260	1	,012
[mesano=AUG 2014]	,016	,0107	-,005	,037	2,218	1	,136
[mesano=SEP 2014]	,021	,0108	,000	,042	3,887	1	,049
[mesano=OCT 2014]	,020	,0107	-,001	,041	3,504	1	,061
[mesano=NOV 2014]	,029	,0108	,008	,050	7,437	1	,006
[mesano=DEC 2014]	,011	,0107	-,010	,032	1,037	1	,309
[mesano=JAN 2015]	,034	,0107	,013	,055	9,925	1	,002
[mesano=FEB 2015]	,056	,0110	,035	,078	26,208	1	,000
[mesano=MAR 2015]	,024	,0107	,003	,045	5,181	1	,023
[mesano=APR 2015]	,030	,0108	,009	,052	8,026	1	,005
[mesano=MAY 2015]	,017	,0107	-,004	,038	2,506	1	,113
[mesano=JUN 2015]	,020	,0108	-,001	,041	3,530	1	,060
[mesano=JUL 2015]	,031	,0107	,010	,052	8,210	1	,004
[mesano=AUG 2015]	,022	,0107	,001	,043	4,230	1	,040
[mesano=SEP 2015]	,029	,0108	,007	,050	7,012	1	,008
[mesano=OCT 2015]	,023	,0107	,002	,044	4,759	1	,029
[mesano=NOV 2015]	,018	,0108	-,003	,039	2,750	1	,097
[mesano=DEC 2015]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[DIASEMANA=1]	-,002	,0033	-,008	,005	,279	1	,597
[DIASEMANA=2]	,000	,0033	-,006	,007	,019	1	,892
[DIASEMANA=3]	,011	,0033	,004	,017	9,954	1	,002
[DIASEMANA=4]	,009	,0033	,002	,016	7,247	1	,007
[DIASEMANA=5]	,013	,0033	,007	,020	16,077	1	,000
[DIASEMANA=6]	,011	,0034	,004	,017	9,825	1	,002

[DIASEMANA=7]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[umdiaaposmortepolicialnaarearou bo=,00]	-,034	,0239	-,081	,012	2,076	1	,150
[umdiaaposmortepolicialnaarearou bo=1,00]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
HOMICÍDIOSDOLOSOS	,012	,0015	,010	,015	71,882	1	,000
(Escala)	,069 ^b	,0003	,068	,070			
Variável dependente: LETALIDADE POLICIAL							
Model: (Ordenada na origem), AISP, mesano, DIASEMANA, umdiaaposmortepolicialnaarearoubo, HOMICÍDIOSDOLOSOS							
a. Definido para zero porque este parâmetro é redundante.							
b. Estimativa de verossimilhança máxima.							

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 31 – Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para um dia após a morte do policial na AISP no horário de serviço

Estimativas do parâmetro							
Parâmetro	B	Modelo padrão	Intervalo de confiança de Wald 95%		Teste de hipótese		
			Inferior	Superior	Qui-quadrado de Wald	df	Sig.
(Ordenada na origem)	,307	,0346	,239	,375	78,685	1	,000
[AISP=2]	-,182	,0080	-,197	-,166	521,178	1	,000
[AISP=3]	-,105	,0079	-,120	-,089	173,980	1	,000
[AISP=4]	-,157	,0079	-,173	-,142	391,969	1	,000
[AISP=5]	-,176	,0079	-,191	-,160	488,395	1	,000
[AISP=6]	-,172	,0080	-,188	-,157	469,194	1	,000
[AISP=7]	-,096	,0080	-,111	-,080	145,091	1	,000
[AISP=8]	-,188	,0079	-,203	-,172	559,194	1	,000
[AISP=9]	-,091	,0079	-,107	-,076	131,845	1	,000
[AISP=10]	-,187	,0079	-,203	-,171	554,359	1	,000
[AISP=11]	-,184	,0079	-,199	-,168	535,276	1	,000
[AISP=12]	-,077	,0079	-,092	-,061	93,131	1	,000
[AISP=14]	-,055	,0079	-,070	-,039	47,314	1	,000
[AISP=15]	-,047	,0080	-,063	-,031	34,622	1	,000
[AISP=16]	-,113	,0079	-,128	-,097	200,838	1	,000
[AISP=17]	-,165	,0079	-,181	-,150	431,411	1	,000
[AISP=18]	-,175	,0079	-,191	-,160	486,315	1	,000
[AISP=19]	-,184	,0080	-,199	-,168	533,248	1	,000
[AISP=20]	-,114	,0080	-,130	-,098	201,524	1	,000
[AISP=21]	-,152	,0079	-,167	-,136	366,579	1	,000
[AISP=22]	-,136	,0079	-,151	-,120	292,784	1	,000
[AISP=23]	-,176	,0080	-,191	-,160	489,460	1	,000
[AISP=24]	-,170	,0079	-,186	-,154	459,507	1	,000
[AISP=25]	-,174	,0079	-,190	-,159	481,659	1	,000
[AISP=26]	-,186	,0080	-,201	-,170	544,546	1	,000
[AISP=27]	-,138	,0079	-,153	-,122	302,357	1	,000
[AISP=28]	-,185	,0079	-,200	-,169	542,941	1	,000
[AISP=29]	-,187	,0079	-,202	-,171	550,756	1	,000
[AISP=30]	-,183	,0080	-,198	-,167	527,296	1	,000
[AISP=31]	-,178	,0079	-,193	-,162	499,975	1	,000
[AISP=32]	-,172	,0079	-,187	-,156	469,325	1	,000
[AISP=33]	-,176	,0079	-,192	-,161	493,670	1	,000
[AISP=34]	-,174	,0079	-,190	-,159	483,794	1	,000
[AISP=35]	-,164	,0079	-,179	-,148	425,995	1	,000
[AISP=36]	-,185	,0080	-,201	-,170	544,307	1	,000

[AISP=37]	-,186	,0079	-,201	-,170	546,173	1	,000
[AISP=38]	-,187	,0080	-,202	-,171	552,333	1	,000
[AISP=39]	-,093	,0079	-,109	-,078	137,825	1	,000
[AISP=40]	-,182	,0079	-,198	-,166	526,553	1	,000
[AISP=41]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[mesano=JAN 2010]	,040	,0107	,019	,061	13,983	1	,000
[mesano=FEB 2010]	,040	,0110	,018	,061	13,304	1	,000
[mesano=MAR 2010]	,046	,0107	,025	,067	18,493	1	,000
[mesano=APR 2010]	,068	,0108	,047	,089	39,858	1	,000
[mesano=MAY 2010]	,068	,0107	,047	,089	40,272	1	,000
[mesano=JUN 2010]	,043	,0108	,021	,064	15,653	1	,000
[mesano=JUL 2010]	,029	,0107	,008	,050	7,486	1	,006
[mesano=AUG 2010]	,006	,0107	-,015	,027	,283	1	,595
[mesano=SEP 2010]	,008	,0108	-,013	,029	,540	1	,462
[mesano=OCT 2010]	,040	,0107	,019	,061	13,848	1	,000
[mesano=NOV 2010]	,065	,0108	,044	,086	36,147	1	,000
[mesano=DEC 2010]	,028	,0107	,007	,049	6,981	1	,008
[mesano=JAN 2011]	,027	,0107	,007	,048	6,608	1	,010
[mesano=FEB 2011]	,015	,0110	-,007	,036	1,792	1	,181
[mesano=MAR 2011]	,038	,0107	,017	,059	12,902	1	,000
[mesano=APR 2011]	,034	,0108	,013	,055	9,829	1	,002
[mesano=MAY 2011]	,040	,0107	,019	,061	13,949	1	,000
[mesano=JUN 2011]	,033	,0108	,012	,055	9,631	1	,002
[mesano=JUL 2011]	,012	,0107	-,009	,032	1,162	1	,281
[mesano=AUG 2011]	-,005	,0107	-,026	,016	,212	1	,645
[mesano=SEP 2011]	,001	,0108	-,020	,022	,003	1	,955
[mesano=OCT 2011]	-,003	,0107	-,024	,018	,070	1	,791
[mesano=NOV 2011]	,008	,0108	-,013	,029	,603	1	,438
[mesano=DEC 2011]	-,002	,0107	-,023	,019	,044	1	,833
[mesano=JAN 2012]	,012	,0107	-,009	,033	1,179	1	,278
[mesano=FEB 2012]	,011	,0109	-,011	,032	,968	1	,325
[mesano=MAR 2012]	,015	,0107	-,006	,036	2,083	1	,149
[mesano=APR 2012]	,030	,0108	,009	,052	8,026	1	,005
[mesano=MAY 2012]	,018	,0107	-,003	,039	2,809	1	,094
[mesano=JUN 2012]	-,002	,0108	-,023	,019	,040	1	,841
[mesano=JUL 2012]	,019	,0107	-,002	,040	3,190	1	,074
[mesano=AUG 2012]	,017	,0107	-,004	,038	2,540	1	,111
[mesano=SEP 2012]	-,004	,0108	-,025	,017	,128	1	,720
[mesano=OCT 2012]	,006	,0107	-,015	,026	,273	1	,601
[mesano=NOV 2012]	,012	,0108	-,009	,033	1,223	1	,269
[mesano=DEC 2012]	,001	,0107	-,020	,022	,011	1	,915
[mesano=JAN 2013]	,004	,0107	-,017	,025	,159	1	,690

[mesano=FEB 2013]	,004	,0110	-,018	,025	,116	1	,733
[mesano=MAR 2013]	,011	,0107	-,010	,032	1,071	1	,301
[mesano=APR 2013]	,012	,0108	-,009	,033	1,295	1	,255
[mesano=MAY 2013]	,014	,0107	-,007	,035	1,683	1	,194
[mesano=JUN 2013]	,004	,0108	-,018	,025	,109	1	,742
[mesano=JUL 2013]	,013	,0107	-,008	,034	1,482	1	,223
[mesano=AUG 2013]	,001	,0107	-,020	,022	,007	1	,932
[mesano=SEP 2013]	,014	,0108	-,007	,036	1,804	1	,179
[mesano=OCT 2013]	,012	,0107	-,009	,033	1,259	1	,262
[mesano=NOV 2013]	,007	,0108	-,014	,028	,417	1	,518
[mesano=DEC 2013]	,016	,0107	-,005	,037	2,296	1	,130
[mesano=JAN 2014]	,022	,0107	,001	,043	4,156	1	,041
[mesano=FEB 2014]	,027	,0110	,005	,048	6,046	1	,014
[mesano=MAR 2014]	,017	,0107	-,004	,038	2,572	1	,109
[mesano=APR 2014]	,011	,0108	-,010	,033	1,123	1	,289
[mesano=MAY 2014]	,025	,0107	,004	,046	5,361	1	,021
[mesano=JUN 2014]	,016	,0108	-,005	,037	2,268	1	,132
[mesano=JUL 2014]	,027	,0107	,006	,048	6,306	1	,012
[mesano=AUG 2014]	,016	,0107	-,005	,037	2,204	1	,138
[mesano=SEP 2014]	,021	,0108	,000	,042	3,933	1	,047
[mesano=OCT 2014]	,020	,0107	-,001	,041	3,549	1	,060
[mesano=NOV 2014]	,030	,0108	,008	,051	7,535	1	,006
[mesano=DEC 2014]	,011	,0107	-,010	,032	1,107	1	,293
[mesano=JAN 2015]	,033	,0107	,013	,054	9,839	1	,002
[mesano=FEB 2015]	,056	,0110	,035	,078	26,349	1	,000
[mesano=MAR 2015]	,024	,0107	,003	,045	5,182	1	,023
[mesano=APR 2015]	,031	,0108	,010	,052	8,086	1	,004
[mesano=MAY 2015]	,017	,0107	-,004	,038	2,489	1	,115
[mesano=JUN 2015]	,020	,0108	-,001	,042	3,595	1	,058
[mesano=JUL 2015]	,031	,0107	,010	,052	8,246	1	,004
[mesano=AUG 2015]	,022	,0107	,001	,043	4,302	1	,038
[mesano=SEP 2015]	,029	,0108	,008	,050	7,105	1	,008
[mesano=OCT 2015]	,024	,0107	,003	,044	4,858	1	,028
[mesano=NOV 2015]	,018	,0108	-,003	,039	2,778	1	,096
[mesano=DEC 2015]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[DIASEMANA=1]	-,002	,0033	-,008	,005	,297	1	,585
[DIASEMANA=2]	,000	,0033	-,006	,007	,016	1	,898
[DIASEMANA=3]	,011	,0033	,004	,017	9,880	1	,002
[DIASEMANA=4]	,009	,0033	,002	,016	7,252	1	,007
[DIASEMANA=5]	,013	,0033	,007	,020	16,053	1	,000
[DIASEMANA=6]	,011	,0034	,004	,017	9,701	1	,002

[DIASEMANA=7]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[umdiaaposmortepoliciaalnaareaseruico=,00]	-,147	,0334	-,213	-,082	19,500	1	,000
[umdiaaposmortepoliciaalnaareaseruico=1,00]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
HOMICÍDIOS DOLOSOS	,012	,0015	,009	,015	71,595	1	,000
(Escala)	,069 ^b	,0003	,068	,070			
Variável dependente: LETALIDADE POLICIAL							
Model: (Ordenada na origem), AISP, mesano, DIASEMANA, umdiaaposmortepoliciaalnaareaoperação, HOMICÍDIOS DOLOSOS							
a. Definido para zero porque este parâmetro é redundante.							
b. Estimativa de verossimilhança máxima.							

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação – SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 32 – Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para cinco dias após a morte do policial na AISP

Estimativas do parâmetro							
Parâmetro	B	Modelo padrão	Intervalo de confiança de Wald 95%		Teste de hipótese		
			Inferior	Superior	Qui-quadrado de Wald	df	Sig.
(Ordenada na origem)	,173	,0113	,151	,195	234,038	1	,000
[AISP=2]	-,181	,0080	-,197	-,165	516,449	1	,000
[AISP=3]	-,104	,0079	-,120	-,089	172,935	1	,000
[AISP=4]	-,157	,0080	-,172	-,141	387,893	1	,000
[AISP=5]	-,175	,0080	-,191	-,160	484,843	1	,000
[AISP=6]	-,172	,0080	-,187	-,156	465,149	1	,000
[AISP=7]	-,096	,0080	-,111	-,080	144,777	1	,000
[AISP=8]	-,187	,0079	-,203	-,172	555,103	1	,000
[AISP=9]	-,091	,0079	-,107	-,075	131,723	1	,000
[AISP=10]	-,187	,0080	-,202	-,171	549,431	1	,000
[AISP=11]	-,183	,0080	-,199	-,168	530,737	1	,000
[AISP=12]	-,076	,0079	-,092	-,061	92,060	1	,000
[AISP=14]	-,055	,0079	-,070	-,039	47,461	1	,000
[AISP=15]	-,047	,0080	-,063	-,031	34,673	1	,000
[AISP=16]	-,112	,0079	-,127	-,096	198,704	1	,000
[AISP=17]	-,165	,0080	-,180	-,149	427,940	1	,000
[AISP=18]	-,174	,0079	-,190	-,159	482,114	1	,000
[AISP=19]	-,183	,0080	-,199	-,168	528,447	1	,000
[AISP=20]	-,115	,0080	-,130	-,099	203,475	1	,000
[AISP=21]	-,152	,0079	-,167	-,136	365,287	1	,000
[AISP=22]	-,135	,0079	-,151	-,120	290,013	1	,000
[AISP=23]	-,175	,0080	-,191	-,160	484,667	1	,000
[AISP=24]	-,170	,0079	-,185	-,154	456,813	1	,000
[AISP=25]	-,174	,0079	-,189	-,158	479,859	1	,000
[AISP=26]	-,185	,0080	-,201	-,169	539,677	1	,000
[AISP=27]	-,137	,0079	-,153	-,122	300,067	1	,000
[AISP=28]	-,184	,0079	-,200	-,169	538,636	1	,000
[AISP=29]	-,186	,0080	-,202	-,170	545,850	1	,000
[AISP=30]	-,182	,0080	-,198	-,166	522,803	1	,000
[AISP=31]	-,177	,0080	-,193	-,162	496,154	1	,000
[AISP=32]	-,171	,0079	-,187	-,156	465,037	1	,000
[AISP=33]	-,176	,0079	-,191	-,160	489,492	1	,000
[AISP=34]	-,174	,0079	-,190	-,158	480,165	1	,000
[AISP=35]	-,163	,0079	-,179	-,148	423,311	1	,000
[AISP=36]	-,185	,0080	-,201	-,169	539,440	1	,000

[AISP=37]	-,185	,0080	-,201	-,169	541,439	1	,000
[AISP=38]	-,186	,0080	-,202	-,171	547,979	1	,000
[AISP=39]	-,093	,0079	-,108	-,077	136,480	1	,000
[AISP=40]	-,182	,0079	-,198	-,167	527,112	1	,000
[AISP=41]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[mesano=JAN 2010]	,040	,0107	,019	,061	13,980	1	,000
[mesano=FEB 2010]	,040	,0110	,018	,061	13,196	1	,000
[mesano=MAR 2010]	,046	,0107	,025	,066	18,165	1	,000
[mesano=APR 2010]	,068	,0108	,047	,089	39,868	1	,000
[mesano=MAY 2010]	,068	,0107	,047	,089	40,113	1	,000
[mesano=JUN 2010]	,043	,0108	,021	,064	15,640	1	,000
[mesano=JUL 2010]	,029	,0107	,008	,050	7,429	1	,006
[mesano=AUG 2010]	,006	,0107	-,015	,027	,280	1	,597
[mesano=SEP 2010]	,008	,0108	-,013	,029	,543	1	,461
[mesano=OCT 2010]	,039	,0107	,019	,060	13,669	1	,000
[mesano=NOV 2010]	,065	,0108	,044	,086	36,052	1	,000
[mesano=DEC 2010]	,028	,0107	,007	,049	6,948	1	,008
[mesano=JAN 2011]	,027	,0107	,006	,048	6,497	1	,011
[mesano=FEB 2011]	,015	,0110	-,007	,036	1,768	1	,184
[mesano=MAR 2011]	,038	,0107	,017	,059	12,938	1	,000
[mesano=APR 2011]	,033	,0108	,012	,055	9,640	1	,002
[mesano=MAY 2011]	,040	,0107	,019	,061	13,911	1	,000
[mesano=JUN 2011]	,033	,0108	,012	,054	9,602	1	,002
[mesano=JUL 2011]	,011	,0107	-,010	,032	1,144	1	,285
[mesano=AUG 2011]	-,005	,0107	-,026	,016	,215	1	,643
[mesano=SEP 2011]	,001	,0108	-,021	,022	,002	1	,960
[mesano=OCT 2011]	-,003	,0107	-,024	,018	,079	1	,778
[mesano=NOV 2011]	,008	,0108	-,013	,029	,607	1	,436
[mesano=DEC 2011]	-,002	,0107	-,023	,019	,049	1	,825
[mesano=JAN 2012]	,011	,0107	-,009	,032	1,153	1	,283
[mesano=FEB 2012]	,011	,0109	-,011	,032	,950	1	,330
[mesano=MAR 2012]	,015	,0107	-,006	,036	2,032	1	,154
[mesano=APR 2012]	,030	,0108	,009	,052	8,007	1	,005
[mesano=MAY 2012]	,018	,0107	-,003	,039	2,828	1	,093
[mesano=JUN 2012]	-,002	,0108	-,024	,019	,051	1	,821
[mesano=JUL 2012]	,019	,0107	-,002	,040	3,177	1	,075
[mesano=AUG 2012]	,017	,0107	-,004	,038	2,557	1	,110
[mesano=SEP 2012]	-,004	,0108	-,025	,017	,125	1	,723
[mesano=OCT 2012]	,006	,0107	-,015	,026	,270	1	,603
[mesano=NOV 2012]	,012	,0108	-,009	,033	1,225	1	,268
[mesano=DEC 2012]	,001	,0107	-,020	,022	,013	1	,909
[mesano=JAN 2013]	,004	,0107	-,017	,025	,160	1	,689

[mesano=FEB 2013]	,004	,0110	-,018	,025	,110	1	,740
[mesano=MAR 2013]	,011	,0107	-,010	,032	1,056	1	,304
[mesano=APR 2013]	,012	,0108	-,009	,033	1,238	1	,266
[mesano=MAY 2013]	,014	,0107	-,007	,035	1,678	1	,195
[mesano=JUN 2013]	,004	,0108	-,017	,025	,114	1	,736
[mesano=JUL 2013]	,013	,0107	-,008	,034	1,478	1	,224
[mesano=AUG 2013]	,001	,0107	-,020	,022	,008	1	,931
[mesano=SEP 2013]	,015	,0108	-,007	,036	1,827	1	,177
[mesano=OCT 2013]	,012	,0107	-,009	,033	1,249	1	,264
[mesano=NOV 2013]	,007	,0108	-,014	,028	,419	1	,517
[mesano=DEC 2013]	,016	,0107	-,005	,037	2,269	1	,132
[mesano=JAN 2014]	,022	,0107	,001	,043	4,175	1	,041
[mesano=FEB 2014]	,027	,0110	,005	,048	5,980	1	,014
[mesano=MAR 2014]	,017	,0107	-,004	,038	2,639	1	,104
[mesano=APR 2014]	,012	,0108	-,010	,033	1,145	1	,285
[mesano=MAY 2014]	,025	,0107	,004	,046	5,351	1	,021
[mesano=JUN 2014]	,016	,0108	-,005	,037	2,277	1	,131
[mesano=JUL 2014]	,027	,0107	,006	,048	6,302	1	,012
[mesano=AUG 2014]	,016	,0107	-,005	,037	2,216	1	,137
[mesano=SEP 2014]	,021	,0108	,000	,042	3,949	1	,047
[mesano=OCT 2014]	,020	,0107	-,001	,041	3,576	1	,059
[mesano=NOV 2014]	,030	,0108	,009	,051	7,572	1	,006
[mesano=DEC 2014]	,011	,0107	-,010	,032	1,067	1	,302
[mesano=JAN 2015]	,034	,0107	,013	,055	9,946	1	,002
[mesano=FEB 2015]	,056	,0110	,035	,078	26,227	1	,000
[mesano=MAR 2015]	,024	,0107	,003	,045	5,214	1	,022
[mesano=APR 2015]	,030	,0108	,009	,051	7,960	1	,005
[mesano=MAY 2015]	,017	,0107	-,004	,038	2,538	1	,111
[mesano=JUN 2015]	,020	,0108	-,001	,041	3,548	1	,060
[mesano=JUL 2015]	,031	,0107	,010	,052	8,295	1	,004
[mesano=AUG 2015]	,022	,0107	,001	,043	4,313	1	,038
[mesano=SEP 2015]	,029	,0108	,008	,050	7,106	1	,008
[mesano=OCT 2015]	,023	,0107	,002	,044	4,769	1	,029
[mesano=NOV 2015]	,018	,0108	-,003	,039	2,825	1	,093
[mesano=DEC 2015]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[DIASEMANA=1]	-,002	,0033	-,008	,005	,297	1	,586
[DIASEMANA=2]	,000	,0033	-,006	,007	,014	1	,904
[DIASEMANA=3]	,010	,0033	,004	,017	9,829	1	,002
[DIASEMANA=4]	,009	,0033	,002	,016	7,197	1	,007
[DIASEMANA=5]	,013	,0033	,007	,020	16,016	1	,000
[DIASEMANA=6]	,011	,0034	,004	,017	9,822	1	,002

[DIASEMANA=7]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[CINCODIASDEPOISDA MORTEPOLICIALMORT ONAAISP=,00]	-,013	,0063	-,026	-,001	4,442	1	,035
[CINCODIASDEPOISDA MORTEPOLICIALMORT ONAAISP=1,00]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
HOMICÍDIOSDOLOSOS	,012	,0015	,009	,015	71,742	1	,000
(Escala)	,069 ^b	,0003	,068	,070			
Variável dependente: LETALIDADE POLICIAL							
Model: (Ordenada na origem), AISP, mesano, DIASEMANA, CINCODIASDEPOISDAMORTEPOLICIALMORTONAAISP, HOMICÍDIOSDOLOSOS							
a. Definido para zero porque este parâmetro é redundante.							
b. Estimativa de verossimilhança máxima.							

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2015; 2015.

Tabela 33 – Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para cinco dias após a morte do policial por execução na AISP

Estimativas do parâmetro							
Parâmetro	B	Modelo padrão	Intervalo de confiança de Wald 95%		Teste de hipótese		
			Inferior	Superior	Qui-quadrado de Wald	df	Sig.
(Ordenada na origem)	,162	,0157	,132	,193	106,551	1	,000
[AISP=2]	-,182	,0080	-,197	-,166	522,840	1	,000
[AISP=3]	-,105	,0079	-,120	-,089	174,357	1	,000
[AISP=4]	-,157	,0079	-,173	-,142	392,402	1	,000
[AISP=5]	-,176	,0079	-,191	-,160	489,299	1	,000
[AISP=6]	-,172	,0080	-,188	-,157	470,398	1	,000
[AISP=7]	-,096	,0080	-,112	-,080	145,315	1	,000
[AISP=8]	-,188	,0079	-,203	-,172	561,063	1	,000
[AISP=9]	-,091	,0079	-,107	-,076	132,230	1	,000
[AISP=10]	-,187	,0079	-,203	-,172	556,081	1	,000
[AISP=11]	-,184	,0079	-,200	-,169	536,971	1	,000
[AISP=12]	-,077	,0079	-,092	-,061	93,588	1	,000
[AISP=14]	-,055	,0079	-,070	-,039	47,315	1	,000
[AISP=15]	-,047	,0080	-,063	-,031	34,859	1	,000
[AISP=16]	-,112	,0079	-,128	-,097	199,590	1	,000
[AISP=17]	-,165	,0079	-,181	-,150	433,032	1	,000
[AISP=18]	-,175	,0079	-,191	-,159	486,169	1	,000
[AISP=19]	-,184	,0080	-,200	-,168	534,926	1	,000
[AISP=20]	-,114	,0080	-,130	-,099	202,289	1	,000
[AISP=21]	-,152	,0079	-,168	-,137	367,832	1	,000
[AISP=22]	-,136	,0079	-,152	-,120	293,512	1	,000
[AISP=23]	-,176	,0080	-,192	-,161	490,300	1	,000
[AISP=24]	-,170	,0079	-,186	-,155	461,302	1	,000
[AISP=25]	-,174	,0079	-,190	-,159	483,506	1	,000
[AISP=26]	-,186	,0080	-,201	-,170	546,246	1	,000
[AISP=27]	-,138	,0079	-,154	-,123	303,198	1	,000
[AISP=28]	-,185	,0079	-,201	-,170	544,670	1	,000
[AISP=29]	-,187	,0080	-,202	-,171	552,467	1	,000
[AISP=30]	-,183	,0080	-,198	-,167	528,969	1	,000
[AISP=31]	-,178	,0079	-,194	-,162	501,673	1	,000
[AISP=32]	-,172	,0079	-,188	-,156	470,635	1	,000
[AISP=33]	-,176	,0079	-,192	-,161	495,041	1	,000
[AISP=34]	-,175	,0079	-,190	-,159	485,103	1	,000
[AISP=35]	-,164	,0079	-,180	-,148	427,298	1	,000
[AISP=36]	-,186	,0080	-,201	-,170	546,007	1	,000

[AISP=37]	-,186	,0079	-,201	-,170	547,474	1	,000
[AISP=38]	-,187	,0080	-,203	-,172	554,107	1	,000
[AISP=39]	-,093	,0079	-,109	-,078	138,592	1	,000
[AISP=40]	-,182	,0079	-,198	-,167	527,927	1	,000
[AISP=41]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[mesano=JAN 2010]	,040	,0107	,019	,061	13,895	1	,000
[mesano=FEB 2010]	,040	,0110	,018	,061	13,223	1	,000
[mesano=MAR 2010]	,046	,0107	,025	,067	18,264	1	,000
[mesano=APR 2010]	,068	,0108	,047	,089	39,556	1	,000
[mesano=MAY 2010]	,068	,0107	,047	,089	40,089	1	,000
[mesano=JUN 2010]	,042	,0108	,021	,063	15,466	1	,000
[mesano=JUL 2010]	,029	,0107	,008	,050	7,354	1	,007
[mesano=AUG 2010]	,005	,0107	-,015	,026	,259	1	,611
[mesano=SEP 2010]	,008	,0108	-,013	,029	,524	1	,469
[mesano=OCT 2010]	,039	,0107	,019	,060	13,664	1	,000
[mesano=NOV 2010]	,065	,0108	,043	,086	35,989	1	,000
[mesano=DEC 2010]	,028	,0107	,007	,049	6,913	1	,009
[mesano=JAN 2011]	,027	,0107	,006	,048	6,488	1	,011
[mesano=FEB 2011]	,014	,0110	-,007	,036	1,732	1	,188
[mesano=MAR 2011]	,038	,0107	,017	,059	12,731	1	,000
[mesano=APR 2011]	,033	,0108	,012	,055	9,670	1	,002
[mesano=MAY 2011]	,040	,0107	,019	,061	13,921	1	,000
[mesano=JUN 2011]	,033	,0108	,012	,054	9,492	1	,002
[mesano=JUL 2011]	,011	,0107	-,010	,032	1,110	1	,292
[mesano=AUG 2011]	-,005	,0107	-,026	,016	,234	1	,629
[mesano=SEP 2011]	,000	,0108	-,021	,022	,002	1	,964
[mesano=OCT 2011]	-,003	,0107	-,024	,018	,083	1	,773
[mesano=NOV 2011]	,008	,0108	-,013	,029	,568	1	,451
[mesano=DEC 2011]	-,003	,0107	-,023	,018	,055	1	,815
[mesano=JAN 2012]	,011	,0107	-,010	,032	1,127	1	,288
[mesano=FEB 2012]	,010	,0109	-,011	,032	,921	1	,337
[mesano=MAR 2012]	,015	,0107	-,006	,036	2,013	1	,156
[mesano=APR 2012]	,030	,0108	,009	,051	7,955	1	,005
[mesano=MAY 2012]	,018	,0107	-,003	,039	2,803	1	,094
[mesano=JUN 2012]	-,002	,0108	-,024	,019	,051	1	,822
[mesano=JUL 2012]	,019	,0107	-,002	,040	3,187	1	,074
[mesano=AUG 2012]	,017	,0107	-,004	,038	2,465	1	,116
[mesano=SEP 2012]	-,004	,0108	-,025	,017	,128	1	,721
[mesano=OCT 2012]	,005	,0107	-,016	,026	,249	1	,618
[mesano=NOV 2012]	,012	,0108	-,009	,033	1,173	1	,279
[mesano=DEC 2012]	,001	,0107	-,020	,022	,011	1	,916
[mesano=JAN 2013]	,004	,0107	-,017	,025	,151	1	,698

[mesano=FEB 2013]	,004	,0110	-,018	,025	,110	1	,740
[mesano=MAR 2013]	,011	,0107	-,010	,032	1,045	1	,307
[mesano=APR 2013]	,012	,0108	-,009	,033	1,269	1	,260
[mesano=MAY 2013]	,014	,0107	-,007	,035	1,654	1	,198
[mesano=JUN 2013]	,003	,0108	-,018	,025	,102	1	,750
[mesano=JUL 2013]	,013	,0107	-,008	,034	1,427	1	,232
[mesano=AUG 2013]	,001	,0107	-,020	,022	,009	1	,923
[mesano=SEP 2013]	,015	,0108	-,007	,036	1,834	1	,176
[mesano=OCT 2013]	,012	,0107	-,009	,033	1,233	1	,267
[mesano=NOV 2013]	,007	,0108	-,014	,028	,417	1	,519
[mesano=DEC 2013]	,016	,0107	-,005	,037	2,225	1	,136
[mesano=JAN 2014]	,022	,0107	,001	,042	4,063	1	,044
[mesano=FEB 2014]	,027	,0110	,005	,048	5,993	1	,014
[mesano=MAR 2014]	,017	,0107	-,004	,038	2,645	1	,104
[mesano=APR 2014]	,011	,0108	-,010	,032	1,100	1	,294
[mesano=MAY 2014]	,025	,0107	,004	,046	5,304	1	,021
[mesano=JUN 2014]	,016	,0108	-,005	,037	2,266	1	,132
[mesano=JUL 2014]	,027	,0107	,006	,048	6,245	1	,012
[mesano=AUG 2014]	,016	,0107	-,005	,037	2,199	1	,138
[mesano=SEP 2014]	,021	,0108	,000	,042	3,887	1	,049
[mesano=OCT 2014]	,020	,0107	-,001	,041	3,506	1	,061
[mesano=NOV 2014]	,029	,0108	,008	,050	7,407	1	,006
[mesano=DEC 2014]	,011	,0107	-,010	,032	1,057	1	,304
[mesano=JAN 2015]	,034	,0107	,013	,055	9,912	1	,002
[mesano=FEB 2015]	,056	,0110	,035	,078	26,249	1	,000
[mesano=MAR 2015]	,024	,0107	,003	,045	5,181	1	,023
[mesano=APR 2015]	,031	,0108	,010	,052	8,086	1	,004
[mesano=MAY 2015]	,017	,0107	-,004	,038	2,490	1	,115
[mesano=JUN 2015]	,020	,0108	-,001	,041	3,507	1	,061
[mesano=JUL 2015]	,031	,0107	,010	,051	8,178	1	,004
[mesano=AUG 2015]	,022	,0107	,001	,043	4,208	1	,040
[mesano=SEP 2015]	,028	,0108	,007	,050	6,981	1	,008
[mesano=OCT 2015]	,023	,0107	,002	,044	4,803	1	,028
[mesano=NOV 2015]	,018	,0108	-,003	,039	2,744	1	,098
[mesano=DEC 2015]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[DIASEMANA=1]	-,002	,0033	-,008	,005	,294	1	,588
[DIASEMANA=2]	,000	,0033	-,006	,007	,016	1	,900
[DIASEMANA=3]	,011	,0033	,004	,017	9,888	1	,002
[DIASEMANA=4]	,009	,0033	,002	,016	7,223	1	,007
[DIASEMANA=5]	,013	,0033	,007	,020	16,004	1	,000
[DIASEMANA=6]	,011	,0034	,004	,017	9,806	1	,002

[DIASEMANA=7]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[CINCODIASDEPOISD AMORTEPOLICIALMO RTONAAISPexecução=,0 0]	-,002	,0125	-,027	,022	,028	1	,867
[CINCODIASDEPOISD AMORTEPOLICIALMO RTONAAISPexecução=1, 00]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
HOMICÍDIOSDOLOSOS	,012	,0015	,010	,015	71,845	1	,000
(Escala)	,069 ^b	,0003	,068	,070			
Variável dependente: LETALIDADE POLICIAL							
Model: (Ordenada na origem), AISP, mesano, DIASEMANA, CINCODIASDEPOISDAMORTEPOLICIALMORTONAAISPexecução, HOMICÍDIOSDOLOSOS							
a. Definido para zero porque este parâmetro é redundante.							
b. Estimativa de verossimilhança máxima.							

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 34 – Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para cinco dias após a morte por roubo do policial na AISP

Estimativas do parâmetro							
Parâmetro	B	Modelo padrão	Intervalo de confiança de Wald 95%		Teste de hipótese		
			Inferior	Superior	Qui-quadrado de Wald	df	Sig.
(Ordenada na origem)	,163	,0149	,134	,192	120,171	1	,000
[AISP=2]	-,182	,0080	-,197	-,166	521,869	1	,000
[AISP=3]	-,105	,0079	-,120	-,089	174,293	1	,000
[AISP=4]	-,157	,0079	-,173	-,142	391,759	1	,000
[AISP=5]	-,176	,0080	-,191	-,160	488,472	1	,000
[AISP=6]	-,172	,0080	-,188	-,157	469,653	1	,000
[AISP=7]	-,096	,0080	-,111	-,080	145,274	1	,000
[AISP=8]	-,188	,0079	-,203	-,172	559,980	1	,000
[AISP=9]	-,091	,0079	-,107	-,076	132,039	1	,000
[AISP=10]	-,187	,0080	-,203	-,172	555,060	1	,000
[AISP=11]	-,184	,0080	-,200	-,169	536,141	1	,000
[AISP=12]	-,077	,0079	-,092	-,061	93,441	1	,000
[AISP=14]	-,055	,0079	-,070	-,039	47,319	1	,000
[AISP=15]	-,047	,0080	-,063	-,031	34,815	1	,000
[AISP=16]	-,112	,0079	-,128	-,097	199,463	1	,000
[AISP=17]	-,165	,0080	-,181	-,150	432,243	1	,000
[AISP=18]	-,175	,0079	-,191	-,159	485,122	1	,000
[AISP=19]	-,184	,0080	-,200	-,168	533,936	1	,000
[AISP=20]	-,114	,0080	-,130	-,099	202,253	1	,000
[AISP=21]	-,152	,0079	-,168	-,136	367,543	1	,000
[AISP=22]	-,136	,0079	-,152	-,120	293,053	1	,000
[AISP=23]	-,176	,0080	-,192	-,160	489,380	1	,000
[AISP=24]	-,170	,0079	-,186	-,155	460,429	1	,000
[AISP=25]	-,174	,0079	-,190	-,159	482,853	1	,000
[AISP=26]	-,186	,0080	-,201	-,170	545,239	1	,000
[AISP=27]	-,138	,0079	-,154	-,122	302,465	1	,000
[AISP=28]	-,185	,0079	-,201	-,170	543,668	1	,000
[AISP=29]	-,187	,0080	-,202	-,171	551,450	1	,000
[AISP=30]	-,183	,0080	-,198	-,167	528,149	1	,000
[AISP=31]	-,178	,0080	-,194	-,162	500,971	1	,000
[AISP=32]	-,172	,0079	-,188	-,156	469,694	1	,000
[AISP=33]	-,176	,0079	-,192	-,161	494,012	1	,000
[AISP=34]	-,175	,0079	-,190	-,159	484,422	1	,000
[AISP=35]	-,164	,0079	-,180	-,148	426,725	1	,000
[AISP=36]	-,186	,0080	-,201	-,170	545,000	1	,000

[AISP=37]	-,186	,0079	-,201	-,170	546,465	1	,000
[AISP=38]	-,187	,0080	-,203	-,172	553,192	1	,000
[AISP=39]	-,093	,0079	-,109	-,078	138,266	1	,000
[AISP=40]	-,182	,0079	-,198	-,167	527,039	1	,000
[AISP=41]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[mesano=JAN 2010]	,040	,0107	,019	,061	13,881	1	,000
[mesano=FEB 2010]	,040	,0110	,018	,061	13,214	1	,000
[mesano=MAR 2010]	,046	,0107	,025	,067	18,260	1	,000
[mesano=APR 2010]	,068	,0108	,047	,089	39,556	1	,000
[mesano=MAY 2010]	,068	,0107	,047	,089	40,127	1	,000
[mesano=JUN 2010]	,042	,0108	,021	,063	15,468	1	,000
[mesano=JUL 2010]	,029	,0107	,008	,050	7,352	1	,007
[mesano=AUG 2010]	,005	,0107	-,016	,026	,258	1	,612
[mesano=SEP 2010]	,008	,0108	-,013	,029	,523	1	,469
[mesano=OCT 2010]	,039	,0107	,019	,060	13,655	1	,000
[mesano=NOV 2010]	,065	,0108	,044	,086	36,015	1	,000
[mesano=DEC 2010]	,028	,0107	,007	,049	6,911	1	,009
[mesano=JAN 2011]	,027	,0107	,006	,048	6,477	1	,011
[mesano=FEB 2011]	,014	,0110	-,007	,036	1,731	1	,188
[mesano=MAR 2011]	,038	,0107	,017	,059	12,741	1	,000
[mesano=APR 2011]	,033	,0108	,012	,055	9,674	1	,002
[mesano=MAY 2011]	,040	,0107	,019	,061	13,941	1	,000
[mesano=JUN 2011]	,033	,0108	,012	,054	9,474	1	,002
[mesano=JUL 2011]	,011	,0107	-,010	,032	1,112	1	,292
[mesano=AUG 2011]	-,005	,0107	-,026	,016	,232	1	,630
[mesano=SEP 2011]	,000	,0108	-,021	,022	,002	1	,964
[mesano=OCT 2011]	-,003	,0107	-,024	,018	,083	1	,773
[mesano=NOV 2011]	,008	,0108	-,013	,029	,568	1	,451
[mesano=DEC 2011]	-,003	,0107	-,023	,018	,055	1	,814
[mesano=JAN 2012]	,011	,0107	-,010	,032	1,130	1	,288
[mesano=FEB 2012]	,010	,0109	-,011	,032	,923	1	,337
[mesano=MAR 2012]	,015	,0107	-,006	,036	2,013	1	,156
[mesano=APR 2012]	,030	,0108	,009	,051	7,959	1	,005
[mesano=MAY 2012]	,018	,0107	-,003	,039	2,811	1	,094
[mesano=JUN 2012]	-,002	,0108	-,024	,019	,050	1	,823
[mesano=JUL 2012]	,019	,0107	-,002	,040	3,181	1	,075
[mesano=AUG 2012]	,017	,0107	-,004	,038	2,470	1	,116
[mesano=SEP 2012]	-,004	,0108	-,025	,017	,129	1	,720
[mesano=OCT 2012]	,005	,0107	-,016	,026	,250	1	,617
[mesano=NOV 2012]	,012	,0108	-,009	,033	1,173	1	,279
[mesano=DEC 2012]	,001	,0107	-,020	,022	,011	1	,916
[mesano=JAN 2013]	,004	,0107	-,017	,025	,149	1	,700

[mesano=FEB 2013]	,004	,0110	-,018	,025	,109	1	,742
[mesano=MAR 2013]	,011	,0107	-,010	,032	1,044	1	,307
[mesano=APR 2013]	,012	,0108	-,009	,033	1,267	1	,260
[mesano=MAY 2013]	,014	,0107	-,007	,035	1,650	1	,199
[mesano=JUN 2013]	,003	,0108	-,018	,025	,101	1	,750
[mesano=JUL 2013]	,013	,0107	-,008	,034	1,429	1	,232
[mesano=AUG 2013]	,001	,0107	-,020	,022	,009	1	,923
[mesano=SEP 2013]	,015	,0108	-,007	,036	1,830	1	,176
[mesano=OCT 2013]	,012	,0107	-,009	,033	1,233	1	,267
[mesano=NOV 2013]	,007	,0108	-,014	,028	,414	1	,520
[mesano=DEC 2013]	,016	,0107	-,005	,037	2,224	1	,136
[mesano=JAN 2014]	,022	,0107	,001	,042	4,058	1	,044
[mesano=FEB 2014]	,027	,0110	,005	,048	5,980	1	,014
[mesano=MAR 2014]	,017	,0107	-,004	,038	2,639	1	,104
[mesano=APR 2014]	,011	,0108	-,010	,032	1,100	1	,294
[mesano=MAY 2014]	,025	,0107	,004	,046	5,309	1	,021
[mesano=JUN 2014]	,016	,0108	-,005	,037	2,268	1	,132
[mesano=JUL 2014]	,027	,0107	,006	,048	6,245	1	,012
[mesano=AUG 2014]	,016	,0107	-,005	,037	2,204	1	,138
[mesano=SEP 2014]	,021	,0108	,000	,042	3,884	1	,049
[mesano=OCT 2014]	,020	,0107	-,001	,041	3,498	1	,061
[mesano=NOV 2014]	,029	,0108	,008	,050	7,413	1	,006
[mesano=DEC 2014]	,011	,0107	-,010	,032	1,055	1	,304
[mesano=JAN 2015]	,034	,0107	,013	,055	9,897	1	,002
[mesano=FEB 2015]	,056	,0110	,035	,078	26,213	1	,000
[mesano=MAR 2015]	,024	,0107	,003	,045	5,185	1	,023
[mesano=APR 2015]	,031	,0108	,009	,052	8,054	1	,005
[mesano=MAY 2015]	,017	,0107	-,004	,038	2,492	1	,114
[mesano=JUN 2015]	,020	,0108	-,001	,041	3,513	1	,061
[mesano=JUL 2015]	,031	,0107	,010	,051	8,179	1	,004
[mesano=AUG 2015]	,022	,0107	,001	,043	4,212	1	,040
[mesano=SEP 2015]	,028	,0108	,007	,050	6,989	1	,008
[mesano=OCT 2015]	,023	,0107	,002	,044	4,785	1	,029
[mesano=NOV 2015]	,018	,0108	-,003	,039	2,741	1	,098
[mesano=DEC 2015]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[DIASEMANA=1]	-,002	,0033	-,008	,005	,294	1	,588
[DIASEMANA=2]	,000	,0033	-,006	,007	,016	1	,900
[DIASEMANA=3]	,011	,0033	,004	,017	9,895	1	,002
[DIASEMANA=4]	,009	,0033	,002	,016	7,227	1	,007
[DIASEMANA=5]	,013	,0033	,007	,020	16,012	1	,000
[DIASEMANA=6]	,011	,0034	,004	,017	9,810	1	,002

[DIASEMANA=7]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[CINCODIASDEPOISDAMORTEPOLICIALMORTONAAISProubo=,00]	-,003	,0116	-,026	,020	,058	1	,810
[CINCODIASDEPOISDAMORTEPOLICIALMORTONAAISProubo=1,00]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
HOMICÍDIOSDOLOSOS	,012	,0015	,010	,015	71,861	1	,000
(Escala)	,069 ^b	,0003	,068	,070			
Variável dependente: LETALIDADE POLICIAL							
Model: (Ordenada na origem), AISP, mesano, DIASEMANA, CINCODIASDEPOISDAMORTEPOLICIALMORTONAAISProubo, HOMICÍDIOSDOLOSOS							
a. Definido para zero porque este parâmetro é redundante.							
b. Estimativa de verossimilhança máxima.							

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 35 – Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para cinco dias após a morte do policial na AISP no horário de serviço

Estimativas do parâmetro							
Parâmetro	B	Modelo padrão	Intervalo de confiança de Wald 95%		Teste de hipótese		
			Inferior	Superior	Qui-quadrado de Wald	df	Sig.
(Ordenada na origem)	,211	,0179	,176	,246	138,858	1	,000
[AISP=2]	-,181	,0080	-,197	-,166	519,424	1	,000
[AISP=3]	-,104	,0079	-,120	-,089	173,196	1	,000
[AISP=4]	-,157	,0079	-,173	-,142	391,367	1	,000
[AISP=5]	-,175	,0079	-,191	-,160	487,394	1	,000
[AISP=6]	-,172	,0080	-,188	-,156	467,884	1	,000
[AISP=7]	-,096	,0080	-,111	-,080	144,952	1	,000
[AISP=8]	-,187	,0079	-,203	-,172	557,446	1	,000
[AISP=9]	-,091	,0079	-,106	-,075	131,529	1	,000
[AISP=10]	-,187	,0079	-,202	-,171	552,551	1	,000
[AISP=11]	-,184	,0079	-,199	-,168	533,504	1	,000
[AISP=12]	-,076	,0079	-,092	-,061	92,738	1	,000
[AISP=14]	-,055	,0079	-,070	-,039	47,307	1	,000
[AISP=15]	-,047	,0080	-,062	-,031	34,312	1	,000
[AISP=16]	-,113	,0079	-,128	-,097	201,234	1	,000
[AISP=17]	-,165	,0080	-,180	-,149	429,840	1	,000
[AISP=18]	-,175	,0079	-,191	-,159	486,235	1	,000
[AISP=19]	-,183	,0080	-,199	-,168	531,470	1	,000
[AISP=20]	-,114	,0080	-,130	-,098	201,016	1	,000
[AISP=21]	-,152	,0079	-,167	-,136	365,477	1	,000
[AISP=22]	-,136	,0079	-,151	-,120	292,358	1	,000
[AISP=23]	-,176	,0080	-,191	-,160	488,453	1	,000
[AISP=24]	-,170	,0079	-,185	-,154	457,944	1	,000
[AISP=25]	-,174	,0079	-,189	-,158	480,052	1	,000
[AISP=26]	-,185	,0080	-,201	-,170	542,751	1	,000
[AISP=27]	-,138	,0079	-,153	-,122	301,621	1	,000
[AISP=28]	-,185	,0079	-,200	-,169	541,172	1	,000
[AISP=29]	-,186	,0080	-,202	-,171	548,950	1	,000
[AISP=30]	-,182	,0080	-,198	-,167	525,532	1	,000
[AISP=31]	-,177	,0079	-,193	-,162	498,269	1	,000
[AISP=32]	-,172	,0079	-,187	-,156	468,057	1	,000
[AISP=33]	-,176	,0079	-,192	-,160	492,351	1	,000
[AISP=34]	-,174	,0079	-,190	-,159	482,486	1	,000
[AISP=35]	-,164	,0079	-,179	-,148	424,776	1	,000
[AISP=36]	-,185	,0080	-,201	-,170	542,512	1	,000

[AISP=37]	-,185	,0079	-,201	-,170	544,756	1	,000
[AISP=38]	-,187	,0080	-,202	-,171	550,522	1	,000
[AISP=39]	-,093	,0079	-,108	-,077	137,190	1	,000
[AISP=40]	-,182	,0079	-,197	-,166	525,184	1	,000
[AISP=41]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[mesano=JAN 2010]	,040	,0107	,019	,061	13,891	1	,000
[mesano=FEB 2010]	,040	,0110	,018	,061	13,210	1	,000
[mesano=MAR 2010]	,046	,0107	,025	,067	18,462	1	,000
[mesano=APR 2010]	,068	,0108	,047	,089	39,809	1	,000
[mesano=MAY 2010]	,068	,0107	,047	,089	40,119	1	,000
[mesano=JUN 2010]	,043	,0108	,021	,064	15,626	1	,000
[mesano=JUL 2010]	,029	,0107	,008	,050	7,467	1	,006
[mesano=AUG 2010]	,006	,0107	-,015	,027	,280	1	,597
[mesano=SEP 2010]	,008	,0108	-,013	,029	,505	1	,477
[mesano=OCT 2010]	,040	,0107	,019	,061	13,820	1	,000
[mesano=NOV 2010]	,065	,0108	,043	,086	36,000	1	,000
[mesano=DEC 2010]	,028	,0107	,007	,049	6,917	1	,009
[mesano=JAN 2011]	,027	,0107	,006	,048	6,590	1	,010
[mesano=FEB 2011]	,015	,0110	-,007	,036	1,783	1	,182
[mesano=MAR 2011]	,038	,0107	,017	,059	12,877	1	,000
[mesano=APR 2011]	,034	,0108	,013	,055	9,806	1	,002
[mesano=MAY 2011]	,040	,0107	,019	,061	13,795	1	,000
[mesano=JUN 2011]	,033	,0108	,012	,054	9,610	1	,002
[mesano=JUL 2011]	,011	,0107	-,009	,032	1,154	1	,283
[mesano=AUG 2011]	-,005	,0107	-,026	,016	,215	1	,643
[mesano=SEP 2011]	,000	,0108	-,021	,022	,002	1	,965
[mesano=OCT 2011]	-,003	,0107	-,024	,018	,072	1	,789
[mesano=NOV 2011]	,008	,0108	-,013	,029	,598	1	,440
[mesano=DEC 2011]	-,002	,0107	-,023	,019	,046	1	,831
[mesano=JAN 2012]	,012	,0107	-,009	,032	1,172	1	,279
[mesano=FEB 2012]	,011	,0109	-,011	,032	,961	1	,327
[mesano=MAR 2012]	,015	,0107	-,006	,036	2,072	1	,150
[mesano=APR 2012]	,030	,0108	,009	,051	7,958	1	,005
[mesano=MAY 2012]	,018	,0107	-,003	,039	2,741	1	,098
[mesano=JUN 2012]	-,002	,0108	-,023	,019	,042	1	,838
[mesano=JUL 2012]	,019	,0107	-,002	,040	3,118	1	,077
[mesano=AUG 2012]	,017	,0107	-,004	,038	2,529	1	,112
[mesano=SEP 2012]	-,004	,0108	-,025	,017	,144	1	,705
[mesano=OCT 2012]	,006	,0107	-,015	,026	,269	1	,604
[mesano=NOV 2012]	,012	,0108	-,009	,033	1,216	1	,270
[mesano=DEC 2012]	,001	,0107	-,020	,022	,007	1	,931
[mesano=JAN 2013]	,004	,0107	-,017	,025	,150	1	,699

[mesano=FEB 2013]	,004	,0110	-,018	,025	,108	1	,742
[mesano=MAR 2013]	,011	,0107	-,010	,032	1,046	1	,306
[mesano=APR 2013]	,012	,0108	-,009	,033	1,268	1	,260
[mesano=MAY 2013]	,014	,0107	-,007	,035	1,652	1	,199
[mesano=JUN 2013]	,003	,0108	-,018	,025	,101	1	,751
[mesano=JUL 2013]	,013	,0107	-,008	,034	1,475	1	,225
[mesano=AUG 2013]	,001	,0107	-,020	,022	,003	1	,955
[mesano=SEP 2013]	,014	,0108	-,007	,035	1,769	1	,184
[mesano=OCT 2013]	,012	,0107	-,009	,033	1,198	1	,274
[mesano=NOV 2013]	,007	,0108	-,014	,028	,390	1	,532
[mesano=DEC 2013]	,016	,0107	-,005	,037	2,286	1	,131
[mesano=JAN 2014]	,022	,0107	,001	,043	4,140	1	,042
[mesano=FEB 2014]	,027	,0110	,005	,048	5,983	1	,014
[mesano=MAR 2014]	,017	,0107	-,004	,038	2,579	1	,108
[mesano=APR 2014]	,011	,0108	-,010	,032	1,097	1	,295
[mesano=MAY 2014]	,025	,0107	,004	,046	5,305	1	,021
[mesano=JUN 2014]	,016	,0108	-,005	,037	2,205	1	,138
[mesano=JUL 2014]	,027	,0107	,006	,048	6,246	1	,012
[mesano=AUG 2014]	,016	,0107	-,005	,037	2,143	1	,143
[mesano=SEP 2014]	,021	,0108	,000	,042	3,885	1	,049
[mesano=OCT 2014]	,020	,0107	-,001	,041	3,503	1	,061
[mesano=NOV 2014]	,030	,0108	,008	,051	7,516	1	,006
[mesano=DEC 2014]	,011	,0107	-,010	,032	1,100	1	,294
[mesano=JAN 2015]	,033	,0107	,012	,054	9,732	1	,002
[mesano=FEB 2015]	,056	,0110	,034	,077	26,091	1	,000
[mesano=MAR 2015]	,024	,0107	,003	,045	5,091	1	,024
[mesano=APR 2015]	,030	,0108	,009	,052	7,992	1	,005
[mesano=MAY 2015]	,017	,0107	-,004	,038	2,464	1	,117
[mesano=JUN 2015]	,020	,0108	-,001	,041	3,523	1	,061
[mesano=JUL 2015]	,031	,0107	,010	,051	8,179	1	,004
[mesano=AUG 2015]	,022	,0107	,001	,043	4,290	1	,038
[mesano=SEP 2015]	,029	,0108	,008	,050	7,089	1	,008
[mesano=OCT 2015]	,023	,0107	,002	,044	4,806	1	,028
[mesano=NOV 2015]	,018	,0108	-,003	,039	2,739	1	,098
[mesano=DEC 2015]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[DIASEMANA=1]	-,002	,0033	-,008	,005	,291	1	,590
[DIASEMANA=2]	,000	,0033	-,006	,007	,015	1	,901
[DIASEMANA=3]	,011	,0033	,004	,017	9,874	1	,002
[DIASEMANA=4]	,009	,0033	,002	,016	7,240	1	,007
[DIASEMANA=5]	,013	,0033	,007	,020	16,039	1	,000
[DIASEMANA=6]	,011	,0034	,004	,017	9,823	1	,002

[DIASEMANA=7]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[CINCODIASDEPOISDA MORTEPOLICIALMORT ONAAISPoperação=,00]	-,052	,0153	-,082	-,022	11,357	1	,001
[CINCODIASDEPOISDA MORTEPOLICIALMORT ONAAISPoperação=1,00]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
HOMICÍDIOSDOLOSOS	,012	,0015	,010	,015	71,847	1	,000
(Escala)	,069 ^b	,0003	,068	,070			
Variável dependente: LETALIDADE POLICIAL							
Model: (Ordenada na origem), AISP, mesano, DIASEMANA, CINCODIASDEPOISDAMORTEPOLICIALMORTONAAISPoperação, HOMICÍDIOSDOLOSOS							
a. Definido para zero porque este parâmetro é redundante.							
b. Estimativa de verossimilhança máxima.							

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 36 – Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para sete dias após a morte do policial na AISP

Estimativas do parâmetro							
Parâmetro	B	Modelo padrão	Intervalo de confiança de Wald 95%		Teste de hipótese		
			Inferior	Superior	Qui-quadrado de Wald	df	Sig.
(Ordenada na origem)	,173	,0108	,152	,194	256,564	1	,000
[AISP=2]	-,181	,0080	-,196	-,165	513,500	1	,000
[AISP=3]	-,104	,0079	-,120	-,089	172,292	1	,000
[AISP=4]	-,156	,0080	-,172	-,141	385,811	1	,000
[AISP=5]	-,175	,0080	-,190	-,159	482,821	1	,000
[AISP=6]	-,171	,0080	-,187	-,156	462,728	1	,000
[AISP=7]	-,096	,0080	-,111	-,080	144,598	1	,000
[AISP=8]	-,187	,0079	-,202	-,171	552,386	1	,000
[AISP=9]	-,091	,0079	-,106	-,075	131,440	1	,000
[AISP=10]	-,186	,0080	-,202	-,170	546,365	1	,000
[AISP=11]	-,183	,0080	-,198	-,167	527,864	1	,000
[AISP=12]	-,076	,0079	-,091	-,060	91,368	1	,000
[AISP=14]	-,055	,0079	-,070	-,039	47,564	1	,000
[AISP=15]	-,047	,0080	-,063	-,031	34,601	1	,000
[AISP=16]	-,112	,0079	-,127	-,096	198,339	1	,000
[AISP=17]	-,164	,0080	-,180	-,149	425,631	1	,000
[AISP=18]	-,174	,0079	-,190	-,159	480,316	1	,000
[AISP=19]	-,183	,0080	-,198	-,167	525,459	1	,000
[AISP=20]	-,115	,0080	-,131	-,099	204,016	1	,000
[AISP=21]	-,151	,0079	-,167	-,136	364,190	1	,000
[AISP=22]	-,135	,0080	-,151	-,119	288,413	1	,000
[AISP=23]	-,175	,0080	-,190	-,159	482,068	1	,000
[AISP=24]	-,169	,0079	-,185	-,154	454,737	1	,000
[AISP=25]	-,174	,0079	-,189	-,158	478,265	1	,000
[AISP=26]	-,185	,0080	-,200	-,169	536,648	1	,000
[AISP=27]	-,137	,0079	-,153	-,122	298,678	1	,000
[AISP=28]	-,184	,0079	-,200	-,168	535,854	1	,000
[AISP=29]	-,186	,0080	-,201	-,170	542,800	1	,000
[AISP=30]	-,182	,0080	-,197	-,166	519,960	1	,000
[AISP=31]	-,177	,0080	-,192	-,161	493,636	1	,000
[AISP=32]	-,171	,0079	-,186	-,155	462,478	1	,000
[AISP=33]	-,175	,0079	-,191	-,160	486,981	1	,000
[AISP=34]	-,174	,0079	-,189	-,158	477,917	1	,000
[AISP=35]	-,163	,0079	-,179	-,148	421,534	1	,000
[AISP=36]	-,185	,0080	-,200	-,169	536,412	1	,000

[AISP=37]	-,185	,0080	-,200	-,169	538,658	1	,000
[AISP=38]	-,186	,0080	-,202	-,170	545,184	1	,000
[AISP=39]	-,092	,0079	-,108	-,077	135,520	1	,000
[AISP=40]	-,182	,0079	-,198	-,167	526,795	1	,000
[AISP=41]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[mesano=JAN 2010]	,040	,0107	,019	,061	14,031	1	,000
[mesano=FEB 2010]	,040	,0110	,018	,061	13,212	1	,000
[mesano=MAR 2010]	,045	,0107	,024	,066	18,092	1	,000
[mesano=APR 2010]	,068	,0108	,047	,089	39,989	1	,000
[mesano=MAY 2010]	,068	,0107	,047	,089	40,158	1	,000
[mesano=JUN 2010]	,043	,0108	,022	,064	15,713	1	,000
[mesano=JUL 2010]	,029	,0107	,008	,050	7,466	1	,006
[mesano=AUG 2010]	,006	,0107	-,015	,027	,288	1	,592
[mesano=SEP 2010]	,008	,0108	-,013	,029	,553	1	,457
[mesano=OCT 2010]	,039	,0107	,019	,060	13,663	1	,000
[mesano=NOV 2010]	,065	,0108	,044	,086	36,066	1	,000
[mesano=DEC 2010]	,028	,0107	,007	,049	6,970	1	,008
[mesano=JAN 2011]	,027	,0107	,006	,048	6,504	1	,011
[mesano=FEB 2011]	,015	,0110	-,007	,036	1,787	1	,181
[mesano=MAR 2011]	,039	,0107	,018	,059	13,018	1	,000
[mesano=APR 2011]	,033	,0108	,012	,055	9,622	1	,002
[mesano=MAY 2011]	,040	,0107	,019	,061	13,885	1	,000
[mesano=JUN 2011]	,033	,0108	,012	,055	9,651	1	,002
[mesano=JUL 2011]	,011	,0107	-,009	,032	1,156	1	,282
[mesano=AUG 2011]	-,005	,0107	-,026	,016	,207	1	,649
[mesano=SEP 2011]	,001	,0108	-,021	,022	,003	1	,957
[mesano=OCT 2011]	-,003	,0107	-,024	,018	,078	1	,779
[mesano=NOV 2011]	,009	,0108	-,013	,030	,629	1	,428
[mesano=DEC 2011]	-,002	,0107	-,023	,019	,046	1	,831
[mesano=JAN 2012]	,011	,0107	-,009	,032	1,157	1	,282
[mesano=FEB 2012]	,011	,0109	-,011	,032	,961	1	,327
[mesano=MAR 2012]	,015	,0107	-,006	,036	2,050	1	,152
[mesano=APR 2012]	,030	,0108	,009	,052	8,015	1	,005
[mesano=MAY 2012]	,018	,0107	-,003	,039	2,841	1	,092
[mesano=JUN 2012]	-,002	,0108	-,024	,019	,052	1	,820
[mesano=JUL 2012]	,019	,0107	-,002	,040	3,169	1	,075
[mesano=AUG 2012]	,017	,0107	-,004	,038	2,596	1	,107
[mesano=SEP 2012]	-,004	,0108	-,025	,017	,124	1	,725
[mesano=OCT 2012]	,006	,0107	-,015	,027	,280	1	,597
[mesano=NOV 2012]	,012	,0108	-,009	,033	1,256	1	,262
[mesano=DEC 2012]	,001	,0107	-,020	,022	,013	1	,908

[mesano=JAN 2013]	,004	,0107	-,017	,025	,165	1	,685
[mesano=FEB 2013]	,004	,0110	-,018	,025	,110	1	,740
[mesano=MAR 2013]	,011	,0107	-,010	,032	1,055	1	,304
[mesano=APR 2013]	,012	,0108	-,009	,033	1,225	1	,268
[mesano=MAY 2013]	,014	,0107	-,007	,035	1,687	1	,194
[mesano=JUN 2013]	,004	,0108	-,017	,025	,120	1	,729
[mesano=JUL 2013]	,013	,0107	-,008	,034	1,501	1	,220
[mesano=AUG 2013]	,001	,0107	-,020	,022	,007	1	,935
[mesano=SEP 2013]	,015	,0108	-,007	,036	1,822	1	,177
[mesano=OCT 2013]	,012	,0107	-,009	,033	1,258	1	,262
[mesano=NOV 2013]	,007	,0108	-,014	,028	,418	1	,518
[mesano=DEC 2013]	,016	,0107	-,005	,037	2,289	1	,130
[mesano=JAN 2014]	,022	,0107	,001	,043	4,226	1	,040
[mesano=FEB 2014]	,027	,0110	,005	,048	5,990	1	,014
[mesano=MAR 2014]	,017	,0107	-,004	,038	2,640	1	,104
[mesano=APR 2014]	,012	,0108	-,009	,033	1,165	1	,281
[mesano=MAY 2014]	,025	,0107	,004	,046	5,371	1	,020
[mesano=JUN 2014]	,016	,0108	-,005	,037	2,287	1	,130
[mesano=JUL 2014]	,027	,0107	,006	,048	6,312	1	,012
[mesano=AUG 2014]	,016	,0107	-,005	,037	2,224	1	,136
[mesano=SEP 2014]	,021	,0108	,000	,043	3,984	1	,046
[mesano=OCT 2014]	,020	,0107	-,001	,041	3,603	1	,058
[mesano=NOV 2014]	,030	,0108	,009	,051	7,651	1	,006
[mesano=DEC 2014]	,011	,0107	-,010	,032	1,077	1	,299
[mesano=JAN 2015]	,034	,0107	,013	,055	9,964	1	,002
[mesano=FEB 2015]	,056	,0110	,035	,078	26,211	1	,000
[mesano=MAR 2015]	,024	,0107	,003	,045	5,216	1	,022
[mesano=APR 2015]	,030	,0108	,009	,051	7,917	1	,005
[mesano=MAY 2015]	,017	,0107	-,004	,038	2,548	1	,110
[mesano=JUN 2015]	,020	,0108	-,001	,041	3,571	1	,059
[mesano=JUL 2015]	,031	,0107	,010	,052	8,336	1	,004
[mesano=AUG 2015]	,022	,0107	,001	,043	4,363	1	,037
[mesano=SEP 2015]	,029	,0108	,008	,050	7,166	1	,007
[mesano=OCT 2015]	,023	,0107	,002	,044	4,743	1	,029
[mesano=NOV 2015]	,018	,0108	-,003	,039	2,872	1	,090
[mesano=DEC 2015]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[DIASEMANA=1]	-,002	,0033	-,008	,005	,294	1	,588
[DIASEMANA=2]	,000	,0033	-,006	,007	,015	1	,901
[DIASEMANA=3]	,011	,0033	,004	,017	9,876	1	,002
[DIASEMANA=4]	,009	,0033	,002	,016	7,206	1	,007
[DIASEMANA=5]	,013	,0033	,007	,020	15,982	1	,000

[DIASEMANA=6]	,011	,0034	,004	,017	9,792	1	,002
[DIASEMANA=7]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[SETEDIASDEPOISDAMORTEPOLICIALMORTONAAISP=,00]	-,014	,0054	-,025	-,004	6,932	1	,008
[SETEDIASDEPOISDAMORTEPOLICIALMORTONAAISP=1,00]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
HOMICÍDIOSDOLOSOS	,012	,0015	,009	,015	71,687	1	,000
(Escala)	,069 ^b	,0003	,068	,070			
Variável dependente: LETALIDADE POLICIAL							
Model: (Ordenada na origem), AISP, mesano, DIASEMANA, SETEDIASDEPOISDAMORTEPOLICIALMORTONAAISP, HOMICÍDIOSDOLOSOS							
a. Definido para zero porque este parâmetro é redundante.							
b. Estimativa de verossimilhança máxima.							

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 37 – Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para sete dias após a morte do policial por execução na AISP

Estimativas do parâmetro							
Parâmetro	B	Modelo padrão	Intervalo de confiança de Wald 95%		Teste de hipótese		
			Inferior	Superior	Qui-quadrado de Wald	df	Sig.
(Ordenada na origem)	,159	,0144	,130	,187	121,581	1	,000
[AISP=2]	-,182	,0080	-,197	-,166	522,987	1	,000
[AISP=3]	-,105	,0079	-,120	-,089	174,389	1	,000
[AISP=4]	-,157	,0079	-,173	-,142	392,533	1	,000
[AISP=5]	-,176	,0079	-,191	-,160	489,399	1	,000
[AISP=6]	-,173	,0080	-,188	-,157	470,539	1	,000
[AISP=7]	-,096	,0080	-,111	-,080	145,252	1	,000
[AISP=8]	-,188	,0079	-,203	-,172	561,175	1	,000
[AISP=9]	-,091	,0079	-,107	-,076	132,061	1	,000
[AISP=10]	-,187	,0079	-,203	-,172	556,233	1	,000
[AISP=11]	-,184	,0079	-,200	-,169	537,120	1	,000
[AISP=12]	-,077	,0079	-,092	-,061	93,612	1	,000
[AISP=14]	-,055	,0079	-,070	-,039	47,290	1	,000
[AISP=15]	-,047	,0080	-,063	-,031	34,793	1	,000
[AISP=16]	-,112	,0079	-,128	-,097	199,589	1	,000
[AISP=17]	-,165	,0079	-,181	-,150	433,081	1	,000
[AISP=18]	-,175	,0079	-,191	-,159	486,167	1	,000
[AISP=19]	-,184	,0080	-,200	-,168	535,074	1	,000
[AISP=20]	-,114	,0080	-,130	-,099	202,042	1	,000
[AISP=21]	-,152	,0079	-,168	-,137	367,780	1	,000
[AISP=22]	-,136	,0079	-,152	-,121	293,592	1	,000
[AISP=23]	-,176	,0080	-,192	-,161	490,444	1	,000
[AISP=24]	-,170	,0079	-,186	-,155	461,254	1	,000
[AISP=25]	-,174	,0079	-,190	-,159	483,382	1	,000
[AISP=26]	-,186	,0080	-,201	-,170	546,396	1	,000
[AISP=27]	-,138	,0079	-,154	-,123	303,151	1	,000
[AISP=28]	-,185	,0079	-,201	-,170	544,822	1	,000
[AISP=29]	-,187	,0080	-,202	-,171	552,618	1	,000
[AISP=30]	-,183	,0080	-,199	-,167	529,117	1	,000
[AISP=31]	-,178	,0079	-,194	-,162	501,774	1	,000
[AISP=32]	-,172	,0079	-,188	-,157	470,737	1	,000
[AISP=33]	-,177	,0079	-,192	-,161	495,095	1	,000
[AISP=34]	-,175	,0079	-,190	-,159	485,204	1	,000
[AISP=35]	-,164	,0079	-,180	-,148	427,296	1	,000

[AISP=36]	-,186	,0080	-,201	-,170	546,157	1	,000
[AISP=37]	-,186	,0079	-,201	-,170	547,625	1	,000
[AISP=38]	-,187	,0080	-,203	-,172	554,213	1	,000
[AISP=39]	-,093	,0079	-,109	-,078	138,623	1	,000
[AISP=40]	-,182	,0079	-,198	-,167	527,587	1	,000
[AISP=41]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[mesano=JAN 2010]	,040	,0107	,019	,061	13,882	1	,000
[mesano=FEB 2010]	,040	,0110	,018	,061	13,224	1	,000
[mesano=MAR 2010]	,046	,0107	,025	,067	18,300	1	,000
[mesano=APR 2010]	,068	,0108	,047	,089	39,560	1	,000
[mesano=MAY 2010]	,068	,0107	,047	,089	40,132	1	,000
[mesano=JUN 2010]	,042	,0108	,021	,063	15,469	1	,000
[mesano=JUL 2010]	,029	,0107	,008	,050	7,362	1	,007
[mesano=AUG 2010]	,005	,0107	-,015	,026	,259	1	,611
[mesano=SEP 2010]	,008	,0108	-,013	,029	,524	1	,469
[mesano=OCT 2010]	,039	,0107	,019	,060	13,677	1	,000
[mesano=NOV 2010]	,065	,0108	,044	,086	36,014	1	,000
[mesano=DEC 2010]	,028	,0107	,007	,049	6,921	1	,009
[mesano=JAN 2011]	,027	,0107	,006	,048	6,487	1	,011
[mesano=FEB 2011]	,014	,0110	-,007	,036	1,730	1	,188
[mesano=MAR 2011]	,038	,0107	,017	,059	12,737	1	,000
[mesano=APR 2011]	,034	,0108	,012	,055	9,691	1	,002
[mesano=MAY 2011]	,040	,0107	,019	,061	13,955	1	,000
[mesano=JUN 2011]	,033	,0108	,012	,054	9,481	1	,002
[mesano=JUL 2011]	,011	,0107	-,010	,032	1,114	1	,291
[mesano=AUG 2011]	-,005	,0107	-,026	,016	,233	1	,629
[mesano=SEP 2011]	,000	,0108	-,021	,022	,002	1	,964
[mesano=OCT 2011]	-,003	,0107	-,024	,018	,082	1	,774
[mesano=NOV 2011]	,008	,0108	-,013	,029	,566	1	,452
[mesano=DEC 2011]	-,002	,0107	-,023	,018	,054	1	,816
[mesano=JAN 2012]	,011	,0107	-,010	,032	1,132	1	,287
[mesano=FEB 2012]	,010	,0109	-,011	,032	,923	1	,337
[mesano=MAR 2012]	,015	,0107	-,006	,036	2,018	1	,155
[mesano=APR 2012]	,030	,0108	,009	,051	7,966	1	,005
[mesano=MAY 2012]	,018	,0107	-,003	,039	2,812	1	,094
[mesano=JUN 2012]	-,002	,0108	-,024	,019	,050	1	,824
[mesano=JUL 2012]	,019	,0107	-,002	,040	3,190	1	,074
[mesano=AUG 2012]	,017	,0107	-,004	,038	2,468	1	,116
[mesano=SEP 2012]	-,004	,0108	-,025	,017	,129	1	,720
[mesano=OCT 2012]	,005	,0107	-,016	,026	,249	1	,618
[mesano=NOV 2012]	,012	,0108	-,009	,033	1,171	1	,279
[mesano=DEC 2012]	,001	,0107	-,020	,022	,011	1	,915

[mesano=JAN 2013]	,004	,0107	-,017	,025	,149	1	,699
[mesano=FEB 2013]	,004	,0110	-,018	,025	,109	1	,741
[mesano=MAR 2013]	,011	,0107	-,010	,032	1,048	1	,306
[mesano=APR 2013]	,012	,0108	-,009	,033	1,269	1	,260
[mesano=MAY 2013]	,014	,0107	-,007	,035	1,650	1	,199
[mesano=JUN 2013]	,003	,0108	-,018	,025	,101	1	,751
[mesano=JUL 2013]	,013	,0107	-,008	,034	1,426	1	,232
[mesano=AUG 2013]	,001	,0107	-,020	,022	,009	1	,923
[mesano=SEP 2013]	,015	,0108	-,007	,036	1,839	1	,175
[mesano=OCT 2013]	,012	,0107	-,009	,033	1,233	1	,267
[mesano=NOV 2013]	,007	,0108	-,014	,028	,418	1	,518
[mesano=DEC 2013]	,016	,0107	-,005	,037	2,228	1	,136
[mesano=JAN 2014]	,022	,0107	,001	,042	4,056	1	,044
[mesano=FEB 2014]	,027	,0110	,005	,048	5,991	1	,014
[mesano=MAR 2014]	,017	,0107	-,004	,038	2,641	1	,104
[mesano=APR 2014]	,011	,0108	-,010	,032	1,096	1	,295
[mesano=MAY 2014]	,025	,0107	,004	,046	5,304	1	,021
[mesano=JUN 2014]	,016	,0108	-,005	,037	2,270	1	,132
[mesano=JUL 2014]	,027	,0107	,006	,048	6,247	1	,012
[mesano=AUG 2014]	,016	,0107	-,005	,037	2,204	1	,138
[mesano=SEP 2014]	,021	,0108	,000	,042	3,887	1	,049
[mesano=OCT 2014]	,020	,0107	-,001	,041	3,499	1	,061
[mesano=NOV 2014]	,029	,0108	,008	,050	7,407	1	,006
[mesano=DEC 2014]	,011	,0107	-,010	,032	1,060	1	,303
[mesano=JAN 2015]	,034	,0107	,013	,055	9,901	1	,002
[mesano=FEB 2015]	,056	,0110	,035	,078	26,231	1	,000
[mesano=MAR 2015]	,024	,0107	,003	,045	5,181	1	,023
[mesano=APR 2015]	,031	,0108	,010	,052	8,090	1	,004
[mesano=MAY 2015]	,017	,0107	-,004	,038	2,488	1	,115
[mesano=JUN 2015]	,020	,0108	-,001	,041	3,512	1	,061
[mesano=JUL 2015]	,031	,0107	,010	,051	8,178	1	,004
[mesano=AUG 2015]	,022	,0107	,001	,043	4,208	1	,040
[mesano=SEP 2015]	,028	,0108	,007	,050	6,985	1	,008
[mesano=OCT 2015]	,023	,0107	,002	,044	4,808	1	,028
[mesano=NOV 2015]	,018	,0108	-,003	,039	2,738	1	,098
[mesano=DEC 2015]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[DIASEMANA=1]	-,002	,0033	-,008	,005	,294	1	,588
[DIASEMANA=2]	,000	,0033	-,006	,007	,016	1	,901
[DIASEMANA=3]	,011	,0033	,004	,017	9,889	1	,002
[DIASEMANA=4]	,009	,0033	,002	,016	7,222	1	,007
[DIASEMANA=5]	,013	,0033	,007	,020	16,000	1	,000

[DIASEMANA=6]	,011	,0034	,004	,017	9,806	1	,002
[DIASEMANA=7]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[SETEDIASDEPOIS DAMORTEPOLICI ALMORTONAAISP execução=,00]	,002	,0108	-,019	,023	,026	1	,872
[SETEDIASDEPOIS DAMORTEPOLICI ALMORTONAAISP execução=1,00]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
HOMICÍDIOSDOLO SOS	,012	,0015	,010	,015	71,863	1	,000
(Escala)	,069 ^b	,0003	,068	,070			
Variável dependente: LETALIDADE POLICIAL Model: (Ordenada na origem), AISP, mesano, DIASEMANA, SETEDIASDEPOISDAMORTEPOLICIALMORTONAAISPexecução, HOMICÍDIOSDOLOSOS							
a. Definido para zero porque este parâmetro é redundante.							
b. Estimativa de verossimilhança máxima.							

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 38 – Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para sete dias após a morte do policial por roubo na AISP

Estimativas do parâmetro							
Parâmetro	B	Modelo padrão	Intervalo de confiança de Wald 95%		Teste de hipótese		
			Inferior	Superior	Qui-quadrado de Wald	df	Sig.
(Ordenada na origem)	,172	,0138	,145	,199	155,266	1	,000
[AISP=2]	-,181	,0080	-,197	-,166	519,509	1	,000
[AISP=3]	-,105	,0079	-,120	-,089	173,821	1	,000
[AISP=4]	-,157	,0080	-,173	-,141	389,958	1	,000
[AISP=5]	-,175	,0080	-,191	-,160	486,433	1	,000
[AISP=6]	-,172	,0080	-,188	-,157	467,659	1	,000
[AISP=7]	-,096	,0080	-,111	-,080	145,184	1	,000
[AISP=8]	-,188	,0079	-,203	-,172	557,532	1	,000
[AISP=9]	-,091	,0079	-,106	-,075	131,324	1	,000
[AISP=10]	-,187	,0080	-,203	-,171	552,613	1	,000
[AISP=11]	-,184	,0080	-,199	-,168	533,991	1	,000
[AISP=12]	-,076	,0079	-,092	-,061	92,875	1	,000
[AISP=14]	-,055	,0079	-,070	-,039	47,338	1	,000
[AISP=15]	-,047	,0080	-,063	-,031	34,665	1	,000
[AISP=16]	-,112	,0079	-,128	-,096	198,993	1	,000
[AISP=17]	-,165	,0080	-,181	-,149	430,340	1	,000
[AISP=18]	-,175	,0079	-,190	-,159	482,858	1	,000
[AISP=19]	-,184	,0080	-,199	-,168	531,545	1	,000
[AISP=20]	-,114	,0080	-,130	-,098	201,858	1	,000
[AISP=21]	-,152	,0079	-,167	-,136	366,709	1	,000
[AISP=22]	-,136	,0079	-,151	-,120	291,689	1	,000
[AISP=23]	-,176	,0080	-,191	-,160	487,105	1	,000
[AISP=24]	-,170	,0079	-,186	-,154	458,466	1	,000
[AISP=25]	-,174	,0079	-,190	-,159	481,284	1	,000
[AISP=26]	-,185	,0080	-,201	-,170	542,818	1	,000
[AISP=27]	-,138	,0079	-,153	-,122	300,735	1	,000
[AISP=28]	-,185	,0079	-,200	-,169	541,251	1	,000
[AISP=29]	-,186	,0080	-,202	-,171	549,013	1	,000
[AISP=30]	-,183	,0080	-,198	-,167	526,018	1	,000
[AISP=31]	-,178	,0080	-,193	-,162	499,135	1	,000
[AISP=32]	-,172	,0079	-,187	-,156	467,474	1	,000
[AISP=33]	-,176	,0079	-,192	-,161	491,725	1	,000
[AISP=34]	-,174	,0079	-,190	-,159	482,620	1	,000
[AISP=35]	-,164	,0079	-,179	-,148	425,253	1	,000
[AISP=36]	-,185	,0080	-,201	-,170	542,580	1	,000

[AISP=37]	-,185	,0080	-,201	-,170	544,041	1	,000
[AISP=38]	-,187	,0080	-,202	-,171	551,003	1	,000
[AISP=39]	-,093	,0079	-,109	-,077	137,253	1	,000
[AISP=40]	-,182	,0079	-,197	-,166	524,505	1	,000
[AISP=41]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[mesano=JAN 2010]	,040	,0107	,019	,061	13,841	1	,000
[mesano=FEB 2010]	,040	,0110	,018	,061	13,182	1	,000
[mesano=MAR 2010]	,045	,0107	,025	,066	18,127	1	,000
[mesano=APR 2010]	,068	,0108	,047	,089	39,554	1	,000
[mesano=MAY 2010]	,068	,0107	,047	,089	40,195	1	,000
[mesano=JUN 2010]	,042	,0108	,021	,063	15,467	1	,000
[mesano=JUL 2010]	,029	,0107	,008	,050	7,333	1	,007
[mesano=AUG 2010]	,005	,0107	-,016	,026	,250	1	,617
[mesano=SEP 2010]	,008	,0108	-,013	,029	,522	1	,470
[mesano=OCT 2010]	,039	,0107	,018	,060	13,581	1	,000
[mesano=NOV 2010]	,065	,0108	,044	,086	36,079	1	,000
[mesano=DEC 2010]	,028	,0107	,007	,049	6,893	1	,009
[mesano=JAN 2011]	,027	,0107	,006	,048	6,425	1	,011
[mesano=FEB 2011]	,014	,0110	-,007	,036	1,724	1	,189
[mesano=MAR 2011]	,038	,0107	,017	,059	12,773	1	,000
[mesano=APR 2011]	,033	,0108	,012	,055	9,639	1	,002
[mesano=MAY 2011]	,040	,0107	,019	,061	13,936	1	,000
[mesano=JUN 2011]	,033	,0108	,012	,054	9,416	1	,002
[mesano=JUL 2011]	,011	,0107	-,010	,032	1,110	1	,292
[mesano=AUG 2011]	-,005	,0107	-,026	,016	,227	1	,634
[mesano=SEP 2011]	,000	,0108	-,021	,022	,002	1	,964
[mesano=OCT 2011]	-,003	,0107	-,024	,018	,086	1	,769
[mesano=NOV 2011]	,008	,0108	-,013	,029	,571	1	,450
[mesano=DEC 2011]	-,003	,0107	-,024	,018	,060	1	,807
[mesano=JAN 2012]	,011	,0107	-,010	,032	1,133	1	,287
[mesano=FEB 2012]	,010	,0109	-,011	,032	,922	1	,337
[mesano=MAR 2012]	,015	,0107	-,006	,036	2,023	1	,155
[mesano=APR 2012]	,030	,0108	,009	,051	7,943	1	,005
[mesano=MAY 2012]	,018	,0107	-,003	,039	2,829	1	,093
[mesano=JUN 2012]	-,002	,0108	-,023	,019	,047	1	,828
[mesano=JUL 2012]	,019	,0107	-,002	,040	3,166	1	,075
[mesano=AUG 2012]	,017	,0107	-,004	,038	2,487	1	,115
[mesano=SEP 2012]	-,004	,0108	-,025	,017	,133	1	,715
[mesano=OCT 2012]	,005	,0107	-,016	,026	,256	1	,613
[mesano=NOV 2012]	,012	,0108	-,009	,033	1,180	1	,277
[mesano=DEC 2012]	,001	,0107	-,020	,022	,010	1	,921

[mesano=JAN 2013]	,004	,0107	-,017	,025	,142	1	,706
[mesano=FEB 2013]	,004	,0110	-,018	,025	,106	1	,745
[mesano=MAR 2013]	,011	,0107	-,010	,032	1,029	1	,310
[mesano=APR 2013]	,012	,0108	-,009	,033	1,254	1	,263
[mesano=MAY 2013]	,014	,0107	-,007	,035	1,636	1	,201
[mesano=JUN 2013]	,003	,0108	-,018	,025	,101	1	,750
[mesano=JUL 2013]	,013	,0107	-,008	,034	1,442	1	,230
[mesano=AUG 2013]	,001	,0107	-,020	,022	,009	1	,923
[mesano=SEP 2013]	,015	,0108	-,007	,036	1,818	1	,178
[mesano=OCT 2013]	,012	,0107	-,009	,033	1,233	1	,267
[mesano=NOV 2013]	,007	,0108	-,014	,028	,400	1	,527
[mesano=DEC 2013]	,016	,0107	-,005	,037	2,218	1	,136
[mesano=JAN 2014]	,021	,0107	,001	,042	4,045	1	,044
[mesano=FEB 2014]	,027	,0110	,005	,048	5,920	1	,015
[mesano=MAR 2014]	,017	,0107	-,004	,038	2,649	1	,104
[mesano=APR 2014]	,011	,0108	-,010	,032	1,108	1	,293
[mesano=MAY 2014]	,025	,0107	,004	,046	5,334	1	,021
[mesano=JUN 2014]	,016	,0108	-,005	,037	2,267	1	,132
[mesano=JUL 2014]	,027	,0107	,006	,048	6,278	1	,012
[mesano=AUG 2014]	,016	,0107	-,005	,037	2,221	1	,136
[mesano=SEP 2014]	,021	,0108	8,279E-005	,042	3,872	1	,049
[mesano=OCT 2014]	,020	,0107	-,001	,041	3,469	1	,063
[mesano=NOV 2014]	,029	,0108	,008	,050	7,442	1	,006
[mesano=DEC 2014]	,011	,0107	-,010	,032	1,041	1	,307
[mesano=JAN 2015]	,034	,0107	,013	,054	9,848	1	,002
[mesano=FEB 2015]	,056	,0110	,035	,077	26,099	1	,000
[mesano=MAR 2015]	,024	,0107	,003	,045	5,197	1	,023
[mesano=APR 2015]	,030	,0108	,009	,052	7,978	1	,005
[mesano=MAY 2015]	,017	,0107	-,004	,038	2,506	1	,113
[mesano=JUN 2015]	,020	,0108	-,001	,041	3,534	1	,060
[mesano=JUL 2015]	,031	,0107	,010	,051	8,184	1	,004
[mesano=AUG 2015]	,022	,0107	,001	,043	4,234	1	,040
[mesano=SEP 2015]	,029	,0108	,007	,050	7,017	1	,008
[mesano=OCT 2015]	,023	,0107	,002	,044	4,690	1	,030
[mesano=NOV 2015]	,018	,0108	-,003	,039	2,741	1	,098
[mesano=DEC 2015]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[DIASEMANA=1]	-,002	,0033	-,008	,005	,294	1	,588
[DIASEMANA=2]	,000	,0033	-,006	,007	,016	1	,901
[DIASEMANA=3]	,011	,0033	,004	,017	9,891	1	,002
[DIASEMANA=4]	,009	,0033	,002	,016	7,223	1	,007
[DIASEMANA=5]	,013	,0033	,007	,020	16,004	1	,000

[DIASEMANA=6]	,011	,0034	,004	,017	9,801	1	,002
[DIASEMANA=7]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[SETEDIASDEPOISDA MORTEPOLICIALMOR TONAAISProubo=,00]	-,012	,0102	-,032	,008	1,368	1	,242
[SETEDIASDEPOISDA MORTEPOLICIALMOR TONAAISProubo=1,00]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
HOMICÍDIOSDOLOSOS	,012	,0015	,010	,015	71,900	1	,000
(Escala)	,069 ^b	,0003	,068	,070			
Variável dependente: LETALIDADE POLICIAL							
Model: (Ordenada na origem), AISP, mesano, DIASEMANA, SETEDIASDEPOISDAMORTEPOLICIALMORTONAAISProubo, HOMICÍDIOSDOLOSOS							
a. Definido para zero porque este parâmetro é redundante.							
b. Estimativa de verossimilhança máxima.							

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 39 – Modelo linear ponderado homicídios dolosos, data do evento e características de cada AISP para sete dias após a morte do policial na AISP no horário de serviço

Estimativas do parâmetro							
Parâmetro	B	Modelo padrão	Intervalo de confiança de Wald 95%		Teste de hipótese		
			Inferior	Superior	Qui-quadrado de Wald	df	Sig.
(Ordenada na origem)	,213	,0164	,181	,245	168,886	1	,000
[AISP=2]	-,181	,0080	-,197	-,165	517,847	1	,000
[AISP=3]	-,104	,0079	-,120	-,089	172,082	1	,000
[AISP=4]	-,157	,0079	-,173	-,141	390,855	1	,000
[AISP=5]	-,175	,0079	-,191	-,160	486,514	1	,000
[AISP=6]	-,172	,0080	-,187	-,156	466,711	1	,000
[AISP=7]	-,096	,0080	-,111	-,080	144,283	1	,000
[AISP=8]	-,187	,0079	-,203	-,172	555,815	1	,000
[AISP=9]	-,091	,0079	-,106	-,075	131,233	1	,000
[AISP=10]	-,187	,0079	-,202	-,171	550,920	1	,000
[AISP=11]	-,183	,0079	-,199	-,168	531,903	1	,000
[AISP=12]	-,076	,0079	-,092	-,061	92,360	1	,000
[AISP=14]	-,055	,0079	-,070	-,039	47,309	1	,000
[AISP=15]	-,047	,0080	-,062	-,031	34,087	1	,000
[AISP=16]	-,113	,0079	-,128	-,097	201,381	1	,000
[AISP=17]	-,165	,0080	-,180	-,149	428,413	1	,000
[AISP=18]	-,175	,0079	-,191	-,159	486,255	1	,000
[AISP=19]	-,183	,0080	-,199	-,168	529,873	1	,000
[AISP=20]	-,114	,0080	-,129	-,098	199,841	1	,000
[AISP=21]	-,151	,0079	-,167	-,136	364,448	1	,000
[AISP=22]	-,136	,0079	-,151	-,120	291,909	1	,000
[AISP=23]	-,176	,0080	-,191	-,160	487,571	1	,000
[AISP=24]	-,170	,0079	-,185	-,154	456,474	1	,000
[AISP=25]	-,174	,0079	-,189	-,158	478,546	1	,000
[AISP=26]	-,185	,0080	-,201	-,169	541,135	1	,000
[AISP=27]	-,138	,0079	-,153	-,122	301,048	1	,000
[AISP=28]	-,184	,0079	-,200	-,169	539,560	1	,000
[AISP=29]	-,186	,0080	-,202	-,170	547,325	1	,000
[AISP=30]	-,182	,0080	-,198	-,166	523,945	1	,000
[AISP=31]	-,177	,0079	-,193	-,162	496,725	1	,000
[AISP=32]	-,171	,0079	-,187	-,156	466,887	1	,000
[AISP=33]	-,176	,0079	-,191	-,160	491,148	1	,000
[AISP=34]	-,174	,0079	-,190	-,159	481,295	1	,000
[AISP=35]	-,163	,0079	-,179	-,148	423,661	1	,000
[AISP=36]	-,185	,0080	-,201	-,169	540,897	1	,000

[AISP=37]	-,185	,0079	-,201	-,170	543,486	1	,000
[AISP=38]	-,186	,0080	-,202	-,171	548,895	1	,000
[AISP=39]	-,093	,0079	-,108	-,077	136,571	1	,000
[AISP=40]	-,182	,0079	-,197	-,166	523,939	1	,000
[AISP=41]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[mesano=JAN 2010]	,040	,0107	,019	,061	13,738	1	,000
[mesano=FEB 2010]	,040	,0110	,018	,061	13,059	1	,000
[mesano=MAR 2010]	,046	,0107	,025	,067	18,362	1	,000
[mesano=APR 2010]	,068	,0108	,047	,089	39,665	1	,000
[mesano=MAY 2010]	,067	,0107	,047	,088	39,965	1	,000
[mesano=JUN 2010]	,042	,0108	,021	,063	15,468	1	,000
[mesano=JUL 2010]	,029	,0107	,008	,050	7,403	1	,007
[mesano=AUG 2010]	,006	,0107	-,015	,026	,267	1	,605
[mesano=SEP 2010]	,007	,0108	-,014	,028	,464	1	,496
[mesano=OCT 2010]	,040	,0107	,019	,060	13,733	1	,000
[mesano=NOV 2010]	,064	,0108	,043	,085	35,753	1	,000
[mesano=DEC 2010]	,028	,0107	,007	,049	6,810	1	,009
[mesano=JAN 2011]	,027	,0107	,006	,048	6,530	1	,011
[mesano=FEB 2011]	,015	,0110	-,007	,036	1,753	1	,186
[mesano=MAR 2011]	,038	,0107	,017	,059	12,794	1	,000
[mesano=APR 2011]	,034	,0108	,012	,055	9,733	1	,002
[mesano=MAY 2011]	,039	,0107	,018	,060	13,578	1	,000
[mesano=JUN 2011]	,033	,0108	,012	,054	9,539	1	,002
[mesano=JUL 2011]	,011	,0107	-,010	,032	1,129	1	,288
[mesano=AUG 2011]	-,005	,0107	-,026	,016	,226	1	,635
[mesano=SEP 2011]	,000	,0108	-,021	,021	,001	1	,981
[mesano=OCT 2011]	-,003	,0107	-,024	,018	,078	1	,780
[mesano=NOV 2011]	,008	,0108	-,013	,029	,580	1	,446
[mesano=DEC 2011]	-,002	,0107	-,023	,019	,051	1	,822
[mesano=JAN 2012]	,011	,0107	-,009	,032	1,147	1	,284
[mesano=FEB 2012]	,011	,0109	-,011	,032	,939	1	,333
[mesano=MAR 2012]	,015	,0107	-,006	,036	2,039	1	,153
[mesano=APR 2012]	,030	,0108	,009	,051	7,842	1	,005
[mesano=MAY 2012]	,017	,0107	-,004	,038	2,645	1	,104
[mesano=JUN 2012]	-,002	,0108	-,023	,019	,047	1	,829
[mesano=JUL 2012]	,019	,0107	-,002	,040	3,116	1	,078
[mesano=AUG 2012]	,017	,0107	-,004	,038	2,492	1	,114
[mesano=SEP 2012]	-,004	,0108	-,026	,017	,167	1	,683
[mesano=OCT 2012]	,005	,0107	-,016	,026	,257	1	,612
[mesano=NOV 2012]	,012	,0108	-,009	,033	1,190	1	,275
[mesano=DEC 2012]	,001	,0107	-,020	,022	,003	1	,955

[mesano=JAN 2013]	,004	,0107	-,017	,025	,134	1	,714
[mesano=FEB 2013]	,003	,0110	-,018	,025	,095	1	,758
[mesano=MAR 2013]	,011	,0107	-,010	,032	1,005	1	,316
[mesano=APR 2013]	,012	,0108	-,009	,033	1,213	1	,271
[mesano=MAY 2013]	,014	,0107	-,007	,034	1,600	1	,206
[mesano=JUN 2013]	,003	,0108	-,018	,024	,091	1	,763
[mesano=JUL 2013]	,013	,0107	-,008	,034	1,437	1	,231
[mesano=AUG 2013]	,000	,0107	-,021	,021	,000	1	,985
[mesano=SEP 2013]	,014	,0108	-,007	,035	1,690	1	,194
[mesano=OCT 2013]	,011	,0107	-,010	,032	1,135	1	,287
[mesano=NOV 2013]	,006	,0108	-,015	,028	,354	1	,552
[mesano=DEC 2013]	,016	,0107	-,005	,037	2,251	1	,134
[mesano=JAN 2014]	,022	,0107	,001	,043	4,093	1	,043
[mesano=FEB 2014]	,027	,0110	,005	,048	5,881	1	,015
[mesano=MAR 2014]	,017	,0107	-,004	,038	2,577	1	,108
[mesano=APR 2014]	,011	,0108	-,010	,032	1,054	1	,305
[mesano=MAY 2014]	,024	,0107	,003	,045	5,210	1	,022
[mesano=JUN 2014]	,016	,0108	-,005	,037	2,118	1	,146
[mesano=JUL 2014]	,026	,0107	,006	,047	6,144	1	,013
[mesano=AUG 2014]	,015	,0107	-,006	,036	2,058	1	,151
[mesano=SEP 2014]	,021	,0108	,000	,042	3,804	1	,051
[mesano=OCT 2014]	,020	,0107	-,001	,041	3,427	1	,064
[mesano=NOV 2014]	,029	,0108	,008	,050	7,452	1	,006
[mesano=DEC 2014]	,011	,0107	-,010	,032	1,076	1	,300
[mesano=JAN 2015]	,033	,0107	,012	,054	9,549	1	,002
[mesano=FEB 2015]	,056	,0110	,034	,077	25,783	1	,000
[mesano=MAR 2015]	,024	,0107	,003	,045	4,959	1	,026
[mesano=APR 2015]	,030	,0108	,009	,051	7,874	1	,005
[mesano=MAY 2015]	,016	,0107	-,004	,037	2,386	1	,122
[mesano=JUN 2015]	,020	,0108	-,001	,041	3,541	1	,060
[mesano=JUL 2015]	,030	,0107	,009	,051	8,062	1	,005
[mesano=AUG 2015]	,022	,0107	,001	,043	4,242	1	,039
[mesano=SEP 2015]	,029	,0108	,007	,050	7,028	1	,008
[mesano=OCT 2015]	,023	,0107	,002	,044	4,717	1	,030
[mesano=NOV 2015]	,018	,0108	-,003	,039	2,699	1	,100
[mesano=DEC 2015]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[DIASEMANA=1]	-,002	,0033	-,008	,005	,292	1	,589
[DIASEMANA=2]	,000	,0033	-,006	,007	,015	1	,901
[DIASEMANA=3]	,011	,0033	,004	,017	9,897	1	,002
[DIASEMANA=4]	,009	,0033	,002	,016	7,221	1	,007
[DIASEMANA=5]	,013	,0033	,007	,020	16,024	1	,000

[DIASEMANA=6]	,011	,0034	,004	,017	9,826	1	,002
[DIASEMANA=7]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
[SETEDIASDEPOISDAM ORTEPOLICIALMORTO NAAISPoperação=,00]	-,053	,0134	-,079	-,027	15,628	1	,000
[SETEDIASDEPOISDAM ORTEPOLICIALMORTO NAAISPoperação=1,00]	0 ^a	.	.	.	.	.	.
HOMICÍDIOSDOLOSOS	,012	,0015	,010	,015	71,884	1	,000
(Escala)	,069 ^b	,0003	,068	,070			
Variável dependente: LETALIDADE POLICIAL							
Model: (Ordenada na origem), AISP, mesano, DIASEMANA, SETEDIASDEPOISDAMORTEPOLICIALMORTONAAISPoperação, HOMICÍDIOSDOLOSOS							
a. Definido para zero porque este parâmetro é redundante.							
b. Estimativa de verossimilhança máxima.							

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 40 – Comparação entre as média de mortes ocasionadas pela polícia um dia antes e um dia depois a morte de um policial por execução⁴²

LETALIDADE POLICIAL			
Período pré-pós para um dia	Média	N	Desvio padrão
Todo período	,04	85251	,267
Um dia antes da morte do policial por execução	,10	99	,416
Um dia depois da morte do policial por execução	,13	99	,488
Total	,04	85449	,268

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 41 – Comparação entre as média de mortes ocasionadas pela polícia cinco dias antes e cinco dias depois a morte de um policial por execução⁴³

LETALIDADE POLICIAL			
Período pré-pós para cinco dias	Média	N	Desvio padrão
Todo período	,04	84551	,267
Cinco dias antes da morte do policial por execução	,06	449	,290
Cinco dias depois da morte do policial por execução	,08	449	,339
Total	,04	85449	,268

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 42 – Comparação entre as média de mortes ocasionadas pela polícia sete dias antes e sete dias depois a morte de um policial por execução⁴⁴

LETALIDADE POLICIAL			
Período pré-pós para sete dias	Média	N	Desvio padrão
Todo período	,04	84231	,267
Sete dias antes da morte do policial por execução	,06	609	,291
Sete dias depois da morte do policial por execução	,07	609	,319
Total	,04	85449	,268

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

42 TESTE DE SIGNIFICÂNCIA ANOVA: F=8,324; GRAUS DE LIBERDADE= 2 e 85446; P<0,001.

43 TESTE DE SIGNIFICÂNCIA ANOVA: F=4,766; GRAUS DE LIBERDADE= 2 e 85446; P=0,009.

44 TESTE DE SIGNIFICÂNCIA ANOVA: F=6,134; GRAUS DE LIBERDADE= 2 e 85446; P<0,001.

Tabela 43 – Porcentagem de número de mortes pela polícia no dia anterior e posterior a morte de um policial por execução⁴⁵

CROSSTAB						
			Pré-pós um dia para execução			Total
			Todo Período	Antes da Morte do policial	Depois da Morte do Policial	
LETALIDADE POLICIAL	Sem mortes	Contagem	82735	92	90	82917
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	99,8%	,1%	,1%	100,0%
	Com mortes	Contagem	2516	7	9	2532
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	99,4%	,3%	,4%	100,0%
Total		Contagem	85251	99	99	85449
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	99,8%	,1%	,1%	100,0%

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 44 – Porcentagem de número de mortes pela polícia cinco dias antes e cinco dias depois da morte de um policial por execução⁴⁶

CROSSTAB						
			Pré-pós cinco dias para execução			Total
			Todo Período	Antes da Morte do policial	Depois da Morte do Policial	
LETALIDADE POLICIAL	Sem mortes	Contagem	82065	429	423	82917
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	99,0%	,5%	,5%	100,0%
	Com mortes	Contagem	2486	20	26	2532
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	98,2%	,8%	1,0%	100,0%
Total		Contagem	84551	449	449	85449
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	98,9%	,5%	,5%	100,0%

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

45 TESTE DE SIGNIFICÂNCIA: CHI-QUADRADO=18,779; GRAUS DE LIBERDADE=2; P<0,001

46 TESTE DE SIGNIFICÂNCIA: CHI-QUADRADO=16,111; GRAUS DE LIBERDADE=2; P<0,001

Tabela 45 – Porcentagem de número de mortes pela polícia sete dias antes e sete dias depois da morte de um policial por execução⁴⁷

CROSSTAB						
			Pré-pós sete dias para execução			Total
			Todo Período	Antes da Morte do policial	Depois da Morte do Policial	
LETALIDADE POLICIAL	Sem mortes	Contagem	81765	577	575	82917
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	98,6%	,7%	,7%	100,0%
	Com mortes	Contagem	2466	32	34	2532
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	97,4%	1,3%	1,3%	100,0%
Total		Contagem	84231	609	609	85449
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	98,6%	,7%	,7%	100%

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 46 – Comparação entre as média de mortes ocasionadas pela polícia um dia antes e um dia depois a morte de um policial por roubo⁴⁸

LETALIDADE POLICIAL			
Período pré-pós para um dia	Média	N	Desvio padrão
Todo período	,04	85209	,266
Um dia antes da morte do policial por roubo	,17	120	,524
Um dia depois da morte do policial por roubo	,13	120	,549
Total	,04	85449	,268

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

47 TESTE DE SIGNIFICÂNCIA: CHI-QUADRADO=26,025; GRAUS DE LIBERDADE=2; P<0,001

48 TESTE DE SIGNIFICÂNCIA ANOVA: F=20,751; GRAUS DE LIBERDADE= 2 e 85446; P<0,001.

Tabela 47 – Comparação entre as média de mortes ocasionadas pela polícia cinco dias antes e cinco dias depois a morte de um policial por roubo⁴⁹

LETALIDADE POLICIAL			
Período pré-pós para cinco dias	Média	N	Desvio padrão
Todo período	,04	84409	,266
Cinco dias antes da morte do policial por roubo	,09	520	,392
Cinco dias depois da morte do policial por roubo	,09	520	,389
Total	,04	85449	,268

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 48 – Comparação entre as média de mortes ocasionadas pela polícia sete dias antes e sete dias depois a morte de um policial por roubo⁵⁰

LETALIDADE POLICIAL			
Período pré-pós para sete dias	Média	N	Desvio padrão
Todo período	,04	84091	,264
Sete dias antes da morte do policial por roubo	,09	679	,391
Sete dias depois da morte do policial por roubo	,10	679	,437
Total	,04	85449	,268

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

⁴⁹ TESTE DE SIGNIFICÂNCIA ANOVA: F=19,333; GRAUS DE LIBERDADE= 2 e 85446; P<0,001.

⁵⁰ TESTE DE SIGNIFICÂNCIA ANOVA: F=31,894; GRAUS DE LIBERDADE= 2 e 85446; P<0,001.

Tabela 49 – Porcentagem de número de mortes pela polícia no dia anterior e posterior a morte de um policial por roubo⁵¹

CROSSTAB						
			Pré-pós um dia para roubo			Total
			Todo Período	Antes da Morte do policial	Depois da Morte do Policial	
LETALIDADE POLICIAL	Sem mortes	Contagem	82703	105	109	82917
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	99,7%	,1%	,1%	100,0%
	Com mortes	Contagem	2506	15	11	2532
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	99,0%	,6%	,4%	100,0%
Total		Contagem	85209	120	120	85449
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	99,7%	,1%	,1%	100,0%

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 50 – Porcentagem de número de mortes pela polícia cinco dias antes e cinco dias depois da morte de um policial por roubo⁵²

CROSSTAB						
			Pré-pós cinco dias para roubo			Total
			Todo Período	Antes da Morte do policial	Depois da Morte do Policial	
LETALIDADE POLICIAL	Sem mortes	Contagem	81949	487	481	82917
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	98,8%	,6%	,6%	100,0%
	Com mortes	Contagem	2460	33	39	2532
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	97,2%	1,3%	1,5%	100,0%
Total		Contagem	84409	520	520	85449
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	98,8%	,6%	,6%	100,0%

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

51 TESTE DE SIGNIFICÂNCIA: CHI-QUADRADO=54,164; GRAUS DE LIBERDADE=2; P<0,001

52 TESTE DE SIGNIFICÂNCIA: CHI-QUADRADO=58,619; GRAUS DE LIBERDADE=2; P<0,001

Tabela 51 – Porcentagem de número de mortes pela polícia sete dias antes e sete dias depois da morte de um policial por roubo⁵³

CROSSTAB						
			Pré-pós sete dias para roubo			Total
			Todo Período	Antes da Morte do policial	Depois da Morte do Policial	
LETALIDADE POLICIAL	Sem mortes	Contagem	81655	635	627	82917
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	98,5%	,8%	,8%	100,0%
	Com mortes	Contagem	2436	44	52	2532
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	96,2%	1,7%	2,1%	100,0%
Total		Contagem	84091	679	679	85449
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	98,4%	,8%	,8%	100,0%

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 52 – Comparação entre as média de mortes ocasionadas pela polícia um dia antes e um dia depois a morte de um policial em serviço⁵⁴

LETALIDADE POLICIAL			
Período pré-pós para um dia	Média	N	Desvio padrão
Todo período	,04	85323	,267
Um dia antes da morte do policial em serviço	0,00	63	0,000
Um dia depois da morte do policial em serviço	,24	63	,875
Total	,04	85449	,268

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

53 TESTE DE SIGNIFICÂNCIA: CHI-QUADRADO=82,551; GRAUS DE LIBERDADE=2; P<0,001.

54 TESTE DE SIGNIFICÂNCIA ANOVA: F=17,959; GRAUS DE LIBERDADE= 2 e 85446; P<0,001.

Tabela 53 – Comparação entre as média de mortes ocasionadas pela polícia cinco dias antes e cinco dias depois a morte de um policial em serviço⁵⁵

LETALIDADE POLICIAL			
Período pré-pós para cinco dias	Média	N	Desvio padrão
Todo período	,04	84839	,266
Cinco dias antes da morte do policial em serviço	,07	305	,312
Cinco dias depois da morte do policial em serviço	,13	305	,519
Total	,04	85449	,268

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 54 – Comparação entre as média de mortes ocasionadas pela polícia sete dias antes e sete dias depois a morte de um policial em serviço⁵⁶

LETALIDADE POLICIAL			
Período pré-pós para sete dias	Média	N	Desvio padrão
Todo período	,04	84651	,265
Sete dias antes da morte do policial em serviço	,08	399	,387
Sete dias depois da morte do policial em serviço	,13	399	,541
Total	,04	85449	,268

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

55 TESTE DE SIGNIFICÂNCIA ANOVA: F=18,250; GRAUS DE LIBERDADE= 2 e 85446; P<0,001.

56 TESTE DE SIGNIFICÂNCIA ANOVA: F=25,041; GRAUS DE LIBERDADE= 2 e 85446; P<0,001.

Tabela 55 – Porcentagem de número de mortes pela polícia no dia anterior e posterior a morte de um policial em serviço⁵⁷

CROSSTAB						
			Pré-pós um dia para serviço			Total
			Todo Período	Antes da Morte do policial	Depois da Morte do Policial	
LETALIDADE POLICIAL	Sem mortes	Contagem	82797	63	57	82917
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	99,9%	,1%	,1%	100,0%
	Com mortes	Contagem	2526	0	6	2532
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	99,8%	0,0%	,2%	100,0%
Total		Contagem	85323	63	63	85449
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	99,9%	,1%	,1%	100,0%

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

Tabela 56 – Porcentagem de número de mortes pela polícia cinco dias antes e cinco dias depois da morte de um policial em serviço⁵⁸

CROSSTAB						
			Pré-pós cinco dias para serviço			Total
			Todo Período	Antes da Morte do policial	Depois da Morte do Policial	
LETALIDADE POLICIAL	Sem mortes	Contagem	82348	288	281	82917
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	99,3%	,3%	,3%	100,0%
	Com mortes	Contagem	2491	17	24	2532
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	98,4%	,7%	,9%	100,0%
Total		Contagem	84839	305	305	85449
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	99,3%	,4%	,4%	100,0%

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

57 TESTE DE SIGNIFICÂNCIA: CHI-QUADRADO=11,356; GRAUS DE LIBERDADE=2; P=0,003.

58 TESTE DE SIGNIFICÂNCIA: CHI-QUADRADO=32,972; GRAUS DE LIBERDADE=2; P<0,001

Tabela 57 – Porcentagem de número de mortes pela polícia sete dias antes e sete dias depois da morte de um policial em serviço⁵⁹

CROSSTAB						
			Pré-pós sete dias para serviço			Total
			Todo Período	Antes da Morte do policial	Depois da Morte do Policial	
LETALIDADE POLICIAL	Sem mortes	Contagem	82170	378	369	82917
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	99,1%	,5%	,4%	100,0%
	Com mortes	Contagem	2481	21	30	2532
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	98,0%	,8%	1,2%	100,0%
Total		Contagem	84651	399	399	85449
		% dentro de LETALIDADE POLICIAL	99,1%	,5%	,5%	100,0%

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e Sumário de Informação –SUMINFO-PMERJ; 2010; 2015.

59 TESTE DE SIGNIFICÂNCIA: CHI-QUADRADO=36,447; GRAUS DE LIBERDADE=2; P<0,001